

# CONEXÃO PÓS

RESISTÊNCIA PELA CIÊNCIA E  
COLABORAÇÃO NA PESQUISA



**Roseli Figaro**

(Organizadora)

São Paulo  
ECA-USP  
2021



# SUMÁRIO

<b>Universidade de São Paulo</b> Prof. Dr. Vahan Agopyan Reitor	<b>Conexão Pós: Resistência pela Ciência e Colaboração na Pesquisa</b> <b>Organizadora:</b> Roseli Figaro
Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez Vice-Reitor	<b>Autores</b> André Luis Bueno Alves Pereira; Cinthia Maria do Carmo Gomes; Eliane de Souza Almeida; Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim; Francisco de Assis Silva; Gláucia Bierwagen; Ítalo Leopardi Bosco de Azevedo; Jamir Osvaldo Kinoshita; José Ismar Petrola Jorge Filho; Larissa Flávia Monteiro Silva Rosa; Lucas Martins Néia; Márcia Pinheiro Ohlson; Mariana Lima; Mayanna Estevanim; Nara Lya Cabral Scabin; Patrícia Oliveira Beloni; Patrícia Zimmermann; Pedro Neris Luiz Caldas; Santiago Naliato Garcia; Thais Cristina Afonso de Jesus; Tíssiana Nogueira Pereira; Vinícius Alves Sarralheiro
<b>Escola de Comunicações e Artes</b> Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro Diretor	<b>Conselho Editorial</b> Ana Flavia Marques; Camila Acosta Camargo; Cora Catalina Quinteros; Eliane de Souza Almeida; Flavia Ikeda; Gabriela Torres; Gean Gonçalves; Jamir Osvaldo Kinoshita; Margareth Pavan Arruda
Profª Dra. Brasilina Passarelli Vice-Diretora	<b>Conselho Científico</b> Anderson Vinicius Romanini; Cláudia Nonato; Elizabeth Nicolau Saad Correa; Evange Elias Assis; Fernanda Castilho Santana; Issaaf Santos Karhawi; Liana Maria Milanez Pereira; Ligia Maria Prezia Lemos; Marcos Antonio Zibordi; Rogério Pelizzari de Andrade; Richard Romancini; Wagner Souza e Silva
Profª Dra. Vânia Mara Alves de Lima Presidente da Comissão de Pós-Graduação	<b>Capa:</b> Felipe Parra
<b>Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação</b> Profª Dra. Roseli Figaro Coordenadora	<b>Projeto Gráfico e Editoração:</b> Zeta Studio
Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho Vice-Coordenador	<b>Supervisão de Conteúdo</b> Ana Flávia Marques; Camila Acosta Camargo; Cora Catalina Quinteros; Eliane de Souza Almeida; Gabriela Torres; Jamir Osvaldo Kinoshita; João Augusto Moliani
Profª Dra. Maria Aparecida Ferrari (titular) Profª Dra. Maria Cristina Palma Mungiolli (titular) Prof. Dr. Wagner Souza e Silva (titular) Profª Dra. Claudia Lago (suplente) Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (suplente) Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias (suplente)	
<hr/>	
<b>Catálogo na Publicação</b> <b>Serviço de Biblioteca e Documentação</b> <b>Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo</b>	
C743	Conexão pós [recurso eletrônico] : resistência pela ciência e colaboração na pesquisa / Roseli Figaro (organizadora) – São Paulo: ECA-USP, 2021. 330 p.  ISBN 978-65-88640-30-2  1. Comunicação. 2. Comunicação – Pesquisa. I. Figaro, Roseli.  CDD 23.ed. – 302.2
<hr/>	



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

## Apresentação

Apresentação <i>Roseli Figaro</i>	<b>9</b>
Universidade pública: confrontos e resistência pela ciência e educação <i>Adilson Citelli</i>	<b>11</b>
<i>Publish or perish?</i> A publicação científica em Ciências da Comunicação para além do produtivismo <i>Richard Romancini</i>	<b>21</b>
Na pós-graduação é preciso ser resistente e buscar a colaboração <i>Gean Gonçalves</i>	<b>39</b>

## Práticas educacionais pela comunicação

A educomunicação socioambiental e sua legitimação na esfera pública <i>Patrícia Zimmermann</i>	<b>43</b>
Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia <i>Francisco de Assis Silva</i>	<b>57</b>
As representações do Samba na prática escolar enquanto estudo de caso <i>Ítalo Leopardi Bosco de Azevedo</i>	<b>67</b>
Representações docentes e a formação continuada <i>Gláucia Silva Bierwagen</i>	<b>81</b>

## Exegeses do jornalismo

O debate sobre gênero no jornalismo de referência: notas a partir de uma abordagem discursiva <i>Nara Lya Cabral Scabin</i>	<b>97</b>
Bloqueando as <i>fake news</i> <i>Márcia Pinheiro Ohlson</i>	<b>109</b>
Do <i>Pasquim</i> ao <i>Sensacionalista</i> : a notícia falsa ou simulada como gênero no jornalismo alternativo em contextos de crise de credibilidade da imprensa <i>José Ismar Petrola Jorge Filho</i>	<b>123</b>

Lógicas de produção jornalística em tempos de transformação digital <i>Mayanna Estevanim</i>	<b>137</b>
<b>Identities negras pela comunicação</b>	
Mediações sígnicas da beleza da mulher jovem negra quilombola <i>Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim</i>	<b>151</b>
“Eis aqui o Getulino”: o ethos negro na literatura e na imprensa brasileiras do século XIX por Luiz Gama <i>Cinthia Maria do Carmo Gomes</i>	<b>167</b>
Um olhar sobre os discursos: A censura e a peça “Sortilégio: Mistério Negro” de Abdias do Nascimento <i>Eliane de Souza Almeida</i>	<b>181</b>
<b>Narrativas televisivas e imagéticas</b>	
A telenovela brasileira de 1963 a 2018: processos e perspectivas <i>Lucas Martins Néia</i>	<b>193</b>
As perspectivas teórico-metodológicas na análise da crítica de telenovela <i>Mariana Lima</i>	<b>207</b>
Percursos e percalços: apontamentos metodológicos sobre uma pesquisa de recepção de telenovela <i>Tissiana Nogueira Pereira</i>	<b>221</b>
Fotografia e identidades: expressão pessoal e representação social <i>André Luis Bueno Alves Pereira</i>	<b>235</b>
Narrativas visuais e memória. Os acervos fotográficos que constituem identidades <i>Santiago Naliato Garcia</i>	<b>249</b>
<b>Triangulações teórico-metodológicas em comunicação</b>	
Astronomia na cobertura jornalística de Ciência: representações e sociedade <i>Patrícia Oliveira Beloni</i>	<b>265</b>
A importância da análise do discurso do mundo do trabalho dos carregadores autônomos que atuam na CEAGESP <i>Jamir Osvaldo Kinoshita</i>	<b>275</b>
Aplicativos de relacionamento, sexualidade e promoção da saúde: novos paradigmas para a comunicação do HIV/Aids <i>Vinícius Alves Sarralheiro</i>	<b>289</b>

Plataformas digitais de autopublicação: reflexões sobre processos criativos e editoriais <i>Thais Cristina Afonso de Jesus</i>	<b>299</b>
As consequências práticas da adoção do uso de Big Data para as pesquisas de opinião pública políticas no Brasil <i>Pedro Neris Luiz Caldas</i>	<b>309</b>
De objeto de direito a sujeito de direito: O percurso da legislação brasileira em relação à violação do corpo da mulher <i>Larissa Flávia Monteiro Silva Rosa</i>	<b>319</b>

# Apresentação

## APRESENTAÇÃO

*Resistência pela Ciência e Colaboração na Pesquisa* é o terceiro volume de *e-books* resultado do seminário de pesquisa discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. O livro traz os artigos que representam parcela das pesquisas em desenvolvimento no programa e que foram apresentadas e discutidas no evento Conexão-pós, em dezembro de 2019.

Os artigos das conferências dos professores do PPGCOM – Adilson Citelli, “Universidade pública: confrontos e resistência pela ciência e educação”; e de Richard Romancini, “*Publish or perish?* A publicação científica em Ciências da Comunicação para além do produtivismo” – são uma contribuição efetiva para pensarmos o papel da universidade e das Ciências da Comunicação para o desenvolvimento científico, a democracia e o bem-estar da população brasileira.

O livro chega em momento difícil de cansaço e desalento em razão da pandemia da Covid-19 que, há 12 meses, assola o país com números estarrecedores de mais de 300 mil mortos, desgoverno absoluto, negacionismo, ataque ao Sistema Único de Saúde e à Ciência. Sem saber o que nos esperava em 2020, as lideranças discentes cunharam um título para o Conexão Pós de 2019 que foi preditivo. Para além do que já havíamos feito e mobilizado nos anos anteriores em defesa da universidade pública, 2020 foi um ano desesperador, mas não sucumbimos. Respondemos com mais luta, mais resistência em prol da vida, do ensino, da universidade, da formação de novos cientistas e de cidadãos comprometidos com os valores humanistas.

A Ciência não é um bem em si. Ela é um bem do conhecimento humano que deve estar a serviço da vida e do bem-estar das pessoas. Há Ciência para tudo, porque o conhecimento pode ser usado para muitas finalidades. Há mesmo cientistas que se colocam a serviço da guerra, da destruição, da manipulação eleitoral e do uso indevido dos dados privados das pessoas.

Nós, do PPGCOM-USP, fazemos grande esforço para formamos pesquisadores e intelectuais que tenham compromisso com a vida, com o bem-estar, com a distribuição efetiva dos bens que a civilização conquistou. Este livro mostra isso. As partes: “Práticas educacionais pela comunicação”, “Exegeses do jornalismo”; “Identidades negras pela comunicação”; “Narrativas televisivas e imagéticas”; e “Triangulações teórico-metodológicas em comunicação” comportam artigos que registram o estado da pesquisa e o olhar do(a) pesquisador(a) que conforma a produção do conhecimento. São contribuições efetivas que vão consolidando um processo de formação

que se consagrará com a defesa das teses e dissertações e, sobretudo, reverterão em conhecimento para fazermos da nossa caminhada pela Educação e pela Ciência uma jornada mais sólida.

Boa leitura!

Profª Dra. Roseli Figaro  
Coordenadora do PPGCOM/ECA-USP

## Universidade pública: confrontos e resistência pela ciência e educação

*In memoriam de Maria Aparecida Baccega*

Adilson Citelli

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa na sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro.

*Milton Santos*

### Nota preliminar

A conferência a seguir foi apresentada em dezembro de 2019, sob circunstâncias particulares vividas no Brasil com a montagem do novo consenso de poder, materializado num governo populista cujo grande feito tem sido o de alimentar ataques às instituições democráticas. De lá a esta data, novembro de 2020, o quadro geral conseguiu o feito de piorar em vários de seus números e procedimentos, agravados, também, pelo Sars-Cov-2. A pandemia alcançou milhões de brasileiros e brasileiras, carreando consigo milhares de mortes e um sentimento geral de país desgovernado, mostrando na integralidade dos seus termos as consequências das desigualdades que nos acompanham e da necropolítica (Achille Mbembe) em exercício.

Com esta nota, existe o intento de alertar que alguns dos indicadores expostos nas próximas páginas sofreram alterações entre 2019 e 2020 – quase sempre em vetor negativo –, malgrado permanecerem, em suas linhas gerais, testemunhando uma espécie de rota do abismo, algo, infelizmente, ainda à nossa frente.

### Do momento

O que se publica, sendo uma palestra mantida quase na íntegra, registra o natural tom da oralidade e referências a um conjunto de informações que remontam ao período de

sua primeira enunciação. Trata-se, portanto, de registro temporalmente marcado, mas que permite observar séries históricas, cuja comparação com os números e condutas governamentais em andamento ajudarão a situar os rumos (ou falta de) do país. O fato é que encontramos, com os ajustes devidos, perspectiva política praticamente no mesmo registro por nós apontada no ano passado. Aliás, sob certos lineamentos, a marcha para trás no âmbito da educação, por exemplo, alcançou velocidade impensada provocando em todos nós a percepção de um mundo em derretimento. Bastaria acompanhar a balbúrdia feita política de Estado no Ministério da Educação, com quatro ministros no curto período de um ano e meio (possivelmente um recorde mundial), numa sucessão espantosa de incompetência, ressentimento e desqualificação.

A fanfarronice caminhou *pari-passu* com a ideologização de fancaria, a negação da ciência, a ignorância, a inapetência administrativa. A confusão como método de trabalho alcançou as agências de fomento como CNPq, Capes, Finep, traduzindo-se em substituições rápidas e continuadas de dirigentes, além de propostas cuja expressão objetiva representou a fragilização daquelas instituições e suas políticas de financiamento da pesquisa e da pós-graduação – que a despeito das diferenças e oscilações dos governos advindos da redemocratização vinha se mantendo, sem apresentar, ao menos de forma tão dramática, planos de cortes de bolsas e óbices a linhas de pesquisas. A se lembrar de algumas declarações feitas na Câmara dos Deputados pelo ministro Abraham Weintraub, no dia 15 de maio de 2019: “Já batemos a meta do doutorado há tempos [...] quando você bate uma meta, você direciona as verbas para as outras que ainda estão aquém”;<sup>1</sup> “As ciências de humanidades geram pouquíssimas publicações com impacto científico [...]. Elas são feitas e engavetadas. Mas onde estão as bolsas? Elas estão justamente nas áreas que não geram produção científica”. Ou seja, uma mistura de ignorância e alinhamento ideológico no combate a áreas do conhecimento consideradas por Sua Excelência como dominadas pelo “marxismo cultural”, além da pura vocalização de políticas de Estado que enxergam na educação republicana, na ciência, na arte, na cultura, inimigas a serem combatidas.

Frente a este cruzamento de contrassensos é importante que a pós-graduação não perca do seu horizonte o exercício de três verbos: resistir, avançar, transformar.

<sup>1</sup> Para reflexão. O Brasil é um dos países com menores taxas de doutores, segundo o relatório “Education at a Glance” publicado em 2019 pela insuspeita Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que avaliou as 45 nações-membros ou parceiras da OCDE. Segundo o documento, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo. Média da OCDE: 44%. Quando falamos de níveis mais altos de instrução, como mestrado e doutorado, os números são ainda mais desanimadores: no Brasil, apenas 0,8% dos sujeitos de 25 a 64 anos concluíram o mestrado e 0,2% o doutorado. Das 35 nações que forneceram dados sobre os seus doutorados, ficamos entre os três piores. As metas cumpridas na contabilidade do ministro servem para mostrar o tamanho do nosso infortúnio educacional.

## O ritmo da música

Os nossos atuais arquitetos da destruição, ao elaborarem o edifício de absurdidades que vem corroendo as bases da educação pública e da pesquisa científica no país, não se dirigem aos canteiros de obras solitariamente. Estão tais agentes afinados com uma (des) ordem mundial que entregou ao mercado e às finanças, para ficarmos, no momento, com dois elementos de fundo, a régua e o compasso para gerir o vasto empreendimento do capital.

O projeto *hard* capitaneado pelos idealizadores e implantadores do projeto de poder em curso no Brasil, conquanto prometa mel e maná, está entregando a fava seca e o fruto estragado, assim como liberando os ventríloquos e animadores de picadeiro para atacarem universidades, centros de pesquisa, cultura, artes, docentes, discentes, cientistas, jornalistas, enfim, tudo o que possa recender inteligência, espírito especulativo e busca de maior autonomia do pensamento. Vale dizer, aqueles arautos do fim do mundo tratam de impedir a construção de um projeto nacional soberano, emancipatório, que se integre aos fluxos de conhecimento mundial respeitando os interesses da nossa gente.

É preciso lembrar que a partir da Constituição de 1988 houve esforços para melhor equalizar as ações do Ministério da Educação e o da Ciência e Tecnologia, isto até que adviesse o presente ciclo de erráticos e nefelibatas a convergirem no sistemático trabalho de negarem e desqualificarem a educação e a ciência. Cabe acompanhar um pouco certos dados e números em décadas mais recentes, a fim de se ter alguns parâmetros sobre o ponto no qual chegamos neste último mês de 2019.

Entre 2004 e 2013 o sistema superior público federal (e mesmo nas estaduais, exemplo no estado de São Paulo da ampliação dos *campi* da Unesp e criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e Faculdade de Engenharia Química de Lorena, ambas pela USP, respectivamente em 2005 e 2006) conheceu vigorosa expansão, agregando 18 novas universidades em 173 *campi* localizados em diferentes regiões do Brasil. O orçamento das federais passou, no período, de R\$ 12 bilhões para R\$ 40 bilhões. Nas áreas Norte e Nordeste o crescimento foi, respectivamente, 76% e 94%.

A sistema de ensino superior, em sua totalidade e diferentes configurações jurídicas, somava no ano de 2017, segundo os dados do Censo da Educação Superior fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), considerada a modalidade presencial, 2.448 instituições, das quais 2.152 eram privadas (87,9%) – com ou sem fins lucrativos – e 296 públicas distribuídas em 124 estaduais, 109 federais, 63 municipais. A rede privada registrava 75,3% dos alunos (6.058.623), ficando a pública com 24,7% (1.990.078). É preciso não perder de vista que o minoritário número de discentes nessas últimas conheceu aumento relativo de 59% no interregno entre

2006 e 2016. Considerássemos o ciclo Michel Temer e os primeiros anos de Jair Messias Bolsonaro, a situação da rede pública superior (e dos Institutos de pesquisa) seria ainda mais dramática, pois não apenas ocorreu diminuição ou subtração de investimentos, como também foi montada, contra ela, a partir de 2018, inédita campanha de descrédito e desqualificação.

A despeito de o negócio envolvendo a educação haver prosperado em décadas recentes e tendo por substrato publicístico conhecidos argumentos que passaram a fazer parte do estoque retórico neoliberal, a exemplo do esgotamento na capacidade econômica da União e dos Estados para manterem uma série de serviços, ou da superioridade da concorrência no sentido de baixar custos e incluir maior contingente de alunos no terceiro grau – deixemos o absurdo desta perspectiva para ser ponderada noutro momento –, esteve o setor privado sempre próximo das benesses estatais.

Ao menos desde 1945, as universidades e faculdades particulares recebem incentivos fiscais, processo acelerado nos anos 1970 sob a ditadura e que passou a acumular entre aquela década e a de 1980 quase 50% das matrículas, alcançando em nossos dias os aproximados 75% do alunado de nível superior. Essa, digamos, colaboração dada pelo Estado (aquele mesmo aos quais os defensores da “livre iniciativa” lançam frases de reprimenda e olhares de ironia) ao negócio privado pode ser encontrada em variados exemplos: Programa de Crédito Educativo (Creduc) – nascido em 1975 e voltado a conceder empréstimos para os discentes pagarem mensalidades e custeio ao longo da graduação –, passando por crédito a juros baixos, segundo feito em 1995 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), por meio do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, chegando a outros expedientes que incluem o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) – elaborado em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado na gestão Lula –, sem contar as isenções fiscais que alcançam escolas comunitárias e fundacionais. O Programa Universidade para Todos (Prouni), posto em funcionamento em 2004, no governo Lula, também objetiva a fornecer bolsas integrais ou parciais (a partir da nota obtida pelos estudantes no Enem) em universidades e faculdades particulares e ajudou a alavancar significativamente a rede privada de ensino superior. Enfim, trata-se de um mercado que opera na ordem de R\$ 50 bilhões/ano, com empresas de ensino mantendo capital aberto em bolsas de valores, associadas aos fundos de investimento nacionais e estrangeiros, desfilando nomes como Kroton/Cogna; Laureate; Ser Educacional; YDUQS/Estácio. É um segmento econômico agressivo, em permanente movimento de fusões e aquisições, com marcas surgindo ou desaparecendo em curto período de tempo.

Vale dizer, e sem o propósito de entrar no mérito de cada um daqueles programas de financiamento de estudantes, cursos de pós-graduação e empresas educativas,

tampouco no que possam ter representado para o acesso de milhares de alunos e alunas em cursos de terceiro grau e na realização dos seus mestrados e doutorados, o Estado, sempre associado à figura do Leviatã à beira da falência e sem força para assumir de modo substantivo o segmento educativo superior público e os institutos de pesquisa, acaba entrando em uma dança de alta performance, conquanto recebendo o tratamento de um dançarino de passos trôpegos.

### Questão de mercado

Para situar um pouco mais a abertura do mercado educacional de terceiro grau é interessante observar que, em 2017, dos 8,3 milhões de alunos matriculados, 27% cursavam a modalidade a distância (em 2007, o número era de 7%) – e se encontrava, praticamente, sob controle das instituições com fins lucrativos. Para se estabelecer um parâmetro, a pesquisa IBGE-2017 indicava que 23,8% do alunado entre 18 e 24 anos frequentava faculdade. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024 é atingir 50% dos brasileiros e brasileiras neste nível de ensino. Desnecessário considerar o tamanho do fracasso que se avizinha; e isto a despeito de inúmeras ações afirmativas e de inclusão, a exemplo da Lei Federal nº 12.711, de 2012, que garante reserva mínima de 50% das vagas nas universidades e faculdades para estudantes com percurso cumprido integralmente no ensino médio das escolas públicas.

Em contrapartida e a revelar os descaminhos do governo Jair Messias Bolsonaro, o ministro da Educação Abraham Weintraub (que encaminhou o célebre projeto natimorto “Future-se”, do qual, entre outras pérolas, consta a mudança na legislação das universidades públicas, de sorte a permitir claro processo de privatização), às vésperas de sua demissão e como o último “ato de fé”, revogou portaria (criada durante a gestão Dilma Rousseff) que garantia reserva de vagas a negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação nas instituições federais. Haja vista o caráter persecutório e carregado de ressentimento do inaudito decreto assinado pelo despropositado ministro, e sob pressão da sociedade civil e do Supremo Tribunal Federal, o MEC revogou o estúrdio. Entretanto, o simples fato de tal retrocesso haver sido colocado em movimento dá a dimensão dos desatinos que nos cercam.

### Dinheiro, pra que dinheiro?

Nos últimos anos vêm diminuindo os aportes para as despesas discricionárias (que incluem gastos básicos de manutenção predial, água, luz, limpeza, bem como bolsas de auxílio e assistência estudantil) das universidades e institutos federais, sendo que a partir de

2014 aumentou a velocidade dos cortes. Naquele ano, as universidades receberam R\$ 7,1 bilhões e os institutos federais R\$ 4,2 bilhões, atualizados os números para 2018. Em 2016, os valores caíram, respectivamente, para R\$ 6,8 bilhões e R\$ 3,4 bilhões. No ano de 2018 ocorreu nova redução, chegando a R\$ 5,8 bilhões para universidades e R\$ 3,1 bilhões para os institutos federais.

A tesoura funcionou à larga neste 2019, resultando em operação negativa que alcançou a ordem de 30% na UnB, UFF e UFBA; algo em torno de R\$ 230 milhões. A explicação para o aperto orçamentário encontrou o terreno do ridículo e já que não se avoca mais, sequer, a matemática financeira, a alegada quebra do Estado, a redução na atividade econômica e variáveis do gênero. O alvo do ataque é a chamada guerra cultural ou ideológica, um vasto guarda-chuva sob o qual ficam abrigados a negação do pensamento científico, o patrulhamento das ideias, o obscurantismo: enfim, um pacote que embrulha o radicalismo de direita formatado segundo os ditames da presente gestão federal. Conforme os tagarelas do caos a combaterem os moinhos de ventos do “marxismo cultural”, nas universidades públicas reina a balbúrdia, o esquerdismo, o eventual plantio de maconha, o baixo desempenho acadêmico. Armado de tal roteiro, que lembra as birutas de aeroporto, a ceifa do financiamento das instituições de ensino superior público prosseguiu sem constrangimentos, segundo os exemplos a seguir: a Universidade Federal do Paraná (UFPR) perdeu R\$ 48 milhões e a de Santa Catarina (UFSC), R\$ 46 milhões.

O talho para 2020 vem sendo anunciado e propõe seja retirado mais 7,4% do orçamento das Federais – na comparação com valores nominais, sem atualização da inflação. Exemplos: redução na Universidade de Brasília (UnB): 24%; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): 23,5%; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): 20%; na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): 24%. A maior restrição está dirigida à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco: 63% – trata-se de unidade ainda em fase de implantação. Dez federais tiveram suas previsões inalteradas ou com pequenas altas: a maior delas é da Universidade Federal da Bahia (UFBA): 2%.

Aqui, podemos aplicar a máxima segundo a qual mesmo o ruim sempre pode piorar. Cabe conferir qual será o tamanho e o resultado do disparate para o futuro do país.

### A moda pegou

Para não perder a onda moralizante e voltada à desvalorização do nosso ensino superior, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (certamente a sua fração governista e conservadora) conseguiu colocar em marcha um assunto só compreensível no interior da luta ideológica que se traveste de racionalização e eficiência na gestão estatal. Em abril

de 2019, foi aberta a CPI das Universidades Públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp), tendo entre os seus propósitos investigar o “aparelhamento esquerdista” e “irregularidades na gestão das universidades públicas”, mas subtemas como os da “cobrança de mensalidades” e “novas formas de escolha de reitores”, também poderiam compor a pauta a ser discutida. Vale dizer que o caráter difuso e sem objeto bem determinado – móvel legal de qualquer CPI – apenas busca ecoar os ventos que sopram no país: privatização da rede de ensino pública, acusações contra professores que estariam a serviço da difusão de ideologias exóticas, questionamento da liberdade de cátedra, disciplinarização do movimento estudantil, enquadramento dos sindicatos, espanto com a autonomia universitária: desnecessário alongar a lista cujo sentido último é o de vigiar, punir, regredir, controlar.

O relatório final da referida CPI, saído em 2020, como era do conhecimento até do reino mineral, anunciou nada ter encontrado de grave nas contas daquelas três instituições. O tema da agitação esquerdizante se perdeu no meio do caminho e o que restou do espetáculo midiático foram sugestões e platitudes para a melhoria da gestão; aberta a “caixa preta” e o seu escondidinho de malversações e deturpações políticas e morais encontrou-se a luz do sol. Entretanto, o plano desabonador – um dos propósitos a serem alcançados pelos moralizadores que solicitaram a abertura da CPI – mereceu páginas de jornal e notícias na televisão, criando heróis de cinco minutos; e não se falou mais no assunto.

Aduza-se, e isto desaparece no interior da “guerra cultural” – conforme a novilíngua dos propagandistas governamentais –, que as nossas universidades e instituições públicas de pesquisa são responsáveis por 95% da produção científica brasileira. Para exame mais detido, ver o relatório *Research in Brazil: Funding Excellence*, realizado para a Capes pela empresa americana de análise de dados Clarivate Analytics, e divulgado em 2017 – correspondente ao período 2011-2016.<sup>2</sup> Dessas universidades, 15 públicas produzem sozinhas 60% das nossas pesquisas científicas. A USP aparece no topo desta lista, sendo responsável por quase metade daquele total; a Unesp e a Unicamp, ficam, respectivamente, em segundo e terceiro lugares. A produção brasileira cresceu 30% naqueles seis anos e alcançou o 13º lugar no plano mundial.

A Web of Science consignava, em 2019, que das 50 instituições que mais publicaram pesquisas científicas no Brasil, 44 são universidades públicas (36 federais, 7 estaduais e 1 particular), 5 institutos de pesquisa e 1 instituto federal de ensino técnico.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2019

Ironicamente, como contrapartida aos dados positivos, apenas no quadriênio 2014 e 2018, os investimentos em educação caíram 56% (de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões) e, segundo a Lei Orçamentária de 2019, pode chegar a R\$ 4,2 bilhões. O ensino superior, sozinho, registrou recuo de investimentos da ordem de 15%, conforme os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Além da já referida situação das Universidades Federais, o orçamento projetado para 2020 impacta diretamente em órgãos de fomento à pesquisa. Seguem exemplos:

1. Capes: sobre a já deprimida dotação de R\$ 4,25 bilhões opera-se um redutor de 50%, restando R\$ 2,20 bilhões. A agência havia sofrido em 2019 o congelamento (a maneira mais suave é se utilizar o termo contingenciamento) de R\$ 819 milhões. Nos dias precedentes a esta palestra, o órgão anunciou o corte de 5.613 bolsas de mestrado e doutorado; somados aos comunicados anteriores, o número alcançou 11.811 bolsas.
2. CNPq: ficam mais ou menos mantidos os patamares autorizados para 2019, da ordem de R\$ 1,2 bilhão – isto considerando recuos que vinham acontecendo em anos anteriores. A agência anunciou estar sem caixa para pagar 84 mil bolsistas. O déficit em 2019 andava pela ordem de R\$ 330 milhões. Para o ano de 2020 está prometido algum “descontingenciamento”.
3. Inep: o instituto nacional voltado aos estudos e pesquisas educacionais é responsável, entre outras atividades, por avaliações do sistema federal como o Enem. O recuo de aporte financeiro foi de 30%, passando de R\$ 1,5 bilhão, em 2019, para R\$ 1,1 bilhão, em 2020.

E isto em um cenário, conforme apontado anteriormente, no qual também a pós-graduação vinha crescendo: mestrados e doutorados aumentaram significativamente ao longo de 17 anos: em 2000 eram 1.439 programas, passando em 2017 para 3.398 programas de mestrado, 2.202 com doutorado e 703 de mestrado profissional. Em 1996, existiam 67.820 alunos de pós-graduação no país – 22.198 de doutorado; 45.622 de mestrado. Em 2003: 112.237 – 40.213 de doutorado; 66.959 de mestrado acadêmico; 5.065 de mestrado profissional. Em 2019: 122.295 – 41.964 de doutorado; 76.323 de mestrado acadêmico, 4.008 de mestrado profissional. A partir mais ou menos de 2010, os cursos cresceram em média 9% ao ano, sendo a maior concentração em Humanas e Engenharias, Computação e Saúde. A USP, em 2018 registrava 267 programas de pós, tendo formado 4 mil mestres e 3 mil doutores; em finais de 2019, a nossa instituição possuía, aproximadamente, 30 mil alunos nos diferentes cursos de pós-graduação.

E a área de Comunicação passou de 10 programas em 1996 para 57 (incluindo os profissionais) em 2017 – ano de edição do último relatório Sucupira.

Em síntese, enquanto a modalidade da pós-graduação expandiu consistentemente nos últimos anos, o mecanismo de financiamento a ela correspondente decresceu. Haja vista o projeto anticientífico e de total descaso para com a pesquisa levado a termo pelo governo federal, não é preciso grande esforço no sentido de antever o difícil quadro que iremos enfrentar.

### Sobre o espanto e a perplexidade

Como se verifica, são inúmeros os desafios a serem encarados pelas instituições públicas de ensino superior, particularmente quando estamos tratando dos programas de pós-graduação, da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, do campo das artes. Frente à cruzada regressiva em andamento – e calcada ideologicamente no autoritarismo obscurantista, encarnada numa espécie de animal ornitorrinco, bicho esquisito, mas excelente metáfora para o estapafúrdio cruzamento do neoliberalismo (iliberal) com o mediévico conservadorismo –, será necessário resistir ao ataque dos novos templários. E, ao mesmo tempo, avançar na recuperação e expansão das instituições republicanas, como as universidades laicas, gratuitas, de qualidade, comprometidas com um projeto nacional emancipador e de combate ao Estado desigualitário (Thomas Piketty) que marca o nosso modelo de desenvolvimento econômico. O pacote que ora nos tentam enfiar pela garganta, misturando populismo, autoritarismo, ameaças à democracia, aplausos à ditadura e pedidos de novo AI-5, censura, regulação dos afetos, *commodities* religiosas, discriminação racial e blague com a cultura necessita ser combatido em várias frentes, sendo uma delas por meio da ação política e de pesquisa qualificada promovida pelos programas de pós-graduação.

Prof. Dr. Adilson Citelli  
ECA-USP

Dezembro 2019  
Dezembro 2020

# *Publish or perish?* A publicação científica em Ciências da Comunicação para além do produtivismo

*Richard Romancini*<sup>1</sup>

---

## **Resumo**

O texto aborda as revistas científicas, enfatizando aspectos formativos e de desenvolvimento acadêmico que elas podem propiciar, principalmente, para estudantes de pós-graduação. A discussão está estruturada em três grandes temáticas: 1) os possíveis benefícios do ingresso no sistema de revistas científicas, 2) o estado atual da avaliação dos periódicos no Brasil e 3) recomendações práticas para a publicação em revistas. Ao fim, indica-se que a publicação de artigos, ainda durante os estudos de pós-graduação, pode ser um meio para que jovens pesquisadores e pesquisadoras contornem o “efeito Mateus”. Para tanto, esforços formativos relacionados a essa atividade são importantes.

## **Palavras-chave**

Revistas científicas. Pós-graduação. Avaliação de revistas. Educação científica.

---

A publicação científica é percebida muitas vezes como um imperativo que se impõe aos estudantes de pós-graduação e pesquisadores, mais relacionado ao avanço na carreira do que com a meta de produzir e divulgar conhecimento. Esse é o dilema do chamado “produtivismo acadêmico”, definido como uma “forma de avaliação centrada na quantidade pura e simples de produções/publicações, em geral pouco lidas ou que não têm maior importância científica” (GODÓI; XAVIER, 2012, p. 456). Além disso, o produtivismo incentiva a competição na ciência, em termos institucionais (universidades, departamentos, programas de pós-graduação) e de indivíduos (discentes, docentes, pesquisadores), no que configura, para alguns, uma forma de “capitalismo acadêmico” (CASANOVA, 2001; SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

A lógica produtivista, que atravessa todas as áreas de conhecimento na atualidade, no caso das publicações científicas, pode ser sintetizada na máxima “publish or perish”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. E-mail: richardromancini@usp.br. ORCID: 0000-0002-1651-5880.

<sup>2</sup> A origem exata dessa expressão, no campo acadêmico, parece remontar à obra **The academic man: a study in the sociology of a profession**, de 1942, do sociólogo estadunidense Logan Wilson. No entanto, a expressão possuía um sentido irônico que foi

(publique ou pereça). A pressão para *publicar* está ligada, preferencialmente, aos artigos em revistas/periódicos científicos (ou *journals*) qualificados, enquanto *perecer* é uma metáfora para a diminuição dos ganhos acadêmicos (bolsas, auxílios financeiros, cargos etc.) dos pesquisadores com poucos trabalhos publicados.

A centralidade atual do artigo em revistas é justificada, pelos defensores do formato, por aspectos como a relativa rapidez de publicação, permitindo uma circulação mais ágil do conhecimento e, principalmente, pelo fato de que os periódicos possuem formas de seleção rigorosas. Disso decorre a avaliação de que

As revistas acadêmicas são hoje o principal pilar dos sistemas de divulgação, produção e financiamento científicos. Elas não apenas servem para divulgar as ideias e descobertas de uma dada pesquisa, mas sobretudo para determinar padrões do que vem a ser uma investigação acadêmica legítima e, portanto, digna de prestígio e financiamento. (CAMPOS, 2019)

A publicação dos artigos é, assim, estimulada e mais valorizada em avaliações institucionais, em detrimento de meios usuais de veiculação do saber nas ciências sociais e humanas, como os livros, apesar das críticas a essa opção. Desse modo, o histórico de publicações de um acadêmico terá impacto na sua carreira (LAURANCE et al., 2013a).

Por outro lado, a publicação científica é tradicionalmente encarada como um fator de progresso das áreas de conhecimento, com discussões clássicas da sociologia da ciência ressaltando esse papel. A discussão pública dos estudos favorece o esforço crítico e coletivo para o avanço científico.

A concepção institucional da ciência como parte do domínio público está ligada ao imperativo da comunicação de resultados. O segredo é a antítese dessa norma; a comunicação plena e franca, seu cumprimento. A pressão para difundir os resultados é reforçada pelo objetivo institucional de ampliar as fronteiras do conhecimento e pelo incentivo do reconhecimento que, obviamente, depende da publicação. (MERTON, 2013, p. 193)

A publicação é entendida, ainda, como uma espécie de compromisso de ordem social. Isso se dá, pois grande parte dos trabalhos científicos são feitos com recursos públicos,

“sendo gradativamente substituído pela imposição contundente da publicação como forma de sobrevivência e, portanto, de permanência do pesquisador na esfera acadêmica” (ZUIN; BIANCHETTI, 2015, p. 731).

portanto, a divulgação dos resultados é esperada (COIMBRA JÚNIOR, 2009). Ganha relevo, nesse sentido, a recomendação, feita por pesquisadores, instituições ou agências de fomento, da publicação em acesso aberto (*open access*), sem cobrança para os leitores.

Entretanto, quando o excesso de pressão se torna a norma, o significado idealizado da publicação científica pode se perverter no “produtivismo” aludido. Essa faceta pode se materializar em condutas questionáveis – como a “publicação salame” (*salami slicing*), ou seja, o fracionamento do que poderia ser um único artigo em vários, a publicação duplicada e o autoplágio. Daí, o relevo crescente da discussão sobre a *integridade científica* (ver ROLAND, 2007; VILAÇA, 2015; TOLSGAARD et al., 2019).

Até agora foram caracterizados dois polos do “sistema de publicação científica”, isto é, um conjunto mais ou menos articulado de publicações. São tipos “puros” que, se pensados de maneira extrema, são antagônicos: enquanto um critica a situação relacionada à publicação científica, o outro destaca a sua positividade. Entretanto, a realidade é mais complexa, e meu desejo, neste trabalho, é oferecer um olhar sobre as revistas científicas, enfatizando o componente formativo, de desenvolvimento acadêmico, que elas possuem, principalmente, para o estudante de pós-graduação.

Não se trata de negar a importância da crítica ao “produtivismo”, adotando apenas a crença idealizada nos valores positivos da publicação em revistas. Ir “além do produtivismo”, na reflexão proposta, significa entender que esse “sistema”, malgrado o fato de que seja também influenciado por forças externas (como as políticas científicas), só poderá ser aperfeiçoado por quem o conhece e interage com ele. Ao mesmo tempo, essa atuação é um aspecto importante da construção da identidade do(a) pesquisador(a).

Utilizo na discussão literatura sobre os pontos de interesse, mas também minha experiência como agente desse sistema, como leitor, autor, avaliador e participante de comitê editorial, estruturando o texto a partir de três grandes temáticas: 1) os possíveis benefícios do ingresso no sistema de revistas científicas, 2) o estado atual da avaliação dos periódicos no Brasil e 3) recomendações práticas a respeito da publicação em revistas.

### Benefícios do sistema

Conforme as revistas se adaptaram ao ambiente digital – salvo engano, não há revista importante da área da Comunicação apenas com versão impressa –, os processos que envolvem o acesso, a submissão, a publicação e a divulgação dos artigos científicos foram facilitados. Isso não se dá somente com as revistas, outras formas da literatura científica (teses, anais de congressos etc.) também ganharam impulso.

A ambiência digital fortalece o sistema, além de outros fatores como o crescimento da pós-graduação em Comunicação (eram 14 programas da área em funcionamento em

2000, 36 em 2010 e hoje, dez anos depois, são 56<sup>3</sup>). Os docentes e discentes são potenciais consumidores e produtores de literatura científica.

Assim, falando de pontos favoráveis desse contexto, principalmente para os estudantes, quanto ao papel de *leitor*, se tornou bem mais fácil utilizar artigos científicos, inclusive estrangeiros. As buscas on-line, em bancos de dados ou em ferramentas mais gerais, como a do Portal de Periódicos Capes (<<https://www.periodicos.capes.gov.br/>>) e o Google Acadêmico (<<https://scholar.google.com/>>), permitem a feitura de revisões bibliográficas qualificadas, mais rápidas e com o possível acesso a textos completos.

Para a nova geração de estudantes, essa realidade é banal, mas não era incomum, ainda no final da década de 1990, que os pesquisadores se deslocassem para ter acesso a certo texto numa biblioteca de outra cidade ou que tivessem que aguardar a volta de um amigo do exterior, que traria algum trabalho indisponível no país.

Essa vantagem é também uma responsabilidade: é possível esperar que os projetos de pesquisa e estudos busquem se situar, de maneira mais refinada, no “estado da arte” de seus objetos. É difícil imaginar, nos dias de hoje, um projeto de pesquisa que utilize em suas referências apenas livros, visto que as revistas acabam publicando o “conhecimento de ponta”. Para dar um exemplo, a revista *MATRIZES*, na qual atuo como editor-executivo, possui um artigo de Thompson (2018), no qual o autor atualiza sua teoria interacional da mídia. Um pesquisador que utiliza a teoria do autor apenas a partir do livro em que ela foi inicialmente exposta, de 1995, estará desatualizado.

Outra característica formativa importante do consumo de revistas científicas é a aquisição de familiaridade com as formas de argumentação e exposição científicas de trabalhos qualificados, bem como metodologias e teorias atualizadas. A contínua leitura de artigos científicos permite ao jovem pesquisador se preparar para o papel de *autor*.

Nessa situação, em primeiro lugar, o candidato deve localizar uma revista que, por certas características, possa bem acolher seu trabalho (em tópico seguinte, alguns pontos sobre isso serão abordados), o que será uma forma de conhecer o conjunto de revistas da área. Além disso, o pós-graduando poderá exercitar os variados gêneros publicados nelas, obtendo *feedbacks*, diferentes dos de seu orientador, sobre o que produz.

Se o texto é aprovado, a publicação torna o autor mais conhecido, o que pode favorecer intercâmbios científicos (convites para bancas, eventos etc.) e o conhecimento de pesquisadores que investigam temas correlatos. A partir das citações a seus trabalhos, recuperáveis por perfis como o do Google Acadêmico Citações (<https://scholar.google.com/citations>), o pesquisador poderá ver as pessoas que têm interesse em suas pesquisas, conhecendo ainda estudos potencialmente úteis.

3 Conforme dados da Plataforma Sucupira: Disponível em: <<https://bit.ly/2Eu13WQ>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Conforme alguém se torna mais conhecido e associado à investigação de algum tema, por suas publicações, poderá ser convidado para atuar como avaliador/parecerista de revista. Esse trabalho, apesar de geralmente anônimo<sup>4</sup> e não remunerado, é vital para a busca da qualidade pelas revistas. E o convite é um reconhecimento do saber adquirido. Atuar como parecerista é trabalhoso, mas traz vantagens ao pesquisador:

Escrever um parecer é uma ótima maneira de se manter a par das pesquisas mais recentes, de impressionar os editores das revistas mais importantes e de aprimorar sua análise crítica. A prática permite aprender também como revisar um manuscrito, detectar erros recorrentes nos artigos e melhorar suas chances de ser bem-sucedido em seu trabalho autoral. (WILKINSON, 2017)

Entretanto, um jovem pesquisador pode ter dificuldades ao fazer os primeiros pareceres. Isso ocorre, basicamente, por três motivos: 1) o gênero textual “parecer” se caracteriza, em geral, pela confidencialidade, o que impede a circulação de textos que poderiam ter caráter exemplar, 2) a relativa ausência de cursos e disciplinas que formem os pós-graduandos para exercer a função de revisor e outros papéis da editoração científica, e 3) a necessidade que o avaliador tem de saber como o periódico se situa dentro do sistema de publicações de uma área.

Nesse sentido, a consulta a bons materiais na internet, como a coleção de recursos abertos de treinamento para revisores das revistas da Public Library of Science (PLOS) (<<https://plos.org/resources/for-reviewers/>>), bem como a leitura de textos sobre “como redigir um parecer” (WILKINSON, 2017; PORTO; GURGEL, 2018; CAMPOS, 2020), podem ser estratégias de autoformação. Essas leituras devem, no entanto, ser contextualizadas, no caso de cada parecer, pelas eventuais normas ou diretrizes das revistas. Por vezes, certos periódicos publicam textos mais extensos, como editoriais, com discussões sobre o que esperam dos pareceristas (cf. MARTIN, 2016). Mais comuns, entretanto, são pequenos textos e questões com alternativas que acompanham os formulários de parecer, indicando diretrizes para a elaboração da peça.

A respeito do segundo ponto, talvez, atividades formativas mais flexíveis, como oficinas, palestras, oferta de estágios em revistas para pós-graduandos, possam minorar

4 Existem propostas de modelos de revisão nos quais se adota uma avaliação “aberta”, diferentemente da tradicional avaliação duplo-cego (*double-blind review*), ou seja, aquela em que o autor não sabe quem fez o parecer para seu texto e o avaliador não tem acesso ao nome de quem escreveu o artigo. Entretanto, desconheço revista da área da Comunicação que adote alguma prática alternativa de revisão por pares. Vale notar, ainda, que as revistas, muitas vezes, emitem atestados da feitura de parecer, assim como publicam listas com o nome dos pareceristas de determinado ano. O currículo Lattes possui um campo para a inserção das revistas para as quais alguém emitiu parecer. Enfim, essas são formas de reconhecimento dessa tarefa.

o problema apontado – se já não o fazem. O último ponto remete a uma dúvida comum ao se elaborar um parecer: a avaliação feita está sendo rigorosa demais ou leniente (CAMPOS, 2019)? O conhecimento interno da publicação pode ajudar, mas também é necessário entender qual a posição que ela ocupa no sistema de publicações de uma área. Exemplificando: é esperado que a avaliação para uma revista que tem a proposta de acolher trabalhos de pesquisadores em formação adote critérios mais brandos do que uma que procura publicar pesquisas maduras e inovadoras. Voltarei a esse ponto, na discussão do tópico sobre a escolha de uma revista para publicar.

Ao ingressar em um *comitê editorial* de revista acadêmica, em determinada função (revisor textual, assistente editorial, membro do comitê ou editor, por exemplo), há mais um passo na inserção no sistema de publicações. O leque de habilidades necessárias para realizar os serviços relacionados com a edição das revistas inclui um conhecimento geral do campo de estudos (para sugerir, por exemplo, pareceristas); capacidades de trabalho em equipe e comunicação textual, já que a interação com diferentes partes do processo editorial se faz necessária, geralmente via os sistemas de gestão/publicação das revistas ou correio eletrônico; competências administrativas, para buscar recursos e apoio, elaborar relatórios, entre outras dimensões.

### A avaliação das revistas científicas

Conforme os acadêmicos passam a ser cada vez mais pressionados para que publiquem, num impulso global do “publish or perish”, os veículos se multiplicam e, nesse bojo, surgem as “revistas predatórias” (cf. MARQUES, 2019 e MCKENZIE, 2019), ou seja, periódicos, sem processos editoriais sérios, que tem o objetivo principal de ganhar dinheiro pela cobrança de “taxas” para a publicação de artigos de autores incautos. Do ponto de vista dos autores, a existência de mecanismos de avaliação tem, assim, a vantagem de ajudá-los na escolha dos periódicos, evitando essas revistas.

Ao mesmo tempo, e de maneira mais estrutural como justificativa da constituição de modelos avaliativos, os sistemas de classificação de revistas científicas podem ser usados em avaliações institucionais. É essa a origem do Qualis Periódicos (<<https://bit.ly/2Ev20hJ>>), “um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos”,<sup>5</sup> criado, em 1998, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), agência federal que avalia a pós-graduação brasileira.

Antes ainda, no início da década de 1990, foram adicionados indicadores quantitativos à avaliação dos programas, entre eles, a quantidade de artigos publicados. Uma decorrência natural disso foi o desenvolvimento do Qualis, pela impossibilidade, dado o alto número, de avaliação individual dos artigos produzidos pelos pesquisadores.

Na sistemática do Qualis, até o momento, os periódicos são analisados por comitês, conforme as áreas de avaliação da pós-graduação da agência, somente avaliando (fornecendo uma classificação) periódicos em que os discentes e docentes dos programas da área publicaram em determinado período. Isso significou, nas avaliações do triênio 2010-2012 e no quadriênio 2012-2016, respectivamente, 1.233 e 1.229 revistas estritamente científicas (LISSOVSKY; BRÄSCHER; EGGERT-STEINDEL, 2016).

A avaliação tomava por base alguns critérios gerais e outros da própria área, que eram divulgados em documentos sobre o tema. As publicações eram classificadas em estratos, conforme a relevância, correspondendo, na avaliação do quadriênio 2013-2016, a oito níveis: A1 e A2, os mais elevados; B1 a B5; e C, o mais baixo (periódicos sem caráter científico-acadêmico). Um critério geral para as áreas era o das chamadas “travas de proporcionalidade”, ou seja, limites para percentuais em cada estrato. Assim a porcentagem de revistas de A1 + A2 não poderia ser superior a 25% de todas os periódicos avaliados e a porcentagem de A1 + A2 + B1 não poderia ser de mais da metade dos periódicos com classificação no período.

Por outro lado, as diretrizes adotadas pela área da Comunicação e Informação, especificamente, foram três: 1) Definição de periódico científico, 2) Características mínimas (Editor responsável; Comissão editorial; ISSN etc.), e 3) Critérios e parâmetros para classificação (Indexação em bases de dados; relevância para a área; ser publicado por instituição com pós-graduação *stricto sensu* etc.) (LISSOVSKY; BRÄSCHER; EGGERT-STEINDEL, 2016).

O próximo Qualis Periódicos, válido para a avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação (2017-2020), prevê alterações no modelo anterior, sendo as principais, conforme o Ofício nº 6/2019-CGAP/DAV/CAPES (CAPES, 2019): a adoção de uma lista única de classificação para todas as áreas – anteriormente, o periódico poderia ter avaliações diversas, dependendo da área, enquanto nesse novo sistema valerá a da chamada “área mãe”; a classificação das revistas com base no uso combinado de indicadores bibliométricos e um modelo matemático, e a classificação das revistas em oito estratos, de A1 (o maior) a A4 e de B1 a B4 (o menor).

Os indicadores bibliométricos correspondem às citações da revista dentro de três bases: Scopus (CiteScore), Web of Science (Fator de Impacto) e Google Scholar<sup>6</sup> (índice

<sup>5</sup> Plataforma Sucupira. Disponível em: <<https://bit.ly/2PktFnF>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>6</sup> Como muitas revistas da área da Comunicação possuem apenas esse indicador, vale a pena informar o endereço onde é possível pesquisar o h5 de um periódico, disponível em: <<https://bit.ly/3i2WcKO>>. É interessante também notar que, a partir da página informada, se pode verificar pelo caminho “Categorias > Humanities, Literature & Arts > Communication”, quais são as revistas da Comunicação com maior h5.

h5). Para as revistas não indexadas nas bases Scopus e Web of Science, foi criado um modelo de regressão para estabelecer a relação do índice h5 com o CiteScore. Há ainda o caso de revistas que não possuem nenhum dos indicadores mencionados; nesse caso, ao menos na área da Comunicação e Informação, foi utilizado o software Publish or Perish para o cálculo do h5 (D'ALMONTE; PINHO; SILVA, 2019).

Esse modelo deverá ser adotado pela Capes, apesar das críticas feitas por parte dos acadêmicos, que também eram comuns para a metodologia anterior, por sinal (cf. KELLNER, 2017; FERNANDES; MANCHINI, 2019). Na verdade, sobre a avaliação científica, sempre existem controvérsias e discussões, sobre vários pontos. Assim, enquanto alguns acreditam que a lista única de periódicos é positiva, ao eliminar as discrepâncias das avaliações por área (BARATA, 2016; SOMA, ALVES; YANASSE, 2016), outros criticam a própria ideia de uma única avaliação que ignore as especificidades delas (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA et al., 2019); a tendência ao elemento quantitativo da avaliação, que já era criticada antes (PIRES; POFFO, 2018), se acentua na nova proposta, porém, alguns pesquisadores defendem o caráter mais objetivo da avaliação por indicadores bibliométricos de citação (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019).

É desnecessário, em função do objetivo do trabalho, descrever as minúcias desses debates. Há, porém, um último ponto que é válido notar, para falar de efeitos do Qualis nas áreas de conhecimento. Embora autores como Barata (2016) observem que os resultados do Qualis Periódicos não devem ser utilizados na avaliação do desempenho de indivíduos, para se escolher um *journal* para publicar ou para os editores solicitarem apoios financeiros a suas revistas, na prática, isso ocorre com frequência. O Qualis acaba tendo um papel indutor de comportamentos, indo além de suas características e limitações. Para Kellner (2017), esses usos inadequados eram previsíveis e são, por vezes, estimulado pelas próprias agências de fomento, quando, por exemplo, lançam editais de apoio a revistas, mas exigem que elas estejam classificadas em determinado estrato de avaliação, desse modo, práticas desse tipo se generalizam (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019).

### Recomendações gerais para publicação em revistas

Este último tópico central do texto é dividido em três dimensões voltadas a favorecer a produção de textos que possam ser submetidos a revistas, bem como a escolha dos periódicos adequados a eles: a) considerações sobre o gênero textual e características dos textos, b) a necessária adequação entre o trabalho e a revista, e c) recomendações práticas para a publicação em revistas.

Sobre a inicial, vale destacar que os textos submetidos a revistas (principalmente artigos de pesquisa empírica ou bibliográfica e ensaios, mas também resenhas e entrevistas)

devem ser mais maduros e inovadores do que no caso de outros gêneros científicos. Assim, as próprias resenhas publicadas em revistas devem ter componentes de reflexão e avaliação mais avançados do que a resenha, mais próxima do “fichamento”, voltada apenas ao estudo do autor.

Os textos devem também ter suficiente unidade e completude. É possível exemplificar essa característica com dois tipos de observação crítica feitas, por vezes, por pareceristas quanto a um texto. Há censura quando se avalia que o texto parece mais um “projeto de pesquisa” do que um “artigo”, o que é natural já que o primeiro gênero é uma proposta, um planejamento de uma pesquisa que não precisa ter resultados concretos. Ao contrário, são esperados, pelo menos em certa medida, resultados mais conclusivos no artigo científico e mesmo no ensaio. Também há observações que justificaram a não aprovação de um artigo devido ao texto ter, sobretudo, características de um “trabalho final de disciplina de pós-graduação”. Aqui, o que se coloca é que, no caso dos trabalhos conclusivos de curso, o elemento de sistematização do conhecimento é, geralmente, aceitável. Porém, o artigo científico deve procurar fazer acréscimos ao que se sabe, trazendo contribuições próprias.

Os pesquisadores e pesquisadoras podem, ainda, produzir trabalhos que tenham a característica de “obra em progresso”, o que é o caso, geralmente, dos chamados “artigos de trabalho” (*working paper*), textos de circulação mais ou menos restrita, que poderão – conforme se espera – receber contribuições críticas. Por vezes, esse é também o caso de artigos encaminhados para eventos científicos. O que se destaca aqui é o caráter ainda inacabado do trabalho. Mas os artigos submetidos a revistas, como regra geral, devem evitar esse aspecto. Há certas revistas que consideram, também, que trabalhos publicados em anais de eventos perdem o “ineditismo”, então, esse é outro ponto que merece atenção. Mas isso já nos leva ao próximo aspecto da discussão.

Desse modo, é importante, em relação à adequação do texto a uma revista, em termos normativos e formais, ler com atenção e ter em mente aspectos indicados nas “diretrizes para autores” das publicações. Entre outros pontos, os periódicos informam em suas páginas na internet a extensão máxima dos trabalhos, como eles devem ser formatados (fonte, entrelinha etc.), a normatização indicada para os textos (ABNT ou APA, por exemplo), a possível exigência de titulação mínima do autor, políticas de plágio e de originalidade dos trabalhos. A atenção a esses aspectos pode evitar recusas na etapa inicial, quando a revista avalia se deverá encaminhar o artigo para pareceristas ou não.

Um artigo pode ser devolvido ao autor por não cumprir, por exemplo, as recomendações para que a revisão seja efetivamente cega. Quando o manuscrito traz o dado de autoria ou em algum trecho é feita a exposição disso, esse aspecto é prejudicado.

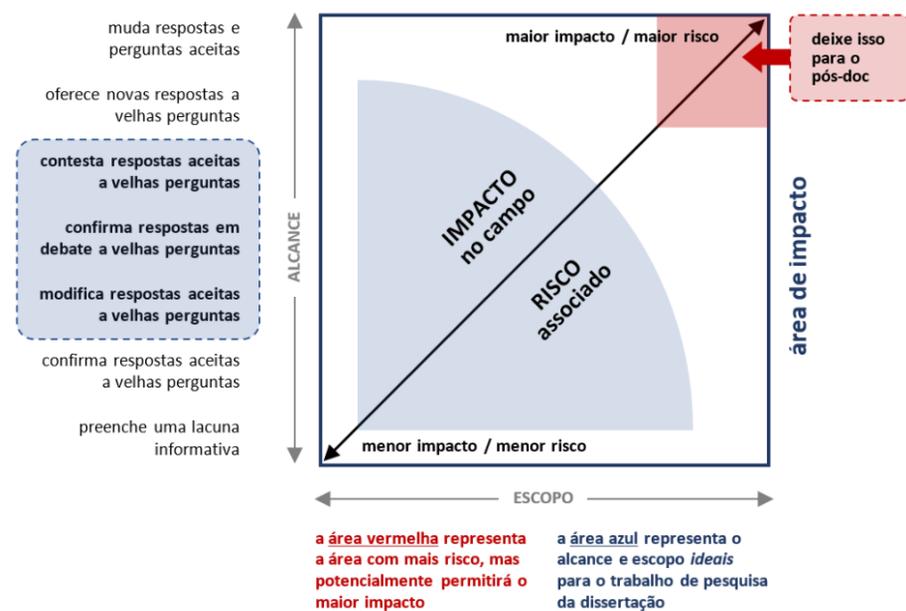
A escolha de um periódico para a submissão deve levar em conta, entre outros aspectos, de acordo com Barata (2016, p. 17),

o público-alvo do próprio artigo, o escopo dos diversos periódicos em um mesmo campo científico, a credibilidade, a rapidez no processo de julgamento e de publicação, a competitividade expressa pela taxa de rejeição, a circulação que os periódicos têm na comunidade de interesse e seu prestígio, o que pode ser indiretamente avaliado por diferentes medidas de impacto.

Alguns desses aspectos são informações objetivas localizáveis nos próprios sites das revistas, como o escopo e a taxa de rejeição. Outros, porém, dependem de um conhecimento maior e em parte subjetivo, cuja aquisição está ligada à participação do pesquisador como leitor das revistas, assim como discussões com colegas. Por outro lado, a reflexão sobre o “público-alvo” compreende também o que seria uma autoavaliação do autor sobre os resultados de seu trabalho.

Retiro o argumento para essa reflexão de uma proposta de Tilly (2006), na qual o autor desenvolve um esquema (Figura 1) para recomendar dimensões do *escopo* e *alcance* de um estudo mais adequadas para teses e dissertações acadêmicas.

Figura 1 – Alcance e escopo ideais para um trabalho acadêmico (tese, dissertação)



Fonte: Adaptado de Tilly (2006).

O *alcance* do trabalho (eixo y) expressa níveis de contribuição que vão das menores – nos quais, por exemplo, ele apresenta mais evidências em apoio a argumentos

existentes – às mais significativas – quando o trabalho traz novas evidências que apoiam determinado argumento numa controvérsia científica – até, por fim, às contribuições inovadoras, ou seja, as que contêm ideias aparentemente novas no campo de estudo.

O *escopo* (eixo x), por sua vez, apresenta crescimento nos âmbitos ou nas instâncias no tempo e no espaço que as conclusões do trabalho compreendem. Assim, o estudo da relação entre rádio e autoritarismo numa cidade num curto período de tempo teria um escopo menor do que de outro trabalho com a mesma preocupação feito em um ou mais países ao longo de décadas.

Conforme o alcance e o escopo do trabalho crescem, o potencial de impacto do trabalho também aumenta; por outro lado, há uma correlação direta entre esse aumento do caráter inovador do estudo e o risco do trabalho sofrer oposições e críticas, em relação às suas descobertas. Na discussão de Tilly, a ênfase é para que os pesquisadores em formação atinjam níveis significativos quanto aos resultados, mas sem ter a preocupação imediata de produzir estudos com forte inovação, pois trabalhos desse tipo, mais complexos, podem requerer, além de ambição, mais maturidade e conhecimentos.

Aqui, numa discussão voltada à escolha de revista científica para um artigo, interessa que o pesquisador procure, numa sincera autorreflexão, avaliar o quanto o seu trabalho é inovador, tendo em mente que as revistas de maior prestígio, mais influentes, tendem a dar preferência a esse tipo de estudo. Não é apenas para diminuir o número de submissões que muitas revistas impõem regra preliminar de aceite de trabalhos apenas para doutores já formados ou doutorandos. O ponto é que mestrados e doutorados são estudos de pesquisadores em formação; cobrar um alto grau de inovação chega a ser injusto, principalmente para as dissertações de mestrado.

Mas é exatamente por isso que um sistema de periódicos é diverso: outras revistas poderão acolher boas contribuições científicas que tenham, entretanto, alcance e escopo mais restritos. Assim, o conhecimento sobre as revistas ajuda a quem deseja submeter um artigo a buscar a “combinação” mais adequada entre ele e uma publicação.

A aderência do texto a uma revista específica envolve também as características ligadas ao perfil da revista. Desse modo, uma que se declare interessada em expandir o conhecimento sobre o audiovisual terá pouco interesse num artigo de análise de jornais. Ler as declarações de “foco e escopo” das revistas é uma prática básica, bem como conhecer o que ela pública; num plano ideal, sendo leitor do periódico. Afinal, a pergunta que todo candidato a autor deve fazer é: por que publicar nesta revista e não em outra?

Dito isso, gostaria de concluir com algumas recomendações práticas que julgo importantes. Algumas podem parecer óbvias, no entanto, em minha experiência como editor percebo negligência em relação a certas questões comentadas, talvez por falta

de informação. Como atitudes cuidadosas evitam problemas na publicação científica e na reputação do autor vale a pena destacar esses pontos:

- *Nunca submeta, ao mesmo tempo, um texto para duas revistas.* Já tive o dissabor de ver um texto que estava sendo avaliado em *MATRIZES* ser publicado em outra revista. O artigo, evidentemente, foi cancelado, mas o trabalho feito pela revista (análise inicial, busca de pareceristas) foi perdido.
- *Cuidado com o que possa ser entendido como plágio ou autoplágio.* Como se disse, a leitura das observações das políticas das revistas sobre o entendimento que elas têm sobre o assunto é uma precaução. E, para maior compreensão do tema, a consulta ao *Código de boas práticas científicas* da Fapesp (FAPESP, 2014) é útil.
- *Procure ser formal, objetivo e polido nas comunicações com o editor,* lendo com atenção as orientações dadas por ele. As equipes editoriais são ocupadas e, embora não seja errado solicitar informações sobre a revista ou eventual texto submetido, elabore textos com demandas claras e que não estejam já respondidas nas orientações públicas do periódico. Ainda sobre a comunicação com a revista, no caso das submissões já feitas, de tempos em tempos entre na área do sistema da revista para ver o estado do artigo. Isso pode prevenir problemas como quando uma publicação envia um e-mail que vai para a caixa de spam do destinatário.
- *Considere com atenção a possibilidade de ser parecerista.* Essa é uma boa maneira para cultivar relações com as revistas, como já dito. Caso não se sinta à vontade para dar um parecer (reconhece o autor, não tem suficiente conhecimento ou especialidade etc.), comunique o editor. Porém, assumindo esse encargo, não faça pareceres “genéricos” ou sem clara recomendação. Ao mesmo tempo, faça avaliações críticas parecidas com as que gostaria de receber, isto é, seja respeitoso e, ainda que possa indicar fragilidades do trabalho, aponte também os méritos.
- *A cada momento da formação acadêmica correspondem expectativas de publicação.* Em outras palavras, a coautoria, como segundo autor, não é mal-vista nos estágios iniciais da carreira acadêmica (mestrado, doutorado), assim como a publicação de peças, como resenhas, menos complexas. Entretanto, à medida que a formação progride, espera-se também avanço nos tópicos mencionados, ou seja, que um pesquisador publique mais artigos científicos em autoria única ou como autor principal. A coautoria com autores de outras instituições ou países, aliás, tende a ser valorizada, num contexto em que aspectos como a interdisciplinaridade e a internacionalização do trabalho acadêmico são bem-vistos. Além disso, podem ajudar a produzir pesquisas de mais qualidade e interesse.
- *Autocitações devem ser feitas com parcimônia e coerência.* Nada impede, podendo até ser útil, que um pesquisador sustente argumentos de um texto em trabalhos prévios

próprios – deve, entretanto, se precaver para não tornar evidente a autoria no manuscrito do artigo a ser avaliado. Porém, quando a autocitação parece ser, sobretudo, uma estratégia de “autopromoção”, isso depõe contra a imagem do autor. Ainda sobre citações, não é obrigatório citar texto já publicado na revista para o qual se submete trabalho. Contudo, parece uma falha ignorar algum estudo relevante que tenha sido editado por ela, sobre o tópico do artigo.

- *O cálculo da temporalidade das publicações é incerto, mas há estratégias para tentar estimar ou garantir um fluxo mais favorável.* Como as revistas dependem de pareceristas que atuam sem receber ganho financeiro e num momento em que os acadêmicos possuem um conjunto considerável de outras tarefas, o término do ciclo de avaliação de um artigo pode ser mais demorado do que o desejado. Ao mesmo tempo, as revistas podem possuir muitas submissões e mesmo trabalhos já aprovados esperando publicação. Isso faz com que os artigos entrem numa fila. Desse modo, os prazos de publicação podem se alongar, prejudicando o eventual planejamento dos autores quanto ao “fluxo de publicação” idealizado por eles. Um prazo de dois anos do início da redação do trabalho à publicação de um artigo não é incomum.<sup>7</sup> Nessa perspectiva, alguns recomendam só iniciar um novo artigo após ter duas peças sendo avaliadas por revistas (WHITAKER, 2019), para dar foco e não dispersar energias. Ter vários manuscritos inseridos no processo avaliativo de revistas também assegura “mais oportunidades de publicação, e um sim em um trabalho sempre ajuda a atenuar a decepção por um não” (SACHAR, 2019, tradução nossa). Diante da temporalidade incerta de publicação é interessante acompanhar as chamadas para dossiês e números temáticos divulgados por revistas,<sup>8</sup> pois, nesses casos, tende a haver um cronograma preestabelecido. Além disso, a publicação em seções ou edições temáticas pode dar mais visibilidade ao trabalho, para um público-leitor interessado no assunto.
- *A submissão para revistas estrangeiras exige cuidados quanto à linguagem e ao contexto.* Caso submeta texto em língua diferente do português, procure fazer com que a última revisão seja feita por um *native speaker*. Há sites que oferecem serviços de revisão. Textos vertidos para o inglês ficam de 10% a 15% menores. Esse ganho de espaço pode ser útil para adicionar informações contextuais relevantes para o leitor estrangeiro.
- *Rejeições são um fato da vida, que pode ser lamentado, mas não superestimado.* Após uma não aprovação, “junte os cacos” (SACHAR, 2019), leia com atenção os pareceres

<sup>7</sup> Tirei essa informação de Whitaker (2019) e resolvi verificar prazos, no caso de meus três últimos artigos publicados dentro do fluxo normal (não dossiês) de revistas. Cheguei ao seguinte resultado: 16, 5 e 9 meses. Note-se que não contabilizei os períodos de planejamento da pesquisa, leituras prévias e coleta de dados, anteriores à redação dos trabalhos, o que aumentaria ainda mais os prazos.

<sup>8</sup> Uma forma para acompanhar esse tipo de CFP (*Call for Papers*) é ingressar em listas de mensagens da área da Comunicação, como a nacional Compós (<[https://www.compos.org.br/lista\\_discussao.php](https://www.compos.org.br/lista_discussao.php)>) e a internacional CommList (<<http://commlist.org/>>).

e avalie o que será mais conveniente fazer. Isso pode envolver ajustes (maiores ou menores) no trabalho e resubmissão ou submissão a outra revista, desmembramento do *paper* etc. As frustrações e fracassos fazem parte da vida acadêmica, não apenas na etapa de comunicação do trabalho. Um diferencial dos pesquisadores que alcançam alto reconhecimento e prestígio parece ser, conforme Merton (1968) descreve em relação a ganhadores do prêmio Nobel, justamente a capacidade de assimilar constantes falhas sem dano psicológico aparente.

### Considerações finais: o “efeito Mateus” e o jovem pesquisador

O reconhecimento científico tem mais relação com a qualidade do que com a quantidade do que se publica – e nesse ponto a crítica ao “produtivismo” é, sem dúvida, pertinente. A “qualidade” da pesquisa está relacionada ao valor que as ideias têm para os pares, a ponto de merecerem ser discutidas e reconhecidas como acréscimos ao estado do conhecimento. No entanto, não basta alguém fazer indagações ou descobertas significativas: é necessário publicar e comunicar os pensamentos.

Por outro lado, em si mesma, a publicação pode ser vista como um dos elementos do reconhecimento acadêmico sujeitos ao chamado “efeito Mateus”,<sup>9</sup> com o qual Merton (1968, 1988) procurou descrever o fenômeno de má alocação de crédito pelo trabalho científico a partir de uma desigualdade explicada pelo “princípio da vantagem cumulativa que opera em muitos sistemas de estratificação social, produzindo o mesmo resultado: os ricos ficam mais ricos, na mesma razão que os pobres tornam-se relativamente mais pobres” (MERTON, 1968, p. 62, tradução nossa). Em outras palavras, cientistas e organizações com alto grau de reconhecimento “recebem créditos desproporcionalmente grandes por suas contribuições para a ciência, enquanto aqueles relativamente desconhecidos tendem a obter créditos desproporcionalmente pequenos por suas contribuições ocasionalmente comparáveis” (MERTON, 1988, p. 607, tradução nossa).

A chamada Lei de Lodka, da bibliometria, postula que, nos campos científicos, um pequeno número de autores, entre 5% e 6%, publica a metade dos trabalhos e essa distribuição enviesada se acentuaria no uso (medido por citações) dos trabalhos (cf. MERTON, 1988, p. 611-612). Essa elite científica, porém, só é muito citada porque é lida – isto é, publica, potencialmente como visto, também com protagonismo.

Por isso, entender o que faz os jovens pesquisadores serem bem-sucedidos, em relação às publicações, ao longo de sua carreira, é uma indagação interessante. A

<sup>9</sup> Devido ao trecho bíblico: “Ao que tem, se lhe dará e terá em abundância, mas ao que não tem será tirado até mesmo o que tem” (Mateus 13:12).

pesquisa de Laurance et al. (2013b) sonda esse aspecto, a partir da análise de dados de acadêmicos da área de Biologia de quatro continentes. Nesse estudo, são avaliados os efeitos das variáveis gênero, língua nativa, prestígio da instituição em que se obteve o título de doutor e a data da primeira publicação científica (relacionada ao ano de conclusão do doutorado). É justamente a capacidade de ter publicado durante o doutorado, de acordo com a pesquisa, o aspecto que se correlaciona mais fortemente com o sucesso de longo prazo na carreira científica, conforme o número de publicações posteriores.

Não se sabe se essa dinâmica também ocorre na área da Comunicação, que aguarda pesquisas que averiguem essa hipótese. Se ela ocorre, estimular a publicação antes do término do doutorado pode ser uma das estratégias para que jovens pesquisadores contornem, em alguma medida, o “efeito Mateus” quanto às publicações. Porém, constatando ou não a hipótese exposta, a publicação de artigos continua sendo “uma habilidade complexa e desafiadora” e é apenas quando “um/a jovem cientista começa a dominar esse processo [que] seu caminho fica menos árido. Torna-se mais fácil ter outros trabalhos aceitos, ganhar financiamentos, bolsas e obter mais oportunidades de pesquisa” (LAURANCE et al., 2013a, tradução nossa).

Nesse sentido, concluindo, a educação de pós-graduando/as para que publiquem em revistas científicas possui importância. Assim, esforços educativos podem ter um efeito igualitário para favorecer as oportunidades de estudantes a respeito dessa prática.

### Referências

- BARATA, R. de C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, 2016. doi: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>.
- CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA et al. Contribuições ao debate sobre a avaliação da produção científica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 10, e00173219, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00173219>.
- CAMPOS, L. A. Como redigir um parecer acadêmico? *Blog DADOS*, Rio de Janeiro, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39UjTST>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- CAPES. *Ofício nº 6/2019-CGAP/DAV/CAPES*. Brasília: Capes, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/31cYOyU>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- CASANOVA, P. G. A nova universidade. In: GENTILI, P. (Org.). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez; Clacso, 2001. p. 217-232.
- COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2092-2093, 2009. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001000001>.
- D'ALMONTE, E. F.; PINHO, F. A.; SILVA, J. L. C. *Relatório do Qualis Periódicos – Área 31: Comunicação e Informação*. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2DsT4ca>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FAPESP. **Código de boas práticas científicas**. São Paulo: Fapesp, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2PiZgpM>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FERNANDES, G. A. A. L.; MANCHINI, L. de O. How QUALIS CAPES influences Brazilian academic production? A stimulus or a barrier for advancement? **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 285-305, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-3006>.

GODÓI, C. K.; XAVIER, W. G. O produtivismo e suas anomalias. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 456-465, 2012. doi: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000200012>.

KELLNER, A. W. A. The Qualis system: a perspective from a multidisciplinary journal. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 89, n. 3, p. 1339-1342, set. 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/0001-37652017893>

LAURANCE, W. F. et al. Predicting who will publish or perish as career academics. **The Conversation**, Boston, 23 set. 2013a. Disponível em: <https://bit.ly/31hcybV>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LAURANCE, W. F. et al. Predicting publication success for biologists. **BioScience**, Washington, DC, v. 63, n. 10, p. 817-823, out. 2013b. doi: <https://doi.org/10.1525/bio.2013.63.10.9>.

LISSOVSKY, M.; BRÄSCHER, M.; EGGERT-STEINDEL, G. **Considerações sobre Qualis Periódicos: Ciências Sociais Aplicadas**. Brasília: Capes, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/31jzt6o>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MARQUES, F. Mais conhecimento sobre revistas predatórias. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 286, dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2PkjAXJ>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MARTIN, E. How double-blind peer review works and what it takes to be a good referee. **Current Sociology**, Londres, v. 64, n. 5, p. 691-698, 2016. doi: <https://doi.org/10.1177/0011392116656711>.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Qualis Periódicos: el sistema brasileño de evaluación de revistas. **Anuario ThinkEPI**, Madrid v. 13, e13e01, 2019. doi: <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2019.e13e01>.

MCKENZIE, L. Researchers tackle predatory publisher awareness. **Inside Higher Ed**, Washington, DC, 26 set. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Pm1RiL>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MERTON, R. K. The Matthew effect in science: the reward and communication systems of science are considered. **Science**, Washington, DC, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968. doi: <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>.

MERTON, R. K. The Matthew effect in science, II: cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. **Isis**, Chicago, v. 79, n. 4, p. 606-623, 1988. doi: <https://doi.org/10.1086/354848>.

MERTON, R. K. A ciência e a estrutura social democrática. In: MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia; Editora 34, 2013. p. 181-198.

PIRES, G. D. L.; POFFO, B. N. A avaliação da pós-graduação em Educação Física e suas implicações para os periódicos da área: “publicar ou perecer” vale também para os editores. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 111-126, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p111>.

PORTO, F.; GURGEL, J. L. Sugestão de roteiro para avaliação de um artigo científico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 111-116, 2018. doi: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.12.002>

ROLAND, M.-C. Publish and perish. Hedging and fraud in scientific discourse. **EMBO Reports**, Oxford, v. 8, n. 5, p. 424-428, 2007. doi: <https://dx.doi.org/10.1038%2Fsj.embor.7400964>.

SACHAR, C. O. Picking up the pieces. **Inside Higher Ed**. Washington, DC, 15 ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/33jnd8K>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic capitalism and the new economy: markets, state and higher education**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.

SOMA, N. Y.; ALVES, A. D.; YANASSE, H. H. O Qualis Periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, 22 dez. 2016. doi: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1128>.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44>

TILLY, C. **Selecting a dissertation topic: range and scope**. Apresentação de Power Point, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3gsFnIX>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

TOLSGAARD, M. G.; ELLAWAY, R.; WOODS, N.; NORMAN, G. Salami-slicing and plagiarism: How should we respond? **Advances in Health Sciences Education**, Dordrecht, v. 24, p. 3-14, 2019. doi: <https://doi.org/10.1007/s10459-019-09876-7>.

VILAÇA, M. M. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206012>.

WHITAKER, M. Which publications matter at which stages of your career? **The Chronicle of Higher Education**, Washington, DC, 23 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Xnru76>. Acesso em: 29 jul. 2020.

WILKINSON, J. Avaliação de artigos acadêmicos: como estruturar um bom parecer (Artigo). Tradução de Ana Paula Tavares Teixeira e Bruno Leal Pastor de Carvalho. **Café História – História feita com cliques**, Brasília, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2PjDWRb>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726-750, dez. 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/198053143294>.

## Na pós-graduação é preciso ser resistente e buscar a colaboração

*Gean Gonçalves<sup>1</sup>*

Em 2019, os discentes do PPGCOM da USP foram responsáveis pela terceira edição do Conexão Pós, cujo tema foi *Resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*. A atividade Conexão Pós é centrada nas pesquisas dos discentes aprovados no exame de qualificação daquele ano, com o intuito de apresentá-las para a comunidade científica, bem como para a população em geral. Trata-se ainda de um ensaio, para muitos discentes, como organizadores de seu primeiro evento de natureza científica.

Foi com muito entusiasmo que pautamos naquele encontro nossos projetos de pesquisa, mas também levantamos uma reflexão sobre a necessidade de comunicar com mais transparência e qualidade para a sociedade brasileira o que é feito nas universidades públicas e a importância de se defender a produção científica.

Em um contexto de desgaste e descrédito das atividades intelectuais de informação e de conhecimento – do papel social dos cientistas, dos jornalistas e dos docentes – nós salientamos a resistência como um ato político de afirmação de que iremos construir uma proposta de país mais justo, democrático e respeitoso com todos, comprometido com o desenvolvimento das oportunidades de educação e do valor inestimável do conhecimento científico para a liberdade e autonomia dos sujeitos, mesmo que certos agentes políticos não o desejem.

Para isso, no dia 5 dezembro de 2019, contamos com a presença do professor Adilson Citelli, do PPGCOM-USP, com uma conferência sobre as universidades públicas na atualidade, quais são os confrontos e resistências pela ciência e pela educação colocados após e eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018. Refletimos sobre os desafios fiscais, mercadológicos, políticos e sociais para o sistema de ensino superior brasileiro em um contexto mais obscuro e de avanço de propostas e ações prejudiciais para a autonomia universitária.

---

<sup>1</sup> Jornalista e professor universitário. É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Mestre em Ciências da Comunicação pela USP. É integrante do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social (ECA-USP/CNPq), sob condução da professora Cremilda Medina, onde atua em pesquisas sobre o ensino de jornalismo e sobre os saberes de gênero e da teoria *queer* na comunicação social.

Outro flanco foi o debate realizado no dia 6 de dezembro de 2019 sobre como tornar o labor das ciências da comunicação menos individual e, portanto, mais colaborativo, sem perder a relevância. Contamos com uma conferência do professor Richard Romancini, também do PPGCOM-USP, que nos provocou a agir em prol de uma produção científica em periódicos para além do produtivismo, ou seja, fugir da lógica de confecção de *papers* em quantidade para atender um fenômeno derivado dos processos de avaliação da pós-graduação. Nesse debate ouvimos dicas e recomendações fundamentais dele que também é editor executivo de *MATRIZES*, a principal e mais qualificada revista da nossa área no país.

Por fim, o evento marcou a minha despedida pessoal da representação discente, após um ano na comissão coordenadora do programa com a doutoranda Beatriz Sequeira. Oportunidade que me rendeu muito aprendizado, muitas trocas e mediações com todos os discentes. Sinto-me parte de uma incrível comunidade de jovens pesquisadores e educadores que atuará nas próximas décadas nacional e internacionalmente. Também foi possível estreitar laços com os professores do nosso programa, os quais só tive mais admiração desde então, em especial cito a professora Roseli Figaro.

Nesta obra, é possível ver parte da riqueza dessas pesquisas e dessas experiências de 2019. De um evento com dez grupos de trabalho com a comunicação oral de pesquisas de 30 mestrandos(as) e 28 doutorandos(as), agrupados para dialogar sobre estudos que envolvem ficção seriada e audiovisual; representação e identidades; mundo do trabalho e conflitos contemporâneos; plataformas digitais e direito social à informação; mediações do consumo; produção e circulação da informação; tecnologias e redes digitais; interfaces educacionais; comunicação organizacional e opinião pública; narrativas de gênero, sexualidade e raça.

É neste *e-book* também que se fertiliza o engajamento discente, com uma nova dupla na representação, Felipe Parra e Keynayanna Fortaleza, recém-empossados e que nos guiará por 2020 e 2021, para que assim não deixemos nossos espaços vazios e sem condução.

Boa leitura!

# Práticas educacionais pela comunicação

# A Educomunicação Socioambiental e sua legitimação na esfera pública<sup>1</sup>

Patrícia Zimmermann<sup>2</sup>

---

## Resumo

O estudo pretende verificar as inter-relações entre Educação Ambiental e Educomunicação e identificar como este último conceito está incorporado às políticas públicas brasileiras sobre o Meio Ambiente.<sup>3</sup> Optou-se pela análise de conteúdo com enfoque qualitativo, além de entrevistas a pesquisadores que contribuíram para a construção desses marcos legais. Os resultados indicam que a Educomunicação Socioambiental faz parte efetiva das políticas ambientais.

## Palavras-chave

Educomunicação Socioambiental. Educação Ambiental. Políticas públicas ambientais. Comunicação e Educação.

---

## Introdução

Embora a Terra possua uma biodiversidade inimaginável e incrível abundância de elementos naturais, a humanidade passa por graves problemas socioambientais. A relação entre o homem e o meio ambiente nunca esteve tão crítica. A natureza tem sido apropriada pelo capital como meio de obter lucros em determinados setores e esferas.

Neste contexto, somos provocados para uma reflexão a respeito de soluções para reverter o quadro atual que devem estar alinhadas valendo-se das políticas públicas em educação e sustentabilidade. A Educação Ambiental apresenta uma perspectiva em tal

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2018.

2 Mestranda em Ciências da Comunicação, área de concentração: interfaces sociais da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação – USP. Orientador: Ismar de Oliveira Soares. E-mail: patriciaz@usp.br.

3 O trabalho faz referência às políticas públicas em vigor até 2018, sendo que posteriormente o governo federal suprimiu a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA e o departamento de educação ambiental e a temática tem agora menções genéricas na pasta ambiental e no Ministério da Educação. Desapareceram ainda os temas de responsabilidade socioambiental, produção e consumo sustentáveis.

direção e, segundo Jacobi (2003), deve ser, acima de tudo, um ato político voltado para a transformação social. Já Carvalho (2008, p. 51) afirma que:

A educação ambiental surge da preocupação da sociedade com futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações herdeiras do debate Ecológico está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente.

Por sua característica transformadora e integradora, tudo indica que a educação ambiental (EA) deve ser trabalhada de forma transdisciplinar com objetivo de promover a formação integral dos estudantes, o que naturalmente a fará aproximar-se dos princípios da Educomunicação.

Analisar essa conexão, aliás, faz todo sentido quando se remonta à I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental, promovida pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente em 2004. As discussões e encaminhamentos desse evento apontavam justamente para a construção aberta e participativa entre governo e sociedade de um programa de comunicação ambiental na perspectiva da Educomunicação, tendo como um dos participantes o pesquisador do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, NCE-USP, Ismar de Oliveira Soares.

Esta pesquisa tem por objetivo verificar e discutir as convergências possíveis entre Educação Ambiental e Educomunicação, buscando identificar como o conceito de Educomunicação está incorporado às políticas públicas brasileiras de Educação Ambiental, enraizado sobretudo levando-se em conta as pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação da USP.

## A Educação Ambiental

Para melhor compreensão da temática da educação ambiental, é importante fazer referência a alguns eventos considerados “divisores de águas” para o desenvolvimento mundial de políticas públicas na área. A conferência das Nações Unidas, que aconteceu em Estocolmo em 1972, foi a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, que era visto, naquela época, como uma fonte inesgotável e a relação homem com a natureza era desigual conforme a Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment Stockholm, 16 June 1972 (BRASIL, 1977, p. 3).

Já a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida em 1977 na antiga União Soviética, trouxe um dos principais documentos fundantes da Educação Ambiental.

Estabeleceu-se que “o processo educativo deveria ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de enfoques interdisciplinares e de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (BRASIL, 2018, p. 41).

Outros documentos resultantes de encontros internacionais também se mostraram importantes para o estabelecimento de políticas públicas relacionadas à questão ambiental. O relatório Brundtland, elaborado em 1987, foi o primeiro a trazer para o discurso público o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”. Apresentou dados sobre o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, temáticas novas para aquele momento. O relatório estabelecia, ainda, uma série de metas a serem seguidas por nações de todo o mundo para evitar o avanço da destruição ambiental e o desequilíbrio climático.

Valendo-se desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma proposta de direcionar recursos e desenvolver tecnologias capazes de promover o equilíbrio entre os objetivos de desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental. O conceito foi consolidado na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92), quando nasceram duas convenções — sobre biodiversidade e mudanças climáticas — e mais três documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21, que até hoje norteiam as ações nacionais e internacionais para o desenvolvimento sustentável.

A estruturação das políticas, e principalmente do pensamento e das reflexões, continuou ao longo das décadas e em dezembro de 1997, na cidade de Tessalônica, na Grécia, foi realizada a “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”. A Declaração de Tessalônica destacava que, durante os cinco anos posteriores à Eco-92, havia ocorrido um insuficiente progresso na preservação ambiental e na busca pela sustentabilidade (DIAS, 2004, p. 103). Mesmo engendrando alguns “poucos” esforços práticos e conceituais, o mundo ainda demonstrava, naquela época (e em alguns países até hoje), um fraco empenho em desenvolver práticas e políticas sustentáveis efetivas.

Cascino (2000) ressalta que, ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente desde esses grandes encontros, a educação ambiental assumiu um papel central na consolidação de uma nova visão de mundo caracterizada por novos ideais, novos referenciais culturais e pela implementação de formas sustentáveis de convivência com o meio ambiente.

Esses eventos fomentaram a reflexão mundial para os problemas ambientais e culminaram em uma agenda de desenvolvimento sustentável, fruto da Cúpula Mundial

sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, da Cúpula de 2010 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20).

A agenda intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” tornou-se oficialmente adotada pelos líderes mundiais na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu em 2015, em Nova York. Os objetivos e metas deveriam estimular a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade: pessoas, planeta, prosperidade, parcerias e paz (ONU, 2015, p. 2).

### A Educação Ambiental no Brasil

A Educação Ambiental surge como política pública no Brasil com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 1981), no contexto da já citada Conferência de Tbilisi, que ocorrera quatro anos antes. A PNMA dispõe em seu artigo 2º, princípio X, sobre a Educação Ambiental, levando em conta a importância de capacitar a comunidade para a defesa do meio ambiente.

Apesar desse artigo da PNMA e da Constituição Federal de 1988 instituir a Educação Ambiental como garantia fundamental, foi somente em 1999 que se estabeleceu de fato a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Lei nº 9.795). Além das especificidades no que diz respeito à educação formal, também destaca as demandas da educação não formal que vai atuar de forma integrada com outros setores com o objetivo de sensibilizar as comunidades para a defesa do meio ambiente.

Na perspectiva da comunicação, o texto do PNEA faz referência direta a processos educativos quando afirma no art. 3º que “como parte do processo educativo mais amplo, todos têm o direito à Educação Ambiental”, incumbindo setores da sociedade de promover a Educação Ambiental (EA) e, especialmente, “aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação” (BRASIL, 2018, p. 42).

A PNEA define que um de seus instrumentos de ação é o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, que

visa assegurar as dimensões: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do País, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. (BRASIL, 2018, p. 49)

### Educomunicação

A Educomunicação é um campo teórico-prático que propõe a construção de ecossistemas comunicativos – lugar ou lugares de redes complexas de saberes (LÉVY, 1995), onde os atores são múltiplos – abertos, dialógicos, lúdicos e criativos. É o encontro da educação com a comunicação, multimídia, colaborativa e interdisciplinar. O conceito de Educomunicação propõe a quebra da hierarquia e fronteiras delimitadas na produção e disseminação do saber, justamente pelo reconhecimento de que “todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente educativo” (SOARES, 2011, p. 13).

Trata-se de um campo de intervenção social que nasce na sociedade civil, consolidando-se ao longo dos anos 1970-1980, especialmente na prática das ONGs que passaram a usar os meios de comunicação para articular atividades educativas voltadas para a promoção da cidadania.

A intersecção “comunicação e educação”, contudo, já vinha sendo construída, ao longo do século XX, por estudos teóricos disseminados por autores atentos à presença de processos comunicativos em práticas educacionais, como Celestin Freinet, Paulo Freire, Martín-Barbero e Mário Kaplún, que pela primeira vez usa o conceito de educador. A partir dos anos 1980, a área é referendada por muitos agentes culturais, sob os auspícios da Unesco, para designar uma prática genericamente definida na Europa como *Media Education*, ou educação para a recepção crítica dos meios de comunicação (SOARES, 2011, p. 37).

Em 1996, a Universidade de São Paulo (USP) fundou o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) e após o seu primeiro grande trabalho de pesquisa<sup>4</sup> constatou que essa inter-relação entre comunicação e educação havia dado origem a um novo campo, invocando a ressemantização de um novo conceito: Educomunicação. Com os dados da pesquisa, o NCE conseguiu definir, anos depois, o “paradigma” da educomunicação como sendo:

O espaço que membros da sociedade se encontram para programar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltados para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação. (SOARES, 2011, p. 59)

4 A pesquisa era uma sondagem, junto a especialistas da América Latina e Península Ibérica, para saber o que pensavam os coordenadores de projetos que inter-relacionavam comunicação e educação e qual o perfil dos profissionais que trabalham nesse campo

Muitos dos princípios da Educomunicação são oriundos da comunicação dialógica. Segundo Paulo Freire, “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 1973 apud APARICI, 2014, p. 32). Assim, ao educar, capacita também para uma cidadania ativa por processos midiáticos, artísticos, culturais e, conseqüentemente, sociais.

Toda essa trajetória nos leva para a busca da compreensão sobre o conceito de Educomunicação Socioambiental e sua aproximação com os processos comunicacionais para a legitimação da Educomunicação como política pública de meio ambiente.

### Metodologia

Para o desenvolvimento da investigação, optamos por uma metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo (AC) nos moldes de Bardin (2016) e questionários com perguntas abertas. Foram escolhidos como objetos de análise vários documentos norteadores desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) (os quais foram analisados longitudinalmente desde o início dos anos 2000).

Nosso levantamento preliminar (pré-análise) identificou diversos documentos que dialogam com os pressupostos educacionais sem, no entanto, referir-se a eles nessa terminologia. Realizamos, assim, uma pré-seleção de textos legais, chegando a 16 documentos.

Além disso, foram encaminhados questionários diretamente aos pesquisadores-colaboradores que tiveram participação direta na elaboração dos documentos referenciais do MMA como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), além de documentos técnicos construídos entre 2005 e 2018.

Foram escolhidos como respondentes: Rachel Trajber, Coordenadora do Projeto Cemaden Educação; Eliany Salvatierra Machado, professora do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense (UFF); Patricia Horta Alves: professora de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (UFPE); Marcos Sorrentino, professor sênior na USP na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Ismar de Oliveira Soares, professor sênior do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP e coordenador do NCE/USP. Das oito pessoas inicialmente consultadas, cinco efetivamente responderam ao questionário enviado por e-mail, a saber: Eliany Salvatierra Machado; Ismar de Oliveira Soares; Marcos Sorrentino; Patricia Horta Alves e Rachel Trajber.

### Educação Ambiental e Educomunicação

Como mostra a análise geral dos documentos que definem os dois âmbitos, a Educação Ambiental e a Educomunicação possuem em comum algumas abordagens significativas

para promoverem um novo modo de educar, principalmente, pela perspectiva de uma reflexão crítica. Para ambas, a formação do indivíduo só faz sentido se pensarmos na relação com o mundo em que ele vive e pelo qual é responsável.

Para possibilitar as ações de comunicação ambiental no que diz respeito à Educomunicação, o texto que direciona as estratégias para implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) define que:

A Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que cuida da articulação de ações de comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdo e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade. (BRASIL, 2005, p. 45)

No que se refere especialmente à Educomunicação Socioambiental, em 2005, é elaborado um documento por uma equipe multidisciplinar composta por pesquisadores e gestores dos Ministérios do Meio Ambiente e Ministério da Educação, da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Comunicação e Educação da USP, denominado Programa de Educomunicação Socioambiental. O documento explicita que:

[...] Programa de Educomunicação Socioambiental não responde a todas as necessidades de construção de uma política de comunicação ambiental. Mas corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, se quer presente como competência e conteúdo de todos os canais de comunicação no país. (BRASIL, 2005, p. 7)

Além de apontar os princípios para a implantação do referido programa, baseou-se em conceitos oriundos da Educomunicação, apontando pesquisas e especialmente a contribuição de pesquisadores da ECA/USP e do NCE/USP.

A partir dos princípios do ProNEA, e considerando os fundamentos e antecedentes anteriormente descritos, ressaltamos os princípios norteadores do Programa de Educomunicação Socioambiental, extraídos dos textos que nos interessam, na medida em que se alinham com as práxis educacional, quais sejam: a) Dialogismo e interatividade;

b) Transversalidade e intermediaticidade; c) Encontro e integração; d) Proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; e) Acessibilidade e democratização (BRASIL, 2005).

Ainda a respeito do Programa de Educomunicação Socioambiental, constatamos que o documento foi atualizado três anos depois, em 2008, numa publicação com finalidade de orientar na perspectiva educacional as ações em EA, denominado “Educomunicação Socioambiental: Comunicação Popular e Educação”, conhecido como “texto-base” (BRASIL, 2008).

Outra diretriz a ser destacada é a Resolução Conama nº 422, de 23 de março de 2010, do Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama. Essa resolução configura-se, em nossa avaliação, como uma das mais importantes para a Educomunicação, já que traz direcionamentos específicos da área e estabelece diretrizes para as campanhas, as ações e os projetos de Educação Ambiental.

A seguir, mostramos um panorama geral da análise realizada nos 16 documentos técnicos e produzidos pelo MMA para orientar ações, projetos e programas em Educação Ambiental, no período entre 2005 e 2008, e também a atualização do ProNEA de 2018.

**Tabela 1** – Análise de ocorrência da palavra Educomunicação nos documentos técnicos do MMA

Documento	Ficha Técnica	Resumo	Citações
Nº 1: CIEAs – Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 24p. Edição: 1ª/junho, 2005	Esse documento contém diretrizes e elementos básicos para subsidiar a construção, fortalecimento e democratização das CIEAs no país.	Zero
Nº 2: Programa de Educomunicação Socioambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 27p. Edição: 1ª/junho, 2005	Documento apresenta a abordagem conceitual da “Educomunicação socioambiental”, bem como os princípios, objetivos e ações para a implementação de um programa nacional no âmbito da Educação Ambiental difusa, envolvendo os meios de comunicação de massa e promovendo a articulação entre a comunidade de educadores e comunicadores ambientais.	34
Nº 3: Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 31p. Edição: 1ª/julho, 2005	Relatório da realização da consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental, realizada em setembro e outubro de 2004 ouvindo e registrando as demandas de 800 educadores ambientais no país.	1

continua...

...continuação

Documento	Ficha Técnica	Resumo	Citações
Nº 4: Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 50p. Edição: 1ª/agosto, 2005	O relatório apresenta a análise efetuada em relação ao total da amostra e à estratificação etária e por gênero, e também em comparação com os resultados obtidos com a mesma pesquisa aplicada pelo governo mexicano em abril junto a 101 especialistas em Educação Ambiental na América Latina e Caribe.	1
Nº 5: Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 58p. Edição: 1ª/agosto, 2005	Construído no âmbito dos congressos ibero-americanos de Educação Ambiental, em função da articulação dos gestores públicos responsáveis pela Educação Ambiental nos ministérios do Meio Ambiente da América Latina e Caribe. Esse documento apresenta um breve panorama histórico de seu surgimento.	1
Nº 6: O desafio do Movimento Sharing Nature na Educação Ambiental Contemporânea	Série: Documentos Técnicos Páginas: 20p. Edição: 1ª/março, 2006	Aborda a trajetória de consolidação do Movimento Sharing Nature no Japão.	2
Nº 7: Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 71p. Edição: 1ª/abril, 2006	A presente publicação reúne os principais programas, além de apresentar as modalidades de apoio e fomento à Educação Ambiental que o MEC e o MMA possuem.	9
Nº 8: Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais	Série: Documentos Técnicos Páginas: 53p. Edição: 1ª/abril, 2006	O presente documento apresenta os objetivos e a metodologia proposta no Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais, com destaque para a criação dos Coletivos Educadores.	12
O Ministério do Meio Ambiente não disponibiliza em seus arquivos a edição de número 9, o que nos impossibilitou avaliar tal documento.	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Nº 10: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – Com-vida	Série: Documentos Técnicos Páginas: 31p. Edição: 1ª/abril, 2007	A Com-vida é uma das ações estruturantes do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação.	1
Nº 11: II Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente	Série: Documentos Técnicos Páginas: 179p. Edição: 1ª/abril, 2007	Este documento descreve a metodologia, os produtos e a avaliação da segunda edição da Conferência, realizada em 2005/2006, envolvendo 11.475 escolas e comunidades e 3.801.055 pessoas em 2.865 municípios.	9
Nº 12: Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas	Série: Documentos Técnicos Páginas: 35p. Edição: 1ª/abril, 2007	Esta pesquisa retrata a dificuldade da internalização da temática ambiental nos programas de graduação e pós-graduação das IES e apresenta dados sobre atividades já formalizadas em algumas dessas instituições.	1

continua...

...continuação

Documento	Ficha Técnica	Resumo	Citações
Nº 13: Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA	Série: Documentos Técnicos Páginas: 55p. Edição: 1º/dezembro, 2006	O Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais é compreendido como etapa de uma proposta mais ampla, a Política de Formação dos servidores do MMA um histórico do processo de construção coletiva deste programa.	6
Nº 14: O passo a passo para a ação Municípios Educadores Sustentáveis	Série: Documentos Técnicos Páginas: 43p. Edição: 1º/março, 2007	Esta publicação nos traz, de modo didático e objetivo, sugestões com alguns procedimentos para implantação da Ação Municípios Educadores Sustentáveis.	9
Nº 15: Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Meio Ambiente	Série: Documentos Técnicos Páginas: 85p. Edição: 1º/novembro, 2007	Documento Técnico, chamada MAPPEA, tem por objetivo orientar Coletivos Educadores no momento inicial de um programa de Educação Ambiental para a sustentabilidade do território.	Zero
Nº 16: Relatório de Gestão 2007 a Julho de 2008	Série: Documentos Técnicos Páginas: 160p. Edição: 1º/setembro, 2008	O texto do Relatório estrutura-se de acordo com as três Linhas de Ação, seguindo as orientações para Educação Ambiental no ensino não formal estabelecidas pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).	29
Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável	ProNEA, Marcos Legais e Normativos Páginas: 102p. Edição: 5ª, 2018.	Esta publicação é uma contribuição à reflexão, debate e ação da Educação Ambiental e da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo que ideias e conceitos de documentos referenciais ao ProNEA, aqui anexados, não expressam necessariamente a posição do MMA.	11

Fonte: Compilado e elaborado pela pesquisadora a partir de dados obtidos junto ao MMA (MMA, 2019).

Desses vários documentos, destacamos para uma análise mais aprofundada o Documento Técnico nº 2, publicado no ano de 2005, com o título “Programa de Educomunicação Socioambiental”. A referida publicação declara seus objetivos como (1) “tornar-se um referencial pedagógico da Educomunicação na implementação da Lei 9795/99”, (2) “sistematizar o quadro de referência para a ação comunicativa no campo da Educação Ambiental” e (3) “apresentar diretrizes para a formulação de políticas de comunicação como parte das políticas e programas federais e locais de meio ambiente e Educação Ambiental” (BRASIL, 2005).

O mesmo documento foi reeditado pelo MMA em 2008, passando a ser denominado “Educomunicação Socioambiental: Comunicação Popular e Educação”, conforme já mencionado. Este apresenta os “compromissos” dos “princípios norteadores” do ProNEA considerando os fundamentos e os antecedentes da versão do documento editado em 2005.

Em nosso entendimento, esse texto, em particular, incorpora exemplarmente os aportes da Educomunicação, provavelmente devido ao papel central exercido pelos colaboradores vinculados ao NCE/USP.

Para complementar a investigação e compreendermos em que medida o conceito de Educomunicação e suas práxis serviram de parâmetros para a elaboração dos documentos do MMA, também foi aplicado um questionário de cinco perguntas aos pesquisadores/colaboradores do MMA, conforme mencionamos. Pretendia-se saber sobretudo por qual motivo a Educomunicação ganhara relevância no momento da elaboração das políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e como os respondentes avaliavam a atualidade das orientações presentes nos materiais da PNEA-ProNEA que se reportavam diretamente ao conceito da Educomunicação Socioambiental.

Os pesquisadores destacaram como motivos da relevância da Educomunicação para a educação ambiental seu caráter de “prática colaborativa, dialógica, justa e democrática” e suas características como “processo inclusivo, dialógico e cooperativo”. Em geral, associam a Educomunicação “a um ideal progressista e também referencia diálogo e participação cidadã como valores intrínsecos a essa práxis”.

Quanto às orientações acerca da Educomunicação Socioambiental, e sua atualidade, presentes nos materiais do PNEA-ProNEA, os pesquisadores entendem que o conceito contribui para a inovação na abordagem da Educação Ambiental e para a possibilidade de mobilização de atores sociais em torno da questão.

### Considerações finais

Constatamos que a persistência do paradigma Educomunicação nas políticas públicas de Educação Ambiental foram enraizadas a partir das pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo no início do século XXI. Observamos, ainda, que a Educomunicação Socioambiental se constituiu historicamente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como um campo de atuação consolidado para o desenvolvimento de ações educativas em ambientes formais, informais e não formais. Assim, compreendemos que se trata de uma política pública de alcance nacional, que persistiu nas últimas duas décadas e que se evidencia na adoção de pressupostos educacionais apoiando processos formativos em Educação Ambiental (EA).

Do ponto de vista teórico, cabe o desenvolvimento de novas e mais aprofundadas reflexões sobre metodologias de pesquisa, no âmbito da Universidade, que dialoguem com a implementação de ações e projetos em comunicação ambiental, valendo-se das

intervenções denominadas oficinas de Educomunicação Socioambiental, com intuito de difundir políticas de educação ambiental no território nacional, desenvolvendo indicadores e métodos para ação de resultados no contexto da educação formal, não formal e informal.

Ao educar para a cidadania, a educação ambiental pode construir a possibilidade da ação política a fim de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita.

Consideramos urgente e extremamente necessário o resgate do vínculo entre a universidade e as políticas públicas para o fortalecimento da ciência no contexto da sociedade, defendemos que é preciso retomar a comunicação junto aos públicos variados e plurais que compõem nosso país, em uma perspectiva crítica e educativa, no enfrentamento de políticas e gestões pública e privada, que propõem a minimização da crise ambiental, esta, responsável por comprometer os recursos naturais, extinguir espécies da fauna, flora e que ameaça levar ao fim as condições necessárias para a vida humana no planeta.

## Referências

- APARICI, Roberto (Org.) **Educomunicação**: para além do 2.0. Tradução de Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2014. (Coleção Educomunicação).
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Especial do Meio Ambiente. **Educação Ambiental**. Brasília, 1977. (Educação Ambiental, 1).
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Série Documentos Técnicos – 2. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2005. 31p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. COSTA, Francisco de Assis Moraes da (Org.). **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental**. Por um Brasil Sustentável. ProNEA, Marcos Legais e Normativos. 5 ed. Brasília: MMA 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ProNEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educação ambiental por um Brasil sustentável**. MMA. 2018. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/ProNEA\\_final\\_2.pdf](https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/ProNEA_final_2.pdf)>.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2008.
- CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental**. Princípios, história, formação de professores. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: Princípios e práticas. 5ª ed. São Paulo: Global, 2004.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, mar. 2003, p. 189-205. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf.carvalho>>.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 2ª ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34,1995.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

# Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia<sup>1</sup>

*Francisco de Assis Silva<sup>2</sup>*

---

## **Resumo**

A tese *Educomunicação no sertão do São Francisco*: o papel do acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia buscou identificar perspectivas educacionais no agir da Diocese de Juazeiro. Como objeto de estudo definimos uma Política de Educação Popular, um Projeto de Comunicação Social e um acervo bibliográfico. Fundamentando-se na Teoria Crítica e nas ideias de Kaplún, Barbero, Freire e Soares. Concluímos que Dom José Rodrigues é um precursor da educomunicação no sertão do São Francisco.

## **Palavras-chave**

Comunicação. Educação. Educomunicação. Acervo.

---

## **Introdução**

O Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) realizou uma pesquisa, entre os anos de 1997 e 1999 e identificou, de acordo com o professor Soares (2011, p.10), “uma prática mais abrangente no seio da sociedade civil, que tomava a comunicação com um eixo transversal das atividades de transformação social”. Levando-se em conta a constatação do conjunto dessas ações o NCE/USP ressemantizou, em 1999, o termo Educomunicação, como sendo:

Um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude. (SOARES, 2011, p. 15)

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Resistência pela Ciência e Colaboração na Pesquisa* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Aluno do PPGCOM/ECA, doutor, orientando do Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, área de concentração Educação e Comunicação. E-mail: diassis1974@gmail.com.

Ao publicar, em 2014, o documento de número 99, intitulado Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotou o conceito da Educomunicação no âmbito da comunicação religiosa. Esta foi tema de estudo, em 2018, que culminou com a publicação da tese *A Educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva*, de autoria do pesquisador Maurício Nascimento Cruz Filho, pela Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP).

Na introdução do documento 99 da CNBB está contido que “o Diretório aponta para a importância de se adotar procedimentos educacionais que favoreçam às novas gerações uma aproximação aos meios e recursos da informação a partir de uma perspectiva crítica, construtiva, autoral e cristã” (CNBB, 2014, p. 14).

No entanto, na igreja, práticas no âmbito da interface educação e comunicação, na perspectiva atualmente denominada educacional, foram vivenciadas antes da publicação do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil e merecem ser o objeto de estudo. É o que pretendemos demonstrar com a presente tese.

Na Bahia, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) recebeu, em 2013, o Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues de Souza. Este é composto de aproximadamente 35 mil exemplares de livros e documentos sobre diversas temáticas que abordam teologia, filosofia, sociologia, política, educação, comunicação, entre outros. A coleção foi montada com o incentivo do professor Paulo Freire, quando da implantação de uma Política de Educação Popular no âmbito da Diocese de Juazeiro, na década de 1980. Também foi fonte para um Projeto de Comunicação Popular ao possibilitar a pesquisa de campo para o desenvolvimento de formações pelas pastorais sociais e pelas comunidades eclesiais em geral.

No presente trabalho levamos em conta a constatação de que Dom José Rodrigues de Souza utilizou o material que compunha o acervo bibliográfico de sua Diocese, tendo implementado expressamente práticas que viriam a ser propostas, décadas depois, pelo Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil. O fato nos levou à pressuposição de que o bispo de Juazeiro pode ser considerado um autêntico precursor da Educomunicação no espaço da comunicação popular.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese foi compreender os vínculos teóricos e metodológicos que aproximam, de um lado, os indicadores de Educomunicação legitimados e introduzidos no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil e, de outro, os possíveis indicadores encontrados no Acervo Dom José Rodrigues, bem como nos relatos testemunhais sobre práticas de comunicação popular, implementados na Diocese de Juazeiro da Bahia à época de sua instalação.

Em decorrência do anunciado, a questão proposta para a presente investigação foi: atualmente a definição do que é colocado como indicadores de Educomunicação no

texto do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil já estariam, de fato, presentes na instituição por meio da obra e práticas promovidas por Dom José Rodrigues de Souza no sertão do São Francisco?

A hipótese, levantada com base em uma análise exploratória dos materiais que compõem o Acervo Bibliográfico da Diocese de Juazeiro, vai justamente ao encontro da afirmativa que, efetivamente, já existiam, nos inícios da segunda metade do século XX, vivências de comunicação popular na Igreja Católica convergentes com os indicadores de ações educacionais, hoje legitimadas no documento 99 da CNBB, em coerência com o que havia sido proposto, como referencial para o conceito da Educomunicação, pelo NCE/USP, em 1999.

A pertinência científica da pesquisa pauta-se na contribuição que o trabalho possa vir a oferecer ao avanço das discussões em torno da interface comunicação e educação e na abertura de novas possibilidades de estudos sobre as interfaces sociais da comunicação, envolvendo as questões da comunicação e da educação especialmente a da Educomunicação.

### Fundamentos teórico-práticos

Como aporte teórico para construir nosso quadro de referência, articulamos para discutir Educomunicação Mário Kaplún (1998) e sua obra *Una pedagogia de la Comunicación*. Levando-se em conta os tipos de educação e suas concepções, o autor propõe as práticas de comunicação correspondentes. Kaplún busca entender como a comunicação se faz presente nos espaços educativos; Martín-Barbero (2014), em *A comunicação na educação*, dialogando com outros autores, debate vários conceitos, pensando a comunicação e a educação com base nas transformações que ocorrem pelo mundo contemporâneo; Paulo Freire (1981) em *Pedagogia do oprimido* discute a educação como prática dialética com a realidade, em contraposição a por ele denominada educação bancária, tecnicista e alienante. A dialogicidade é apresentada como essência da educação como prática da liberdade. Freire destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política; Ismar Soares (2011) em *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação* apresenta como se deu a ressemantização, em 1999, após pesquisa realizada junto a uma amostragem latino-americana, do neologismo Educomunicação para designar um campo emergente de intervenção social na interface comunicação e educação.

Para discutir a comunicação católica, utilizamos Joana Puntel (2010), *Comunicação, diálogos dos saberes na cultura midiática*. A autora recupera na obra o pensamento da Igreja Católica sobre a comunicação; Helena Corazza (2016) em *Educomunicação, formação*

*pastoral na cultura digital* discute a Educomunicação na interface educação e comunicação, com ênfase na formação pastoral; Ismar Soares (1988), em *Do Santo Ofício à Libertação*, analisa mais profundamente o discurso e a prática da Igreja Católica no campo da Comunicação; Pedro Gilberto Gomes (1995) em *A comunicação cristã em tempo de repressão* discorre sobre comunicação cristã, eclesial, social. O autor teceu estudos sobre a história da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC); frei Romeu Dale (1973) em *Igreja e Comunicação Social* coloca em evidência um conjunto de documentos da Igreja Católica a respeito dos meios de comunicação social.

## Metodologia

No enfoque metodológico, o tipo de estudo utilizado em pesquisas acadêmicas que melhor se enquadrou no atendimento às necessidades de nossa proposta foi o de abordagem qualitativa, levando em conta que

a abordagem qualitativa apresenta inúmeros usos, tais como: compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais; permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das peculiaridades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. (SOARES, 2003, p. 48)

Utilizamos tanto a pesquisa bibliográfica quanto a documental como forma de atender aos nossos objetivos. De acordo com Koche (2015, p. 122), “a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. Já no entendimento de Duarte e Barros (2005, p. 269-270):

[...] o documento representa o fio da meada, a indispensável referência para o correto registro histórico. [...] o recurso da análise documental costuma ser utilizado no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos. As fontes mais comuns são os acervos de impressos (jornais, revistas, catálogos, almanaques). Mas também serve como expediente a consulta de documentos oficiais, técnicos ou pessoais.

A pesquisa documental trabalhou com duas categorias de fontes primárias: uma amostragem significativa de textos disponíveis no acervo, de um lado, e um contato direto com testemunhas históricas relacionadas aos fatos que envolveram a atuação do bispo de Juazeiro.

Quanto aos documentos, foi examinada uma série de papéis arquivados no acervo, a saber: cartas, ofícios, jornais, anotações, atas e o boletim Caminhar Juntos (1970 a 2003), e, também, livros do próprio acervo, categorizados por títulos e por autores envolvidos com o tema em estudo, além do recém-lançado Diretório de Comunicação da Igreja Católica no Brasil (2014).

Quanto às testemunhas, foram entrevistadas 12 pessoas (agentes pastorais, leigos, padres, jovens e adultos) que vivenciaram a montagem e utilização do acervo bibliográfico para atividades diversas e estiveram envolvidas nas práticas da Política de Educação Popular e no Projeto de Comunicação Popular, implementadas na época pela Diocese de Juazeiro.

Para efetivar a pesquisa qualitativa, utilizamos, pois, cinco instrumentos de coleta de dados, devidamente integrados: a observação exploratória com anotações para a elaboração de uma descrição; a entrevista semiestruturada com os 12 sujeitos envolvidos na nossa fonte de pesquisa, a análise bibliográfica e documental realizada no Diretório de Comunicação, no acervo e nos registros da Política de Educação Popular e do Projeto de Comunicação Popular e o Registro Fotográfico, que teve como função o apoio à descrição.

A observação exploratória teve como função fornecer informações e dados relevantes para construção das descrições e das primeiras impressões do que constam no Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues de Souza e os indícios de aproximações com o tema e o problema levantados e estudados.

Bunge, citado por Coutinho (2004, p. 95), diz que:

A observação propriamente dita caracteriza-se por uma percepção intencionada e ilustrada: intencionada porque se faz com um objetivo determinado; ilustrada porque se guia de algum modo por um corpo de conhecimento. O objeto da observação é um fato do mundo externo ou interno do observador.

O ato de descrever o acervo foi um produto da fase de observação exploratória, sendo, assim, uma leitura técnica do que se constatou e interpretou. Para Bunge, citado por Coutinho (2004, p. 98), uma consequência da observação é a “descrição daquilo que provocou a percepção e a interpretação, ou seja, descrição do que foi lido mediante a observação...”. Essas observações e descrições, no entanto, foram auxiliadas ainda pelo registro fotográfico.

Ainda sobre observação, Duarte e Barros (2005, p. 33) enfatizam que:

Os fatos só existem a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por inter-

médio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si.

Na técnica da entrevista com questionário semiestruturado, foram utilizadas tanto as perguntas previamente formuladas como as livremente propostas na ocasião da entrevista, procedimento por meio do qual obtivemos os informes contidos na fala dos atores sociais, como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciaram determinada realidade que tenha sido focalizada.

Koning, citado por Coutinho (2004), define a entrevista como uma técnica de investigação e um meio de comunicação. Ele diz que, por entrevista, como instrumento de investigação “entende-se um procedimento metódico com a finalidade científica, mediante o qual o entrevistado deve proporcionar informações verbais por meio de uma série de perguntas intencionais ou de estímulos comunicados”.

Good e Hatt, também citados por Coutinho (2004, p. 107), dizem que “a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social comum à conversação”. Os roteiros das entrevistas foram organizados para atender ao que pretendíamos levantar com cada categoria de atores sociais. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas e sistematizadas por tipo de dados fornecidos pelo entrevistado.

O registro iconográfico “refere-se a documentos bidimensionais de obra de arte, fotografia, desenho técnico, diapositivos, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros” (KOCHE, 2015, p. 164).

Na sistematização dos dados levantados em livros e documentos pesquisados, foram adotadas as normas da ABNT. Também foram realizados os fichamentos do Diretório de Comunicação da Igreja Católica no Brasil, dos Boletins Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro da Bahia das décadas de 1970, 1980, 1990, e dos anos 2000, 2001 e 2002, além de outros livros que complementaram a fundamentação e o tema da pesquisa.

A sistematização dos dados das entrevistas ocorreu com a identificação e a utilização das categorias: planejamento, participação, democracia, gestão de recurso e processos da comunicação, pedagogia de projetos, formação de liderança, cidadania, transformações sociais e pessoais e construção de conhecimento nas falas apresentadas pelos atores sociais.

A análise dos dados foi fruto das articulações que ocorreram entre os dados coletados nas observações, descrições, documentos analisados, entrevistas e os referenciais teóricos da pesquisa. Essas articulações levaram em consideração que o discurso é uma construção social, não individual, e que deve ser analisado, considerando seu contexto

histórico-social, suas condições de produção e que reflete uma visão de mundo determinada, vinculada à dos seus autores e à sociedade em que vivem.

Ainda, segundo Coutinho (2004, p. 103), “as análises qualitativas, a partir da análise compreensiva das categorias, possibilitam o aprofundamento na interpretação da dinâmica do fenômeno estudado”. Todo esse processo procurou responder à questão da pesquisa e atingir os objetivos que foram propostos inicialmente.

## Resultados

O relato de como se deu a inserção política de Dom José Rodrigues de Souza proporcionou entender que ele recebeu o título de bispo dos “excluídos”, como eram classificados os moradores no semiárido nordestino, devido a sua atuação no exercício de uma comunicação articulada com as transformações sociais no sertão baiano. Essa inserção teve um dos seus ápices no desenvolvimento uma Política de Educação Popular, com a assessoria de Paulo Freire e sua equipe no período de 1983 até 1986, na realização de várias formações, acompanhamentos e no fornecimento de materiais.

Constatou-se que, como desdobramento da Política de Educação Popular, surgiu a realização de um Projeto de Comunicação Popular, com duas linhas de ações: a Rede de Correspondentes Populares e as Equipes Paroquiais de Comunicação, cujas atividades encontravam-se sintonizadas com muitos dos indicadores educacionais. Evidenciou-se que o Acervo Dom José Rodrigues foi um instrumento de articulação e suporte dessas ações educacionais e comunicativas.

O resgate de parte da obra de Dom José Rodrigues foi realizado mediante testemunhos históricos fornecidos por pessoas envolvidas em dois elementos que fizeram parte de nossa fonte de pesquisa, a saber: os que participaram do Projeto de Comunicação Popular, ao tempo de Dom José, e os que vivenciaram a montagem e utilização do acervo bibliográfico para atividades envolvendo as práticas da Política de Educação Popular (tanto no tempo de Dom José quanto nos anos posteriores à sua morte). As falas demonstraram, em diversos momentos, a existência dos indicadores da Educomunicação nessas práticas comunicacionais e educacionais.

Os depoimentos evidenciaram que o Acervo Dom José Rodrigues era um suporte imprescindível para a realização das ações da diocese de Juazeiro e que acabou por atender para além do ecossistema comunicativo, servindo à comunidade em geral, o que levou o trabalho de Dom José a ser cada vez mais valorizado e reconhecido.

O boletim Caminhar Juntos destaca-se no acervo e foi produzido sob a supervisão editorial do próprio Dom José. O material foi publicado entre 1976 a 2003, com edições mensais e um conteúdo que trata de questões religiosas, sociais, políticas, econômicas

e culturais, principalmente, da região do vale do São Francisco. No boletim é possível encontrar registros que demonstram como a diocese de Juazeiro desenvolveu seus projetos de educação e comunicação populares, ao apresentar relatos que descrevem as dificuldades, lutas e vitórias que fazem parte da geopolítica do povo do sertão nordestino.

As práticas educacionais desenvolvidas na diocese de Juazeiro, com o incentivo e apoio de Dom José Rodrigues, indicam pelo menos três áreas de intervenção com base nas quais foram feitas as reflexões no âmbito educacional, a saber: a área da educação para a comunicação, que segundo Soares (2011, p. 47) “tem como objetivo a compreensão do fenômeno da comunicação, tanto no nível pessoal e grupal, como quanto a nível organizacional e massivo”; a área da mediação tecnológica na educação, que para Soares (2011, p. 48) “preocupa-se com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos, garantindo além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão” e, também, a área da gestão da comunicação que Soares (2011, p. 48) diz “voltar-se para o planejamento e a execução de planos, programas e projetos referentes às demais áreas de intervenção”.

## Conclusão

Dessa forma, a hipótese levantada levando-se em conta uma análise exploratória dos materiais que compõem o Acervo Bibliográfico da Diocese de Juazeiro foi confirmada. O estudo atesta, portanto, que efetivamente já existiam, no início da segunda metade do século XX, vivências de comunicação popular na Igreja Católica convergentes com os indicadores de ações educacionais, hoje legitimadas no documento 99 da CNBB, em coerência com o que havia sido proposto, como referencial para o conceito da Educomunicação, pelo NCE/USP, em 1999.

Diante disso, concluímos, ainda, que Dom José transformou-se em uma referência episcopal no que se refere ao mundo da comunicação a partir do desenvolvimento de práticas educacionais em consonância com o que afirmam as pesquisas sobre o novo campo de estudos, pesquisas e atividades extencionistas existentes no Brasil. Definitivamente, a Educomunicação encontrou em Dom José Rodrigues um verdadeiro e efetivo precursor.

## Referências

CNBB. **Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 14.

CORAZZA, Helena. **Educomunicação: caminhos e perspectivas na formação pastoral**. A experiência do Serviço de Pastoral da Comunicação (SEPAC). 2015. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004. p. 103 e 107.

CRUZ FILHO, Maurício Nascimento. **A educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva Católica de comunicação**. 2018. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973.

DIOCESE DE JUAZEIRO DA BAHIA. Boletim Informativo: Caminhar Juntos. 1986; 1990; 1992; 1993; 1995; 1996; 2002.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-270.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOMES, Pedro Gilberto. **A comunicação cristã em tempo de repressão**. São Leopoldo: Unissinos, 1995.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación**. Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 122.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

PUNTEL, Joana T. **Comunicação: diálogo dos saberes na cultura midiática**. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Caminhos da educomunicação**. São Paulo: Salesianas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

# As representações do Samba na prática escolar enquanto estudo de caso<sup>1</sup>

Ítalo Leopardi Bosco de Azevedo<sup>2</sup>

---

## Resumo

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado feita levando-se em conta um estudo de caso com inspiração etnográfica das representações identitárias no ambiente escolar, tendo o Samba e a música em geral como motes. Desde o entendimento do Samba como manifestação relevante da cultura brasileira, buscamos compreender se as composições do gênero podem servir de aparato pedagógico a docentes do ensino fundamental.

## Palavras-chave

Samba. Música. Comunicação. Representações. Escola.

---

## Introdução

A relevância do Samba como manifestação tradutora de nossas múltiplas identidades culturais revela-se como uma das formas mais influentes de preservação da memória coletiva e como um espaço social privilegiado para as leituras e as interpretações do Brasil; o gênero possui, portanto, uma singularidade indiscutível para a cultura nacional.

Tanto isso é verdade que, publicada no dia 5 de fevereiro de 2015, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Lei nº 15.690/2015 instituiu o Samba como patrimônio cultural imaterial do Estado de São Paulo. O Samba de roda, do Recôncavo Baiano, foi reconhecido como patrimônio da humanidade em 2005 pela Unesco e também foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2004. Tamanha é a importância do Samba no país que anualmente é celebrado o Dia Nacional do Samba em 2 de dezembro.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Jornalista, produtor cultural e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ECA/USP), na linha de pesquisa Informação e Mediações nas Práticas Sociais, sob orientação do Prof. Dr. André Chaves de Melo Silva. E-mail: italo.azevedo@usp.br.

Dada a importância que damos ao Samba como gênero e manifestação da cultura brasileira, o termo será grafado em todo o artigo com letra maiúscula. Dessa perspectiva, surge o intuito de observar o universo da educação pela percepção de que as letras do gênero Samba – e da música em geral – podem servir de aparato pedagógico complementar a docentes do ensino fundamental.

O estudo se deu com base nas representações identitárias no ambiente escolar, já que uma das decisões foi estender a pesquisa também para o ensino fundamental de uma escola pública da cidade de São Paulo.

No entrelaçamento de ideias e preceitos que transitam entre representações sociais, cultura juvenil, cultura brasileira, o Samba e a música, buscamos explorar como estudantes do ensino fundamental se relacionam com letras de Samba e se estas podem servir de aparato complementar pedagógico para os docentes. Para tal, apresentaremos parte da descrição densa da pesquisa de campo realizada em uma escola pública na zona sul de São Paulo, na qual observamos, durante dez semanas, três grupos focais, sendo duas salas do 9º ano na disciplina de Projeto de Vida e uma sala do 7º ano da disciplina de Geografia.

Entre os campos de estudo da pesquisa de mestrado que originou o artigo, enfatizaremos as reflexões de Serge Moscovici (2003) acerca das interações humanas (o processo coletivo penetra no processo individual) e das representações sociais que serão a base para a prática etnográfica, metodologia aplicada a uma vivência em sala de aula de uma comunidade específica – tendo os trabalhos de Norbert Elias e John Scotson (2000), Clifford Geertz (1989) e Marli Eliza de André (2015) como balizadores importantes.

### Objetivo geral

O estudo se deu levando-se em conta as representações identitárias no ambiente escolar com a aplicação de um questionário que teve por objetivo coletar informações sobre o perfil dos alunos que estudam nos 7º e 9º ano do ensino fundamental da referida escola, além da observação direta com inspiração etnográfica durante dez semanas de aula em uma escola pública da cidade de São Paulo. Com base na análise dos questionários e da observação das aulas, pretende-se compreender se o Samba e suas composições podem ser utilizados como aparato complementar pedagógico pelos docentes. Parte desse estudo consta no artigo que pretende explicitar partes importantes sobre a prática etnográfica no ambiente escolar.

### Metodologia

As interações humanas pressupõem representações que, segundo o autor Serge Moscovici (2003), são capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma

coletividade. A constatação é de que o processo coletivo penetra no processo individual, fator de estudo relevante para a pesquisa em andamento.

Nosso foco no estudo das representações sociais nada mais é do que estudar do ser humano por meio de um estudo de caso feito, como dito anteriormente, em uma escola pública de São Paulo. Em uma sociedade complexa, é necessário analisar as circunstâncias em que os grupos se comunicam e tomam decisões.

De acordo com a pesquisadora Marli Eliza de André (2015), a etnografia busca encontrar o significado que têm as ações e os eventos para pessoas e grupos estudados. Já cultura corresponde ao conhecimento adquirido que as pessoas aplicam para interpretar experiências e gerar comportamentos. Por fim, etnografia é a descrição da cultura. A ideia do projeto é aproximar-se ao máximo de um estudo etnográfico por meio do estudo de caso. O trabalho do professor André Chaves de Melo Silva (2010) também foi inspiração para a pesquisa em tela.

Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2005) nos alerta que a reflexividade (conceito abordado do ponto de vista histórico) deve ser um metadiscorso científico que gera a atitude consciente e crítica por parte do investigador durante todo o percurso, e foi o que tentamos fazer nas análises. Para a autora, refletir epistemologicamente sobre o processo de observação é ser capaz de entender e comunicar a diferença cultural entre o sujeito e o objeto investigado, exercitando o papel crítico da ciência de rompimento com o senso comum.

Até o momento, houve a observação direta e foram aplicados questionários com pesquisas quantitativas e qualitativas como parte do estudo de caso, realizado com base no conceito da fenomenologia que costuma ser melhor compreendido pela analogia entre a mente humana e uma folha de papel em branco: a mente humana nasce em branco e vai sendo preenchida conforme as experiências vivenciadas pela pessoa; o mesmo acontece com uma folha em branco que vai sendo preenchida com o tempo. A realidade é socialmente construída.

A pesquisa foi realizada no ambiente escolar por meio de um conjunto de técnicas para coletar dados sobre valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos de determinado grupo social para estudo da cultura e da sociedade.

A escolha pela referida escola se deu por já haver um contato prévio com a instituição, o que facilitou a abordagem e a aceitação por receber a pesquisa. Optamos por acompanhar duas turmas do 9º ano na disciplina Projeto de Vida por ter um plano de aula mais flexível e que pudesse, até mesmo, ser adaptado para observarmos situações específicas do Samba como apoio pedagógico. Além desses dois grupos focais, também optamos por acompanhar as aulas de Geografia de uma das turmas do 7º ano para comparar resultados entre alunos de diferentes idades. O acompanhamento se deu entre

abril e junho de 2019, com seis aulas observadas por turma, além de entrevistas com as professoras e com o coordenador-geral da instituição.

O trabalho aplicado na ambiência educacional busca a observação participante, por meio da qual há alto grau de interação com a situação estudada (pesquisador afeta e é afetado), e o pesquisador é o instrumento principal na coleta e análise de dados ao realizar uma pesquisa dinâmica. O entendimento de que as relações de dinâmica social (institucional-organizacional, instrucional-pedagógica e sociopolítica-cultural) devem ser consideradas é o principal desafio para compreensão do dinamismo na prática escolar.

Os fatores sociopolíticos e culturais serão, portanto, determinantes macroestruturais (momento histórico, forças políticas e sociais e valores sociais vigentes) da prática educativa. Não se pode querer fazer pesquisa no ambiente escolar e ignorar todas as variáveis (aluno, escola e professor) envolvidas. A seguir, trataremos de parte do capítulo da dissertação de mestrado, da qual este artigo representa um recorte, em que se aborda a experiência de observação direta com inspiração etnográfica na referida escola.

### **A entrada em campo: cotidiano, etnografia e conhecimento**

Ao acompanhar as aulas de Geografia e Projeto de Vida ministradas na escola, procuramos estudar as representações do Samba na prática escolar para entender se o Samba e suas composições poderiam servir de aparato complementar pedagógico para os professores. Buscamos, por meio da produção de uma descrição densa, compreender os significados e as representações que os estudantes atribuem ao Samba e à ciência no entrelaçamento de ideias e preceitos que transitam entre representações sociais, cultura juvenil, música e Samba.

As descrições densas são “produzidas por meio da descrição detalhada e interpretação dos fatos observados juntos aos grupos analisados, buscando compreender os motivos ou causas de tais fatos, bem como as intenções dos indivíduos que os produzem” (SILVA, 2010, p. 65).

A tentativa foi de entender se a receptividade pelos sujeitos (estudantes) reflete suas características, valores e trajetórias pessoais. Buscamos explorar também como estudantes do ensino fundamental podem se relacionar com letras de Samba desde sua inserção ao universo da sala de aula.

Nosso objeto de análise foram as representações sociais dos alunos – com base em Moscovici (2003) – e o modo como se refletem com a execução de letras do gênero Samba, gerando reflexão e conhecimento. Longe de serem agentes passivos, os alunos apresentam constante processo de elaboração no universo escolar através da interação

entre os estudantes e os professores e professoras, estabelecendo determinados padrões de comportamento e conhecimentos.

Trata-se, também, de uma tentativa de dar voz aos que normalmente não têm, algo proporcionado pela etnografia quando da sua utilização no campo da pesquisa educacional, notadamente da pesquisa participante, por meio da qual se “vivencia” o cotidiano da escola – neste caso específico, em sua interação entre estudantes e professores no processo de construção do conhecimento histórico, o que inclui o encontro e a reelaboração dos saberes dos sujeitos, originários do senso comum e de suas representações sociais, os quais alimentam a ciência.

A utilização dos métodos de observação etnográfica – baseada em Elias e Scotson (2000) – em conjunto com instrumentos de pesquisa qualitativa (questionários sociais e sobre as representações dos alunos), nos permitiram compor uma descrição densa onde, além do aparente, conseguimos compreender, refletir e expor alguns dos elementos latentes que compõem as teias de significados dos grupos, também chamadas de microculturas, como forma de compreender o coletivo, mas também os indivíduos.

A fim de preservar a identidade dos alunos e dos docentes, todos os relatos a seguir referem-se aos envolvidos com nomes fictícios, além de não haver a citação nominal à instituição de ensino para preservar também seu anonimato.

### **A escola**

O interesse pela escola surgiu de um contato prévio com um membro do corpo docente, professora Maria, da disciplina de Artes. Situada na Vila Mariana, na cidade de São Paulo, a escola faz parte da rede estadual e oferece ensino fundamental.

Maria nos conectou com o coordenador-geral, professor Antonio, em março de 2019. Foi-nos solicitado uma explicação da proposta, métodos e objetivos em uma reunião presencial, na qual apresentamos uma carta assinada por mim e pelo meu orientador e explicamos a ideia de observação direta das aulas e aplicação dos questionários. Outra preocupação da direção da escola era com relação ao anonimato de alunos e professores, além da instituição, eles seriam assegurados por meio da troca de nomes, o que foi prontamente garantido em reunião.

A permissão para a realização da pesquisa não foi imediata; tivemos de frequentar duas reuniões semanais com professores das disciplinas de Humanas para explicar novamente a proposta; nas reuniões, levamos alguns exemplos de músicas que poderiam ilustrar os temas abordados em classe e que minha atuação seria em parceria e não impositiva: havia receio de que quiséssemos intervir nas aulas e propor o conteúdo. Levando-se em conta esses aspectos e os professores já mais tranquilizados, recebemos

uma sinalização por parte dos docentes que tinham disponibilidade e interesse em receber a pesquisa.

Alguns sambas-enredo que levamos em um primeiro momento como exemplo para comporem um plano de aula foram: “História pra ninar gente grande”, samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, escola de samba vencedora do Carnaval 2019 e muito em evidência na época por causa da temática sociopolítica ao enfatizar heróis nacionais invisibilizados, como Luiz Gama, Leci Brandão e Marielle Franco; “Uma noite real no Museu Nacional”, da Imperatriz Leopoldinense, de 2018, que enfatiza a importância dos museus brasileiros e de sua preservação, em especial do Museu Nacional, que havia se tornado notícia por ter sofrido um incêndio no final daquele mesmo ano; “Brasil, Ciência e Arte”, também da Mangueira, cuja letra foi composta por dois baluartes do Samba, Carlos Cachaca e Cartola, e que elencava grandes nomes da ciência brasileira; e, por fim, o samba-enredo “Do verde do Coari, vem meu gás, Sapucaí!”, da Acadêmicos do Grande Rio, que narrava a história do gás natural. A ideia foi mostrar que havia letras que poderiam ser aplicadas em sala de aula para ajudar a retomar conceitos.

Logo na reunião, ficamos sabendo que poderíamos observar as aulas das professoras Andrea e Luana. A acolhida delas foi calorosa e sensível, sempre preocupadas em tentar ao máximo conciliar as disciplinas à execução das letras. Inicialmente, acompanhamos as aulas de Projeto de Vida de duas turmas do 9º ano do ensino fundamental (classes C e D) e uma turma de Geografia do 7º ano do ensino fundamental (classe B). Os objetivos eram entrar em contato com os alunos, começando no segundo trimestre de 2019 já com as turmas escolhidas e me adaptar à teia de significados dos grupos, além de, ao mesmo tempo, deixar os alunos se acostumarem com minha presença.

Pouco organizada, a unidade de ensino não possui um *site* próprio, apenas uma página no Facebook onde é possível ver alguns trabalhos feitos pelos alunos, indicações de boas práticas e fontes para estudos e roteiros culturais pela cidade de São Paulo. Conseguimos obter alguns dados institucionais na plataforma on-line QEdU, mantida pela Fundação Lemann, onde é possível encontrar informações sobre matrículas, acessibilidade, alimentação, infraestrutura, equipamentos eletrônicos, saneamento básico e acesso à internet.

Fundada em 1964, a escola está situada em um bairro de classe média e média alta, além de estar cercada por outros bairros com perfis semelhantes, como Chácara Klabin, Vila Clementino, Chácara Inglesa, Saúde e Jabaquara. Segundo o coordenador-geral, a maioria dos seus estudantes, no entanto, não mora em bairros vizinhos, mas sim em alguns distantes na zona sul, como Vila Santa Catarina, Grajaú, Santo Amaro e, até mesmo, das zonas leste (Artur Alvim e Jardim Pantanal) e norte (Vila Guilherme), além de outros municípios como São Bernardo do Campo e Embu das Artes, informação verificada pela análise dos três grupos focais.

A unidade escolar possui duas entradas na mesma rua: uma para os alunos e outra para os professores e funcionários, que permite o acesso à secretaria, às salas de aulas do andar térreo e aos principais cômodos: salas da coordenação, vice-coordenação, coordenação pedagógica (também conhecida como sala dos professores), de informática (com 11 computadores) e de reuniões.

Ao passarmos pela secretaria chegamos a um corredor que dá acesso a quatro salas de aula no piso térreo, aos cômodos citados anteriormente e às escadas para os pavimentos superior e inferior. No pavimento superior, além de sete salas de aula, há uma sala multimídia com um retroprojeto. No pavimento inferior, há uma cantina, o refeitório, uma sala de leitura, um laboratório, um salão (uma espécie de anfiteatro adaptado), dois pátios internos (um coberto e outro descoberto), uma quadra e o estacionamento para os professores e a equipe da escola.

Todas as 11 salas de aula têm armários ao fundo, dois ventiladores, uma lousa e têm capacidade para 37 alunos cada uma delas; são salas-ambientes fixas para cada uma das turmas – isto é, cada turma tem uma sala para receber as aulas, o que faz com que os professores tenham de se deslocar de uma sala a outra ao término de cada aula. Essa infraestrutura abrigava cerca de 360 alunos (dados de 2019) estudando em tempo integral (manhã e tarde), 26 funcionários – 12 professores designados, três gestores (diretor, vice-diretor e coordenador), seis funcionários concursados e cinco terceirizados.

De acordo com o coordenador-geral da escola, sua equipe trabalha com uma linha pedagógica diversificada e que cumpre o Currículo Paulista estabelecido pelo Estado de São Paulo em 2018. No ano em que estivemos em observação na escola, havia uma movimentação e preocupação constantes com a unificação do currículo na esfera nacional, por causa da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que diz respeito à avaliação das escolas. A instituição de ensino trabalha com três pilares para o(a) aluno(a): solidário(a), acadêmico(a) e protagonista.

Outro fato que chamava a atenção quando estivemos com a pesquisa *in loco* era uma sondagem que a escola tinha recebido de um grupo empresarial que faria investimentos em estrutura e formação de professores em uma espécie de parceria público-privada. Ao conversar com o coordenador-geral em 2020, soubemos que, infelizmente, a parceria não se concretizou.

### O coordenador-geral

Em maio de 2020, marquei uma entrevista por telefone (em razão da pandemia da Covid-19) com o professor Antonio, coordenador-geral da escola, para tratarmos dos resultados e objetivos da instituição. Como estivemos na escola em um fim de semestre, vieram

as férias coletivas e optamos por fazer essa conversa com o coordenador-geral após a tabulação de todas as pesquisas.

Formado em Estudos Sociais, com habilitação para História, Antonio parecia bastante requisitado durante o período em que frequentamos a escola: sua sala estava sempre ocupada para a resolução de questões dos(as) alunos(as) (desde problemas de disciplina até os de aprendizagem) e sempre o encontrávamos na sala de coordenação pedagógica trocando informações com os outros professores nos intervalos das aulas. O próprio Antonio nos recebeu em sua sala duas vezes durante o período da aplicação da pesquisa, quando conversamos sobre o andamento do projeto e impressões sobre a escola.

Inicialmente, coloquei que se tratava de uma conversa informal e não exatamente uma entrevista, já que o objetivo era deixar o ambiente favorável para a livre expressão do interlocutor e impedir que ele emitisse opiniões que o entrevistador “gostaria” de ouvir, evitando assim uma interação social sem conflitos. A busca pela criação de um “ambiente informal”, ainda que provisório, em entrevistas, pode colaborar para uma entrada mais profunda no universo dos significados ou representações individuais. Professor Antonio exerce o magistério há 26 anos, sendo 12 como coordenador-geral e cinco à frente da escola.

Começamos a conversar sobre a visão dele da unidade escolar, no tocante ao potencial dos recursos humanos docentes da escola. Para ele, a unidade tem bom desempenho pelo fato de o regime integral ter sido implementado em 2015. O resultado pode ser comprovado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) de 5,84 (2019), o maior entre escolas do setor centro-sul de São Paulo (o índice foi fornecido pelo professor, mas não pode ser comprovado pela consulta pública).

Outros fatores a que ele atribui o sucesso são o trabalho da equipe, o exercício de uma gestão coesa, democrática e bem alinhada e a busca da escola por parte dos(as) responsáveis pelos(as) estudantes em razão da excelência do ensino oferecido, ou seja, há uma demanda pela unidade por causa da imagem construída e dos resultados obtidos nos últimos anos. Esses pontos fizeram com que, ainda segundo o coordenador, as metas dos últimos anos fossem cumpridas e ultrapassadas.

O coordenador também atribui os bons resultados aos alunos e às suas formações prévias, já que alguns são oriundos de escolas particulares e de bom nível de ensino, além do processo de avaliação contínua do trabalho desenvolvido pela escola, que pede o preenchimento de questionários avaliativos por parte de alunos e docentes, além de também ser submetida a avaliações periódicas por parte do Estado.

Ao que parece, o Estado é rigoroso nestas avaliações periódicas e o desempenho da escola parece ser proporcional ao investimento que será feito na instituição, por isso notamos uma preocupação constante do coordenador com tais avaliações. Mesmo

assim, a falta de investimento público tem prejudicado questões de infraestrutura e manutenção da escola.

Como relatado pelos professores, pela diretora e por alguns funcionários com os quais conversamos, a maioria dos alunos das turmas e, portanto, de toda a escola se consideramos a proporção, morava em outros bairros: 91,89% (34) no caso do 9º C, 90% (27) do 9º D e 52,78% (19 alunos) do 7º B. O fato de a maioria dos alunos morar em outros bairros foi citado pelo coordenador como uma consequência para a baixa participação dos(as) responsáveis nas iniciativas da unidade de ensino, portanto uma das dificuldades pensando em uma evolução de desempenho por parte da escola. De acordo com o coordenador, quando a comunidade do entorno é próxima da escola, pode-se constatar um maior envolvimento, gerando mais engajamento e soluções conjuntas, o que ele pôde constatar em uma experiência anterior em outra escola onde também exerceu cargo de coordenação.

A situação é atribuída ao perfil da população local por causa da elevada renda de boa parte das famílias residentes no bairro, e a maioria dos jovens da região estão matriculados em escolas particulares, enquanto estudantes de outros bairros vêm estudar na escola, atraídos por sua qualidade. Durante as observações, percebemos que o coordenador se mostrava muito receptivo a propostas de atividades complementares. Há, até mesmo, uma parceria estabelecida entre a escola e um museu: educadores do museu propõem projetos de residência que atendem alunos da instituição.

### Unificação curricular

Em 2008, o Programa São Paulo Faz Escola foi estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo com foco em unificar o currículo escolar para as escolas estaduais. Houve, então, a implantação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo a fim de estabelecer uma base comum de conhecimento e competências para todos os professores e alunos.

Pensando nessa unificação, foram criados cadernos para os alunos e os professores para padronizar o ensino das disciplinas. Conforme nossa observação, os cadernos norteavam quase completamente os conteúdos que eram passados em classe. Até em virtude desse engessamento, a ideia de incluir a execução de músicas que complementassem os assuntos propostos pelas apostilas foi bem recebida pelas professoras.

Ouvimos, em mais de uma oportunidade por parte das docentes, que os conteúdos dos cadernos já não eram tão atuais e por vezes apresentavam proposições muito básicas de ensino especialmente para os alunos do 9º ano. No final das contas, os conteúdos acabam sendo integralmente aplicados aos estudantes em razão das avaliações periódicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Para o coordenador-geral, o ensino com base nas cartilhas é uma realidade, portanto não há muito espaço para questionamento

– desde a direção até os professores, a preocupação dos gestores da escola é manter o bom desempenho nas avaliações do órgão regulatório para seguirem recebendo investimentos.

Sobre o uso da música como aparato pedagógico complementar, o coordenador acha interessante, pois pode despertar o interesse dos alunos. Há professores que, até mesmo, tentam mesclar as atividades padronizadas das cartilhas com conteúdos “externos”. No entanto, ressaltam que o problema é a falta de investimento no corpo docente para conseguir propor conteúdos – sejam oriundos do Samba ou de outros gêneros – que façam sentido com os conteúdos expostos em sala. Realmente, notamos que uma das maiores dificuldades dos professores pode ser a curadoria e a falta de tempo para preparação das aulas. Elencamos, a seguir, alguns dados extraídos dos questionários aplicados e já tabulados, além de parte das conclusões dessa formatação.

## Resultados parciais

### Opções de lazer

A maioria dos estudantes dos três grupos focais respondeu ter opções de lazer nos bairros onde residem: 62,16% (23) no 9º C, 53,33% (16) no 9º D, e 61,11% (22) no 7º B. Nas turmas do 9º, a opinião majoritária era de que havia poucas opções de lazer no bairro, fato levantado por 9 alunos (24,32%) no 9º C e 8 alunos (26,67%) no 9º D, enquanto no 7º B houve a impressão de muitas opções de lazer para 7 alunos (19,44%) e de poucas opções para 4 alunos (11,11%).

Nas três turmas, as opções de lazer mais citadas foram parques, praças, shopping centers, clubes, práticas esportivas diversas (desde futebol a jogos de mesa); interessante salientar opções levantadas de equipamentos culturais como Sesc, Fábrica de Cultura e Jardim Botânico, além das práticas mais contemporâneas, como *videogame* e internet.

Nas três turmas, predominaram os grupos ligados à prática esportiva, sendo 20% (6 alunos) do 9º D, 27,03% (10) do 9º C e 22,22% (8) do 7º B. A participação em grupos sociais compostos por amigos/sociedades de bairro esteve sempre entre a segunda opção mais levantada pelas classes, representando 10% (3 alunos) do 9º D, 10,81% (4) do 9º C e 8,33% (3) do 7º B. Tais indicadores apresentam parte dos hábitos daqueles alunos que podem influenciar suas escolhas, percepções e nas representações.

### Atividades na internet

Para medirmos as preferências das atividades na internet das turmas, solicitamos que elas atribuíssem notas de 0 a 10 para diferentes usabilidades. A média foi feita a partir da soma das notas e a divisão do valor total pelo número de alunos.

Entre todas as atividades assinaladas pelos alunos, há ampla preferência por consumo de música na internet, mostrando sua relevância no cotidiano desses estudantes. Abaixo a média das três atividades mais apontadas pelos(as) discentes:

	9º C	9º D	7º B
Atividade mais citada	Consumir música (9,63 de média)	Consumir música (9,20 de média)	Consumir música (9,32 de média)
2ª atividade mais citada	Assistir à série (8,33 de média)	Redes sociais (7,90 de média)	Assistir à série (9,06 de média)
3ª atividade mais citada	Redes sociais (8,19 de média)	Assistir a filme (7,40 de média)	Jogar on-line (8,44 de média)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

### Música

Para medirmos as preferências musicais dos estudantes, solicitamos que as turmas atribuíssem notas de 0 a 10 para diferentes estilos, além de incluir outros gêneros que não estivessem na lista. A média foi feita a partir da soma das notas e a divisão do valor total pelo número de alunos. Nas três turmas, o *rap* predominou como primeira ou segunda opções dos alunos, fato que chama a atenção. A seguir, os três gêneros musicais mais citados por sala.

	9º C	9º D	7º B
Gênero mais citado e média	<i>rap</i> (7,26)	eletrônico (6,97)	pop (8,12)
2º gênero mais citado e média	<i>funk</i> (5,74)	<i>rap</i> (6,67)	<i>rap</i> (6,27)
3º gênero mais citado e média	eletrônico (5,68)	pagode (5,73)	eletrônico (5,68)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

### 5.4 Você gosta de Samba?

Você gosta de samba?	9º C	9º D	7º B
Sim	72,97% (27 alunos)	60,00% (18)	55,56% (20)
Não	27,03% (10)	36,67% (11)	44,44% (16)
Não responderam		3,33% (1)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Há clara inclinação positiva dos jovens em relação ao Samba, mesmo não tendo sido o gênero apontado como preferido em nenhuma das classes. O fato parece demonstrar a abertura dos estudantes, o que possibilitaria boa aceitação na inclusão de músicas do gênero nas aulas.

### 5.5 Você acha que o uso da música em aula pode contribuir para o seu aprendizado?

Uso da música em sala de aula	9º C	9º D	7º B
Sim	78,38% (29 alunos)	70,00% (21)	86,11% (31)
Não	21,62% (8)	23,33% (7)	16,67% (6)
Não respondeu		6,67% (2)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Em todas as turmas, houve consenso sobre o interesse da música como item de contribuição para o aprendizado em sala de aula. Entre as justificativas apresentadas pelos alunos, ressalta-se:

- “Têm algumas músicas que falam do passado.”
- “Porque muitas delas [músicas] trazem conhecimento.”
- “Letras com críticas sociais.”
- “Para vermos o quanto ela [música] pode passar de conhecimento.”

### Considerações finais

A etapa de análise dos dados coletados está em fase de desenvolvimento e, por isso, ainda não é possível apresentar resultados definitivos. Espera-se, ao término da dissertação que origina o artigo em tela, que o objetivo geral deste artigo possa ter sido cumprido.

As reflexões parciais mostram, conforme levantamentos mencionados anteriormente, que há predomínio do consumo de música nas atividades feitas pelos jovens na internet. Há também consenso nos grupos focais observados sobre o interesse da música como item de contribuição para o aprendizado em sala de aula. Além disso, constata-se boa receptividade dos jovens para com o gênero.

Levando-se em conta a análise de todas as respostas dos discentes, pretendo conseguir compreender se o Samba e suas composições podem ser utilizadas como aparato complementar pedagógico pelos docentes em sala de aula.

### Referências

- DE ANDRÉ, Marli Elisa. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2015.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SILVA, André Chaves de Melo. **Imagens televisivas e ensino de história**: representações sociais e conhecimento histórico. São Paulo, 2010.

### Sites

Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Lei nº 15.690/2015**. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20150205&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>.

Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br/>>.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Vocábulo Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/56>>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

QEDU. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/>>.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **São Paulo faz Escola**. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). **Samba de Roda of the Recôncavo of Bahia**. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/RL/samba-de-roda-of-the-reconcavo-of-bahia-00101>>.

# Representações docentes e a formação continuada<sup>1</sup>

Gláucia Silva Bierwagen<sup>2</sup>

---

## Resumo

Análise das representações docentes sobre a formação continuada no âmbito das relações sociopolíticas-culturais com os dispositivos comunicativos-tecnológicos. Opção multimetodológica: (1) o modelo metodológico da Pesquisa em Comunicação; (3) observações (4); entrevistas semiestruturadas; (4) análise descritiva e interpretativa, entre outras. Os resultados preliminares sugerem que os professores compreendem a formação continuada como um processo de autorreflexão e troca de conhecimentos.

## Palavras-chave

Formação continuada docente. Representações dos docentes. Dispositivos tecnocomunicativos. Tecnologias de informação e comunicação.

---

## Introdução

O recente panorama da educação, que tem promovido debates da sociedade em geral e na academia, é permeado pelo cenário contemporâneo globalizador e por como as sociedades estão se organizando política e economicamente, ao evidenciar um contexto paradoxal, percebendo-se uma busca do ajustamento dos sistemas de ensino com base em uma lógica externa – mercantilista, utilitarista, empreendedorista – e a ausência da participação dos professores na formulação de políticas públicas e na elaboração de documentos normativos. Em contrapartida, professores são frequentemente responsabilizados pelos problemas da educação brasileira e sempre intimados a se “atualizarem”, “reciclarem”, terem “capacitação em serviço”; obter “educação profissional”, “aperfeiçoamento profissional continuado” e “formação continuada” (constando na Lei de Diretrizes de Bases de 1996, 2009, 2013 e 2017) por meio dos programas de formação continuada

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Doutoranda do PPGCOM-ECA/USP, sob orientação do Prof. Dr. Adilson Odair Citelli. Mestra em Educação pela FE-USP; especialista em *Designer Instrucional* pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei); graduada em Pedagogia pela USP e Tecnologia em Informática pela Fatec-Unesp; atuou como professora de educação básica em redes municipais do estado de São Paulo e em educação à distância na produção de materiais didáticos e tutorias. E-mail: galsilv@usp.br.

em serviço. O que evidencia muitas “oscilações terminológicas”. João Formosinho considera que a formação continuada de professores trata-se de:

formação inicial profissional, visando o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional. A formação contínua visa o aperfeiçoamento dos saberes, das técnicas, das atitudes necessárias ao exercício da profissão de professor. (1991, p. 238)

Embora Formosinho (1991) empregue para a formação dos professores em serviço a expressão *formação contínua*, que traz a ideia de uma formação “sem interrupções”, “consecutiva”, adotaremos o conceito de formação continuada, que, por sua vez, é utilizado nas normativas brasileiras – Lei de Diretrizes e Bases, Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores, Base Nacional Comum Curricular. No entanto, consideramos que o conceito de formação permanente é mais amplo que o de formação continuada. Para Freire a educação é um processo permanente, “no saber que podemos saber mais” (FREIRE, 1993, p. 20), ou seja, aprendemos, ensinamos e jamais nos concluímos, buscando sempre uma forma de se inserir e transformar a realidade. Demonstramos uma reflexão, inicialmente ingênua, sobre a prática docente. Mas, com o exercício constante (“pensar para o fazer” e no “pensar sobre o fazer”), a curiosidade se transforma em crítica. Assim sendo, a reflexão crítica permanente deve ser a orientação prioritária para a formação continuada de professores (FREIRE, 2001), transformando-os em intelectuais públicos autônomos que empregam a crítica reflexiva ao que é restrito e opressor ou mesma a “racionalidade tecnocrática que separa teoria e prática” (GIROUX, 1997, p. 23).

Formosinho (1991, p. 238) traz-nos a concepção de que a formação continuada envolve o “aperfeiçoamento de saberes, técnicas, atitudes para o exercício da docência”. Nesse sentido, muitos outros pesquisadores mobilizaram-se para investigar e sistematizar tais saberes docentes, salientando a necessidade de formação continuada como um processo de indagação autônoma sobre a profissionalização e uma identidade profissional que favorece a legitimidade da profissão (NÓVOA, 1991). Shön (2000), Zeichner (1993; 1997) e Demo (1996) ressaltam a formação continuada como um processo de reflexão que se dá por meio do ato de investigação da/na prática docente. A pesquisadora Alarcão (2003) defende uma *reflexão coletiva* entre os pares e comunidade escolar como possibilidade de criação de ideias (e não reprodução das que já existem), transformando a realidade local em um movimento de formação continuada em serviço.

Imbernón (2001) e Pimenta (2005) sugerem uma formação continuada que deva estar fundamentada em uma reflexão dos sujeitos acerca de conhecimentos e teorias sobre a prática docente. Tardif (2002) vai mais adiante, sugerindo que o saber docente

é “plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36). Com relação a formação continuada dos professores Morin (2002, 2004) evidencia a noção de *saberes* essenciais na/para formação deles – como a compreensão da complexidade, da identidade terrena, da condição e ética humana, a cegueira do conhecimento (erro e ilusão) e enfrentamento de incertezas. E Perrenoud (1999) utiliza o conceito de *competências*, ou seja, a capacidade de utilizar os saberes para agir diante de uma situação nos processos de ensino e aprendizagem.

### Justificativas

Espera-se muito que os educadores busquem novas percepções sobre o papel que exercem na sociedade e sobre o seu trabalho no *locus* da sala de aula. Para alguns autores, a formação inicial não abrange os dilemas atuais da profissão docente. Alguns documentos produzidos pela Unesco (2013) e pela Base Nacional Comum Curricular (2018) apontam na direção de que tal profissional tenha “competência” digital e midiática para “atender” às demandas da sociedade mercadológica contemporânea. Nesse contexto, encontramos um docente “pressionado” a dominar o uso de dispositivos-tecnológicos e ter proficiência midiática, informacional e digital, pois ele está trabalhando com alunos nativos digitais – que, de maneira geral, têm determinadas habilidades para lidar com os dispositivos-comunicativos tecnológicos, mas sabemos que nem todos possuem tais ferramentas digitais (tablets, celulares etc.) devido às inúmeras desigualdades e exclusões vividas em nosso país. Muitos docentes vão em busca de formações continuadas enquanto estão em serviço (sejam as disponíveis pela própria rede de ensino em que trabalham como outras externas) para que possam atender a essas demandas. Diante dessa constatação, nosso objeto de estudo são as formações continuadas dos docentes em serviço tendo-se por objetivo identificar/analisar quais são as representações que construíram mediante os processos de formação continuada no âmbito das relações sociopolítico-culturais com os dispositivos comunicativos-tecnológicos pelos quais vivenciam na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo.

Lefebvre (1980) mostra-nos que o conceito de representação para os indivíduos pode se tratar de formas de comunicar e de reelaborar o mundo. Em sua perspectiva, as representações não se tratam propriamente de ideologias, muito menos de conhecimentos sobre o mundo impostos aos indivíduos; também não substituem o mundo vivido, pelo contrário, necessita dele. Lefebvre considera que as representações são fatos de palavras (ou uma série de palavras) e de prática social, caracterizando-se por serem de natureza social, psíquica e política ao mesmo tempo. Ainda, segundo Lefebvre

(1983), o espaço vivido é lugar das ambiguidades das relações sociais, ocupado pelas representações cujos pequenos mundos se associam com o saber, as lembranças e as próprias ficções. O espaço pode se constituir um meio do homem se dedicar a uma ação transformadora. As representações sociais não são estáticas, mas podem se adaptar a novos contextos. Hall (1997) considera que a linguagem funciona como um sistema de representações, ou seja, por meio dela compartilhamos significados próprios da cultura. Citelli (2011) defende que o processo de comunicação é construído em interação – em uma perspectiva dialógica<sup>3</sup> – produzido por meio dos jogos de linguagem<sup>4</sup> e nos usos que fazemos desses jogos e em seus contextos.

Na interface comunicação e educação revela-se a necessidade de fortalecimento de um ecossistema comunicativo, tendo a comunicação como integradora de “novas dinâmicas formativas”, especialmente nas formações continuadas de professores, podendo fortemente auxiliá-los a reorientar práticas, configurar padrões de sociabilidade contrapondo-se a um aqodamento pragmático e relações superficiais, tendo “consciência da livre circulação de mensagens” produzidas pelos veículos midiáticos e refletir sobre formas de se posicionar (CITELLI, 2011, p. 7-8). O autor aponta para uma perspectiva de formação continuada que auxilie os docentes “a acertar o passo dialógico” (CITELLI, 2010, p. 83) com as demandas dos alunos provenientes das áreas de “informática” e “dos meios de comunicação” (CITELLI, 2010, p. 83).

Como esta pesquisa está inserida na inter-relação comunicação e educação, as representações que são construídas pelos professores sobre a formação continuada no âmbito das relações sociopolítico-culturais com os dispositivos tecnocomunicativos, pressupomos que a formulação dessas representações docentes percorra as dimensões descritas na Figura 1.

**Figura 1** – Dimensões e descrição das formulações das representações dos docentes

Dimensão	Descrição
As imagens e as formações discursivas de professores exibidas por meio de veículos midiáticos	Ideologias profissionais, estereótipos, estigmas, construção social coletiva do papel do professorado.

continua...

<sup>3</sup> Entendendo essa perspectiva dialógica no sentido bakhtiniano.

<sup>4</sup> Wittgenstein (2000) usa o termo “jogos de linguagem”, ao comparar a linguagem a um jogo com regras, pois para o autor, como nestes jogos, a linguagem possui regras de constituição; regras da gramática. No entanto, tais regras diferentemente das regras de estratégia, como no jogo de xadrez não nos conferem no caso do jogo da linguagem, se o proferimento de expressões e sentenças terão sucesso, e sim o que é correto ou faz sentido; aprendemos o significado das palavras aprendendo a utilizá-las, assim como aprende-se a jogar xadrez observando os movimentos possíveis de tais peças; as sentenças e expressões serão compreensíveis dependendo da situação ou contexto em que são ditos e expressos (WITTGENSTEIN, 2000, p. 23, 199, 421).

... continuação

Dimensão	Descrição
As perspectivas teórico-conceituais pedagógicas-comunicativas sobre a formação docente	Em autores como Lev Vygotsky (1983, 1996), Célestin Freinet (1996), Adilson Citelli (2010; 2011; 2017), Stuart Hall (1997) que consideram a linguagem e a cultura um dos importantes elementos de comunicação e construção de identidades, por outro lado, verificam-se correntes teóricas tanto na Educação (formação moral, disciplinar, conteudista) quanto na Comunicação (estruturalista-funcionalista) em que o indivíduo foi/é considerado um mero agente receptor, devendo ser “persuadido” ou “moldado” para aquisição de “saberes”, “recepção de informações” ou “consumo de produtos”. Portanto, temos paradigmas que ora consideram o professor a ser produtor de conhecimento, mediador de saberes, agente de transformação social, ora um mero agente receptor de informações, transmissor de conteúdos e técnico em processos educativos (aplicadores de provas, avaliadores da produtividade dos alunos etc.).
Os modelos de formação de professores brasileiros apresentados pelo enfoque histórico, acadêmico e de criação de políticas públicas	Demonstram ênfase por vezes contraditórias, ora o reforço de um profissional que faz exercício autônomo do seu trabalho, ora um profissional que está sob a influência de ação de políticas mercadológicas e neoliberais, que deve desenvolver meramente “competências” e “habilidades” instrumentalizadoras; além de usar/conhecer tecnologias e dispositivos comunicativos-tecnológicos como forma de inovação do trabalho educativo.
Premissa da competência técnica-instrumental ou proficiência em dispositivos tecnocomunicativos	“Alfabetização midiática e informacional” conforme “demandas” da sociedade contemporânea, expressos em documentos publicados pela Unesco e na Base Nacional Comum Curricular.
Identidade profissional docente	Relacionado a ser tarefeiro/ensinador, a ter afetividade (amor às crianças), ao sacerdócio (dom), a ter competências técnicas e científicas.
Práticas de formação em serviço	Reuniões coletivas na escola, cursos realizados após a graduação; participação na gestão escolar; horas de trabalho coletivo na escola; congressos, seminários e cursos de diferentes formatos oferecidos pelas Secretarias da Educação ou outras instituições presenciais ou a distância.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

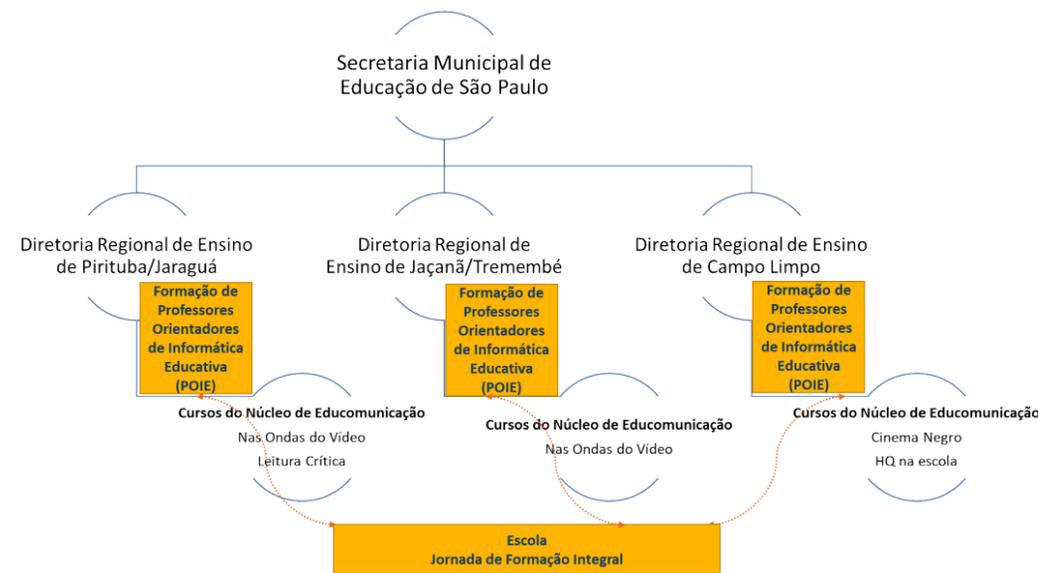
## Método

Nesta investigação buscamos uma opção multimetodológica, pois, segundo Lopes (2005), propicia iluminação multifacetada do objeto em estudo, já que com uma técnica pode lançar luzes sobre o objeto estudado enquanto com outra pode não ser possível. Sendo assim, optamos pela: (1) pesquisa bibliográfica e documental – identificação de autores que discutissem “conteúdos temáticos do objeto de investigação” e o “estado de conhecimento” (LOPES, 2010, p. 39) das pesquisas, além de leitura de documentos normativos; (2) o modelo metodológico da Pesquisa em Comunicação; (3) observações de formações continuadas fundamentadas nos constructos teóricos da etnografia, pois essa levanta a construção de novas perspectivas sobre o que os professores pensam e refletem, atentando-se para a cuidadosa seleção do que foi observado, e posteriormente

será descrito, ordenado e articulado (ROCKWELL, 2009); (4) entrevistas semiestruturadas; (5) aplicação de questionários; (6) leitura de atas de reuniões formativas realizadas nas escolas; (7) análise das formações discursivas dos professores: descritiva e interpretativa.

O universo da pesquisa é ilustrado e sistematizado na Figura 2.

Figura 2 – Universo da Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

As Diretorias Regionais de Ensino (DRE) executam a política educacional municipal da Secretaria da Educação e acompanham o desenvolvimento do ensino na rede municipal. No município de São Paulo, temos 13 DRE: Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Guaianazes, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba, Santo Amaro, São Mateus e São Miguel.

O Núcleo de Educomunicação do município de São Paulo é um setor vinculado ao Núcleo Técnico de Currículo (NTC) e à Coordenadoria Pedagógica (Coped), tem como principal objetivo fornecer (produzir) ações formativas que visem a ressignificação do currículo escolar por meio da incorporação das linguagens da comunicação e de ações pedagógicas fundamentadas pela Educomunicação. Oferece também assessoria às escolas e a abertura de vários cursos em diferentes Diretorias de Ensino, de 4 a 8 encontros semanais, cursos como Cinema Brasileiro, Nas Ondas do Vídeo, HQ na escola, entre outros.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Podem ser visualizados no Portal da Secretaria de Educação do município de São Paulo por meio do Núcleo de Educomunicação. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/cursos-e-formacoes>>. Acesso em: 20 out. 2019.

O professor orientador de Informática Educativa, POIE, tem um papel que vai além de sua função docente – ministrando aulas, incorpora também a solicitação para responsáveis técnicos pela manutenção do Laboratório de Informática Educativa (organização do espaço físico, solicitação e atendimento de suporte técnico, organização de horário de atendimento à comunidade); sua organização e seu desenvolvimento. Encontramos como atribuições do POIE a disseminação da inserção das tecnologias de informação e comunicação e propostas de formação continuada envolvendo tecnologias junto aos pares (SÃO PAULO, 2015).<sup>6</sup>

A Jornada Especial de Formação Integral (JEIF) correspondem a: 25 horas de trabalho em sala de aula; 3 horas/aulas livres para os professores cumprirem como quiserem e 8 horas/aula em horário coletivo que se destinavam à formação coletiva do corpo docente. Às horas/aulas de trabalho coletivo têm como foco a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e também a análise dos resultados de aprendizagem dos alunos, contribuindo assim para o replanejamento, acompanhamento e avaliação das ações de implementação do currículo (SÃO PAULO, 2014).

A seguir no Figura 3 é demonstrado visualmente como as dimensões das representações docentes se inter-relacionam com os sujeitos (amostras) e as técnicas de coletas de dados.

Figura 3 – Dimensões de representações docentes versus técnicas de coleta

Dimensões/Amostragem	Técnicas
Imagens e formações discursivas retiradas de veículos midiáticos <b>versus</b> as imagens construídas pelos professores do universo de pesquisa.	Pesquisa documental + entrevistas semiestruturadas
Panorama brasileiro e do sistema de ensino municipal de São Paulo acerca das perspectivas conceituais comunicativa-pedagógicas sobre a formação docente <b>versus</b> representações dos professores do universo da pesquisa.	Pesquisa documental + bibliográfica + entrevistas semiestruturadas
Modelo de formação brasileiro e sistema de ensino municipal de São Paulo apresentados pelo enfoque histórico, acadêmico e de políticas públicas de formação docente para/com/os dispositivos tecnocomunicativos e mídia. Representações dos docentes do universo da pesquisa.	Pesquisa bibliográfica + documental + entrevista semiestruturadas com dois gestores dos projetos de Educomunicação e Informática Educativa
Premissa da competência técnica-instrumental ou proficiência em dispositivos tecnocomunicativos no sistema de ensino municipal de São Paulo e formações continuadas nas Diretorias de: Campo Limpo, Pirituba e Jaçanã.	Leitura de atas de formações na escola (JEIF). Observações diretas intensivas das formações – Núcleo Educomunicação e Informática Educativa + entrevistas semiestruturadas com formadores e professores. Questionários on-line e impressos sobre o uso/presença de dispositivos tecnocomunicativos.

continua...

<sup>6</sup> É importante ressaltar que com as novas normativas os POIEs passaram a ser chamados de POEDs, ou seja, professores orientadores de educação digital.

...continuação

Dimensões/Amostragem	Técnicas
Identidade profissional docente no sistema de ensino municipal de São Paulo e formações continuadas nas Diretorias: de Campo Limpo, Pirituba e Jaçanã.	Entrevistas semiestruturadas com formadores e professores.
Práticas de formação continuada do sistema de ensino municipal de São Paulo: Diretoria de Campo Limpo, Pirituba e Jaçanã.	Leitura de atas de formação na escola (Três escolas). Observações diretas intensivas das formações do Núcleo Educomunicação e Informática Educativa + entrevistas semiestruturadas com professores. Questionários on-line e impressos.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

## Resultados preliminares

Neste artigo, apresentaremos apenas alguns dos resultados realizados em pesquisa de projeto piloto de nossa investigação – os quais poderão ser conhecidos na íntegra por meio da leitura posterior da tese.

Muitas escolas não possuem equipamentos em condições técnicas ou mesmo rede de internet com velocidade adequada para serem usadas.<sup>7</sup> Entre os próprios professores encontramos “falas” e comprovações de que é necessário “conhecer mídias e uso das ferramentas no cotidiano para trazer as redes sociais aos alunos”, “atualização das ferramentas” e a “importância de conhecer essas mídias”, essas foram as experiências relatadas durante uma formação da qual participamos.<sup>8</sup> Os docentes trazem palavras e expressões “atualização”, “ferramentas” e “conhecer mídias” com conotação de saber técnico dos instrumentos. De outro modo, alguns professores consideram a importância da participação coletiva na produção de um dispositivo comunicativo-tecnológico, como o *blog*, por exemplo, revelado a seguir:

Eu acho que para mim foi uma oportunidade de atualizar linguagens porque eu trabalho com Educomunicação há bastante tempo, mas eu sempre encontro algo novo nestas formações [...] algo que me acrescenta [...] Eu pensei em alguns momentos e a gente pensar um *blog* da escola e sente-se essa necessidade nas falas dos colegas. Acho que poderíamos amadurecer isso aqui [...] Um espaço para que todos tenham acesso, para divulgar trabalhos de todos, porque tá todo mundo produzindo um monte de coisa legal o tempo todo [...] a gente não tem esse espaço

<sup>7</sup> Uma das questões apresentadas no questionário preliminar solicitamos aos professores que respondessem/indicassem os problemas com a infraestrutura em suas escolas.

<sup>8</sup> Fala de três professores ao serem questionados sobre seus objetivos de realizar o curso que observei no *Blog e Mídias na Educação*, promovido pela Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de São Paulo, na edição de setembro a outubro de 2018.

de educar, um espaço de registro mesmo ou uma proposta que traz o aluno produzindo [...] (Professora 1)

As falas dos professores podem destacar algumas representações que trazem consigo mesmo: propor uma educação problematizadora ou não. Por exemplo, em um dos encontros de formação dos professores orientadores de informática educativa, os docentes discutiam a questão da “qualidade” das produções expostas pelos alunos e os critérios “técnicos” para escolhê-los em um evento de mostra de trabalhos dos alunos. O formador presente no momento destacou que era necessário que os docentes direcionassem as ações dos alunos, pois os estudantes têm capacidade de escolher repertórios e produzir vídeos, coreografias, textos, jogos etc. Convergente com as ideias do formador, outro docente destacou que o mais importante no processo pedagógico é:

o processo da atividade desenvolvida, isso pode implicar um produto final bom ou não, dependendo do ponto de vista de cada um. Às vezes, o processo não inclui a efetiva participação dos alunos. Não acho que esse deve ser o nosso objetivo. Nosso objetivo é incluir os alunos em todas as fases do processo educativo.

Outro professor destacou a valorização dos avanços de aprendizagem dos discentes em suas particularidades, mesmo diante de dificuldades de leitura, timidez, entre outras. Destacou a importância de reconhecermos outras inteligências dos alunos e acrescentou que, quando se nega ao aluno a liberdade de se expressar como deseja “de forma sensualizada”, está se negando também a discussão sobre o corpo na escola. Para esse docente, é importante discutir e problematizar com os alunos o corpo, o racismo, cultura etc.

No questionário aplicado on-line<sup>9</sup> na questão *Para você qual é a importância da formação continuada?*, destacamos algumas respostas:

*A formação deve ser realizada com o professor e não para o professor.* Outro fator importante é que a formação deve ter qualidade, muitas vezes os profissionais contratados não contemplam na formação as necessidades formativas do professor. A universidade deveria cumprir essa função e prestar contas a sociedade com programas de formação para a educação básica. (Professor 2)

<sup>9</sup> Formação continuada docente na perspectiva da interface Comunicação-Educação. Questionário disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdl0DdXuaEzPN5wmcLz64KLXfCMWG-QAOfICQGWGu6khTarOA/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdl0DdXuaEzPN5wmcLz64KLXfCMWG-QAOfICQGWGu6khTarOA/viewform?usp=sf_link)>.

*Formação continuada de professores é um compromisso ético político com a melhoria da educação contemporânea. (Professor 3)*

*Compensar as carências da formação acadêmica. (Professor 4)*

Creio que a formação continuada não é inerente a profissão docente, mas para todas as profissões. Outro ponto que queria apontar é o movimento “todos pela educação”, não gosto desse grupo do mesmo modo que não gosto de grupos e fundações particulares, como fundação Lemann ou Instituto Airton Senna. Vejo que eles têm apenas um único interesse: o controle da educação pública. A ideia de ter lucro com o setor público é uma premissa que me incomoda muito. Voltando para a questão, *creio que a formação continuada além de permitir aos professores a autorreflexão, também permite pensar criticamente sobre a educação como um todo, até em relação aos problemas advindo das parcerias público-privadas, como citadas anteriormente. (Professor 4)*

Destaca-se que para alguns professores a formação continuada deve ser construída junto a esses profissionais e não aos que não conhecem a realidade do “chão de escola”, além do que conforme outro docente a formação continuada deve suprir as carências da formação acadêmica. Para um professor a formação continuada é um compromisso ético político para a melhoria da educação contemporânea. Quando fala-se em contemporâneo,<sup>10</sup> vive-se em uma situação histórica de reflexões e reformulações do papel da escola. De outro modo, como adianta um dos docentes participantes do questionário, a formação continuada dos professores tem sido dirigida por grandes corporações e organizações não governamentais que impõem sua agenda de formação tecnológica (além da venda de produtos – equipamentos, assessoria no uso de softwares, entre outros) e a introdução do que vem a ser chamado de metodologias ativas, ou seja, metodologias que implicam a atividade autônoma do professor (que é visto como um orientador, *coaching*, mediador etc.) e também do aluno, além de personalização dos processos de ensino e aprendizagem. Para o professor participante o objetivo dessas corporações e organizações é o controle e transformação da escola pública em negócios.

Entre os assuntos apontados pelos professores que contribuiriam para a prática pedagógica e que deveriam ser tratados na área de comunicação e novas tecnologias em formações continuadas, por meio do questionário aplicado tivemos as mais diversas

<sup>10</sup> Em 2020, a situação pandêmica que levou autoridades do mundo todo a fechar comércios, escolas, limitar a circulação de pessoas entre outras ações.

respostas: “redes sociais, “estratégias para incentivar a pesquisa científica”, “tecnologias emergentes em educação”, “a interação entre as novas tecnologias e a ação em sala de aula, ou seja, como estabelecer a prática das novas tecnologias em sala de aula”.

### Considerações finais

Os resultados preliminares sugerem que os professores compreendem a formação continuada como um processo de autorreflexão e de troca de conhecimentos. Mas deve ser um processo construído coletivamente entre os próprios professores e não ser algo trazido por meio de profissionais externos que não conhecem o cotidiano escolar. Com relação à formação continuada para/com/os dispositivos tecnocomunicativos e mídias percebe-se que alguns ainda consideram a importância da atualização do conhecimento técnico dos recursos tecnológico e mídia. Citelli (2010) pondera que essas formações podem ser um problema se são guiadas por uma “égide instrumental” e com o “encantamento” pelos dispositivos tecnocomunicativos, pois assim perde-se “a dimensão dos significados sociais, culturais, históricos nelas embutidos” (ibidem, p. 80). Diante disso, em uma situação histórica e contida de reflexões sobre o papel da escola e dos docentes, quais seriam os papéis deles? *Ser um curador de conteúdos? Mobilizador de conhecimentos? Atuar nas salas de aulas presenciais e também por meio de plataformas on-line? entre tantas outras questões. As respostas a essas perguntas são essenciais se desejamos que a formação continuada contribua para transformações na práxis educativa.*

### Referências

- ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. MEC. SEF. *Referenciais para formação de professores*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002179.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- BRASIL. Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm)>. Acesso em: 21 out. 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- CITELLI, Adilson O. Comunicação e Educação: convergências educomunicativas. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 7, n. 19, p. 67 - 85, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Imagens e representações dos professores: situando o problema. In: CITELLI, Adilson. (Org.). **Educomunicação: imagens do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012.

\_\_\_\_\_. Comunicação & Educação: 20 anos. Uma trajetória para consolidar o campo de Educomunicação no Brasil. **Revista Comunicação & Educação**, ano XIX, n. 1, jan./jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Educomunicação: temporalidades e sujeitos. CITELLI, Adilson. **Educomunicação**. Comunicação e Educação: os desafios da aceleração social do tempo. São Paulo: Paulinas, 2017.

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino médio: déficit de comunicação e intercorrências políticas. **Comunicação & Educação**, v. 23, n. 2, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/150237>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria C. (Orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FORMOSINHO, João. **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

FREINET, Célestin. **Para uma escola do povo: guia prático para a organização do material, técnica e pedagógica da escola popular**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation: cultural representation and signifying practices*. London: Sage Publications, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFEBVRE, Henry. **La presencia y la ausencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MORIN, Edgar. **Uma ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

NÓVOA, Antonio. **A formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PERRENOUD, Philippe. **Dez competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma G. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCKWELL, Elsie. La relevancia de la etnografía. In: ROCKWELL, Elsie. **La experiencia etnográfica: historia y cultura en los procesos educativos**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 901**, de 24 de janeiro de 2014. Projetos Especiais de Ação. Disponível em: <<http://sedin.com.br/new/index.php/portaria-dispoe-sobre-os-projetos-especiais-de-acao-pea/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 7.655**, de 17 de dezembro de 2015. Organização das Salas de Leitura e das Salas de Informática. Disponível em: <<http://sedin.com.br/new/index.php/portaria-dispoe-sobre-os-projetos-especiais-de-acao-pea/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <[http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/jurema/materiais/RBDE13\\_05\\_MAUURICE\\_TARDIF.pdf](http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/jurema/materiais/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2019.

VYGOTSKY, Lev. S. **Formação social da mente: os processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WILSON, Carolyn et al. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. [Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung]. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

# Exegeses do jornalismo

# O debate sobre gênero no jornalismo de referência: notas a partir de uma abordagem discursiva<sup>1</sup>

*Nara Lya Cabral Scabin<sup>2,3</sup>*

---

## **Resumo**

Este trabalho analisa articulações discursivas na cobertura de jornais de referência sobre marcos do debate de gênero no Brasil. Elegemos como foco de atenção matérias jornalísticas que abordam políticas públicas, em esfera federal, voltadas ao enfrentamento da violência e discriminação de gênero no país entre 1985 e 2015. Como principal referência teórico-metodológica, recorreremos a elementos da “semântica global do discurso” proposta por Dominique Maingueneau.

## **Palavras-chave**

Discurso. Jornalismo. Gênero. Políticas Públicas. Identidade.

---

## **Introdução**

Nancy Fraser (2006) aponta que vivenciamos hoje a emergência de um novo “imaginário político”, em que a luta por reconhecimento torna-se a forma paradigmática de conflito político. Ao mesmo tempo, como aponta Stuart Hall (1997), novas políticas de identidade são engendradas valendo-se da contestação dos sentidos que demarcam a lógica identidade/diferença. Uma importante força motriz desse deslocamento – ao mesmo tempo epistemológico, discursivo e político – reside nos impactos do feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 2005, p. 27).

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (Área de Concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação; Linha de Pesquisa: Linguagens e Estéticas da Comunicação) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa, entre 2016 e 2020, sob orientação da Profª Dra. Mayra Rodrigues Gomes, com bolsa Capes. Faz parte do MidiATO – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas e do OBCOM (Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura), ambos sediados na USP. E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.

Investigar como o jornalismo – instituição fundamentalmente moderna – traduz formações discursivas<sup>4</sup> emergentes na contemporaneidade é o objetivo central da pesquisa de Doutorado no âmbito da qual se insere este capítulo, desenvolvida entre 2016 e 2020 no PPGCOM-ECA/USP.<sup>5</sup> Tal proposta justifica-se como caminho à compreensão de como se constroem, na imprensa de referência, o debate e a cobertura sobre uma temática fundamental do debate público contemporâneo, ao mesmo tempo que possibilita a reflexão sobre desafios enunciativos que se colocam à prática jornalística. No limite, trata-se de investigar como os jornais em foco realizam negociações, em sua produção discursiva cotidiana, entre aspectos semânticos característicos de discursos estruturantes da modernidade e modelos semânticos que emergem e ganham força, nos últimos anos, com a visibilidade da luta de mulheres e minorias de gênero.

Por mais que uma “formação discursiva” (FOUCAULT, 2012; MAINGUENEAU, 2008) não seja apreensível a “olho nu” e constitua uma unidade analítica de difícil apreensão e delimitação *a priori*, os vestígios de sua existência podem ser concretamente captados. Por esses vestígios, entendemos os acontecimentos discursivos que têm sua existência determinada, regida e controlada por sistemas de formação que os conformam e constroem. Assim, em uma dispersão de acontecimentos discursivos aparentemente aleatórios, é possível visualizar ordenamentos e regularidades.

Considerando que a contemporaneidade é marcada por deslocamentos epistemológicos e discursivos, os quais se manifestam, em uma de suas facetas mais significativas, na centralidade que disputas identitárias assumem no debate público, acadêmico e político, este artigo busca discutir como enunciados jornalísticos situados em uma parcela específica do campo discursivo jornalístico<sup>6</sup> – a do chamado “jornalismo de referência” – comportam-se diante da emergência de discursos circulantes que posicionam categorias identitárias de modo central nas lutas políticas. De modo mais específico, focalizamos matérias jornalísticas publicadas em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* – veículos brasileiros de circulação nacional, expressiva tiragem e reconhecida tradição como espaços de produção referencial no campo jornalístico no país – sobre políticas

4 Referimo-nos aqui a um conceito da Análise do Discurso. Presente no pensamento de Michel Foucault (2012) e outros teóricos da chamada Análise do Discurso Francesa, a “formação discursiva” diz respeito a regularidades que regem a dispersão e produção dos enunciados.

5 As reflexões desenvolvidas neste capítulo representam um recorte das análises realizadas na tese de doutorado intitulada “Mediação como gênese: uma análise da conformação de discursos midiáticos identitários a partir do debate sobre gênero em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*”, defendida em 15 de abril de 2020.

6 Segundo Dominique Maingueneau (2008), que propõe uma releitura do campo discursivo de Pierre Bourdieu, no conjunto finito – ainda que inapreensível em sua totalidade – de formações discursivas em uma conjuntura histórico-social dada, é possível delimitar campos discursivos sobre os quais vai se debruçar o analista do discurso. Situado em uma região específica do universo discursivo, o campo é descrito como caracterizado por um conjunto de discursos de mesma função social que concorrem entre si.

públicas em escala federal voltadas ao enfrentamento da discriminação e violência de gênero entre 1985 e 2015.

### Referencial teórico-metodológico

Como principal referência teórico-metodológica, destacamos a perspectiva de análise discursiva proposta pelo linguista francês Dominique Maingueneau na obra *Gênese dos Discursos* (2008). Do autor, baseamo-nos centralmente em sua proposta de compreender o discurso como regido por um uma *semântica global*, cuja determinação advém das restrições da formação discursiva à qual se vincula cada discurso. Nas palavras do autor, “Um procedimento que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus “planos”, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 75).

Em outras palavras, é preciso considerar que todo discurso é caracterizado por um sistema de restrições semânticas globais, que regula simultaneamente diversos planos discursivos. Esse sistema de restrições regula o dizível de um espaço discursivo e deve ser concebido como um modelo de competência interdiscursiva, donde decorre que os enunciadores de um discurso possuem domínio tácito das regras que permitem produzir enunciados resultantes da formação discursiva em que se inserem.

Tais considerações representam um caminho pertinente à construção de ferramentas úteis à análise de enunciados jornalísticos, como os que se focalizam neste trabalho. Dessa forma, neste capítulo, selecionamos três, entre os vários planos discursivos descritos por Maingueneau (2008), como eixos articulares de nossas análises. Transpondo-os às especificidades do universo do Jornalismo, consideraremos os seguintes planos de análise:

- a. Enquadramentos temáticos. Para Maingueneau (2008, p. 82), “o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico”. Diferentes tratamentos semânticos podem referir-se a diferentes sistemas de restrição, indicativos do atravessamento dos enunciados por formações discursivas diversas. No caso desta pesquisa, um primeiro passo ao exame dos enquadramentos temáticos diz respeito à observação das diferentes editoriais ou cadernos em que matérias jornalísticas são publicadas.
- b. Representações do eixo identitário focalizado. Neste plano de análise, interessam-nos tanto o vocabulário apresentado nos enunciados jornalísticos como forma de representar o eixo identitário em foco – como assinala Maingueneau (2008), as palavras possuem interesse para a análise discursiva quando, em sua reiteração, representam pontos de cristalização semântica de discursos –, quanto as imagens construídas como forma de representação desses grupos.

- c. Modos de incorporação do discurso alheio relatado. Correlatos das formas de intertextualidade e modos de coesão de um discurso, conforme abordados por Maingueneau (2008), os modos de incorporação do discurso alheio relatado dizem respeito às vozes às quais os jornais analisados concedem visibilidade e ao tipo de visibilidade lhes é concedida.

### Procedimentos metodológicos: construção do *corpus* de pesquisa

Para a construção do *corpus* de pesquisa em foco neste artigo, consideramos cinco entre os principais marcos das políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero no Brasil, cuja implantação se distribui ao longo do período de 1985 a 2015:

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985);
- Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual (1996);
- Programa Brasil Sem Homofobia (2004);
- Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340-2005 (2006);
- Lei do Feminicídio – Lei nº 13.104-2015 (2015).

Longe de pretendermos esgotar, com esse recorte, todos os marcos relevantes à discussão da temática em foco, buscamos eleger um universo de observação de manejo viável nas dimensões de um capítulo.

A fim de rastrear matérias jornalísticas que abordassem as políticas públicas em foco, realizamos pesquisas com palavras-chave específicas para cada marco por meio dos motores de busca dos veículos jornalísticos considerados. Como critério à seleção das matérias, optamos por incluir na composição do *corpus* todos os textos que se referissem à implantação da política pública em questão ou que apresentassem desdobramentos importantes de sua criação, inclusive em anos subsequentes.

Com base nesses procedimentos, chegamos a um *corpus* de 231 matérias jornalísticas publicadas por *Estado*, *Globo* e *Folha* entre 1985 e 2015. Considerando as dimensões limitadas deste capítulo e o elevado número de ocorrências, não seria possível listar e/ou analisar individualmente aqui cada uma das matérias. Por isso, as próximas páginas serão dedicadas à apresentação de reflexões desenvolvidas valendo-se de recorrências e tendências gerais que se destacam quando consideramos a totalidade dos achados.

Mais especificamente, refletiremos sobre as principais articulações discursivas identificadas na construção das matérias com base nos três planos discursivos considerados eixos de análise, conforme descritos anteriormente.

### Articulações discursivas em matérias jornalísticas

Em relação à primeira dimensão discursiva considerada – referente às representações do eixo identitário focalizado –, dois aspectos principais podem ser destacados com base no *corpus* de análise. O primeiro deles diz respeito ao modo como a categoria “feminista” é empregada em diversas matérias e como os sentidos mobilizados em seu uso se transformam ao longo do período observado. Vejamos um exemplo: como intertítulo presente pouco antes da metade de uma matéria intitulada “FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres”, publicada pelo *Globo* em 9 de março de 1996, lê-se: “comercial de mulher nua irrita feministas”.

Percebemos aí pelo menos dois traços de sentido reiterados em matérias, sobretudo dos anos 1980, mas que encontra nesse texto de 1996 uma reverberação quase tardia: a desqualificação de posicionamentos assumidos por grupos e/ou entidades feministas por meio de verbos que indicam reações de caráter emocional, como, neste caso, “irritar”; e o uso da qualificação “feministas” de modo vago, pouco preciso, sem denominar (ou demorando a fazê-lo) a entidade ou grupo específico envolvido em cada episódio (no caso dessa matéria, a manifestação de críticas a um comercial de carro com uma mulher seminua que dizia “Tá ficando excitado? Espere até ver os preços”).

Com esse tipo de uso da expressão “feministas”, os jornais operam com algumas implicações, a saber: as feministas seriam um único grupo, coeso, homogêneo, sem divisões ou complexidades internas; as feministas seriam um grupo facilmente identificável e cuja unidade se basearia mais em traços de comportamento do que em algum grau de institucionalização; e, finalmente, o uso da expressão remete à marcação de uma diferença do tipo *nós x outros*, *mulheres* (“em geral”) *x mulheres* (“feministas”), oposição que implica simplificações evidentes.

Ao mesmo tempo, é possível observar, nos textos do *corpus*, outra modificação significativa no modo como os grupos atuantes na defesa de direitos da mulher e enfrentamento da violência de gênero são referidos. Isso porque, a partir dos anos 1990 e, principalmente, 2000, as matérias, embora abandonem gradativamente o uso da categoria “feministas” como unidade de ação, referem-se a “movimentos feministas” de modo geral, isto é, pressupõem maior pluralidade entre os grupos, mas apenas muito raramente os nomeiam ou identificam suas representantes.

Um segundo aspecto que pode ser destacado em relação ao modo como o eixo identitário em foco é representado nas matérias diz respeito à cobertura bastante tardia das discussões ligadas à população LGBT, incluindo as questões de violência e discriminação, dentro do guarda-chuva das políticas públicas de gênero. Durante grande parte

do período observado, é possível identificar, nos enunciados jornalísticos, uma cisão entre a luta feminista e os movimentos em defesa dos direitos LGBT.

É o que fica evidente, por exemplo, na matéria “Mulheres criticam cartaz contra AIDS”, publicada pela *Folha de S.Paulo* em 28 de fevereiro de 1978. O texto noticia uma manifestação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) contra uma propaganda voltada à prevenção da Aids produzida pelo Ministério da Saúde que exibia um rosto feminino e, logo abaixo, os dizeres: “Quem vê cara, não vê Aids [sic]”. A diretora do CNDM criticou o comercial, alegando que a mulher não fazia parte do grupo de risco da doença e, portanto, seria inadequado vincular a imagem feminina à campanha.

De fato, o que se nota, na cobertura da imprensa de referência, é que pautas LGBT passam a integrar apenas muito tardiamente o debate sobre gênero. Assim, não deixa de ser significativo observar que, em 2008, o *Globo* ainda utilizava a expressão “homossexualismo” – já amplamente refutada, na época, por movimentos sociais e especialistas, dado o sentido de “patologização” implicado no sufixo “ismo” –, como atesta a reportagem “Governos contra o preconceito”, assinada por Cássia Almeida e publicada pelo jornal no dia 11 de março daquele ano.

Em relação à segunda dimensão discursiva considerada à análise do *corpus*, é possível notar que os modos como a incorporação de vozes alheias se estabelece nos enunciados das matérias jornalísticas também passam por transformações ao longo do período estudado. Assim, cabe notar que, no início do intervalo coberto pelas matérias, especialmente nos anos 1980 e início dos 1990, o número de citações em discurso direto de porta-vozes dos órgãos em defesa dos direitos da mulher (que, naquele momento, correspondiam em sua maioria a representantes do CNDM) era significativamente maior do que se observa em anos recentes.

Um modo óbvio de interpretar esse dado seria supor que o estilo jornalístico, de lá para cá, transformou-se, razão pela qual os jornais utilizariam menos citações diretas de modo geral; não deixa de ser verdade que tenha havido tal transformação, mas o uso de declarações “entre aspas” de representantes de órgãos em defesa dos direitos da mulher na primeira década do recorte aqui observado é mais recorrente mesmo quando comparado com outras matérias do mesmo período.

Nesse sentido, parece-nos mais coerente interpretar tal recorrência como indício da influência de formações discursivas determinantes do modo como as falas de representantes de órgãos e movimentos feministas eram incorporadas ao discurso jornalístico; em outras palavras, por um lado, essa incorporação se dava a partir da marcação de uma *alteridade* mostrada, indicativa do alto grau de politização assumido por essas falas no debate público, por outro, do relativo distanciamento assumido em relação a elas pela instância jornalística.

A partir da segunda metade dos anos 1990, essa tendência parece ser revertida. Como exemplo, vale retomar a já citada matéria do *Globo* de 9 de março de 1996. Apesar de seu título (“FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres”), a matéria noticia o lançamento do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, mas há nela um apagamento de vozes femininas em prol da voz da autoridade máxima do poder executivo nacional. Vale também assinalar que a própria manchete destaca uma manifestação do então presidente (“reclama...”), e não o lançamento do Programa, e que essa manifestação refere-se à desigualdade econômica/salarial entre homens e mulheres – tema que, como veremos, ganharia cada vez mais espaço nos jornais a partir da segunda metade da década de 1990.

Finalmente, passando à terceira dimensão discursiva considerada às análises apresentadas neste capítulo – referente aos enquadramentos temáticos na cobertura jornalística –, um primeiro aspecto que merece ser destacado diz respeito ao fato de que, apesar do número elevado de textos que localizamos em nossos levantamentos – o que poderia sugerir que os veículos pesquisados conferem um espaço significativo à cobertura de pautas ligadas a políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero no país –, o número de matérias entre os achados de nosso *corpus* que contam com chamadas nas capas dos jornais é ínfimo: dos 231 textos que compõem nosso *corpus*, apenas seis<sup>7</sup> receberam esse tipo de destaque. Considerando que as capas dos jornais operam como dispositivos estratégicos de visibilidade, parece-nos coerente afirmar, em relação aos principais veículos jornalísticos de referência do Brasil, que, às pautas relacionadas aos marcos de implantação de políticas públicas de gênero considerados neste levantamento, são atribuídos destaque e visibilidade relativamente baixos.

Apesar dessa notação, alguns marcos dentre nossos achados destacam-se significativamente em número de ocorrência e espaço nos jornais: é o caso, principalmente, das ações empreendidas no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (a que correspondem 27 matérias do *corpus*, concentradas principalmente nos anos 1980 e início dos 1990) e da implantação e repercussão da Lei Maria da Penha (a que corresponde um total de 147 matérias). Trata-se, portanto, dos dois marcos com prevalência numérica em nosso *corpus*, que representam, de certo modo, dois períodos distintos dentro do intervalo abarcado neste capítulo.

<sup>7</sup> Listamos aqui os textos, entre todos de nosso *corpus*, que contam com chamada nas capas dos jornais: “STF autoriza ação criminal contra agressor mesmo sem queixa da mulher” (*O Estado de S. Paulo*, 10 fev. 2012); “TJ busca acelerar resolução de crimes contra a mulher” (*O Globo*, 10 mar. 2015); “Apesar da lei mais dura, morte de mulheres caiu pouco” (*O Globo*, 26 set. 2013); “O fim do silêncio” (*O Globo*, 25 jul. 2016); “STF amplia denúncia na Lei Maria da Penha” (*O Globo*, 10 set. 2012); e “As mais vulneráveis” (*O Globo*, 9 mar. 2018). Nenhuma matéria da *Folha de S.Paulo*, entre as que localizamos para composição de nosso *corpus*, foi destacada na capa do veículo.

Cabe observar, não obstante, que as razões pelas quais esses marcos se destacam na cobertura jornalística, bem como os enquadramentos temáticos a eles conferidos, diferem significativamente. O CNDM prevalece ao longo dos anos 1980 e 1990 na cobertura dos jornais como protagonista das discussões de políticas públicas de gênero, naquele momento, centradas basicamente na questão da mulher, com ênfase no enfrentamento da violência doméstica e sexual. Trata-se, por esse motivo, de um caso singular em nossos levantamentos, cuja projeção no debate público e na imprensa pode ser atribuída em grande medida à atuação do órgão nas discussões sobre a inclusão de pautas feministas na Constituição de 1988.

Em todo o período coberto pelas matérias que abordam a atuação do Conselho, são temas recorrentes o aborto, a representação da mulher em diversas mídias, especialmente na propaganda, e a violência, especialmente doméstica. Até a primeira metade dos anos 1990, porém, destacam-se especialmente discussões sobre saúde reprodutiva (além da questão do aborto, o acesso a métodos contraceptivos e à esterilização cirúrgica de mulheres), a participação feminina na Constituinte, a atuação das delegacias da mulher e a necessidade de implantação de creches, em paralelo com os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. A partir da segunda metade dos anos 1990, adquire destaque também o combate ao estupro e assédio sexual, a partir, principalmente, da defesa pelo CNDM de um maior rigor nas punições legais contra esses crimes. Nos anos 2000, finalmente, ganham projeção os debates sobre representatividade feminina na política e desigualdade salarial.

No caso da Lei Maria da Penha, sua elevada presença na cobertura jornalística parece sinalizar um centramento, ao longo dos anos 2000 e 2010, das discussões sobre o combate à violência contra a mulher em torno desse marco. De fato, como sabemos, a Lei se torna conhecida até mesmo em conversas do cotidiano, e grande parte das matérias que a focalizam abordam dados e estatísticas que evidenciam sua eficácia (ou não), os índices de violência contra a mulher, especialmente doméstica, no Brasil, e medidas ligadas à fiscalização e garantia do cumprimento da lei.

Mas o destaque recebido por esse marco na cobertura dos jornais parece se relacionar também ao tratamento editorial e enquadramento temático a ele conferidos: a maioria das matérias sobre a Lei Maria da Penha foi publicada em editoriais voltadas a assuntos do cotidiano, nas quais, tradicionalmente, pautas relacionadas a crimes e violência têm espaço cativo. Este é um aspecto que perpassa todo o *corpus* analisado: nos principais jornais de referência brasileiros, o enfrentamento da violência contra a mulher, mesmo quando empreendido no âmbito de políticas públicas, é enquadrado mais como assunto policial do que como pauta política.

No caso da *Folha*, 91% das matérias relacionadas à Lei Maria da Penha foram publicadas no caderno de Cotidiano; no *Estado*, 66% dos textos sobre esse marco foram veiculados

nas editoriais de Metrópoles e Cidades; já no *Globo*, 25% das ocorrências saíram em O País, enquanto quase 23% foram publicados no caderno Rio, que trata de assuntos locais.

Os enquadramentos temáticos presentes na cobertura jornalística sobre o Programa Brasil Sem Homofobia, embora corresponda a um número menor de matérias em nosso *corpus*, também merecem algumas considerações. Em primeiro lugar, são recorrentes os textos que se referem a esse marco no contexto de episódios e denúncias de violência, a exemplo do artigo “Não foi uma briga de bar”, publicado no caderno Aliás, do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 9 de outubro de 2011, assinado pelo antropólogo Peter Fry:

Há uma certa sugestão no ar de que essas agressões são novidade e estão aumentando em frequência e gravidade [...] Mas estatísticas só podem ser interpretadas quando se sabe o que medem. No caso em questão, pode ser que meçam também a crescente disposição de agressões desse tipo a se queixar na polícia e a nomear a homofobia como fator da violência. (FRY, 9.10.2011, p. J7)

O combate à violência contra a população LGBT também é citado como motivação à criação do Programa Brasil sem Homofobia na única matéria que localizamos, em nossas buscas, sobre seu lançamento, publicada na edição de *O Estado de S. Paulo* de 26 de maio de 2004. Cabe observar, no entanto, que é pouco significativo o destaque conferido à matéria – organizada como conteúdo de “Sociedade” dentro do caderno “Geral”, ela divide o espaço de uma página (da qual não é a matéria principal) com textos de Educação e Ciência e não possui chamada de capa.

É importante destacar esse dado porque reforça a percepção, fundamentada na observação de nosso *corpus* como um todo, de que há uma diminuição, a partir da segunda metade dos anos 2000, da visibilidade e protagonismo conferido pelos jornais pesquisados ao papel das políticas públicas na garantia dos direitos de mulheres e LGBTs e no enfrentamento da violência e discriminação contra esses grupos. Esse aspecto torna-se particularmente evidente quando comparamos a cobertura desse período àquela construída nos anos 1980 e início dos anos 1990 sobre a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Nesse sentido, torna-se recorrente nas matérias mais recentes um enquadramento temático das questões, direitos e demandas de mulheres e população LGBT sob a ótica econômica. Como exemplo, podemos citar a reportagem intitulada “Abrindo portas”, publicada pela *Folha* em 7 de junho de 2009 no caderno Dinheiro, que tem como subtítulo “Com sacrifício, executivos rompem preconceito, saem do armário e conquistam espaço

no mercado de trabalho”. Como sugerido, a matéria enfatiza aspectos do mundo corporativo e dá visibilidade a trajetórias individuais (com uso de muitas citações em discurso direto dos personagens entrevistados) de sucesso profissional e ascensão econômica.

É importante destacar esse aspecto porque representa de modo emblemático alguns traços semânticos que se repetem na cobertura pelos jornais ao longo dos anos 2000 e 2010: as políticas públicas e entidades que atuam em defesa dos direitos da mulher e da população LGBT (sejam ligadas ao poder público ou não), bem como seus porta-vozes oficiais, têm seu protagonismo esvaziado nos debates. Nesse período, a visibilidade dada aos personagens entrevistados nas matérias torna-se particularmente significativa, com direito a trechos abundantes de citação em discurso direto, entrelaçados a suas histórias de vida, elementos biográficos e informações sobre personalidade. Esses personagens também têm seus rostos estampados com frequência nas fotos que ilustram as matérias.

Na matéria da *Folha* citada acima, por exemplo, o Programa Brasil sem Homofobia é citado apenas no décimo parágrafo como um elemento contextual secundário das conquistas obtidas pela comunidade LGBT: “Desde que o governo federal implementou o programa ‘Brasil sem Homofobia’, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) passou a receber mais reclamações sobre discriminação nas empresas” (WIZIACK; ROLLI, 2009, p. B6).

### Considerações finais

As reflexões apresentadas neste capítulo procuram evidenciar articulações discursivas presentes na cobertura de três jornais de referência brasileiros sobre alguns dos principais marcos em termos de implantação de políticas públicas de gênero no país, com destaque ao enfrentamento da violência de gênero, entre 1985 e 2015. Assim, algumas considerações podem ser feitas valendo-se do ensaio analítico aqui apresentado.

Em primeiro lugar, é notável que os jornais analisados, em termos quantitativos, destinaram espaços significativos à discussão dos marcos em questão, embora, em termos qualitativos, a visibilidade e o destaque a eles conferidos sejam menos expressivos. Também foi possível acompanhar as transformações verificadas ao longo dos anos em relação às representações construídas sobre o eixo identitário em foco, aos modos de incorporação de vozes alheias e de marcação da alteridade discursiva nos enunciados jornalísticos e aos enquadramentos temáticos constitutivos das matérias.

De modo geral, o que se percebe é uma aproximação dos enunciados jornalísticos, em diferentes graus e por diferentes mecanismos, em relação a discursos identitários em circulação na sociedade. Longe de encampar plenamente esse tipo de manifestação discursiva, os veículos parecem tentar traduzi-la e mediá-la, com a opacidade que lhe é própria, em sua cobertura.

É importante lembrar, nesse sentido, que, para jornais como os que focalizamos neste artigo, filiar sua imagem institucional aos princípios democráticos significa reforçar o imaginário do qual a imprensa se alimenta e, ao mesmo tempo, buscar legitimação a partir dele. Paralelamente, é preciso considerar que a perspectiva de democracia à qual os jornais em questão tradicionalmente se filiam é a da democracia representativa moderna, baseada em princípios como o do cálculo da *maioria* e da necessidade de *publicização* do poder. Devemos finalmente lembrar que esses veículos fundamentam-se em uma concepção de democracia liberal, vinculada ao ideal de livre mercado – que se traduz no sentido de *livre mercado de ideias*.

Sublinhamos esses aspectos porque parecem evidenciar a existência, *a priori*, de um contraste fundamental entre os valores e os princípios que alimentam os pilares do jornalismo tradicional e o imaginário político contemporâneo, em que políticas e pautas identitárias alcançam papel central nos debates. Não obstante, mediante a atualização da concepção da própria democracia valendo-se da emergência de discursos identitários, como se observa no debate público contemporâneo, os jornais de referência aqui analisados parecem buscar adaptar-se ao novo cenário a fim de manter sua pretensa posição de “guardiões” dos valores democráticos – ainda que essa tentativa de aproximação não signifique o apagamento dos modos enunciativos tradicionais dessa parcela da imprensa.

Finalmente, um último aspecto que merece ser destacado nessas breves considerações diz respeito a um dado sublinhado ao longo de nossas reflexões sobre os enquadramentos temáticos presentes nos enunciados jornalísticos: o fato de discursos do campo econômico e, mais especificamente, do mundo corporativo tornarem-se cada vez mais comuns como articuladores de textos que abordam direitos das mulheres e da população LGBT e as políticas públicas voltadas à sua concretização. Talvez seja esse o dado – ao qual dedicamos mais atenção e investimento na pesquisa à qual se vincula o presente capítulo – mais significativo das breves reflexões que aqui apresentamos.

### Referências

- AMORIM, Silvia; SOUTO, Luiza. O fim do silêncio. **O Globo**, 26 jul. 2016. O País, p. 3.
- BRÍGIDO, Carolina. STF amplia denúncia na Lei Maria da Penha. **O Globo**, 10 fev. 2012. O País, p. 14.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.
- ÉBOLI, Evandro. Apesar da lei mais dura, morte de mulheres caiu pouco. **O Globo**. 26. set. 2013. O País, p. 8.
- FOLHA DE S.PAULO. Mulheres criticam cartaz contra Aids. **Folha de S.Paulo**. Edição 28 fev. 1988. Cidades, p. A6.

## Bloqueando as *fake news*<sup>1</sup>

Márcia Pinheiro Ohlson<sup>2,3</sup>

\_\_\_\_\_. Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens. **Folha de S. Paulo**. Edição 28 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução de Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FRY, Peter. Não foi uma briga de bar. **O Estado de S. Paulo**. 9 out. 2011. Aliás, p. J7.

GALLUCCI, Mariângela. STF autoriza ação criminal contra agressor mesmo sem queixa da mulher. **O Estado de S. Paulo**. 10 fev. 2012. Cidades/Metrópole, p. C6.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

O GLOBO. FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres. **O Globo**. 9 mar. 1996. O País, p. 9.

SCHMITT, Luiz Gustavo; DAMÉ, Luiza. TJ busca acelerar resolução de crimes contra a mulher. **O Globo**. 10 mar. 2018. Sociedade, p. 21.

SODRÉ, Leonardo. As mais vulneráveis. **O Globo**. 9 mar. 2018. Jornais de Bairro (Niterói), p. 3.

WIZIACK, Júlio; ROLLI, Claudia. Abrindo portas. **Folha de S. Paulo**. 7 jun. 2009. Poder, p. B6.

### Resumo

Este trabalho dedica-se ao estudo das *fake news* e ao uso do *blockchain*, tendo como base a semiótica e o pragmatismo de Charles S. Peirce. Propomos uma definição original de *fake news*. Priorizamos a pesquisa bibliográfica e um levantamento empírico de exemplos do uso do *blockchain* no jornalismo e chegamos ao projeto "The News Provenance Project". A adoção do *blockchain* pode levar a uma redução de danos – conceito emprestado da área da saúde que pode ser aplicado também à comunicação.

### Palavras-chave

Comunicação. *Fake news*. Semiótica. Pragmatismo. *Blockchain*.

### Introdução

Em julho de 2019, o jornal norte-americano *The New York Times* anunciou a utilização da tecnologia *blockchain* em suas operações de fotojornalismo. O projeto, denominado "The News Provenance Project", ganhou um *blog* para que as descobertas fossem compartilhadas com o público. Tomar conhecimento desse fato nos trouxe muita alegria, pois, dois anos antes, ainda em 2017 quando o mestrado era apenas um projeto, já havia a intenção de investigarmos a utilização da tecnologia *blockchain* no combate às *fake news*. Ou seja, estávamos no caminho certo.

No ano de 2016, o *Dicionário Oxford* elegeu o termo pós-verdade como a "palavra do ano", logo após a eleição do presidente norte-americano Donald Trump e a decisão pela saída do Reino Unido da União Europeia, resultado de um referendo, fato que ficou conhecido mundialmente como *Brexit*. De acordo com o *Dicionário Oxford*, a pós-verdade "relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP. Membro do SemioData – Grupo de Estudos em Semiótica, Comunicação e Big Data, coordenado pelo Prof. Dr. Vinicius Romanini. Endereço de e-mail: marcia.ohlson@gmail.com.

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – *Finance code 001*.

influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal” (2017, tradução nossa).

Nesse cenário, aqueles que estão em posições de poder utilizam fatos (ou “fatos alternativos”)<sup>4</sup> para moldarem a opinião pública e, assim, alcancem seus propósitos. As *fake news* são mais do que um problema antigo em nova roupagem. A tecnologia e suas ferramentas de informação e comunicação atuam como meios de propagação velozes e eficientes, mas não só isso, como veremos.

Respeitamos, nesta publicação, o roteiro sugerido pela equipe de editores deste livro. Assim, na próxima seção, trataremos da fundamentação teórica do nosso estudo. Na sequência, sua justificativa e então seus objetivos. Finalmente, a metodologia empregada e as principais conclusões.

### Fundamentação teórica

Para a realização desse estudo, foram mobilizados três campos teóricos distintos, pois precisávamos compreender em profundidade o termo *fake news*; também precisávamos nos dedicar à semiótica e ao pragmatismo de Charles S. Peirce; e, finalmente, precisávamos compreender os preceitos básicos da tecnologia *blockchain*.

Destacamos, nesta etapa de fundamentação teórica, o texto seminal de Peirce “A ética da terminologia”, no qual ele afirma a importância de um “acordo geral acerca do uso de termos e notações” (PEIRCE, 2015, p. 39). Para Peirce, “[...] é errado dizer que uma boa linguagem é simplesmente *importante* para um bom pensamento, pois ela é a própria essência deste” (p. 39, grifo do autor).

Para compreender aquilo que chamamos de *fake news* nos debruçamos sobre artigos publicados sobre o tema a partir de 2017. Encontramos definições e classificações, algumas, até mesmo, um tanto quanto contraditórias. Com base nesse levantamento, organizamos um quadro síntese que mostra um panorama das principais definições:

<sup>4</sup> No dia seguinte à posse do presidente norte-americano Donald Trump, a assessora dele Kellyanne Conway afirmou que o público presente era o maior já visto na cerimônia de posse de todos os demais presidentes, fato facilmente desmentido pelas imagens do local. Ao ser questionada, justificou-se utilizando a expressão “fatos alternativos”.

Quadro 1 – Síntese conceitual das definições de *fake news* estudadas

Autor	Pontos principais da definição de <i>fake news</i>
Wardle e Derakhshan, 2017	Em vez de propor uma única definição, sugerem uma <i>classificação</i> da desinformação, em sete categorias.
Tandoc et al., 2017	A partir dos 34 artigos acadêmicos analisados, propõem uma categorização em seis tipos. Concluem com uma definição que destaca a <i>apropriação da aparência</i> e da <i>sensação</i> de notícias reais pelas falsas.
Allcott e Gentzkow, 2017	Destacam a <i>intencionalidade</i> e a <i>comprovação</i> possível da falsidade das notícias.
Lazer et al., 2018	Enfatizam a intenção de <i>imitar</i> o conteúdo da mídia, porém apenas <i>na forma</i> , mas <i>não no processo</i> .
Gelfert, 2018	Introduz a possibilidade de <i>notícias reais misturadas com falsidades</i> produzirem o efeito de desinformação desejado. Adiciona o elemento <i>sistêmico</i> ou <i>por design</i> .
Ortellado e Ribeiro, 2018a e 2018b	Incluem no debate o termo mídias hiperpartidárias; diferenciam <i>boato</i> de <i>notícias falsas</i> .
Benkler, Faris e Roberts, 2018	Optam por utilizar o termo <i>propaganda</i> , no sentido original – político – do termo, com as qualidades trazidas pelo conceito, como a intenção de <i>manipulação</i> , por exemplo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das definições da bibliografia pesquisada.

Entendemos que o impacto das *fake news* está diretamente associado ao uso de técnicas e ferramentas de Big Data, outro conceito que mobilizamos com maior detalhamento em nossa pesquisa. A capacidade de coleta e tratamento dos nossos dados, nossos “rastros digitais”, transforma o Big Data em um suporte para a disseminação e a aderência das informações falsas nos públicos de interesse. É possível, por exemplo, construir perfis psicológicos e direcionar as mensagens de forma a modular as opiniões e, também, direcionar as ações de indivíduos e grupos, como sinaliza Zanatta:

O novo é uma ecologia específica em que se torna possível coletar muitos dados que serviriam para uma finalidade específica, mas cujo pacto é quebrado, aliado ao desenvolvimento muito acelerado de técnicas de psicométrica. Além disso tem a construção desses perfis psicológicos voltados à orientação política [...] Esses dois fenômenos são novos e fazem parte desta nova ecologia das notícias falsas, por assim dizer (ZANATTA apud MACHADO, 2018, p. 14).

O elemento Big Data tem o potencial de fazer que as *fake news*, mais do que disseminadas de forma mais veloz, sejam personalizadas, customizadas e direcionadas. É precisamente por isso que entendemos que o fenômeno contemporâneo das

*fake news* é mais complexo do que o “velho boato” em nova roupagem. Para Zanatta, “toda a indústria de *fake news* se estrutura a partir desses processos ilegais de coleta de dados” (ZANATTA apud MACHADO, 2018, p. 16). O caso da Cambridge Analytica é um exemplo.<sup>5</sup>

Como dissemos, a semiótica e o pragmatismo de Charles S. Peirce constituem a base teórica e também metodológica do nosso estudo. Da semiótica peirceana, entendida como “uma teoria geral dos processos de representação e comunicação” (ROMANINI, 2016, p. 28), destacamos o conceito de símbolo, qual seja, “um signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de ideias produzida por uma convenção. O símbolo é marcado pela arbitrariedade” (COELHO NETTO, 2007). O símbolo é uma *regularidade*. Possui tanto elemento icônicos quanto indiciais, pois, tanto incorpora a informação como indica onde se encontra no mundo. O símbolo é um signo vivo, pois admite a dúvida e está sempre em busca de informações na experiência.

Podemos entender as *fake news* como símbolos, cujos objetos dinâmicos são um universo distópico em que a narrativa é compartilhada por determinada comunidade. A coletividade de intérpretes que entram em contato com uma notícia falsa é o interpretante dinâmico<sup>6</sup> que, longe de fechar ou encerrar o processo de semiose, funciona ele mesmo como signo ampliando as possibilidades de interpretação. A dinâmica de disseminação das *fake news* no ambiente do Big Data favorece a potencialização e a multiplicação do processo de semiose.

Sendo assim, oferecemos nossa contribuição original ao debate na forma de um conceito semiótico para as *fake news*:

Fake News são asserções<sup>7</sup> de símbolos em plataformas digitais e que expressam a informação sobre um estado de coisas pertencente a mundos possíveis (inexistentes), criados ficcionalmente e compartilhados por comunidades de intérpretes que desenvolvem argumentos e narrativas

5 Em março de 2018, veio a público o caso da consultoria Cambridge Analytica, que vazou dados obtidos do Facebook utilizados na estratégia de campanha de Donald Trump. Mais informações sobre o caso em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/internacional/1521500023\\_469300.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/internacional/1521500023_469300.html)>. Acesso em: 1º ago. 2020.

6 Sobre o interpretante dinâmico: “É o efeito efetivamente produzido pelo signo num ato de interpretação concreto e singular. É o efeito real produzido sobre um dado intérprete, numa dada ocasião e num dado estágio de sua consideração como signo” (SANTAELLA, 2000, p. 73).

7 “Sob o ponto de vista da Teoria da Comunicação, uma asserção é um ato através do qual um falante dirige-se a um ouvinte graças ao uso de signos. E nesse ato, para Peirce, a asserção demonstra que o emissor conhece aquilo ou acredita naquilo que está sendo enunciado, pressupondo-se ainda que a asserção está destinada a provocar uma crença ou conhecimento semelhante no ouvinte. Para o filósofo Peirce, o ato da asserção pressunha que a pessoa a realizá-lo tornava-se passível de incorrer nas sanções previstas pelas leis sociais ou morais, caso a asserção não fosse verdadeira e caso essa pessoa não tivesse uma desculpa plausível para a emissão da inverdade – numa concepção singular, do ato da comunicação e de suas consequências, quase inteiramente descartada dos estudos atuais de comunicação” (COELHO NETTO, 2007, p. 79).

para alcançar propósitos político-ideológicos ou econômico-financeiros bem definidos. (OHLSON, 2020)

Esse é um conceito construído de modo colaborativo, uma produção comunitária e coletiva de sentido, fruto de dois anos de dedicação à pesquisa e aos estudos no Grupo de Estudos em Semiótica, Comunicação e Big Data, coordenado e liderado pelo Prof. Dr. Vinicius Romanini. É um conceito em construção, um *work in progress* que oferecemos à comunidade de pesquisadores em comunicação e semioticistas para que tenhamos maior amplitude e profundidade no entendimento do que são as *fake news*.

Na sequência nos dedicaremos ao pragmatismo, que nos dará uma visão ainda mais concreta sobre como a teoria desenvolvida há mais de um século por Peirce pode ser de grande valia para a compreensão – e, por que não, parte da solução – do problema das *fake news*.

Começemos com a máxima pragmática, apresentada por Peirce no texto *Como tornar nossas ideias claras*, de 1878, que é a base fundante do pragmatismo peirceano. Diz a máxima que o significado de qualquer conceito é a soma das consequências práticas concebíveis a esse conceito. Nas palavras de Peirce:

Considere-se quais efeitos que concebivelmente teriam atuações práticas, os quais imaginamos que o objeto de nossa concepção possua. Então, nossa concepção desses efeitos é o conjunto de nossa concepção do objeto. (PEIRCE apud KINOUCI, 2008, p. 73)

O conceito de verdade, no pragmatismo peirceano, é um condicional futuro, ou seja, *seria* a opinião final que determinada comunidade infinita poderia alcançar com tempo e recursos infinitos. Isso é absolutamente impossível no mundo da experiência, mas podemos, entretanto, atingir um estado de crença que é aceita quando usamos recursos suficientes e a busca de uma precisão não tem mais efeitos que justifiquem a continuidade da investigação de nossos propósitos.

Para Peirce, “a essência da crença é o estabelecimento de um hábito, e diferentes crenças distinguem-se pelos diferentes modos de ação a que dão origem” (PEIRCE apud KINOUCI, 2008, p. 70). Crença é a expressão lógica de um hábito mental normalmente compartilhado pela comunidade na qual nos inserimos. Para Peirce, a crença é o estado confortável que atingimos após ultrapassarmos uma fase de desconforto e irritação, trazidos pela dúvida. “[...] a ação do pensamento é excitada pela irritação da dúvida, e [...] cessa quando se atinge a crença; de modo que a produção da crença é a única função do pensamento” (PEIRCE apud KINOUCI, 2008, p. 67). Segundo Peirce, “tão logo

uma crença é firmemente alcançada, ficamos inteiramente satisfeitos, quer a crença seja verdadeira ou falsa” (PEIRCE apud KINOUCI, 2008, p. 45).

Quatro são os métodos, de acordo com Peirce, para atingirmos o conforto da crença, e somente o último deles, o método científico, nos permite nos aproximarmos da verdade. São eles: o *método da tenacidade*, o *método da autoridade*, o *método a priori* e o *método da investigação científica*. As estratégias usadas pelos disseminadores de *fake news* se baseiam claramente em um dos três primeiros métodos ou em uma combinação destes. Vejamos mais detalhadamente cada um deles.

No *método da tenacidade*, o indivíduo se apega a determinada crença por mera afinidade ou apreciação estética e “fecha os olhos” para toda e qualquer evidência que a refute para permanecer no estado de conforto alcançado por sua ilusão. Aqueles que negam as mudanças climáticas ou os que creem na Terra plana são exemplos de grupos organizados em torno desse método. Para De Waal (2007), o método da tenacidade é o mais primitivo de todos, pois nele “a opinião é estabelecida puramente por alguém se aferrar obstinadamente às próprias crenças com toda a força” (p. 33). Ao adotar – conscientemente ou não – o método da tenacidade para se manter no estado de crença, o indivíduo desconsidera as opiniões divergentes. A dinâmica dos algoritmos que prioriza para cada usuário de determinada plataforma o contato com seus semelhantes favorece e fortalece esse método.

O *método da autoridade*, ou dogmático, é aquele em que o indivíduo transfere a uma instituição externa o poder de ditar o que é verdadeiro e, com isso, justificar a sua crença. Esse método pode ser exemplificado por *fake news* que citam frases de personalidades e autoridades políticas reconhecidas e admiradas por determinado grupo, e também pelo ardiloso uso do projeto gráfico e forma discursiva dos veículos de comunicação conhecidos e reconhecidos em uma comunidade com o propósito de validar uma mentira baseando-se na credibilidade da qual o jornalismo ou veículos jornalísticos ainda detém (OHLSON; ROMANINI, 2018).

O *método a priori* é aquele em que o indivíduo assume como verdadeiro um sistema de proposições universais e passa a aceitar apenas os fatos da experiência que confirmam as conclusões previamente aprovadas. Esse método é exemplificado por um vasto conjunto de falácias argumentativas que circulam nas redes sociais com a intenção de produzir crenças que têm um verniz lógico, mas que não se sustentam diante de um exame levando-se em conta informações colhidas na experiência. Por exemplo, a falácia da meritocracia ou do discurso de ódio que se opõem às políticas públicas afirmativas (como a das cotas no acesso às universidades ou programas de distribuição de renda) que, em uma apresentação argumentativa tosca, pode fazer bastante sentido aos que já previamente aceitam os preceitos do neoliberalismo, mas que é facilmente desmontada

por pesquisas sobre os resultados práticos e efeitos socialmente duráveis de tais medidas (OHLSON; ROMANINI, 2018).

Por fim temos o quarto e último método, aquele que Peirce propõe ser o único capaz de apresentar a distinção entre o modo certo e o modo errado, que é o *método da investigação científica*. Esse método se baseia na experiência e na concentração precisa entre três tipos de argumentos racionais: dedução,<sup>8</sup> indução<sup>9</sup> e abdução<sup>10</sup> (ou hipótese). A consequência do método científico é que a verdade *seria* a opinião final, fundamentada pelo último hábito mental desenvolvido por uma comunidade ideal de pesquisadores, à medida que coletam informações por meio da experiência e as compartilham em uma troca comunicativa.

A realidade, na filosofia pragmática, é o objeto da representação final construída por uma comunidade ideal. Se notícias falsas, desinformação e pós-verdade continuarem a crescer em nossas sociedades, provavelmente veremos o desenvolvimento de uma “pós-realidade” (DA GUARDA; OHLSON; ROMANINI, 2018).

Finalmente, tratemos, pois, sobre a tecnologia *blockchain*. Originalmente utilizada como uma das tecnologias que sustentam as criptomoedas, a tecnologia *blockchain* emerge atualmente como uma promessa de eliminação dos intermediários não apenas para ativos monetários (no caso, os bancos), mas com diversas outras aplicações.

No ano de 2008, um desenvolvedor (ou talvez um grupo de desenvolvedores, uma vez que a identidade real é desconhecida) identificado pelo pseudônimo de Satoshi Nakamoto apresentou a ideia da criptomoeda Bitcoin em um grupo de discussões na internet sobre criptografia e posteriormente em um *paper*.<sup>11</sup> Por trás do funcionamento dessa criptomoeda, estava a tecnologia *blockchain*.

O *blockchain* pode ser descrito como um banco de dados distribuído, formado por diversos nós, em que não há, necessariamente, uma relação de confiança entre os pontos. A confiança é dada pela própria tecnologia, valendo-se da geração de um consenso entre as partes sobre a veracidade ou não de uma informação ou transação. No caso das criptomoedas, por exemplo, uma transação financeira.

8 “Dedução é o modo de raciocínio que examina o estado de coisas colocado nas premissas, que elabora um diagrama desse estado de coisas, que percebe, nas partes desse diagrama, relações não explicitamente mencionadas, que se assegura, através de elaborações mentais sobre o diagrama, de que essas relações sempre subsistiriam, ou pelo menos subsistiriam num certo número de casos, e que conclui pela necessária, ou provável, verdade dessas relações” (PEIRCE, 2015, p. 5, grifo do autor).

9 “Indução é o modo de raciocínio que adota uma conclusão como aproximada por resultar ela de um método de inferência que, de modo geral, deve no final conduzir à verdade” (PEIRCE, 2015, p. 6, grifo do autor).

10 “Retrodução [ou abdução] é a adoção provisória de uma hipótese em virtude de serem passíveis de verificação experimental todas suas possíveis consequências, de tal modo que se pode esperar que a persistência na aplicação do mesmo método acabe por revelar seu desacordo com os fatos, se desacordo houver” (PEIRCE, 2015, p. 6, grifo do autor).

11 Disponível em: <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2019.

A rede é robusta em sua simplicidade não estruturada. Os nós funcionam de uma só vez com pouca coordenação. [...] Quaisquer regras e incentivos necessários podem ser aplicados com esse mecanismo de consenso. (NAKAMOTO, 2008, p. 8)

Resumidamente, a tecnologia *blockchain* consiste em um **banco de dados distribuído**. Cada ponto desse banco de dados é chamado “nó” e esse conjunto de nós formam uma cadeia.

O blockchain é um sistema ponto a ponto puramente distribuído de livros-razão (ledgers), o qual utiliza uma unidade de software composta de um algoritmo que negocia o conteúdo informativo de blocos de dados ordenados e conectados, junto com tecnologias de criptografia e de segurança, a fim de prover e manter a sua integridade. (DRESCHER, 2018, p. 48)

Além da substituição dos intermediadores, pois as trocas de valores (ou informações) se dão entre os nós da cadeia, ou seja, entre os computadores individuais em um sistema de validação para atingimento de um consenso, outra característica importante dessa tecnologia é a possibilidade de verificação da origem de uma informação, uma vez que o registro na cadeia de blocos é absolutamente imutável.

No exemplo da criptomoeda Bitcoin, que é um ativo financeiro, é possível refazer o caminho das transações realizadas, pois todo o histórico fica gravado em todos os computadores conectados à cadeia – ou *blockchain*.

Para Ivancsiscs (2019) são três as tarefas que um *blockchain* deve fazer:

*armazenar* (pequenas quantidades de) dados (em contêineres chamados “blocos”); *acompanhar* todas as modificações feitas nos dados (inserindo-os em uma “cadeia” que não pode ser alterada); e *proteger* os dados e suas diversas versões editadas de maneira que vários usuários possam concordar, incluindo como os dados são armazenados, protegidos e permanecem inalterados. É aqui que entram a criptografia, a prova de trabalho e o consenso da comunidade. (IVANCSISCS, 2019, tradução nossa, grifos nossos)

Além disso, segundo o autor, é necessário um incentivo para que as pessoas participem da rede, seja validando os blocos ou armazenando, acompanhando e protegendo os dados.

A tecnologia *blockchain*, devido a uma de suas características – o registro imutável de informações – possibilitaria o reconhecimento das fontes de notícias falsas. Além disso, a mesma lógica de validação coletiva das transações em criptomoedas poderia ser usada para a validação – coletiva – da veracidade de uma informação. A notícia pode ser considerada um “ativo digital” cuja origem poderá ser rastreada e sua veracidade poderá ser atestada por fontes certificadas (ROMANINI; OHLSON, 2018).

A teoria da economia da pesquisa de Peirce antecipa algumas características fundamentais da tecnologia *blockchain*, como a necessidade de uma comunidade distribuída interessada na validação de um fato observável, e de uma forma de validação que envolve uma prova de trabalho que implica o consumo de tempo e energia (*proof-of-work*).<sup>12</sup>

### Justificativa do estudo

Parece não haver justificativa mais importante para a realização deste estudo neste momento do que a ameaça que as *fake news* representam às democracias.

Na comunidade científica não há consenso sobre a dimensão da influência das redes sociais no resultado de eleições. Entretanto, é facilmente observável que esse conteúdo que nelas circula, as *fake news*, teve sua parcela de responsabilidade. Por isso, nos dedicamos com afincos durante os dois anos deste mestrado a investigar o problema das *fake news* e, de uma sugestão do orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Vinicius Romanini, buscamos inovar nas soluções e tentar entender como a tecnologia *blockchain* poderia ser aliada no combate à desinformação.

### Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo (a) discutir o conceito de *fake news* tendo como fundamentação teórica a semiótica e o pragmatismo de Charles S. Peirce, (b) apresentar a tecnologia *blockchain*, (c) de que forma essa tecnologia dialoga com o pragmatismo de Peirce, e (d) trazer um exemplo de utilização da tecnologia *blockchain* no jornalismo.

De forma bastante sucinta, a pergunta que nos propomos a responder é: o que a semiótica e o pragmatismo de Charles S. Peirce podem aportar ao estudo das *fake news* e sobre como combatê-las? A tecnologia *blockchain* tem potencial para ser parte desta resposta, e o Big Data também possui um papel relevante, pois é neste contexto informacional mediado por algoritmos e no qual deixamos nossos rastros digitais que as *fake news* encontraram um terreno fértil para a sua reprodução e disseminação.

<sup>12</sup> Um tipo de prova de consenso.

## Metodologia

A semiótica peirceana é a fundamentação teórica e também metodológica deste projeto. Nas palavras da pesquisadora e semioticista Lucia Santaella, “além de ser uma teoria do conhecimento, a semiótica também fornece as categorias para a análise da cognição já realizada. Com isso, *ela também é uma metodologia*”. (SANTAELLA, 2016, p. XIII, grifo nosso)

Pensando na semiótica como uma metodologia, é importante destacar que, para esta funcionar como tal, é necessário que haja um diálogo com as teorias específicas sobre os signos que estamos visando analisar. Para esse trabalho de pesquisa, em que pretendemos uma análise das *fake news*, combinamos a teoria de Peirce com a recente literatura acadêmica relativa ao tema.

Este projeto valeu-se especialmente dos seguintes métodos:

- Extensa pesquisa bibliográfica sobre o referencial teórico, ou seja, a semiótica peirceana e o pragmatismo;
- Leitura de artigos científicos e de divulgação científica sobre o problema das *fake news* (publicados a partir de 2017);
- Pesquisa e leitura para entendimento básico da tecnologia *blockchain*, seu funcionamento, potencial e limitações;
- Pesquisa por projetos que unissem a tecnologia *blockchain* e o problema das *fake news*;
- Aprofundamento dos conceitos através da participação ativa no Grupo de Estudos em Semiótica, Comunicação e Big Data, coordenado pelo Prof. Dr. Vinicius Romanini.

## Conclusões e principais resultados

Vislumbramos o combate às *fake news* com a utilização da tecnologia *blockchain* de duas formas. A primeira delas, a que guarda maior proximidade com o já descrito método científico pragmático proposto por Peirce, é a verificação compartilhada. O que vislumbramos seria não os veículos de comunicação, mas sim os *próprios jornalistas*, por meio de seus *blogs*, canais ou perfis nas redes sociais, verificando e asseverando determinadas informações e, por este ato, sendo recompensados por criptomoedas, por exemplo.

A outra possibilidade de utilização dessa tecnologia no jornalismo – e, consequentemente, no combate às *fake news* – é o registro imutável de informações evitando que, no futuro, versões adulteradas circulem amplamente sem qualquer tipo de prejuízo àqueles que as disseminaram. Para exemplificar essa utilização, temos o já citado projeto “The News Provenance Project”, do jornal *The New York Times*.

Em julho de 2019, o periódico norte-americano *The New York Times* anunciou a utilização da tecnologia *blockchain* em suas operações de fotojornalismo em um projeto denominado “The News Provenance Project”. Inicialmente, esse projeto do NYT envolve a utilização da tecnologia *blockchain* para armazenamento e compartilhamento de metadados de vídeos e imagens. Além disso, há também a realização de uma pesquisa com usuários a fim de compreender que tipos de sinais estes utilizam para o reconhecimento de mídias autênticas (THE NEWS PROVENANCE PROJECT, 2019).

O projeto se propõe a identificar, de forma irrefutável, a origem de arquivos de mídia. Isto é especialmente útil quando se trata de desmascarar imagens adulteradas, além de combater as chamadas *deep fakes*,<sup>13</sup> uma ameaça ainda mais assustadora para um futuro próximo.

É sabido que toda nova tecnologia conta com um time de chamados evangelizadores, aqueles que têm o papel exclusivo de ministrar cursos, palestras e consultorias pregando as maravilhas revolucionárias que serão possíveis em um futuro altamente promissor. Com o *blockchain* não é diferente. Por isso, e por termos a obrigação, como pesquisadores, de estabelecer uma postura crítica (sempre) diante das novas descobertas das ciências, preferimos pensar o *blockchain* não exatamente como uma revolução, como sugerem Tapscott e Tapscott (2016) em “Blockchain Revolution”, mas sim no conceito emprestado da área da saúde de “redução de danos”.

De acordo com o documento da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA), a definição de redução de danos é a que segue:

Redução de Danos se refere a políticas, programas e práticas que visam primeiramente reduzir as consequências adversas para a saúde, sociais e econômicas do uso de drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo. Redução de Danos beneficia pessoas que usam drogas, suas famílias e a comunidade. (IHRA, 2010)

Ora, podemos pensar em *fake news* como drogas sendo consumidas avidamente por uma comunidade ideologicamente orientada para a construção de uma realidade distópica. O uso do *blockchain*, por si só, não vai trazer a solução mágica e definitiva, mas pode minimizar os efeitos do problema, ou seja, reduzir os danos.

Encontramos, na tecnologia *blockchain*, uma possibilidade de aplicação prática de algo vislumbrado e descrito por Peirce muito tempo antes de nem sequer sonharmos

13 “[...] *deepfake*, ou *fake* profundo, termo que alude a uma fraude sofisticada, difícil de identificar à primeira vista e que facilmente poderia confundir espectadores mais desatentos ou desinformados” (ROCHA, 2019).

que a internet pudesse vir a existir. A notícia verdadeira não mais dependeria de uma instituição única que desse o seu aval (método da autoridade), mas do consenso de uma comunidade interessada de cientistas, jornalistas e profissionais de comunicação (método científico de fixação da crença).

Deixamos, além disso, uma contribuição epistemológica relevante que é a definição de *fake news* com base na semiótica peirceana: *fake news* são asserções de símbolos em plataformas digitais e que expressam a informação sobre um estado de coisas pertencente a mundos possíveis (inexistentes), criados ficcionalmente e compartilhados por comunidades de intérpretes que desenvolvem argumentos e narrativas para alcançar propósitos político-ideológicos ou econômico-financeiros bem definidos.

Esperamos que outros estudiosos, semioticistas e/ou cientistas da comunicação possam se debruçar sobre essa definição a fim de aprimorá-la e, assim, dar continuidade ao estudo sobre o problema urgente das *fake news*.

## Referências

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, 2017.
- BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network propaganda**: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics. New York, NY: Oxford University Press, 2018.
- COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DA GUARDA, Rebeqa Figueiredo; OHLSON, Márcia Pinheiro; ROMANINI, Anderson Vinicius. Disinformation, dystopia and post-reality in social media: A semiotic-cognitive perspective. **Education for Information**, out. 2018.
- DRESCHER, Daniel. **Blockchain básico**: uma introdução não técnica em 25 passos. São Paulo: Novatec, 2018.
- GELFERT, Axel. Fake News: A definition. **Informal Logic**, v. 38, n. 1, p. 84-117, 2018.
- IHRA – International Harm Reduction Association. **O que é redução de danos?** Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA). Disponível em: <[https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing\\_what\\_is\\_HR\\_Portuguese.pdf](https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2020.
- IVANCSICS, Bernart. **Blockchain in Journalism**. 25 jan. 2019. Disponível em: <[https://www.cjr.org/tow\\_center\\_reports/blockchain-in-journalism.php#introduction](https://www.cjr.org/tow_center_reports/blockchain-in-journalism.php#introduction)>. Acesso em: 7 dez. 2019.
- LAZER et al. The Science of fake news. **Science Magazine**, v. 359, 9 mar. 2018.
- MACHADO, Ricardo. Fake news e o triunfo do reducionismo – Entrevista com Rafael Zanatta. In: **IHU On-line – Revista do Instituto Humanitas – Unisinos**, ano XVIII, n. 520, 23 abr. 2018.
- NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin**: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. 2009. Disponível em: <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>. Acesso em: 1 out.2019.

OHLSON, Márcia Pinheiro. **Bloqueando as Fake News**. Um estudo sobre o uso do blockchain no jornalismo a partir do pensamento de Charles S. Peirce. 2020. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

OHLSON, Márcia P.; ROMANINI, Vinicius. **De elos bem fechados**: o pragmatismo e a semiótica peirceana como fundamentos para a tecnologia blockchain utilizada no combate às *fake news*. **Revista Comunicare**, v. 18, 2º semestre 2018.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. **Polarização e desinformação online no Brasil**. Análise nº 44/2018. Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil. São Paulo: 2018a.

\_\_\_\_\_. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Revista SUR Conectas**, jul. 2018, 2018b.

OXFORD DICTIONARY. **Word of the year 2016**. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. **Ilustrações da lógica da ciência**. Tradução e introdução de Renato Rodrigues Kinouchi. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ROCHA, Camilo. O refinamento do deepfake. E os desafios que ele coloca. **Nexo**, 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/13/O-refinamento-do-deepfake.-E-os-desafios-que-ele-coloca>>. Acesso em: 21 set. 2019.

ROMANINI, Vinicius. A contemporaneidade de Peirce no pensamento comunicacional. In: SQUIRRA, S. (Org.) **Cibertecs**: conceitos, interações, automações, futurasções. São Luis: LabCom Digital, 2016. p. 28-43.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**. Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

TANDOC, Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “fake news”: A typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, v. 8, p. 137-153, 2018.

TAPSCOTT, Don; TAPSCOTT, Alex. **Blockchain Revolution**. Como a tecnologia por trás do Bitcoin está mudando o dinheiro, os negócios e o mundo. São Paulo: Editora SENAI-SP, 2016.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

# Do *Pasquim* ao *Sensacionalista*: a notícia falsa ou simulada como gênero no jornalismo alternativo em contextos de crise de credibilidade da imprensa<sup>1</sup>

*José Ismar Petrola Jorge Filho*<sup>2</sup>

---

## Resumo

Pretendemos neste capítulo abordar a notícia falsa no jornalismo em perspectiva histórica, por meio da comparação entre a produção de notícias simuladas em dois veículos em contextos históricos distintos – *O Pasquim*, na década de 1970, e *O Sensacionalista*, na atualidade, comparando-os quanto a gêneros, linguagens, temáticas e mediações, procurando identificar se esse tipo de produção pode ser considerada *fake news* ou uma migração da imprensa alternativa para os formatos digitais.

## Palavras-chave

Jornalismo alternativo. *Fake news*. Redes sociais. *O Pasquim*. *O Sensacionalista*.

---

## Introdução

A partir do fim do século XX, a popularização da internet e, em especial, a Web 2.0, com a introdução dos *blogs* e das redes sociais, embaralha as fronteiras entre o jornalismo da grande imprensa e o alternativo, o profissional e o amador, a informação e o entretenimento, o ficcional e o jornalístico. Nesse contexto é que surge a preocupação com as chamadas *fake news*, notícias falsas que circulam em *sites*, redes sociais e aplicativos de mensagens e que simulam notícias jornalísticas, porém, com informações não fidedignas – muitas vezes, associadas a campanhas políticas, como foi observado durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil (COSTA, 2019).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Doutorando no PPGCOM, linha de pesquisa Interfaces Sociais da Comunicação. Orientadora: Profª Dra. Maria Cristina Castilho Costa. E-mail: jose.ismar.filho@usp.br.

Frequente em artigos da grande imprensa, a definição de *fake news* como notícias falsas, que seriam facilmente identificáveis em oposição ao jornalismo “profissional” da grande imprensa ou mesmo dos veículos alternativos, revela-se bastante problemática. Um exemplo dos limites do conceito de *fake news* como notícia simplesmente falsa está no fato de que muitos veículos, até jornais tradicionais e alternativos, recorrem à publicação de notícias falsas em seções de humor, satirizando fatos do noticiário. Na década de 1970, *O Pasquim* foi um dos veículos que mais se destacaram nesse tipo de produção jornalística, com notícias sobre fatos que nunca aconteceram e entrevistas com personagens de ficção. Atualmente, esse tipo de conteúdo é frequente na internet, em *sites* de humor como *O Sensacionalista*, com bastante repercussão em redes sociais. Esta produção de notícias falsas para fins de humor poderia ser considerada *fake news*, ou trata-se da migração de um gênero do jornalismo alternativo para as redes sociais?

## Objetivos

**Objetivo geral:** observar como se configura o jornalismo alternativo na internet e redes sociais no que se refere a gêneros, linguagens, mídias e mediações

**Objetivo específico:** tomaremos como estudo de caso a produção do *site* de humor *O Sensacionalista* em comparação com o jornal alternativo humorístico dos anos 1970 *O Pasquim*.

## Metodologia

Procedemos a uma análise comparativa de textos publicados em dois veículos conhecidos pela produção de notícias falsas, em dois contextos históricos diferentes – *O Pasquim* e *O Sensacionalista*, efetuando a análise de conteúdo dos textos selecionados, compreendendo as etapas de organização da análise, codificação, categorização e inferência (BARDIN, 2016).

Entendemos uma manifestação comunicacional como uma produção simbólica que se desenvolve em determinado tipo de mídia, através de uma forma de mediação, utilizando-se de gêneros e linguagens particulares. Dessa forma, nossa análise comparativa deve levar em consideração tais aspectos – gêneros, temas, mídia e mediação.

Com relação aos gêneros jornalísticos, trabalhamos com a definição de jornalismo informativo e opinativo desenvolvida por Chaparro (2008) com base em Todorov (2018), que compreende o gênero como um conjunto de propriedades textuais comuns a diversos textos, correspondentes a determinado ato de fala. Chaparro identifica, em linhas gerais, dois gêneros, um derivado do ato de relatar (nota, notícia, reportagem) e outro destinado a expor argumento ou opinião (artigo, editorial, crônica). Os gêneros do jornalismo, em

especial, são marcados pela utilização de certos recursos que procuram dar um efeito de realidade ao relato (CHARAUDEAU, 2012), como a utilização do discurso relatado. Correspondem, assim, a um pacto de leitura entre o jornal e seu leitor – a expectativa de fidedignidade nas informações noticiadas ou comentadas por um jornal.

## Resultados encontrados

### Jornalismo alternativo versus jornalismo da grande imprensa: a mediação do real em disputa

O jornalismo tem sua origem em boletins de notícias destinadas aos comerciantes e em panfletos políticos que circulavam no contexto das revoluções burguesas da Idade Moderna, instaurando uma esfera pública onde se debatem as grandes questões da sociedade (HABERMAS, 1984). A partir do século XIX, desenvolve-se o jornalismo como grande imprensa, realizado por empresas de grande porte e com finalidade lucrativa, constituindo uma das instâncias que compõem a esfera pública e cria uma forma particular de mediação do real, que recria o acontecimento como notícia, dentro de gêneros padronizados. Devido a pressões políticas e comerciais, o jornalismo da grande imprensa instaura como padrão uma divisão clara entre *fact* e *opinion* e impõe certa noção de isenção ou imparcialidade do jornalista, que deve relatar os acontecimentos com base em informações referenciadas, que podem ser atribuídas a uma fonte (MARCONDES FILHO, 2000).

É a partir desse processo que se dá a separação entre o jornalismo da grande imprensa e o que seria o jornalismo alternativo, ou seja, manifestações jornalísticas não orientadas para o lucro e que, frequentemente, mantêm-se voltadas para a intervenção política. O jornalismo alternativo é contra-hegemônico, não apenas pelos diferentes pontos de vista e conteúdos apresentados, mas porque, muitas vezes, não se coloca como uma forma de mediação isenta ou imparcial da realidade. Jornais alternativos frequentemente estão vinculados à militância política, partidária ou sindical, refletindo influências de doutrinas marxistas, leninistas, anarquistas, entre outras, que veem o jornal como um instrumento de engajamento. Além disso, os veículos alternativos, por não visarem o lucro, também buscam modelos de gestão diferentes daqueles adotados pelos grandes jornais, constituindo formas diversas de arranjos de trabalho (FÍGARO; NONATO; KINOSHITA, 2017).

A expressão “jornalismo alternativo” tornou-se difundida no Brasil a partir da década de 1970, devido à popularização de algumas vertentes de jornalismo contra-hegemônico surgidas no contexto da resistência contra a ditadura militar, incluindo jornais de

teor político, como *Opinião* e *Movimento*, jornais com influência da contracultura, como *Versus*, ou humorísticos, como *O Pasquim* (KUCINSKI, 2003). Essa produção se tornou mais diversa a partir dos anos 1980, com a redemocratização, incluindo a imprensa sindical, a imprensa comunitária, os movimentos ambientalistas, entre outros. Também se observa uma diversificação maior nas mídias utilizadas – além do jornalismo impresso, também se difunde o jornalismo alternativo em formatos audiovisuais. Ao mesmo tempo, a grande imprensa absorve profissionais da imprensa alternativa e algumas inovações trazidas pelos alternativos em termos de linguagens e gêneros utilizados. Configura-se, portanto, uma disputa entre diversas formas de mediação do real por meio do jornalismo.

### Comunicação em rede e fragmentação da esfera pública

A partir da virada do milênio, a internet e as redes sociais permitiram o surgimento, disseminação e diversificação de novos arranjos jornalísticos, com busca de novas formas de sustentação financeira, procurando oferecer um contraponto jornalístico à grande imprensa (FÍGARO; NONATO; KINOSHITA, 2017).

Por outro lado, a comunicação em rede põe em crise o modelo de financiamento tradicional da grande imprensa (e de alguns veículos alternativos) que se baseava em vendas, assinaturas e anúncios. Há uma pressão maior para que o conteúdo seja oferecido gratuitamente ou a baixo custo – a informação paga dos jornais concorre com a informação gratuita fornecida por outras páginas, e a publicidade nos veículos *on-line* paga menos do que no jornalismo impresso, radiofônico ou televisivo. A redução nas receitas incentiva a precarização do trabalho do jornalista, pressionando o profissional a produzir cada vez mais conteúdos, em tempo real, e fazendo a apuração a distância, sem sair da redação, para economizar tempo e dinheiro. A concorrência no meio digital também modifica a linguagem jornalística, por exemplo, encurtando os textos e estimulando chamadas apelativas (para incentivar o leitor a clicar nos conteúdos, o que aumenta o valor da publicidade exibida no veículo). Isso favorece uma fusão entre o jornalismo e o entretenimento, o infoentretenimento (COSTA, 2019).

Também ganha destaque uma espécie de jornalismo amador, produzido por indivíduos que não são jornalistas, em *blogs*, redes sociais e grupos de usuários de aplicativos de mensagens.

O uso das redes sociais para difusão do jornalismo guarda uma contradição pelo fato de que quem produz o conteúdo não é o proprietário das plataformas onde ele é divulgado, e essas plataformas são desenhadas para uma finalidade diversa do jornalismo. Redes como Twitter, Facebook e Instagram buscam se manter financeiramente através do direcionamento de publicidade aos usuários de forma segmentada. Os algoritmos que

regem seu funcionamento são desenhados de acordo com essa finalidade, permitindo mapear tópicos de interesse dos usuários e direcionar a publicidade a eles de acordo com esse mapeamento – para cada usuário, os conteúdos exibidos são diferentes, sendo que essa seleção e hierarquização é feita, em sua maior parte, de forma automática pelo algoritmo.

Essa arquitetura das redes tende a criar as chamadas bolhas do filtro, onde os usuários só têm acesso a informações que, segundo o algoritmo, seriam de seu interesse – o que alguns autores, como Pariser (2011), identificam como uma potencial ameaça de fragmentação da esfera pública em diversas esferas estanques com pouca interação entre elas. Na esfera pública clássica, aquela instaurada pela imprensa, há um debate político em torno de uma realidade (ainda que construída), ao passo que nessas bolhas, não haveria nem mesmo um consenso mínimo sobre a própria realidade que permitisse uma discussão racional. A seleção dos conteúdos, no jornalismo impresso, radiofônico e televisivo, era feita por pessoas, refletindo um ponto de vista institucional a respeito dos acontecimentos e dirigindo-se a um público amplo de forma mais impessoal.

Além disso, as redes sociais não separam o conteúdo jornalístico de outros tipos de conteúdo: na mesma *timeline*, um usuário pode ver notícias locais, internacionais, conteúdos publicitários, postagens de amigos, vídeos de entretenimento, entre outros.

Essa disposição dos conteúdos também contribui para a menor distinção entre jornalismo de grande imprensa e alternativo, profissional e amador, jornalismo e ativismo. Muitos dos novos arranjos jornalísticos identificados por Fígaro, Nonato e Kinoshita (2017) não se definem como jornalismo, mas como uma espécie de ativismo. Ao mesmo tempo, exercem atividades de cunho jornalístico, produzindo reportagens, entrevistas, noticiando acontecimentos *in loco* e em tempo real, muitas vezes, dando furos de reportagem ou tornando-se fontes para veículos da grande imprensa.

Dessa forma, não se trata somente de uma crise financeira ou de negócios, mas de uma crise de legitimidade da grande imprensa, na medida em que os veículos tradicionais deixam de ser vistos como a fonte preferencial de informações verdadeiras e atuais. É nesse contexto de total atravessamento de gêneros jornalísticos e de outras formas de comunicação que aumenta a preocupação com as notícias falsas, as chamadas *fake news* em inglês.

### *Fake news*: uma nova manifestação comunicacional?

O termo *fake news* se disseminou a partir da campanha para a presidência dos EUA em 2016 e da campanha para a presidência do Brasil em 2018. As duas campanhas foram marcadas por discussões intensas sobre o impacto que as *fake news* poderiam vir a ter sobre o resultado das eleições, com jornais tradicionais alertando para o perigo representado

pelas *fake news* das redes sociais e cobrando ações das autoridades a respeito (JORGE FILHO, 2019), ao passo que lideranças políticas de extrema-direita, frequentemente acusadas de estimularem a disseminação de notícias falsas, utilizam a expressão *fake news* como pejorativa para desqualificar a atividade exercida por jornalistas profissionais. Sua tradução literal seria “notícias falsas”, porém, devemos lembrar que o adjetivo *fake* em inglês guarda certa conotação de “fraudulento” ou “que induz ao engano”.

Allcott e Gentzkow (2017) definem *fake news* como artigos noticiosos que são intencionalmente falsos, cuja falsidade é verificável, e publicados em contextos nos quais poderiam enganar os leitores. Frequentemente, simulam gêneros jornalísticos tradicionais, utilizando recursos consagrados da linguagem jornalística, como dados referenciados em declarações de fontes ou estudos científicos (ainda que se trate de dados inventados ou distorcidos). É comum que notícias desse tipo tenham certo apelo emocional, apresentando a notícia como um “alerta” e utilizando enunciados como “isto a mídia esconde” ou “os políticos estão querendo proibir a divulgação deste conteúdo”.

As *fake news* circulam na internet, redes sociais e aplicativos de mensagens, constituindo uma forma específica de mediação: é falsa, o autor sabe de sua falsidade, e a faz circular com finalidade lucrativa, via monetização de cliques, ou política, no contexto de campanhas políticas ou militares (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Essa definição leva em conta a intencionalidade: não é *fake news* o erro jornalístico causado por uma falha de apuração ou por informações mentirosas divulgadas por uma fonte (embora possa se questionar a falta de checagem da informação por parte do jornalista). A diferença entre a manipulação da realidade por veículos jornalísticos ou pelas *fake news* reside na forma de mediação que as legitima perante certos públicos: *fake news* costumam ser anônimas e repassadas massivamente em redes sociais e aplicativos de mensagens, havendo pessoas e grupos organizados que fazem tal repasse de forma remunerada. Por meio de grupos em redes sociais e aplicativos, essas notícias são repassadas de um usuário a outro, beneficiando-se do caráter “social” das redes: o leitor não recebe a mensagem de forma impessoal através de um jornal, mas repassada por outra pessoa, que pode ser um amigo, parente, colega de trabalho, vizinho de bairro.

Allcott e Gentzkow (2017) alertam para a importância do contexto: em seu entendimento, uma sátira jornalística, como as notícias falsas publicadas em sites como *The Onion*, não constitui *fake news* desde que esteja identificada como tal. Porém, se repassada fora de seu contexto original, uma sátira descontextualizada pode se tornar *fake news*, em um contexto em que possa ser interpretada como real. Levando-se esse aspecto em consideração, autores como Wardle e Derakhshan (2017) também situam a sátira jornalística em um conceito mais amplo de desinformação, optando por não utilizar o termo *fake news*.

### A notícia simulada ou satírica como gênero jornalístico

A notícia falsa como uma forma de humor, satirizando acontecimentos relatados pelos jornais, é um gênero com longa história no jornalismo alternativo e em algumas publicações de grande imprensa. Casadei e Paganotti (2019) identificam, em meados do século XX, a presença do que chamam *proto-fake news* em diversos veículos. Trata-se de notícias falsas, por vezes, publicadas como forma de atrair audiência para veículos de teor sensacionalista, como o tabloide *Notícias Populares*, que publicava relatos sobre crimes que nunca existiram. Havia também notícias falsas que funcionavam como uma espécie de sátira aos acontecimentos, com certo teor metalinguístico – por exemplo, o jornal alternativo *O Pasquim*, fundado em 1969, publicava notícias sobre fatos que nunca aconteceram, entrevistas com personagens de ficção, cartas de leitores que eram na verdade inventados pelos próprios integrantes da redação.

Gerson (2014) identifica esse tipo de notícia como pseudonotícia. Por sua vez, Jácome (2016) fala em notícia simulada, pelo fato de que, mesmo tendo informações fictícias, ela *simula* os elementos linguísticos de um texto jornalístico tradicional, geralmente do gênero nota ou notícia.

A notícia simulada ou satírica pode ser considerada, também, um jornalismo conotativo, na medida em que pressupõe que o leitor já está familiarizado com o noticiário e não lerá a notícia simulada no sentido literal (JORGE FILHO, 2019). Utiliza os elementos que Charaudeau (2013) identifica como *efeito de real*, porém, com marcadores que denotam a simulação – por exemplo, utiliza-se o discurso relatado, mas mencionando fontes inexistentes, como núcleos de pesquisa cujos nomes constituem trocadilhos.

### Estudo de caso: O Pasquim

Fundado em 1969 por um grupo que incluiu Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Millôr Fernandes, Jaguar, Ziraldo e outros jornalistas da época, *O Pasquim* destacou-se como um dos jornais alternativos na vertente dos humorísticos cariocas (KUCINSKI, 2003), cujo viés político não se prendia a uma corrente específica da esquerda da época, havendo também influência da contracultura. Temas políticos e de costumes eram abordados de forma irreverente, com grande uso de experimentações de linguagem que mesclam gêneros jornalísticos textuais e gráficos, e também gêneros literários, em especial a crônica e os gêneros curtos como a fábula e a anedota.

Para análise do conteúdo, utilizamos como referência os exemplares de *O Pasquim* constantes no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e disponibilizados em formato digital no endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Esse acervo contém

exemplares digitalizados de quase todas as edições publicadas de *O Pasquim*, desde a edição número 1, de 26 de junho de 1969, até a edição 1072, de 22 de outubro de 1991. Levando em consideração as observações de Kucinski (2003) sobre o desenvolvimento da imprensa alternativa no Brasil, delimitamos nossa amostra ao período que se estendeu de 1970 a 1979. Nesse período, selecionamos cinco exemplares de cada ano, mantendo intervalos de publicação regulares (um exemplar a cada sequência de dez), e, entre esses dez, foram selecionados pelo menos dois conteúdos que pudessem ser encaixados nos conceitos de sátira notícia simulada (JÁCOME, 2016), pseudonotícia (GERSON, 2014) ou proto-*fake news* (CASADEI E PAGANOTTI, 2019), totalizando um conjunto de cem notícias para análise.

Nas matérias analisadas, os principais temas abordados incluem a política nacional e internacional, com notas, notícias e entrevistas simuladas, bem como concursos, enquetes e campanhas, além de crônicas, charges e cartuns ironizando o discurso ufanista e anticomunista da ditadura militar, as promessas de governadores e presidentes para a gestão pública, a falta de liberdades civis, entre outras questões.

São frequentes notícias sobre censura, liberdade de expressão, jornalismo alternativo e críticas à grande imprensa, e o jogo entre ficção e realidade é uma maneira de chamar a atenção para a questão da censura. Com o fim da censura prévia ao jornal, em 1975, *O Pasquim* passa a publicar mais notícias sobre temas políticos. No fim da década de 1970 também entram em pauta os movimentos sindicais, as greves de diversas categorias, o movimento pela anistia e a discussão em torno de uma possível redemocratização.

A influência dos movimentos contraculturais se observa na cobertura de lançamentos de shows, discos, livros, filmes, peças de teatro, programas televisivos, abordando movimentos culturais do período como a Tropicália e o Cinema Novo. Nas questões de costumes, são frequentes as piadas envolvendo sexualidade, refletindo preconceitos da época, mas também abrindo espaço para temas como divórcio e feminismo.

*O Pasquim* é também um jornal de noticiário bastante local, com frequentes notícias – simuladas ou não – sobre praias e bares do Rio de Janeiro, vida cultural, rivalidade entre paulistas e cariocas, moda, turismo, as festas de Carnaval e Ano Novo, e também a política local, com críticas a projetos urbanísticos.

Também publicava, com frequência, notícias falsas sobre *fait-divers* e curiosidades envolvendo fatos históricos ou inovações tecnológicas, notas sobre crimes e acontecimentos inusitados que nunca aconteceram, por vezes servindo de gancho para críticas à situação política e econômica do país:

A Glória em que vivemos – Agora aumentaram o café. E a taxa de inflação continua contida. E os pingentes da Central descobriram a cura para o câncer. E todos os índios mortos deverão ressuscitar em frente à sede

náutica do Vasco portando espelinhos com a cara do goleiro Barbosa dos dois lados. (LESSA, 1975)

Os editoriais, em geral, são simulados, consistindo de textos em linguagem coloquial sobre temas aparentemente corriqueiros, como conversas de bar, porém, com referências a acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Também há erratas falsas, com retificações de erros que nunca foram publicados, e cartas de leitores que, muitas vezes, eram personagens criados por Ivan Lessa.

A entrevista, gênero no qual *O Pasquim* se tornou uma referência por publicar entrevistas com celebridades, também ocorria em sua forma simulada, como se observa na edição 460, de 21 de abril de 1978, que traz uma longa entrevista com uma personagem fictícia – Complexo, o cavalo de estimação do general João Figueiredo. Anunciado como sucessor de Ernesto Geisel na presidência da República, Figueiredo era conhecido como um militar conservador e famoso por frases ríspidas. O cavalo é retratado como seu oposto: extremamente erudito e equilibrado, dá respostas elaboradas quando questionado sobre temas de política brasileira e internacional, usando citações de autores famosos, denotando tendência política moderada e favorável à redemocratização. Em notícias como estas, *O Pasquim* usa a ironia e a ficção para criticar a ditadura:

PASQUIM – O fortalecimento do Estado é um anseio geral da população? Complexo – Não sei porque ela não foi consultada a respeito. Mas antes de consultá-la, se é que se cogita de tal coisa, seria fundamental que ela pudesse ter livre acesso a discussões capazes de esclarecê-la sobre quem se beneficia com o fortalecimento do Estado brasileiro – ou se beneficiaria com o Estado brasileiro caso estivesse em pauta a mudança dos que atualmente guardam o nosso Estado fortalecido. Engels dizia que o Estado é a violência em sua forma organizada. Weber achava que o Estado é o monopólio da violência legítima. Digamos que o Estado é um mal necessário. O importante é saber direitinho a quem ele serve.

PASQUIM – Mas um mínimo de segurança...

Complexo – Quem abandona a liberdade essencial por um mínimo de segurança não merece nem a liberdade nem a segurança.

PASQUIM – A frase é de sua autoria?

Complexo – Não, Benjamin Franklin. (VIVO CERCADO..., 1978, p. 30)

### Estudo de caso: O Sensacionalista

*O Sensacionalista* é um site de humor, que publica notícias falsas, simulando um jornal, inspirado na experiência de veículos humorísticos que simulam jornais de outros países, como o norte-americano *The Onion*. Foi fundado em 2009 pelo humorista Nelito Fernandes, que tinha trabalhado como redator do programa televisivo *Casseta & Planeta Urgente*, da TV Globo (deste programa, registre-se que é fruto da absorção de parte da imprensa alternativa pelos grandes veículos de mídia – fundado no início dos anos 1990, *Casseta & Planeta Urgente* surgiu da fusão de equipes de dois veículos humorísticos da década de 1980, *Casseta Popular* e *Planeta Diário*).

Para efeitos de comparação, consideramos uma amostra de cem matérias, de um total de 691 textos publicados no site do *Sensacionalista* ([www.sensacionalista.com.br](http://www.sensacionalista.com.br)) durante os anos de 2018 a 2019. Utilizamos somente os conteúdos publicados em veículos de propriedade de *O Sensacionalista*, ou seja, o domínio [www.sensacionalista.com.br](http://www.sensacionalista.com.br), bem como os perfis no Facebook, Twitter e Instagram, desconsiderando as publicações feitas na coluna que a equipe de *O Sensacionalista* mantém em parceria com a *Veja*.

Quase todas as notícias publicadas em *O Sensacionalista* são simuladas, fazendo referência a fontes fictícias. Quando há uma notícia que não é simulada, trata-se do relato de algum fato insólito, acompanhado por enunciados como “pode rir, esta é a piada” ou “isto não é coisa do *Sensacionalista*”. Em geral, são notícias curtas, com um formato mais ou menos padronizado: o título e o *lead* contêm uma informação fictícia; logo em seguida, o acontecimento é contextualizado, com os fatos tais como relatados por outros jornais e, no final, seguem-se mais piadas. A linguagem utilizada é coloquial, fazendo uso da polissemia e do exagero para levar ao humor. São abordados vários temas em um mesmo texto, que faz ligações por vezes inusitadas entre os acontecimentos. As pautas são retiradas do noticiário de outros veículos, e as imagens utilizadas também são de outros jornais, ou retiradas de memes das redes sociais.

No período analisado, o tema com mais relevância é a política nacional, com destaque para a campanha eleitoral de 2018 e seus candidatos favoritos (Jair Bolsonaro e Lula, depois substituído por Fernando Haddad) e o início do governo Bolsonaro – o presidente é a personagem principal da maioria das matérias que destacam suas declarações polêmicas, seu discurso conservador e as denúncias, levantadas pela mídia, de irregularidades envolvendo sua família.

Também são comuns notícias sobre comportamento, envolvendo o uso da tecnologia, com piadas sobre o uso excessivo de celular e redes sociais, ou notícias que, por meio do exagero, ironizam falhas de aplicativos como Uber ou Facebook. O noticiário local também é bastante presente, com foco no Rio de Janeiro, incluindo críticas à gestão

do ex-prefeito Marcelo Crivella, piadas sobre o clima da cidade, os costumes cariocas ou eventos como o Réveillon e o Carnaval. A questão da liberdade de expressão também é levantada em notícias como esta, que critica a pressão da prefeitura do Rio de Janeiro para retirada de um cartaz de uma peça teatral com visões diferentes da religião professada pelo prefeito na época:

O prefeito Marcelo Crivella censurou uma peça de teatro em que Jesus Cristo é interpretado por uma atriz transsexual – peça esta que já havia sido autorizada pela prefeitura em dezembro de 2017. (...) O ocorrido inspirou um morador da Rocinha, bairro carente que sofre com a violência e a falta de serviços de responsabilidade da prefeitura. Há alguns meses, Crivella mandou reformar apenas as fachadas da comunidade. Segundo ele, para passar uma impressão melhor a quem dirigia em destino à Barra da Tijuca.

O morador Ailson de Barros resolveu se travestir de mulher e carregar uma cruz até a prefeitura. “Ele reformou só a fachada, e os outros milhares que moram lá atrás não são vistos nem ouvidos. Acho que assim ele grava um vídeo me ajudando. É a última alternativa. (ZORZANELLI, 2018)

### Conclusões

Nas duas amostras analisadas, observa-se que o adjetivo “simuladas” é mais apropriado do que “falsas”. Em geral, fazem referência a outras notícias já publicadas em veículos de maior circulação. Percebe-se, também, a utilização dos recursos linguísticos tradicionalmente utilizados pela grande imprensa para produzir o efeito de real, mas com informações muitas vezes falsas ou exageradas. Frequentemente, a metalinguagem explicita o uso desses recursos.

Com relação a linguagens e gêneros utilizados, nota-se que *O Pasquim* apresenta uma variedade muito mais extensa de gêneros jornalísticos e, até mesmo, experimentações que misturam gêneros textuais e gráficos, jornalismo e outras formas de produção simbólica – uma notícia pode ser contada até em forma de jogo de tabuleiro. A informação de quais partes da notícia são “falsas” não costuma ser explicitada, cabendo ao leitor fazer a interpretação. Frequentemente o humor vem da incoerência entre gênero e conteúdo, por exemplo, na justaposição de fotos com legendas que nada dizem a respeito do objeto fotografado.

Por sua vez, *O Sensacionalista* utiliza, com raras exceções, a notícia curta e em um formato bastante padronizado, com a informação falsa (notícia simulada) no título e

no *lead* e, no segundo parágrafo, há a contextualização do assunto noticiado com as informações em sentido literal.

Com relação às mídias a principal diferença observada é o uso, por *O Sensacionalista*, de um suporte digital que não existia na época de circulação de *O Pasquim*. No formato digital, não há uma periodicidade fixa, os conteúdos são atualizados diariamente (porém, *O Sensacionalista* não coloca data em suas notícias), e há a possibilidade de interação com o leitor, principalmente nas redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram). No entanto, o uso desses recursos de interatividade em *O Sensacionalista* tem sido pouco frequente, com a realização ocasional de campanhas que estimulam os leitores a enviarem conteúdos que sirvam de material para o *site*.

A maior diferença entre os dois veículos, porém, observa-se em seu caráter de mediação. *O Pasquim* posicionava-se como um jornal alternativo, constituindo um *contradiscurso* em relação a uma grande imprensa que aumentava a padronização de seus textos para criar um efeito de imparcialidade, e, ao mesmo tempo, reforçava versões oficiais dos fatos, fosse por afinidades políticas ou pressão da censura. Embora muitas matérias repercutissem e comentassem notícias de outros veículos, havia apuração própria, feita pela equipe de *O Pasquim*, e além das matérias simuladas também havia notícias, reportagens, entrevistas e crônicas nas definições clássicas desses gêneros, como as entrevistas com personalidades famosas.

*O Sensacionalista* não se define como um *site* de jornalismo, mas um “*site* de humor com notícias fictícias”, e utiliza o dístico “isento de verdade”, jogando com a polissemia do termo “isento”. Seu humor se pauta pelos mesmos temas e gêneros do jornalismo *on-line* da grande imprensa, constituindo um tipo de infoentretenimento. Dá bastante espaço a conteúdo publiteditorial e obtém parte de sua receita por meio de anunciantes que pagam por notícias simuladas. Os assuntos que aborda são pautados por outros veículos e pelos *trending topics* das redes sociais, não havendo o trabalho de reportagem propriamente dito, com apuração de informações que não constariam em outros veículos. Constitui um nicho alternativo na grande imprensa, porém, alternativo no que se refere a gêneros e linguagens, e não alternativo como *contradiscurso*. Assim, embora haja semelhanças entre alguns dos gêneros presentes em *O Sensacionalista* e em *O Pasquim*, como a notícia simulada, não se trata, neste caso, de uma migração da imprensa alternativa para o formato digital.

Ainda que as notícias publicadas nestes veículos sejam “falsas” se lidas num sentido literal, não constituem *fake news*. Em *O Sensacionalista*, percebe-se até uma preocupação em explicitar quais os conteúdos falsos que não devem ser interpretados no sentido literal. Além disso, embora as matérias não sejam assinadas de forma individual, os autores não apagam os rastros de sua atuação. Trata-se de um tipo de mediação da informação diferente

do estudado por Allcott e Gentzkow (2017) e Wardle e Derakhshan (2017), cujas pesquisas analisaram *fake news* disseminadas em contextos de campanha eleitoral – conteúdos multi-mídia, anônimos, disseminados em massa por meio de redes sociais ou aplicativos de mensagens, e contendo enunciados como “isto a mídia não mostra”, procurando desqualificar os veículos jornalísticos como um todo e colocando-se como uma “realidade alternativa”.

## Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, primavera 2017. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>>. Acesso em: jul. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOYD, D.; ELLISON, N. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-mediated Communication*, v. 13, n. 1, article 11, 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CASADEI, Eliza Bachega; PAGANOTTI, Ivan. Convenções do estilo jornalístico em proto-fake news: entre padronizações, réplicas, emulações, paródias e fraudes. SIMPÓSIO LINGUAGEM E PRÁTICAS MUDIÁTICAS: CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES, 3., São Paulo. **Caderno de Resumos**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 30-33.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d’aquém e d’além mar**: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 2ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Liberdade de expressão e campanhas eleitorais. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patricia (Orgs.). **Liberdade de expressão e campanhas eleitorais – Brasil 2018**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 10-42.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; KINOSHITA, Jamir. Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais. **Texto apresentado ao 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

GERSON, Deborah Cattani. **Afinal, o que é pseudonotícia?** Um estudo sobre o *The i-Piauí Herald*, *O Sensacionalista* e o *Laranjas News*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JÁCOME, Phellipy Pereira. Qual o papel das notícias simuladas? Jornalismo normativo através das narrativas críticas da revista *Barcelona* e *The Daily Show*. **Revista Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, 2016.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. Debates sobre a regulação de *fake news* nas eleições brasileiras de 2018: polarização ideológica e crise de credibilidade do jornalismo. CONGRESSO BRASILEIRO DE

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42. Belém (PA): Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003.

LESSA, Ivan. A glória em que vivemos. **O Pasquim**, ed. 320, p. 25, 15 ago. 1975.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

PARISER, Eli. **The filter bubble**: What internet is hiding from you. New York: Penguin Press, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Nícia Andan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

VIVO CERCADO de intelectuais. **O Pasquim**, ed. 460, 21 abr. 1978, p. 30.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

ZORZANELLI, M. Morador de comunidade carente se veste de Jesus trans para chamar atenção de Crivella. **O Sensacionalista**, 6 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.sensacionalista.com.br/2018/06/06/morador-de-comunidade-carente-se-veste-de-jesus-trans-para-chamar-atencao-de-crivella/>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

## Lógicas de produção jornalística em tempos de transformação digital<sup>1</sup>

Mayanna Esteveanim<sup>2,3</sup>

---

### Resumo

Em um contexto de transformação digital, o conhecimento sobre os usuários, os processos de gestão e o uso de dados (seja na correlação em bases informativas ou em métricas de acompanhamento e medição de sucesso) são elementos presentes da escrita digital. Este estudo aborda a adoção de metodologias ágeis em empresas informativas e ambientes redacionais, levando em consideração o sistema narrativo em uma visão de produto.

### Palavras-chave

Lógicas de produção. Transformação digital. Empresas informativas. Metodologia ágil. Produto jornalístico.

---

### Introdução

As empresas informativas têm passado por uma série de mudanças na contemporaneidade, reflexo do momento vivenciado pela sociedade diante dos processos de digitalização, da comunicação em rede, da mobilidade e uso de dados. Para que o jornalismo se adapte aos ambientes emergentes (com suas implicações sociais, econômicas e culturais), a profissão adquire táticas e novas estruturas organizacionais. Elementos que vêm sendo discutido desde 2012 na perspectiva do jornalismo pós-industrial (ANDERSON et al., 2012). Há mudanças na escala, no escopo, nos modelos de negócios, na concorrência e nos níveis de participação relacionados às mídias. Neste artigo, que faz parte do estudo doutoral da presente pesquisadora, temos como foco as práticas de inovação que podem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Jornalista, doutoranda no PPGCOM, na ECA/USP, linha de pesquisa Processos comunicacionais: tecnologias, produção e consumos, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Elizabeth Saad; pesquisadora no Grupo Com+. E-mail: m\_estevanim@hotmail.com.

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ser adotadas nos sistemas narrativos. Falaremos de produção de conteúdo diante da implementação de metodologias ágeis. Isto nos levará a competências e habilidades de empresas e profissionais comprometidos com a inovação e com os caminhos possíveis para construções narrativas. As metodologias ágeis são formas de gestão e desenvolvimento que inicialmente se restringiam a softwares usando uma abordagem de planejamento e execução iterativa<sup>4</sup> e incremental,<sup>5</sup> voltada para processos empíricos, ou seja, complexos, caóticos ou com muita incerteza, que possuem mudanças no decorrer do projeto.

O jornalismo contemporâneo inclui *sites*, aplicativos móveis, *sites* de projetos especiais, projetos de engajamento, *podcasts*, boletins em e-mails, infográficos interativos, mapas, *bots*, ferramentas internas para acesso a bases de dados, análise de redes sociais e muito mais. Um contexto onde o alcance e a complexidade dos produtos digitais requerem novas abordagens para gerenciar seu desenvolvimento de diferentes perspectivas de modelos de negócios e lógicas de produção, “é um erro supor que os tipos de jornalismo emergentes fora e ao lado de organizações de notícias tradicionais não carreguem consigo os valores jornalísticos e as práticas da profissão” (DEUZE; WITSCHGE, 2018, p.168, tradução nossa<sup>6</sup>).

Temos em mente, como pesquisadores e corroborando com SAAD (2015), a tríade centralidade da comunicação, resiliência e transversalidade<sup>7</sup> de áreas nos estudos em Comunicação que envolvem as temáticas da mídia digital, cibercultura, mídias sociais que exigem diferentes reflexões teórico-metodológicas para entender os fenômenos contemporâneos. Portanto, temos um contexto inovativo que envolve as empresas de informação, um ecossistema cuja visão da audiência-economia-tecnologia deve ser considerado um campo interconectado, no qual o desenvolvimento das narrativas envolve “formatos multi e hipermídia baseados em modelos que envolvem o trinômio dados-metadados-formatos” (SAAD, 2016, p. 76). Além das empresas informativas que se diferenciam por adotar outras lógicas, como as *startups*, Deuze e Witschege (2017) apontam que os processos de mudanças envolvem as rotinas, as práticas da profissão, a transição para produções mais flexíveis, onde as empresas tendem a se reorganizar adotando diferentes estratégias, entre elas as metodologias ágeis.

4 O desenvolvimento iterativo é uma estratégia de planejamento de retrabalho em que o tempo de revisão e melhorias de partes do sistema é predefinido.

5 O desenvolvimento incremental é uma estratégia de planejamento estagiado em que várias partes do sistema são desenvolvidas em paralelo, e integradas quando completas.

6 “At the same time, it would be a mistake to assume that the types of journalism emerging outside and alongside legacy news organizations are necessarily different or oppositional to the core values, ideals, and practices of the profession” (DEUZE, 2018, p. 168).

7 O texto **Centralidade, transversalidade e resiliência**: reflexões sobre as três condições da contemporaneidade digital e a epistemologia da Comunicação, da pesquisadora Elizabeth Saad (2015), veio auxiliar e ampliar horizontes sobre como posicionar nosso estudo no cenário contemporâneo.

Com um trabalho ainda em construção, traremos agora a fundamentação teórica, a justificativa, a metodologia, os objetivos e os resultados já alcançados em um momento que seguimos para o último ano da pesquisa, sendo a qualificação realizada no primeiro semestre de 2019.

### Fundamentação teórica

Para Edgar Morin (2006) é preciso ter em mente a noção da complexidade ao combinar diferentes perspectivas de um novo ponto de vista. É preciso que o conhecimento faça sentido no conjunto, situar informações e dados em seu contexto para que adquiram sentido. Concordamos com Saad (2015) que não podemos mais distinguir um espaço específico para o estudo do digital na Comunicação. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação atravessam, transversalmente, todas as atividades comunicativas e informativas sejam analógicas e/ou *off-line*, o que requer resiliências em relação à estruturação das abordagens teórico-metodológicas que sustentam as pesquisas e reflexões do campo. As fronteiras de estudos passam por processos de dissolução diante dos diversos “paradigmas-teorias-modelos-metodologias vinculados à delimitação da Comunicação como campo de estudo da transmissão de mensagens por meio de dispositivos de mídia” (SAAD, 2015, p. 3). Há uma maior complexidade dos estudos no estreitamento com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e a necessidade de convivência com reinterpretações dos fenômenos como interatividade, midiaticização, virtualidade.

Com base em três pressupostos para o desenvolvimento deste estudo: 1º) a visão de gestão de produtos – que envolve a presença de profissionais multidisciplinares, com expertises nos processos de produção contemporâneos; 2º) o contexto contemporâneo de uso de dados – no qual é possível compreender as necessidades e desejos do público consumidor; 3º) aplicação das metodologias ágeis como meio de gestão otimizada – acreditamos que as metodologias ágeis estão mais aptas a contribuir para a produção dos conteúdos, uma vez que visam a melhoria das ações que envolvem diferentes equipes, providenciando uma estrutura conceitual para reger projetos/produtos, tendo a comunicação como base. Os envolvidos ficam a par do que acontece nas diferentes etapas. São métodos adaptativos que conseguem trabalhar com as mudanças cotidianas e com entregas parciais de cada etapa envolvida no projeto. No âmbito do jornalismo contemporâneo, há inúmeros imprevistos que vão de *bugs*<sup>8</sup> no sistema até o acesso e a leitura

8 *Bug* ou falha lógica é quando a linguagem do computador entra em conflito e gera uma impossibilidade de continuar a execução de um programa.

dos dados, assim como a produção de conteúdos que atendem o business/marketing da empresa informativa. Mesmo diante dessas circunstâncias mutáveis, acreditamos que há meios para acomodar as alterações na produção.

Para nós, a equipe jornalística deve ser capaz de analisar dados e indicadores e ter consciência de que os números representam atividades humanas e que, quanto mais complexos os projetos, maior a combinação de diferentes conhecimentos e habilidades. Há a necessidade de um sistema de produção planejado e hierarquizado em funções de trabalho, já que diante das diferentes fontes, dos processos de investigação necessários na captura e correlação de dados, dos formatos e *designs* de apresentação, se torna trabalhoso o desenvolvimento de peças jornalísticas, em um cenário Big Data,<sup>9</sup> que resultem em narrativas criativas e hipermediáticas.<sup>10</sup> Dimensionamos, portanto, a gestão das empresas diante do contexto de transformação digital e também da escrita digital jornalística. Nesse sentido, a busca por referenciais bibliográficos tem se consolidado diante da relação jornalismo e inovação; de uma lógica narrativa que na contemporaneidade, com o digital, acreditamos que pode ser associada a uma visão de produto, com pensamentos advindos do gerenciamento de projetos e das lógicas de desenvolvimento de software.

A relação jornalismo e inovação na atualidade tem implicações bastante complexas e relevantes para o campo da comunicação, como aponta Saad (2016). Abala zonas de confortos tanto em nível pessoal, do fazer jornalismo, quanto das empresas informativas, assim como da possibilidade de consumo. Da consolidação da vivência digitalizada em âmbitos econômicos, sociais e informativos emergem os questionamentos sobre as práticas da profissão, sua função social e permanência nos espaços públicos. Fator este que acompanha os processos de ruptura que a sociedade vivencia.

A discussão sobre as diferentes visões que inovação (tecnológica ou estratégica) assume no cenário das indústrias midiáticas, e considerando o jornalismo, em particular, ganha o foco das atenções sempre que a sociedade vivencia algum tipo de ruptura. (SAAD, 2016, p. 74)

<sup>9</sup> O termo *Big Data* tem origem na tecnologia da informação (TI). É focado no gigantesco armazenamento de dados tendo a velocidade, volume e variedade como pressupostos. Algumas empresas de TI, como a Oracle, ainda consideram o valor predeterminante. Já a empresa de consultoria SAS considera outros dois pontos, a variabilidade e a complexidade como pressupostos do *Big Data*.

<sup>10</sup> Ao mencionar a importância de narrativas originais e criativas que unem recursos como áudio, vídeo e texto não lineares, fala-se em hiperídia. Na visão do professor Sérgio Bairon (ver em referências bibliográficas), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a hiperídia pode ser entendida como “a expressão não linear da linguagem, que atua de forma multimidiática e tem sua origem conceitual no jogo” (BAIRON, 2011, p. 7). É uma expressividade da linguagem e não o resultado de uma evolução tecnológica. “Em nível técnico, sua atuação multimidiática significa que, no mesmo ambiente, temos imagens (fixas ou em movimento), textos e sons que sustentam o conteúdo exposto” (ibidem, 2011, p. 8).

Partimos da percepção de que as produções de conteúdo podem ser compreendidas como um projeto e sua finalidade como um produto. Na elaboração do conteúdo há um esforço temporário para criar um serviço, resultado exclusivo ou produto, definições que são características de um projeto de acordo com o Guia PMBOK<sup>®</sup> (2008), produzido pelo Project Management Institute:

Um projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido atingidos ou quando se concluir que esses objetivos não serão ou não poderão ser atingidos e o projeto for encerrado, ou quando o mesmo não for mais necessário. Temporário não significa necessariamente ser de curta duração. [...] Um projeto pode criar: um produto que pode ser um item final ou um item componente de outro item; uma capacidade de realizar um serviço, como funções de negócios que dão suporte à produção ou à distribuição ou um resultado, como um produto ou um documento (por exemplo, um projeto de pesquisa desenvolve um conhecimento que pode ser usado para determinar se uma tendência está presente ou se um novo processo beneficiará a sociedade). (PMI, 2008, p. 5)

Assim, uma equipe de projeto inclui pessoas que talvez não trabalhem juntas em todas as produções. Muitas vezes são vindas de diferentes organizações (no jornalismo a formação de consórcios,<sup>11</sup> por exemplo). Cada projeto tem uma necessidade de gerenciamento para apresentar os resultados com base nas etapas de aprendizagem sobre o assunto, a estruturação, a integração da equipe e o mínimo de prazo e orçamento previstos. O Gerenciamento de Projetos é, portanto, “a aplicação de conhecimento, habilidades e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos” (PMI, 2008, p. 6); uma competência para que organizações de distintas áreas desenvolvam suas atividades.

Temos a visão de que no ambiente digital a narrativa deixa de ser compreendida como texto e imagens estaticamente diagramados, deixa de ser apreendida como um produto jornalístico final e passa a ser “como um processo dinâmico em constante manifestação e transformação no tempo e espaço digitais” (BERTOCCHI, 2013, p. 39). O usuário

<sup>11</sup> O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), por exemplo, é um grupo de 190 jornalistas que atua em mais de 65 países. As pautas reúnem temas de corrupção e abuso de poder. Disponível em: <<https://www.icij.org>>.

experimenta o fluxo de eventos, onde é cada vez mais comum, por exemplo, a descrição de acontecimentos e compartilhamento feitos por cidadãos conectados à web. As narrativas são criativas e unem recursos visuais em conteúdos aprofundados, embasados em densos volumes e correlações de dados. O monitoramento dos conteúdos passa a ser uma tarefa contínua, assim como a repercussão na rede, os desdobramentos, a aproximação de matérias correlatas aos fatos publicados, muitas vezes ferramentas de visualização de dados permanentes, que são alimentadas constantemente.<sup>12</sup> Nesse sentido, as produções jornalísticas são trabalhadas como um conjunto complexo e estruturado onde atuam atores humanos e não humanos na produção de um todo maior que suas partes.

Falamos aqui, prioritariamente, do uso de metodologias ágeis para criar no processo redacional uma dinâmica adequada ao cenário de dados, de conhecimento sobre os gostos do consumidor, formas de acesso, possibilidades de melhorias de navegação e experiência. Essas metodologias têm como objetivo otimizar o desenvolvimento visando uma melhoria contínua, gerando benefícios como o aumento da comunicação e interação da equipe, com uma organização diária para o alcance das metas definidas, evitando falhas na elaboração, obtendo respostas rápidas às mudanças e aumento da produtividade. Se podemos pensar uma narrativa como sistema, um processo em fluxo, que traz a junção dos sistemas de informação e narrativa diante de um cenário digital, também podemos aproximar as técnicas de gestão de projetos como metodologias a serem incorporadas e adaptadas às produções de conteúdos jornalísticos. Para nos auxiliar no olhar às narrativas digitais, recorreremos às contribuições dos conceitos de formato (RAMOS, 2012 e MACHADO, 2007), de jornalismo pós-industrial (COSTA, 2014), sistema narrativo e antenarrativa (BERTOCCHI, 2013) como meios de amadurecimento da compreensão do objeto proposto.

O pesquisador Edvaldo Pereira Lima (1982)<sup>13</sup> já defendia o jornalismo como um sistema construído de partes interdependentes, o qual apresenta características definidoras (a linguagem) e desempenha uma função específica (comunicar relatos de acontecimentos sociais). Sendo necessária a compreensão das camadas narrativas e dos elementos contidos no processo de contar as histórias, de trabalhar o elo entre o conteúdo, os usuários e a cognição. A equipe precisa pensar sobre o tipo de experiência narrativa que os usuários poderão atingir ao entrar em contato com as histórias no mundo digital, por diferentes dispositivos, e que tipo de reação o sistema narrativo tende a provocar seja em qual tela estiver.

12 Não falamos aqui de novas produções a cada dia, mas de atualizações de dados na base das ferramentas, na estrutura de softwares.

13 Em dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo, em 1982, com o título *O jornalismo impresso e a teoria geral dos sistemas: um modelo didático de abordagem*. Ver referências bibliográficas.

## Justificativa

Propõe-se o estudo das metodologias de projetos ágeis aplicadas a produção de conteúdos jornalísticos, no momento de um jornalismo pós-industrial,<sup>14</sup> no qual ocorrem significativas mudanças no modo de jornalisticar<sup>15</sup> e nas empresas informativas. Há a proximidade dos jornalistas com a audiência, ocorrem quebras de relações hierárquicas e necessidades de aprofundar os fatos, de novas expertises do profissional em diferentes processos narrativos e novas dinâmicas. A disponibilidade de recursos tecnológicos promove uma revolução na capacidade do indivíduo em produzir e circular informação e em reunir esses dados de forma que gerem novos sentidos; neste cenário, entender como alguns processos se estabelecem são fundamentais para a comunicação, referendando essa área como um dos mais importantes aspectos de estudo para a compreensão da sociedade, suas crenças e manifestações. Importante para situar e questionar o jornalismo como prática social (mediação, credibilidade, agendamento, legitimidade e fluxo noticioso) que se reconfigura na nova ecologia midiática.

## Objetivos

Como as metodologias ágeis são utilizadas na produção de conteúdos jornalísticos? Tendo como fenômeno a comunicação em um contexto de transformação digital, nosso objetivo de pesquisa é apresentar as possibilidades de aplicação de metodologias ágeis na produção de conteúdos jornalísticos. No estudo doutoral abordamos *cases* de redações ou grupos de trabalhos nacionais e internacionais que se situam em um cenário de uso de dados, onde há inúmeras variáveis da prática da profissão. Além das etapas de construção dos conteúdos (captura dos dados, criação de bases que se relacionam, *design*, testes de usabilidade), hoje os leitores participam, questionam, sugerem alterações e as produções passam por contínuas melhorias e adaptações em uma visão de produto jornalístico (que será explicitada ao longo deste estudo).

Como objetivo geral visamos apresentar as aplicabilidades das metodologias nas empresas informativas; de forma específica sua adoção no ambiente redacional; como objetivo teórico visamos a contribuição para os estudos da comunicação e entre os objetivos práticos apresentar a aplicação do ágil na produção de conteúdo jornalístico.

14 [...] jornalismo já não mais organizado consoante uma lógica industrial em cascata produtiva; mas com marcas mais complexas: mais atores atuantes, mais circularidade, mais algoritmos, mais inteligência artificial, mais computação em seu interior (BERTOCCHI, 2013, p. 10).

15 A professora do departamento de jornalismo e editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Dra. Elizabeth Saad, abordou o termo na mesa 2 #narrativas do evento "Quem mexeu no meu jornalismo?" realizado pela Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/assista-ao-vivo-quem-mexeu-no-meu-jornalismo/>>. Acesso em: 8 maio 2014.

## Metodologia

Propor um modelo metodológico é apresentar um método que visa apreender a construção da estrutura da obra científica. A metodologia deve ser analisada não somente como técnica de pesquisa, mas como a explicitação da construção do objeto e dos aspectos metateóricos, epistemológicos da pesquisa. Em suma, refletem as escolhas do pesquisador; trata-se, portanto, da percepção de um sujeito que sofre influências dos condicionantes sociais. Diante da complexidade da temática para o campo da comunicação, foi adotada uma estratégia multimetodológica que envolveu revisão bibliográfica das áreas da Comunicação e da Gestão de Projetos, associadas à observação não participante do desenvolvimento de produções nacionais e internacionais, priorizando as iniciativas nacionais. A pesquisa tem se desenvolvido em etapas:

1. Revisão bibliográfica: que tem permitido a compreensão dos estudos de metodologias de projetos, do jornalismo pós-industrial e da narrativa como sistema.
2. Cursos e disciplinas: foram buscadas disciplinas no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, participação em congressos na área, além de iniciativas *on-line* como Massive Open Online Courses (Mooc's) para auxiliar em uma maior apropriação da temática de metodologias de gestão de projetos e metodologias ágeis na produção de narrativas como produto. Recorremos a diferentes cursos, certificações e leituras para nos auxiliar na visão de projetos e metodologias ágeis. Foram realizados cursos<sup>16</sup> na plataforma *on-line* em tecnologia Alura,<sup>17</sup> entre eles com a obtenção do certificado de gerenciamento de projetos com Scrum, após a conclusão de 40 horas/aula sobre a temática, além da obtenção da certificação Safe Scrum Master 4.6, da Scaled Agile.<sup>18</sup>
3. Observação e coleta dos dados: levantamento de iniciativas nacionais e internacionais que implementaram metodologias ágeis, com observação-não participante delas.
4. Entrevistas: foram feitas com profissionais que fazem parte de redações jornalísticas e universidades que unem em seus trabalhos as metodologias ágeis em produtos jornalísticos ou ambientes redacionais. O objetivo foi captar qualitativamente as múltiplas vozes dos envolvidos no cotidiano dessa prática.

16 Curso: Scrum Parte 2: O manifesto ágil, Liderança e organização em Scrum, ministrado pelo professor Frederico Aranha; Curso: Métodos ágeis: introdução. (Carga horária: 12h), Alura Brasil, entre 29 de janeiro e 8 de março de 2018, ministrado pelo professor André Faria; Curso: Scrum parte1: gerencie o seu projeto de forma Ágil. (Carga horária: 5h). Alura, Brasil, entre 8 e 27 de março de 2018, ministrado pelo professor Frederico Aranha. Curso: Certificação PMP e CAPM, parte 1: processos de gerenciamento de projetos. (Carga horária: 8h). Alura, Brasil, realizado em abril de 2018, ministrado pelo professor André Faria.

17 A Alura nasceu da Caelun, uma renomada empresa de treinamentos presenciais em tecnologia. Disponível em: <<https://www.alura.com.br>>.

18 Scald Agile. Provide of SAFe. Disponível em: <<https://www.scaledagile.com>>.

5. Descrição e interpretação dos dados: desenvolvida da perspectiva da Grounded Theory (GLASSER; STRAUSS; TAROZZI) sob adoção da vertente de Anselm Strauss, que tem como pressuposto o conhecimento prévio, é um meio indispensável para que os dados empíricos tenham sentido. A GT ou Teoria Fundamentada é uma metodologia, um modo de pensar, de construir a realidade social, ao mesmo tempo que é um método com um conjunto de procedimentos e instrumentos para trabalhar os dados da pesquisa empírica, capaz de gerar de forma sistematizada uma teoria fundada nos dados (TAROZZI, 2011; GLASSER; STRAUSS, 1967; COHEN et al., 2007). As inquietações, na maioria das vezes, brotam do campo, da prática e das observações no ambiente digital. “O êxito de uma pesquisa conduzida com a GT é uma teoria, uma interpretação racional, densa, articulada e sistemática, capaz de dar conta da realidade estudada” (TAROZZI, 2011, p. 19) com uma sólida base empírica. Visamos com isso a emergência dos processos subjacentes às afirmações dos participantes e aos fenômenos observados, dimensionando a pesquisa para uma construção criativa a partir dos dados, capaz de explicar os fenômenos pesquisados (GLASSER; STRAUSS, 1967).

A GT é um método qualitativo que a partir dos dados de campo nos auxiliará na composição das categorias conceituais e das correlações. A adoção será da vertente de Anselm Strauss, partindo do pressuposto de que o conhecimento prévio é um meio indispensável para que os dados empíricos tenham sentido. Ela se concentra em três momentos progressivos de codificação: categorias emergentes, reflexões desencadeadas e elaboração de teoria coerente. Não contemplaremos neste estudo a etapa final correspondente a elaboração de teoria coerente, uma vez que esse não é o objetivo deste estudo.

## Considerações e resultados esperados ou alcançados

Consideramos a visão de gestão de produtos; o contexto contemporâneo de uso de dados e a aplicação das metodologias ágeis como meio de gestão otimizada. Além das observações feitas em relação aos produtos, temos identificado a trajetória de transformação digital de empresas informativas com a integração de silos departamentais com a adoção das metodologias ágeis. O desafio, portanto, é ver o jornalismo como uma prática em rede que envolve diferentes atores, entre eles os actantes, incluindo cocriação com audiências, em um emergente cenário de *startups* de notícias e empreendedorismo jornalístico. Essa pesquisa está em construção, tendo passado pela qualificação, seguindo para novas entrevistas e consolidação de outros achados dos estudos de campo. Diante da pandemia de Covid-19, alcançou o olhar do trabalho remoto. Algo que já pincelávamos como teoria, diante de práticas escassas, mas que agora, pelo menos momentaneamente, se consolidaram.

De acordo com Mark Deuze e Tamara Witschege (2018, p. 169), o trabalho nas redações dos grandes veículos foi o perfil dominante de emprego e organização no jornalismo ao longo do século XX, um arranjo que serviu para dar estabilidade a indústria e a formação de práticas consensuais em estudos da comunicação. No entanto, “é crucial reconhecer que o suposto núcleo do jornalismo, bem como a suposta consistência do funcionamento interno das organizações noticiosas, é tudo menos consensual, nem é necessariamente a norma” (DEUZE; WITSCHGE, 2018, p. 168, tradução nossa<sup>19</sup>).

## Referências

- ANDERSON, Chris; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Post Industrial Journalism: Adapting To The Present. **Tow Center for Digital Journalism Publications**. [on-line] Columbia University. 2014. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8N01JS7>>. Acesso em: 4 fev. 2015. DOI: <https://doi.org/10.7916/D8N01JS7>.
- BAIRON, Sérgio. **O que é hipermídia**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BERTOCCHI, Daniela. **Dos dados aos formatos**: um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Startups* de jornalismo: desafios e possibilidades de inovação. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Bahia, v. 15, n. 1, p. 101-117, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/issue/view/1510>>. Acesso em: 2 set. 2019.
- COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. Research methods in education. 2007. Disponível em: <<https://gtu.ge/Agro-Lib/RESEARCH%20METHOD%20COHEN%20ok.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2019.
- COSTA, Caio T. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: Como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. **Observatório da Imprensa**, 22 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um\\_modelo\\_de\\_negocio\\_para\\_o\\_jornalismo\\_digital](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um_modelo_de_negocio_para_o_jornalismo_digital)>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso, 432 p. 2006.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. **Sage Journals**, v. 19, p. 165-181, 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1464884916688550>. Acesso: 3 set. 2018.
- ESTEVANIM, Mayanna. **Processos no jornalismo digital do Big Data à visualização de dados**. 2016. 206 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- GLASSER, Barney. STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. Chicago/Nova York: Aldine de Gruyter, 1967.
- GROHMANN, Rafael e ROXO, Michelle. Os discursos sobre o jornalista-empendedor em sites especializados na cobertura do campo profissional. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 471- 486, maio/ago, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13524>>. Acesso em: 4 set. 2018.
- IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP/IEA, v. 8, n. 21. 1994.
- JENSEN, Klaus B. Teoria e filosofia da comunicação. **Revista Matrizes**. Ano 2, n. 1, p. 31- 49. 2008.
- JENSEN, Klaus B. JANKOWSKI, N. **Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993. 324 p.
- LIMA, Edvaldo P. **O jornalismo impresso e a teoria geral dos sistemas**: um modelo didático de abordagem. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 11. ed. 2010.
- MACHADO, Irene. **Gêneros e/ou formatos?** Design de linguagem mediada. [Apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007].
- MORIN, Edgar. O paradigma complexo. In: MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 57-77.
- PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos** – Guia PMBOK® Quarta Edição – EUA: Project Management Institute, 2008.
- RAMOS, Daniela Osvald. **Formato**: condição para a escrita do Jornalismo Digital em Bases de Dados. Uma contribuição da semiótica da cultura. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pxgm5vy>>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- SAAD, Elizabeth. Centralidade, transversalidade e resiliência: reflexões sobre as três condições da contemporaneidade digital e a epistemologia da Comunicação. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 14. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y84z9cdw>>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. Inovação e empresas informativas: aliados, inimigos ou em permanente estado de “discussão da relação”? **Revista Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/482>>. Acesso em: 1º set. 2018.
- SAAD, Elizabeth; BERTOCCHI, Daniela. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: web semântica, algoritmos, aplicativos e curadoria. **Revista MATRIZES**, Ano 5, n. 2. p. 123-144. São Paulo, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/340>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- TAROZZI, Massimiliano. **O que é grounded theory**: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis: Vozes, 2011.

<sup>19</sup> “It is crucial to recognize that the supposed core of journalism as well as the assumed consistency of the inner workings of news organizations is anything but consensual, nor is it necessarily the norm” (DEUZE, 2018, p. 168).

# Identities negras pela comunicação

# Mediações sógnicas da beleza da mulher jovem negra quilombola<sup>1</sup>

*Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim<sup>2,3</sup>*

---

## **Resumo**

Este artigo discute o conceito de beleza das mulheres jovens negras quilombolas em duas comunidades do semiárido baiano, partindo dos modelos eurocêntricos e africanos, assim como da diáspora. A metodologia pauta-se na Semiótica de Peirce, nas ciências normativas estética, ética e lógica; na etnografia e fotoetnografia. As conclusões remetem ao processo de transição e formação identitária, no qual os Movimentos Sociais Negros são fundamentais; contudo, a beleza negra mediada pelo consumo ainda aparece, minimamente, contribuindo para a perpetuação do racismo e injustiças sociais.

## **Palavras-chave**

Beleza. Beleza da mulher negra. Quilombolas. Mediações do consumo. Movimentos sociais negros.

---

## **INTRODUÇÃO**

Os processos de desenvolvimento identitário da população negra não ocorrem da mesma forma que para a etnia branca assim como as concepções de beleza. Ferreira (2009) descreve a construção negra inicialmente como “estágio de submissão e idealização do mundo branco como escudo”, valendo-se da “descoberta do grupo etnoracial de referência” para, a partir de então, a “idealização e construção da estética negra como fortalecimento e alteridade”; contudo, para atingir tal objetivo, muito tempo se passou

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Doutora em Ciências da Comunicação – USP. Grupo de pesquisa GESC<sup>3</sup> – Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo, área de concentração 1: Consumo e usos midiáticos nas práticas sociais. Linha de Pesquisa 2 Processos Comunicacionais: Tecnologias, Produção e Consumos. Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Clotilde Perez Rodrigues. E-mail: eliasimeia@yahoo.com.br

3 Trabalho financiado pelo Programa de Apoio à Capacitação Docente e de Técnicos Administrativos da Uneb (PAC-DT) – Decreto Estadual nº 5.202/96, D.O. de 01/03/1996 e Portaria Uneb 463/96 com o objetivo de acelerar a qualificação de docentes e técnicos-administrativos que se encontram matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

e ainda não está em sua completude. Percebe-se que no fim do século XX e início do XXI, um cenário se descortina com os efeitos da globalização (HALL, 2006), em que novos padrões de beleza são incorporados por força e pressão dos grupos de resistência, hibridização das culturas e modelos politicamente corretos impostos, até mesmo pela expansão mercadológica que abriu novos nichos de consumidores, pela popularização das mídias, pela visualização de outras culturas e pela concepção do *black is beautiful* (STROZENBERG, 2005). Contudo, não significa que houve a quebra dos preconceitos ou a discriminação sofrida pelos sujeitos negros. Em nenhum momento houve a transposição do intolerável e repugnante para o aceitável e bom, sem que por trás não tivesse interesses políticos e jogos de poder (SANSONE, 2007). Nesse sentido, o presente artigo, fruto da tese desenvolvida e defendida na Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP) em dezembro de 2019, desdobra-se com o problema levantado: *“como a mulher jovem negra quilombola se vê e qual sua percepção de beleza?”*.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar qual o conceito de beleza das mulheres negras jovens quilombolas valendo-se das imagens induzidas pelas mídias contemporâneas e de si mesmas. E os objetivos específicos foram: compreender os princípios conceituais presentes na historização acerca da beleza, em especial da beleza negra; identificar o conceito de beleza das mulheres negras nas comunidades pesquisadas; e aprofundar acerca dos estudos de mediações do consumo em comunidades tradicionais periféricas e/ou marginalizadas, relacionadas à beleza.

Como hipótese teórica, percebia que, durante muito tempo, as mulheres negras, descendentes de escravas, foram estigmatizadas e discriminadas por suas características étnicas, julgadas como inferiores, com traços bárbaros e selvagens, a exemplo do cabelo crespo, duro, sem brilho ou movimento e a pele preta, considerada suja e impura. Muitas serviam como deleite sexual, ressaltando-se suas características, quando bonitas serviam apenas para o serviço doméstico, quando saudáveis, para a exploração sexual. Tais valores foram se perpetuando, aliados ao nível socioeconômico inferior, alijando-as de consumir ou utilizar produtos que pudessem dar-lhes um sentido de embelezamento. Portanto, na contemporaneidade, julgava que ainda perduravam tais valores, e por conseguinte as mulheres negras, principalmente as que residem em comunidades fechadas, como as quilombolas, tinham um conceito formado acerca do que é beleza pautado em padrões eurocêntricos e brancos; o que se buscou compreender.

De outro modo, como hipótese empírica, percebe-se que, na atualidade, os discursos sobre a beleza negra seguem caminhos antagônicos: 1. Os que defendem a perpetuação dos valores brancos, com alisamentos de cabelos, roupas e maquiagens, que disfarçam as características do corpo negro; 2. Os que afirmam que estética visual é posicionamento ideológico e identitário, por isso mesmo, os padrões do cabelo crespo,

rebelde, os traços mais grossos como a boca e o nariz devem ser respeitados e valorizados; assim como os trajes e as vestimentas devem refletir a etnicidade e a ancestralidade africana de quem as usam. Portanto, as mulheres negras jovens quilombolas que baseiam suas formas estéticas e fenótipos mediados pelas mídias publicitárias e nos padrões brancos eurocêntricos necessitam que outras mediações possam contribuir para a formação identitária negra, como as agências de formação intelectual, as escolas, as instituições e/ou as academias.

Essa busca foi pensando em como as mediações do consumo poderiam contribuir ou não para as mudanças e/ou perpetuação desses valores e qual o modelo de beleza incorporado pelas mulheres negras, sobretudo as jovens quilombolas, e como elas se veem perante os padrões sociais divulgados pelas diversas mídias. O que de modo resumido é mostrado a seguir como também as considerações finais, fornecendo os resultados do fragmento da pesquisa apresentada, as limitações e as proposições para pesquisas futuras.

## Fundamentação teórica

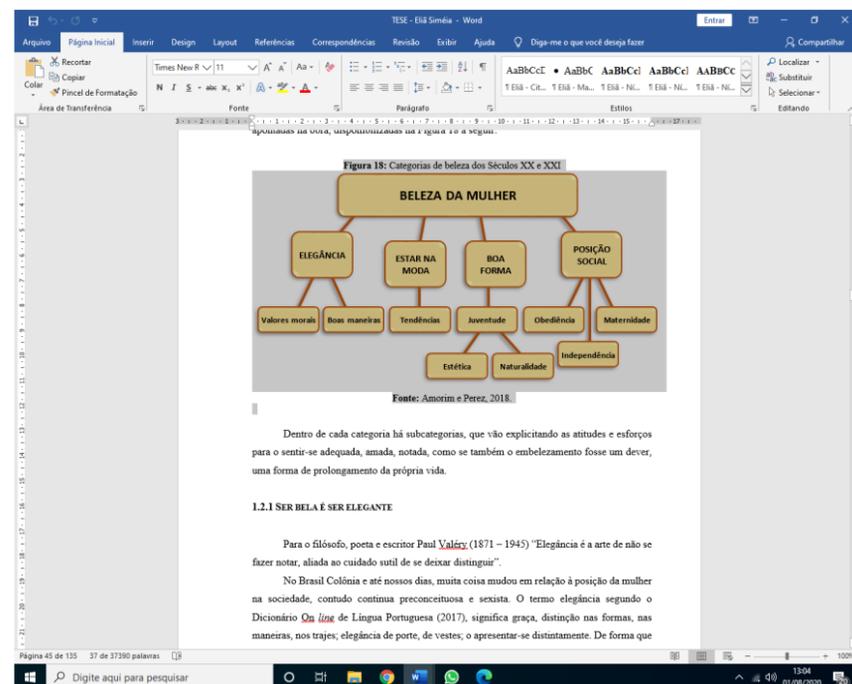
### Conceitos da beleza da mulher ocidental – eurocentrismo

Umberto Eco, em seu livro *História da beleza* (2012), discorre sobre o conceito de beleza em diferentes espaços e épocas, que vão desde os tempos das cavernas com a descoberta da Vênus de Willendorf (XXX milênio a.C.) até a contemporaneidade. É importante ressaltar que sua obra recorre à ótica das culturas ocidentais. Para o autor, os diversos sentidos de beleza vão tendo seus desdobramentos com o que nos agrada, como belo, gracioso, bonito, sublime, maravilhoso, soberbo, do princípio ao fim da Antiguidade, conceito que vai se moldando às concepções filosóficas do Ser. Enquanto invólucro de existência ou essência a partir da Idade Média e no Renascimento, a beleza evoca a supremacia do eterno, puro e casto, na figura da Virgem Maria ou da perdição, sensualidade, selvageria e pecado na figura da Eva, do Paraíso, traduzidas nessas diferentes épocas, pelas literaturas dos santos da Igreja: São Tomaz de Aquino e Santo Agostinho, entre outros; dos grandes nomes da pintura e escultura, como Leonardo da Vinci e Michelangelo, além dos ensaios de anatomistas que aos poucos foram se revelando. No século XIX, a configuração da beleza romântica evoca para si o realismo das paixões, no entanto, o relativismo da beleza simples, sincera e honesta perdura e vai até o período vitoriano. Assim como a beleza no século XX vem com a arte funcionalista, com seus traços voltados para os objetos de uso, mercantilização da vida e das coisas. A mulher é retratada pela beleza exposta e serial, diferente do

objeto na contemporaneidade, pela visão da recomposio da matéria, da reinveno do belo, da criao, da fantasia e emoo. A beleza da provocao, composta pelos vários movimentos artísticos, pelo prazer que provocam do exotismo e pulsões. São os ritos da mutilao, transformao, das plásticas, do jogo excitante de fazer diferente ou provocar reaes diversas.

A contemporaneidade traz o conceito do consumo, da moda assinada ao uso do *jeans* envelhecido, maquiagens e propostas produzidas pelas mídias e publicidades. São ideais que se misturam aos produtos que prometem milagres  beleza e busca da perfeio. Ou seja, sem um modelo único de beleza, que segundo Eco (2012, p. 428) o mundo será "obrigado a render-se diante da orgia de tolerância, de sincretismo total, de absoluto e irrefreável politesimo da beleza". A Figura 1 traz em si alguns conceitos de beleza presentes nos séculos XX e XXI como se vê a seguir:

Figura 1 – Categorias da beleza nos séculos XX e XXI



Fonte: Amorim e Perez (2018).

Percebe-se que em uma cultura altamente classista, branca e elitista, as moças dos séculos XVIII e XIX aprendiam desde cedo os seus papéis na sociedade, como elemento de beleza e elegância: "elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude. As meninas deveriam limitar-se a ler, escrever e contar (economia doméstica), além de bordar e coser (século XVIII)" (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

Os produtos de embelezamento já eram vendidos no Brasil desde a época da Proclamao da República, mas já havia quem trouxesse do exterior cremes, chapéus, xampus, perucas, p-de-arroz, perfumes e roupas, contudo, para serem usados com muita decência e decoro. As boas maneiras, reconhecidas na educao feminina, estariam em saber andar, se sentar, conversar, descer escadas, usar talheres; ou seja, "mulher bela deveria saber se conter: gritos, risos longos, choros compulsivos, bocejos, tudo que possa enfeiar uma pessoa" (SANT'ANNA, 2014, p. 92). "A verdadeira beleza é considerada um 'reflexo do espírito', como se a aparência fosse um espelho fiel das emoes e do caráter" (SANT'ANNA, 2014, p. 52). Em nossos dias, a elegância também está fortemente atrelada às boas maneiras, mas principalmente ao cultivo de virtudes, aos princípios ticos, aos valores que nos tornam humanos como amor, compreensão, solidariedade e tantos outros.

Nos meados do século XX em diante, beleza e escolha de vestidos, sapatos caros e a combinao com tons de pele e cabelo são sinnimos. A publicidade em torno dos produtos que podem tornar a beleza realçada toma maior força com as possibilidades mágicas de transformao, contribuindo para o imaginário de que basta ter dinheiro para ser bela, consumindo os produtos corretos. Sant'anna (2014, p. 20) afirma que "ver-se no espelho ganhou o aspecto de um diagnóstico, pronto para ensaiar mudanças prometidas pela propaganda cosmética e de cirurgias plásticas". As mulheres que não se encaixam nos modelos de beleza sofrem preconceitos, estigmatizaes e discriminaes. No Brasil, sob forte influência europeia, ter boa forma significa adequar-se aos parâmetros da etnia branca, alta, magra, jovem e loura, ou "uma pele branca, delicada e fina, dentro da qual se vê circular a vida, deve ser o ideal de toda mulher". (SANT'ANNA, 2014, p. 76). Ter saliências, flacidez, celulites ou gorduras indesejadas é considerado um crime, num universo em que barriga zero, tanquinho, chapada, seca é imperativo. A idade também é fator preponderante; as modelos de passarela ou fotografias iniciam suas vidas profissionais muito cedo para não serem tachadas de velhas ou inadequadas. É inconcebível ter celulites, estrias, cabelos rebeldes, corpo cheio de pelos, acnes ou espinhas e manchas. Na contramão desse conceito, na contemporaneidade, o sentido de beleza também é atribuído às mulheres trabalhadoras de vários setores, que conseguem se libertar das amarras paternalistas e autoritárias; contudo, as gordas, as mulheres com deficiência, transexuais, negras começam a exigir seus direitos ao embelezamento e ao reconhecimento de seus potenciais. Sant'anna (2014, p. 189 e 190) reforça a ideia de que "ver-se diante do espelho e embelezar-se são experiências atravessadas por inquietaes, ansiedades dilacerantes e, ao mesmo tempo, por expectativas revolucionárias em torno da sexualidade, da saúde e do sucesso profissional".

## A beleza da mulher africana e da diáspora

No continente africano (nos países estudados), assim como no Brasil, a beleza da mulher durante muito tempo esteve atrelada às funções de maternidade, da docilidade, da obediência e aos valores de família. Laura Padilha (2004, p. 14) afirma que “as antologias sacralizam a mulher africana, vendo-a como um laboratório sagrado onde se processa a permanência dos ancestrais”. Mas não é só isso; culturalmente, a beleza da mulher africana está estreitamente vinculada aos enfeites, adereços, pinturas corporais e adornos. Os cabelos trançados, turbantes, roupas coloridas são marcas do feminino que também se relacionam ao sagrado. Ainda no período da colonização brasileira, quando negros e negras vieram como escravos, percebiam-se que as mulheres angolanas tinham o costume de escarificar o corpo, sarjando a pele e esfregando sobre os furos e cortes algumas substâncias vegetais a fim de provocar queloides e cicatrizações. Para Braga (2014, p. 76): “Era um modo de enfeitar o corpo e aumentar a atração sexual”. No Brasil, as filhas dessas mulheres não passaram por essas práticas; conquanto os dentes brancos e o nariz afilado eram modelos estéticos apreciados. Com relação ao uso de adereços e à sensualidade provocada pelas mulheres negras, as fotografias do século XIX e início do XX, no Brasil, revelam que o modo de usar o turbante e os penteados era a possibilidade de identificar a cultura tribal delas, retratar linhagens e *status* dentro dos grupos sociais. “O significado social do cabelo era uma riqueza para o africano” (BRAGA, 2014, p. 82). Alguns grupos também limavam os dentes ou arrancavam os incisivos como sinais de beleza e identidade. As negras vindas da Guiné, Cabo e Serra Leoa eram consideradas as mais bonitas de corpo.

Muitas outras artes eram feitas nos cabelos, considerando as possibilidades oferecidas pelos diferentes povos africanos como indicação de *status* social, respeito aos ancestrais, simbologias, localização geográfica, religião, riqueza, luto, cerimônias como casamentos e ritos de passagem, o *status* individual, idade e filiação étnica. Importante saber que cada região da África possui seus penteados tradicionais e cada tribo sua estética particular. No Brasil, escravocrata e dominador, mesmo depois da abolição, a beleza da mulher negra deveria retratar o modelo da eugenia, do que estivesse mais próximo das brancas, como: “beijos finos, olhos grandes, pés pequenos, espigadinho de corpo, peito em pé” (BRAGA, 2014, p. 63, retirado de nota do *Jornal do Commercio*, 8 jan.1833).

Novos e fortes movimentos surgiram como o Teatro Experimental de Negros (TEN), em 13 de outubro de 1944, e a criação do jornal *O Quilombo*, além de dezenas de outros, citados por Nascimento (2003), que se opunham a todo sinal de discriminação racial e se fortaleciam no sentido de valorizar, entre outros aspectos, a beleza da mulher negra brasileira. O TEN se propunha a alfabetizar, oferecer atuação em espaços de artes cênicas, cultura, educação e política, além de promover concursos de beleza negra, com seus

padrões próprios e étnicos, com o objetivo de resgatar a autoestima das mulheres que eram impedidas de concorrerem em concursos pautados na estética branca, europeia. À mulher negra, ainda que tivesse todas as condições estabelecidas como bela, não poderia candidatar-se aos concursos exclusivos às brancas, como o Miss Brasil e o Miss Universo.

Muitos anos se passaram de discriminação e estigma, contudo na década de 1970 mostrou-se profícua para o sentido da estética negra, principalmente na Bahia, quando Caetano Veloso e Gilberto Gil cantam a exaltação aos cabelos trançados, com contas e alimentam o uso de becas coloridas, búzios, calças leves e folgadas (FIGUEIREDO, 2016). Tais ações profundamente influenciadas pelo Movimento Black Rio, no fim dos anos 1960, cujos jovens, moças e rapazes negros mestiços e cariocas, oriundos em grande parte da periferia, originaram os primeiros bailes de *black*, dando um novo formato de comportamento e de costumes “ao papel de afirmação do orgulho negro”, apoiados na música e na dança, de modo que cantores como Tim Maia, Sandra de Sá, Gerson King Combo e Toni Tornado são fortes expressões dessa época. Assim como outros movimentos como A Marcha dos 300 anos de Zumbi e outros.

A partir da década de 1980, o Brasil começa a produzir produtos específicos que atendiam a valorização e adequação a *cútilis* e cabelos afro. A Nazca Cosméticos, fundada em 1986, foi uma das marcas pioneiras, seguidas da Niely Cosméticos, em 1990; e depois disso a Pantene, Natura, Avon, Dove e outras tantas buscaram empreender em marcas específicas para o embelezamento da mulher negra. No entanto, somente em 1986, a gaúcha Deise Nunes é a primeira negra a conquistar o título de Miss Brasil para a revolta da hegemonia branca preconceituosa e para a satisfação dos movimentos negros.

Calasans (2016) afirma que a força da mulher negra está em seu cabelo, em sua ancestralidade. Nesse sentido, a aceitação de sua negritude começa pela aceitação de sua cor da pele, dos lábios e nariz grossos. Se foi pela cultura que os negros foram estigmatizados e as mulheres negras consideradas inadequadas em suas características e estética da beleza, deve ser por esse mesmo caminho, que se deve seguir para a quebra desses estigmas: construir uma nova cultura. Gomes (2016, p. 94) afirma que “as representações em torno do cabelo crespo têm sido um dos elementos centrais das análises intervenções e vêm se tornando cada vez mais tema de reflexão científica”. E para as entrevistadas? Quais os seus conceitos? A seguir explicitarei como se posicionaram.

## A beleza negra para mulheres jovens quilombolas

Durante a pesquisa de campo, nas entrevistas, todas as jovens permitiram o uso de imagens, transcrições de fala, produção de vídeos, anotações e também a identificação pelo nome, todavia, por guardarmos o sigilo sobre os sujeitos, preferimos adotar um

pseudônimo para cada uma delas, com nomes de flores da região da caatinga. Perguntamos a essas mulheres “O que é beleza?”. As respostas foram classificadas de acordo com as ciências normativas de Peirce.

### Beleza num sentido estético

A beleza é um ideal admirável, bom e moralmente aceito e dentro do conceito da **estética** que, segundo Aristóteles (CHAUÍ, 1994) é a mais fundamental das ciências normativas, pois oferece subsídios às demais (PEIRCE, 1995; SANTAELLA, 2002). É o bem supremo para onde nossa sensibilidade se dirige. É o admirável e puro. A estética considera aquelas coisas cujos fins devem incorporar qualidades da sensação, da provocação. Deve ser um ideal admirável, tendo um único tipo de bem que o ideal pode ter, ou seja, o bem estético. Do ponto de vista peirceano, aquilo que é **moralmente bom** surge como uma espécie particular daquilo que é **esteticamente bom**. Ou seja, para as mulheres dos depoimentos a seguir, passa pela aceitação de si mesma em um sentido **estético**, pois buscam visualizar de forma real e objetiva, considerando as qualidades do sentir. Assim algumas mulheres responderam:

*Bromélia: “É algo para ser admirado. É o belo”.*

*Azaleia: “Algo que chama a atenção em todas as áreas. Atrai”.*

*Flor de Velames: “é sentir bem, andar arrumada com cabelos cheirosos e cheirosa. Com salto alto”.*

*Xique-xique: “é a mulher se arrumar. Se cuidar cada vez mais”.*

*Carnaíba: “é estar arrumada, cheirosinha”.*

*Orquídea: “belo é estar arrumado e cuidar de si mesmo”.*

### Beleza num sentido ético

A ética, uma das ciências normativas de Peirce (1995) parte da construção dos valores que buscam a felicidade por meio da racionalidade e da prudência; despreza o luxo e a riqueza como um bem, contudo aprecia a justiça. Para Aristóteles (apud CHAUÍ, 1994, p. 442):

O bem ético pertence ao gênero da vida excelente e a felicidade é a vida plenamente realizada em sua excelência máxima. Por isso não é alcançável imediata nem definitivamente, mas é um exercício cotidiano que a alma realiza durante toda a vida [...] de acordo com a sua excelência mais completa, a racionalidade.

Considerando que a ética questiona o belo, pois está em uma ação propositada, ligada a uma razão possibilitada e nos leva a um raciocínio concreto, *Flor de Primavera* tem sua resposta baseada na ética, pois a conceitua como “*algo natural*”.

A ética é normativa, portanto, *Brinco de Ouro* descreve a beleza como um elemento inerente ao caráter, aos valores normativos. “*Tem que vir do interior. A beleza externa acaba com o tempo, acidente ou velhice. A beleza vem do caráter*”.

*Rosa da Manhã* descreve quais são estes valores do caráter: “*Da forma física? Uma pessoa simpática, que sabe se expressar. É ter opinião. É amor-próprio*”.

*Flor de Maracujá* também afirma: “*É ter caráter, inteligência, ser simpática, que mantém as boas relações com outras pessoas. É ser humilde. Não acho que deva ser um padrão estabelecido. Deve ser a aceitação da própria pessoa*”.

*Barriguda Rosa* afirma: “*Estética é o que vem da alma. Não adianta ter a cara bonita e ser ignorante. É preciso saber se valorizar*”.

*Bromélia*: “*Depende da beleza. Ser uma pessoa bonita, mas o interior é importante. Hoje a gente vai pela beleza física, mas se por dentro não tiver conhecimentos, não voga nada. Precisa de valor próprio*”.

*Flor de Ipê*: “*quando se sente bem consigo mesmo. Vem do interior. Não é só aparência. Não adianta ser bonito só por fora e não ser por dentro*”.

*Antúrio* completa o pensamento: “*Beleza é se aceitar do jeito que se é*”.

Carvalho reforça que a ética é normativa por excelência, “porque o objeto essencial da ciência normativa está ligado com um ato voluntário no qual não está ligado a nada mais” (CARVALHO, 2015, p. 156). E por essa razão, Pierce apresentou algumas dúvidas quanto à existência de uma verdadeira ciência normativa do belo. Segundo ele, “o que nós pensamos é ser interpretados em termos do que nós estamos preparados para fazer, então certamente, a lógica ou a doutrina do que nós devemos pensar deve ser uma aplicação da doutrina do que nós deliberadamente escolhemos para fazer, a qual é ÉTICA” (CP 5.35 apud CARVALHO, 2015, p. 157).

### Beleza num sentido lógico

As respostas a seguir caracterizam uma visão lógica do que é beleza, uma vez que esta compreende a relação entre os signos, seus objetos e seus efeitos, como meio para agir dentro do pensamento e da evolução. Esse pensamento não é algo solto, isolado de um contexto, contudo segue leis, regras e um sentido orgânico elaborado. Para o filósofo grego Aristóteles, são constituintes de um pensamento lógico: conceito, juízo e raciocínio, que seguem uma ordem dedutiva ou indutiva.

*Brilho do Sol* afirma que: “Hoje em dia as mulheres seguem um padrão que a mídia mostra. Eu sou o que eu quero ser. O pilar é se aceitar do jeito que se é. A gente tem que fazer com que outros se aceitem: é o feminismo”.

Existe uma lógica em seu raciocínio levando em conta que na contemporaneidade parece ser permitido às mulheres ser o que desejam ser, apesar de algumas seguirem o padrão da mídia. No entanto, ela não segue este padrão, é o que deseja ser. A lógica da negação.

*Luar do Sertão* afirma dentro do raciocínio afirmativo: “Beleza é se cuidar. Não há padrão. É se vestir bem e se cuidar”. *Flor de Mandacaru* sustenta: “Quando a gente se cuida, se ama, se valoriza”. A lógica positiva ou afirmativa está clara nestas respostas.

*Amor Perfeito* também concorda: “É algo superficial. Não é necessário e essencial, visto que ninguém atinge o padrão”. Assim como *Amarilis* “É tudo que você transmite. É a maneira como você se veste. O que você usa”.

A lógica que está por trás do pensamento da *Barriguda-branca* concorre no sentido do padrão moral e da crença religiosa: “é você se sentir bem. É aceitar o que se é, porque Deus quis que você fosse assim” e o raciocínio de *Barriguda-branca* está condicionado às normas da igreja que segue. Considerando, portanto, que a lógica é a ciência normativa que estuda a relação entre os signos, seus objetos e seus efeitos; fornece-nos meios para agir razoavelmente dentro do pensamento e da evolução, como apresentado anteriormente.

A primeira conclusão que se tem é que as mulheres entrevistadas apresentaram respostas dentro de uma visão ética, em sua maioria, estando em menor número de afirmações os valores lógicos e estéticos. Pode-se atribuir a essa questão o fato de terem de se reafirmar durante todo o tempo quanto as suas características de mulheres negras, uma vez que socialmente ainda se encontram em situação de desacordo pelas normas estéticas da beleza eleita pela maioria. Seus padrões ainda não se encaixam com o que se é esperado como cor de pele, textura de cabelos, formas e contornos, ficando no plano do desejável. Fato observado por 100% em uma das questões feitas, as respostas em um plano ético se reportaram a: “aceitar-se como se é”, “valorizar-se”, “desenvolver amor-próprio”, “beleza vem do interior” e outras.

Nadir Nóbrega (1991) apud Siqueira de Sá (2006, p. 27) chama a atenção: “com o avanço do Movimento Negro, aumentou a necessidade de nós negros escrevermos a nossa própria história”. Isso significa criar uma ética própria assentada em valores essencialmente negros. Da mesma forma que o racismo, para esses autores, é uma questão de ética uma vez que o “é uma prática ativa, não é apenas uma questão de preconceito, da questão subjetiva das atitudes, e sim práticas concretas que fazem com que determinados grupos permaneçam nos lugares subalternos” (MOURA et al., 1984, n/p).

Os saberes estético-corpóreos produzidos pela comunidade negra, organizados pelas negras e negros em movimento e pelo Movimento Negro Brasileiro encontrou um lugar dentro da racionalidade estético-expressiva discutida por Santos (2004, 2006). Esses saberes dizem respeito não somente à estética da arte, mas à estética como forma de sentir o mundo, como corporeidade, como forma de viver o corpo no mundo. (GOMES, 2016, p. 79)

Nesta pesquisa, a preocupação com os cabelos é presente em todas as falas. Carvalho afirma que:

Os penteados afros são marcas de identidade da população negra que atualmente tentam construir uma identidade através de uma estética de afirmação de pertencimento étnico. Não é mais incomum encontrar nas ruas homens e mulheres com penteado Black Power, com tranças e penteados que remetem a cultura africana, porém mesmo com a busca da valorização estética dos penteados afro, ainda não se conseguiu romper com os laços eurocêtricos de uma estética dos indivíduos chamados de brancos, cujos cabelos lisos caracterizam uma estética considerada bela e mais aceita culturalmente e socialmente. (CARVALHO, 2015, p. 14)

O que se percebe é que as jovens quilombolas têm dado ênfase maior nos cuidados dos cabelos, principalmente, como forma de identificação com seu grupo racial. Valente afirma que “ser negro é ser identificado como negro e reconhecer-se negro” (1994, p. 46). Cuidar dos cabelos para as mulheres negras sempre foi algo importante. As mulheres que foram escravizadas ao chegarem ao Brasil também passaram a ser classificadas quanto à textura e tipo do fio de cabelo, muitas tiveram seus cabelos raspados e em alguns lugares, as de cabelo mais crespo e curto deveriam trabalhar nas lavouras e as de fio mais liso ficariam com trabalhos mais leves, na casa-grande. Além de todas essas ações maldosas e cruéis, por muito tempo os apelidos que as mulheres negras recebiam e ainda recebem em relação aos cabelos variam de “cabelo duro”, “pixaim”, “Bombril”, “Assolam”, “ninho de urubu”, “depósito de piolho”, “cabelo ruim” entre outros. Para se sentirem menos discriminadas e aceitas, muitas mulheres negras se submetiam e se submetem aos cremes de alisamento, ferros quentes, escovas e penteados que as fizessem se parecer “menos negras”.

## Metodologia

Na ótica da ciência contemporânea, neste trabalho de pesquisa, considerando que o objeto das Ciências Sociais depende da sua historicidade, da consciência de suas forças produtivas, das dinâmicas que compõem tais objetos, busquei a pesquisa qualitativa (MINAYO, 1999). Segui as etapas: pesquisa bibliográfica, que trouxe os conceitos epistemológicos acerca da beleza e dos processos de mediações. A pesquisa empírica pautou-se na Etnografia, ou na ciência das etnias, que para Macedo (2000) é o estudo descritivo da cultura dos povos nos múltiplos aspectos, quer sejam referentes à sua língua, raça, religião, hábitos etc., como também das manifestações materiais de suas atividades, habilidades e costumes. Os dados coletados foram descritivos, sobre as pessoas, as situações vividas e os acontecimentos, por meio das entrevistas semiestruturadas, com as transcrições delas, seus depoimentos e fotografias. A fotoetnografia pautada na Fenomenologia vem com sentidos da semiótica em Peirce (1995), como proposta de estudo metodológico para compreensão dos signos e interpretações. Coletei os dados nas comunidades e sobre os processos de mediação, por meio das entrevistas semiestruturadas, com 20 mulheres jovens negras, com idade entre 15 e 30 anos; moradoras locais. As respostas foram espontâneas, seguindo o roteiro das perguntas semiestruturadas, depois de assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); gravadas em *smartphones* e transcritas posteriormente em uma agenda de protocolos ou notas de campo.

## Lócus da pesquisa

Lage dos Negros, que é uma comunidade quilombola do município baiano de Campo Formoso, da Região Econômica do Piemonte da Diamantina. A sede possui uma população estimada em mais de 4 mil habitantes, e todo o território conta com 23 comunidades, que juntas totalizam uma população superior a 10 mil habitantes. Foi reconhecida em 25 de maio de 2005.

De acordo com a Fundação Palmares, 604 comunidades quilombolas reconhecidas estão na Bahia. No município de Mirangaba, na Chapada Diamantina concentram-se cerca de 10 destas comunidades, entre elas Coqueiros. Essa comunidade teve o reconhecimento pela Fundação Palmares em 31 de maio de 2006 por meio da luta do então presidente da Associação Quilombola, Oliveira Francisco, mais conhecido por Francisquinho.

## Algumas considerações

As mulheres entrevistadas estão inseridas em um processo de “autoafirmação” como resignificação da identidade em nossa sociedade que é mestiça, contudo, preconceituosa, discriminatória e impiedosa. Elas se sentem em vantagem por sua condição de mulher negra quilombola que, de certa forma, tem sido alimentada pelos estudos dos movimentos negros; no entanto, ainda estão confusas e intimamente ligadas aos modelos que as discriminam. Portanto, necessitam perceber que suas identidades precisam ser fortalecidas com elementos que as valorizem, e buscar nas mídias o que pode atuar positivamente para a construção como pessoas, isso porque durante muitos anos a imagem dos negros e das negras sempre foi reflexo de inferioridade. Na contemporaneidade, o estereótipo da beleza existente na sociedade recebe influência dos corpos representados midiaticamente.

O Brasil tem passado por profundas mudanças em suas concepções e conceitos acerca da negritude, como afirma Carneiro (2011, p. 11): “é preciso ainda considerar que a ‘muralha de silêncio’ a que se referiu Abdias não era mais suficiente para dar conta das pressões do ativismo político negro na luta pelo acesso a recursos públicos que pudessem sustentar políticas de combate ao racismo e de superação das desigualdades raciais”.

As conclusões nos remetem que para as mulheres negras quilombolas a beleza é um ideal admirável, bom e moralmente aceito. Há uma visão mais alargada e crítica sobre o ser negro e a beleza da mulher negra, pois todas afirmaram gostar de si mesmas, apontaram modelos negras como ícones e estão em processo de construção identitária. Todas afirmaram utilizar produtos de beleza para rosto e cabelos, sendo o maior destaque nos cabelos, uma vez que representam a identidade negra, contudo, ainda utilizam chapinha, alisamentos e escovas, creio pela dificuldade de incorporar totalmente a negritude como um valor. A sociedade ainda exige o modelo de cabelo “arrumado”, liso, com pouco volume e muito movimento. Essa questão foi percebida também na fala de algumas entrevistadas, quando afirmaram desejar “ter um nariz afilado”, “diminuir o pé, a barriga”, “tirar manchas e pintinhas”. Essas mulheres ainda acreditam na beleza padrão europeu da mulher branca. Nos estudos de Peirce, a ciência normativa mais evocada pelas entrevistadas está na ética. *Beleza para elas é significado de poder*. Esse tema que envolve a identidade negra, em especial da beleza negra, não se esgota aqui, antes pelo contrário, necessita de novos estudos. Os limites desta pesquisa, para além dos métodos empregados, a princípio decorrem da situação geográfica, uma vez que está pautada no interior da Bahia, em específico na região do semiárido. As características locais, os perfis das entrevistadas, as mediações em outras comunidades diferentes poderão dar novas respostas e indagações. Sem dúvida, as comunidades quilombolas são um berço de contribuições para estudos e pesquisas, contudo, precisam ser alimentadas com uma

educação de qualidade, professores bem formados e acessíveis. As linguagens escolares e acadêmicas poderão contribuir fortemente para a construção de identidade desse povo. É preciso que a escola chegue até lá. É uma grande dívida social do Brasil.

### Referências

- AMORIM, Eliã S. M. dos S.; PEREZ, Clotilde. A beleza da mulher na contemporaneidade: padrões, estereótipos e conquistas sociais alimentados pela mídia e propaganda. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA – Pró-Pesq PP, 9., São Paulo, 2018, *Anais...* São Paulo: ECA-USP, 2018. 1530 p.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA – Pró-Pesq PP, 4. 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ECA-USP, 2013. 2115 p.
- BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas.** São Carlos: EduFSCar, 2014.
- CALASANS, Fábila. Semeando a identidade negra do fio à raiz. In: FIGUEIREDO, Ângela e CRUZ, Cíntia. (Org.) **Beleza negra: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras.** Cruz das Almas: EDURFRB; Belo Horizonte: Fino traço, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** Coleção consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARVALHO, Eliane Paula de. **A identidade da mulher negra através do cabelo.** 2015. Monografia (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais) – Universidade Federal do Paraná, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Curitiba, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994. v. 1.
- ECO, Umberto. (Org.) **História da beleza.** São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2012.
- FERREIRA, Francisco Romão. **Corpo feminino e beleza no século XX.** Disponível em: <[http://revis-taalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21\\_12.pdf](http://revis-taalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_12.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: FIGUEIREDO, Ângela; CRUZ, Cíntia. **Beleza negra.** Representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras. Cruz das Almas: EDURFRB; Belo Horizonte: Fino traço, 2016.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª ed. São Paulo: DP&A, 2006.
- MACEDO, Roberto Sidnei. Métodos em etnopesquisa. In: MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial.** Salvador: UFBA, 2000. p.143-250.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2ª edição. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1999.
- MOURA, Olga Ignácio de et al. Eu, mulher, psicóloga e negra. **Psicologia: Ciência e Profissão,** Brasília, v. 4, n. 2, 1984. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931984000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000200004)>. Acesso em: 15 set. 2019.
- OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A evolução da mulher no Brasil do período da colônia a república.** Disponível em: <[http://educonse.com.br/2012/eixo\\_02/PDF/103.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/103.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2017.

PADILHA, Laura Cavalcante. Bordejando a margem (escrita feminina, cânone africano e encenação de diferenças). **Scripta** – Revista do Departamento de Letras, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc – da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 255-268, 2º sem. 2004.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SÁ, Edmilson Siqueira de. **O mundo de ponta cabeça: negros em festa na capitania de Goiás e em Cuba.** 2006. 98f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.** Salvador: Edufba; Pallas, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada.** São Paulo: Thomson, 2002.

STROZENBERG, I. O apelo da cor: percepções dos consumidores sobre as imagens da diferença racial na propaganda brasileira. **Comunicação, Mídia e Consumo,** São Paulo, n. 4, p. 199-220, jul. 2005.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje.** São Paulo: Moderna, 1994.

# “Eis aqui o Getulino”: o ethos negro na literatura e na imprensa brasileiras do século XIX por Luiz Gama<sup>1</sup>

Cynthia Maria do Carmo Gomes<sup>2,3</sup>

---

## Resumo

Luiz Gama inscreveu seu nome entre os pioneiros nos campos da Literatura, Jornalismo, Política e Direito. Este artigo<sup>4</sup> analisa a constituição de um “sujeito étnico negro” (“*ethos* negro”) em seus textos literários e jornalísticos com base nos Estudos Literários e na Análise do Discurso, à luz do paradigma da Afrocentricidade.

## Palavras-chave

Luiz Gama. Ethos. Abolicionismo. Autoria negra. Imprensa.

---

## Um poeta na imprensa

*Se negro sou, ou sou bode  
Pouco importa. O que isto pode?  
“Quem sou eu?”  
Luiz Gama*

“Fiz versos” – assim Luiz Gama resume sua contribuição para a literatura brasileira, na carta<sup>5</sup> que escreveu ao amigo Lúcio de Mendonça, em 1880. Bem menos sucinta que Gama,

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP), na Área de Concentração I (Teoria e Pesquisa em Comunicação), Linha de Pesquisa 2 (Linguagens e Estéticas da Comunicação), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Mayra Rodrigues Gomes. Integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. E-mail: cinthiagomes@usp.br.

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the* Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – *Finance code 001.*

4 O presente artigo é parte integrante da dissertação de mestrado **O que era preto se tornou vermelho**: representação, identidade e autoria negra no século XIX por Luiz Gama, com previsão de depósito no segundo semestre de 2020.

5 A *Carta a Lúcio de Mendonça* é um documento com apontamentos biográficos escritos por Luiz Gama em 1880, a pedido do amigo, para servir de fonte para a escrita de um registro sobre Gama no Almanaque Literário daquele ano. **Com a palavra, Luiz**

pretendo aqui escrever mais do que duas palavras sobre o tema. Luiz Gonzaga Pinto da Gama (Salvador, 21 de junho de 1830 – São Paulo, 1882) foi poeta, advogado, jornalista, líder político e abolicionista. Nasceu livre, filho de Luíza Mahin – “uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação)” –, mas foi vendido como escravo pelo pai, aos 10 anos, reconquistando a própria liberdade oito anos depois. Como advogado, libertou mais de 500 escravizados do cativo. Com o apoio da maçonaria, criou uma biblioteca pública e cursos de alfabetização para libertos. Inaugurou a autoria negra na literatura brasileira. Fundou o primeiro jornal ilustrado de São Paulo. Lutou por uma terra “sem reis e sem escravos”.

Gama se insere no meio literário em 1859, com a primeira publicação de *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* (daqui em diante, PTB), em São Paulo. A segunda e última edição seria publicada em 1861, no Rio de Janeiro. Acrescido de poemas de José Bonifácio, o moço, o livro é uma das poucas obras do século XIX publicadas por um autor negro e ostenta um epíteto pioneiro. Registra os primeiros versos da literatura brasileira em que o autor se enuncia *negro*, como os da epígrafe, entre outros que veremos mais adiante. Como observa Ligia Ferreira, “Gama fincaria uma voz diferenciada, a do ‘negro-autor’, até então ausente na literatura brasileira.” (FERREIRA, 2000, p. 15). É a constituição de um “sujeito étnico negro”, nos termos de Cuti (2010), ou de um *ethos* – que vamos chamar aqui de “*ethos negro*” –, no entendimento de Maingueneau (2014, 2016), que Gama funda na literatura e que o acompanha em sua produção como jornalista.

Esses conceitos, oriundos dos campos dos Estudos Literários e da Análise do Discurso, serão ferramentas importantes para compreender o que chamamos de *autoria negra*. Trabalharemos com base no paradigma da *afrocentricidade*, inserindo aqui o conceito de *localização psicológica*, tal como definido por Asante (2009). Será mobilizado, ainda, o conceito de *ubuntu*, frequentemente sintetizado na frase “eu sou porque nós somos”, e que é um princípio filosófico dos povos bantu, preservado nas tradições afrodiáspóricas.

## A província de São Paulo

Um “burgo de estudantes”: assim era conhecida a capital da província de São Paulo no século XIX. Muito diferente da cidade que conhecemos hoje, à época da morte de Luiz Gama (em 1882), não passava de uma vila com cerca de 40 mil habitantes. Era um entreposto para o escoamento da produção de café das fazendas da região de Campinas e o porto de Santos. Segundo o historiador Odilon Nogueira de Matos, durante os três séculos iniciais desde a fundação do povoado de São Paulo de Piratininga, em 1554, nem a geografia nem os acontecimentos históricos contribuíram para o desenvolvimento local.

Gama (FERREIRA, 2011).

“Por isso mesmo, na primeira metade do século XIX, a capital paulista pouco diferia da vila e cidade dos tempos coloniais.” (MATOS, 1955, p. 89).

O declínio da economia canavieira no Nordeste, a crescente produção de café no Sudeste, a proibição da importação de africanos e a preocupação das elites em criar uma identidade nacional no pós-independência foram fatores determinantes para o desenvolvimento da cidade de São Paulo. No final do século XIX e início do XX, a chegada massiva dos imigrantes europeus também contribuiria para o crescimento urbano e da atividade industrial, bem como para a exclusão e marginalização da população negra no pós-abolição. A capital da província passa a ter maior relevância política e econômica, e foi o local escolhido por diversos negros e negras para viver “a liberdade conquistada através das fugas ou das alforrias” (BERTIN, 2006, p. 32).

A lei de 1831 (que proibia a “importação” de africanos para serem escravizados no Brasil) foi determinante na vida e obra de Luiz Gama. Não apenas porque essa norma era o fundamento para obter a libertação de africanos livres ilegalmente escravizados, mas também porque seu próprio destino foi impactado pelas consequências dessa legislação. Como decorrência da lei, o preço dos escravizados subiu e o tráfico interprovincial aumentou. Essa modalidade de comércio foi estimulada pela queda na produção dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste (além da própria desvalorização do produto no mercado internacional) e a crescente demanda pelo café produzido no Sudeste. Negros e negras escravizados nas províncias da Bahia e de Pernambuco, entre outras, começaram a ser vendidos em massa para as fazendas do Vale do Paraíba e do oeste paulista. Foi se aproveitando desse fluxo econômico que o pai de Luiz Gama o vendeu, em 1840.

Luiz Gama permaneceu analfabeto até os 17 anos (condição não só da maioria da população escravizada, mas também da população livre à época), quando fez “amizade dileta” com um estudante da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Essa foi a primeira vez que a instituição, da qual o abolicionista jamais foi aluno,<sup>6</sup> cruzou sua vida. Criada em 11 de agosto de 1827, pelo mesmo decreto que também criou a Faculdade de Direito do Recife, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco atendia à necessidade das elites locais de estimular a vida intelectual e formar quadros para ocupar os cargos da administração pública – aspecto prático do anseio por um projeto de nação, surgido após a independência, em 1822, como nos conta o professor Carlos Costa:

<sup>6</sup> Por diversas vezes, em seus escritos, Gama afirma não ter sido aluno da instituição: “Não possuía pergaminhos, porque a inteligência repele diplomas como Deus repele a escravidão.” (“Pela última vez”, *Correio Paulistano*, 3 dez. 1869 (FERREIRA, 2011).

Os jornais e pasquins ligados às academias de Direito, de São Paulo e Olinda, foram o grande caldeirão onde se formou mais de uma geração de escritores e personagens que depois influíram decisivamente nos destinos do país e nos rumos da imprensa brasileira. [...] A escolha de cidades distantes da Corte para instalar as duas escolas traduziu o empenho dos liberais em afastar os futuros operadores do direito e do Estado da política absolutista do Rio de Janeiro. (COSTA, 2007, p. 100)

Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco estudaram importantes abolicionistas e amigos de Luiz Gama, como Ferreira de Menezes, os irmãos Américo e Bernardino de Campos e Sizenando Nabuco de Araújo, com quem Gama também viria a fazer parcerias na imprensa, além de Rui Barbosa, Castro Alves, entre outros. De lá também saíram grandes algozes de Luiz Gama e, por extensão, da luta abolicionista: Antônio Pinto do Rego Freitas e Felício Ribeiro do Santos Camargo, juízes prevaricadores, que criavam impedimentos e dificuldades para o deferimento das “causas de liberdade”.

Era a segunda metade do século XIX e o sentimento revolucionário estava na sociedade, na política, nas artes, nas lutas pela libertação das colônias nas Américas, em tudo. O idealismo presente em cada ação foi traduzido esteticamente e eticamente pelo movimento artístico e literário conhecido como Romantismo. O jovem Luiz Gama também participaria dele, dedicado à arte da poesia.

### O Getulino: traços pioneiros de uma autoria negra

A produção poética de Luiz Gama coincide com o período classificado como Romantismo na literatura brasileira, no qual se costuma incluir as PTB. Em termos temáticos, no entanto, é difícil achar pontos em comum: não podemos aplicar com total aderência nenhuma das “etiquetas” das fases do Romantismo – indianista/nacionalista, ultrarromantismo/mal do século e condoreirismo. Os críticos tiveram dificuldade de entender a sátira social e política de Luiz Gama, como avalia Eduardo de Assis Duarte:

Examinados os manuais [...], verifica-se a quase completa ausência de autores negros, fato que não apenas configura nossa literatura como branca, mas aponta igualmente para critérios críticos pautados por um formalismo de base eurocêntrica que deixa de fora experiências e vozes dissonantes, sob o argumento de não se enquadrarem em determinados padrões de qualidade ou estilos de época. [...] deixando de observar, por

exemplo, a diferença construída por um poeta nada romântico como Luiz Gama, a publicar suas sátiras às elites brancas em 1859, no auge do romantismo entre nós. (DUARTE, 2013, p. 146)

De outro modo, se considerarmos os aspectos ideológicos do Romantismo, encontramos muito em comum. Isaiah Berlin (2015, p. 32-33) considera que o Romantismo foi uma ruptura na consciência europeia entre 1760 e 1830, e elenca os valores atrelados a essa mudança: “integridade, sinceridade, disponibilidade para sacrificar a vida por alguma chama interior, dedicação a algum ideal, pelo qual valia a pena sacrificar tudo que a pessoa é, pelo qual valia a pena viver e também morrer”. Tudo a ver com Luiz Gama. O espírito romântico e as ideias iluministas que constituíram as bases do ideário liberal e republicano – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”<sup>7</sup> – foram radicalizados pelos descendentes de africanos nas Américas, tendo como expressão máxima a Revolução do Haiti. Tais ideias encontram eco na alma africana para quem o senso de comunidade – *Egbé*<sup>8</sup> – e a noção de que a existência individual se valida no coletivo – *Ubuntu*<sup>9</sup> – remontam à ancestralidade.

Gama estreia na literatura com o pseudônimo Getulino. A escolha certamente foi intencional. A criação do pseudônimo – um gesto de autodeterminação, afirmação e orgulho de sua origem africana – nos dá pistas sobre como o autor se vê e quer ser visto, como elucida Ferreira:

“Getulino” deriva de “Getúlia”, território da África do Norte, correspondente a parte da atual Argélia no passado chamada de Numídia, e da Mauritânia. Esta região fora ocupada por um povo nômade, os “getulos”, durante a Antiguidade e a ocupação romana da África. Vê-se, pois, que Luiz Gama de cara posiciona-se como um “autor” de origem africana, sabendo que adentrava o círculo restrito dos letrados, privilégio exclusivo de brancos. (FERREIRA, 2011, p. 39)

7 Embora negros e negras não estivessem incluídos nesse ideário, por não serem considerados humanos pelos europeus à época.

8 Literalmente “comunidade”, no iorubá falado nas casas nagô-ketu. Além de ser um idioma, Yorubá também é uma das etnias mais numerosas da Nigéria, de onde vieram muitos indivíduos, especialmente para a Bahia, nos séculos XVIII e XIX.

9 “O termo *ubuntu* é derivado das palavras *ubu* e *ntu*, comum em vários idiomas de matriz *bantu*. Significa pessoa no sentido de tornar-se pessoa, um aspecto ontológico do vir-a-ser ou tornar-se que, por si só, já encerra toda uma concepção do que é ser pessoa nessas culturas. Trata-se de um pensamento, uma filosofia amparada em uma perspectiva própria, em um modo de pensar a condição humana, em que se retoma as perguntas básicas inerentes ao ato filosófico: quem sou eu? De onde vim? E para onde vou? [...] A própria ideia de que *ubu* e *ntu* refere-se a palavra pessoa = *untu*, o singular de *bantu*, além de essência, remete a ideia de que, no mínimo, está se falando de alguma nuance dessa pessoa, talvez duas representações que se complementam, e assim, ampliam a ideia de uma complexidade integrada em que o ser humano se encontra.” (PAULA JUNIOR, 2019).

Não apenas na escolha do pseudônimo, mas também na enunciação intratextual de sua subjetividade, Gama não deixa dúvidas em relação à demarcação e à consciência sobre seu pertencimento étnico-racial. Em *Quem sou eu?*, seu poema mais conhecido (e lembrado pelo “apelido” de *Bodarrada*), o poeta joga com o termo “bode”, à época, uma expressão pejorativa pela qual se designavam os mestiços de pele escura, como o próprio Luiz Gama. O poema tem 139 versos e não apresenta divisão por estrofes. Do primeiro ao 18º verso, o poeta se apresenta e fornece uma imagem de si:

Amo o pobre, deixo o rico,  
Vivo como o Tico-tico;  
Não me envolvo em torvelinho,  
Vivo só no meu cantinho:  
Da grandeza sempre longe  
Como vive o pobre monge.  
Tenho mui poucos amigos,  
Porém bons, que são antigos,  
Fujo sempre à hipocrisia,  
À sandice, à fidalguia;  
Das manadas de Barões?  
Anjo Bento, antes trovões.  
Faço versos, não sou vate,  
Digo muito disparate,  
Mas só rendo obediência  
À virtude, à inteligência:  
Eis aqui o Getulino,  
Que no plectro anda mofino.

Vemos aqui, novamente, o uso do pseudônimo Getulino, com o qual afirma sua origem africana, mas não apenas isso. Gama desenha o *ethos* desse Getulino: ele é alguém que não se importa com riqueza ou bens materiais, prefere a simplicidade dos monges e a liberdade dos pássaros. Recusa o convívio social ostensivo e as relações por interesse, preservando as antigas e sinceras amizades. Posiciona sua atividade no campo literário, exime-se das obrigações impostas pelas convenções sociais e, enfim, declara sua fidelidade e devoção aos valores em que acredita: “à virtude, à inteligência”. O excerto é um exemplo do que Dominique Maingueneau classifica como “*ethos* dito”, que nos informa sobre a figura do fiador – naquele momento, o jovem Luiz Gama, ainda iniciando sua inserção na esfera pública, mas já sabedor do ponto de onde emana sua voz – e também

a do anti-fiador – os brancos, os ricos, os escravocratas, os detentores do poder. *Ethos* dito, fiador e anti-fiador serão repetidas vezes enunciados e percebidos anos depois, durante a produção jornalística de Luiz Gama.

Podemos definir a noção de *ethos* discursivo desenvolvida por Maingueneau como sendo a voz, a “vocalidade específica” que emana do texto escrito e que “permite articular corpo e discurso”. “A instância subjetiva que se manifesta através do discurso não se deixa perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 271). A partir da identificação da origem africana exaltada no pseudônimo e de outras marcas discursivas do Getulino, percebemos que o ponto de onde emana a vocalidade específica desse discurso é a *subjetividade negra*, a que Cuti chama de “constituição de um sujeito étnico negro”. E observando que “o ponto de emanação do discurso reivindica para si a identidade com os discriminados e não com os discriminadores” (CUTI, 2010, p. 63), conclui:

O divisor de águas na dicção negra se dá em um momento ainda anterior à poesia abolicionista, que fez eclodir a obra de Castro Alves. São os versos de Luiz Gama que configuram um “eu” lírico negro. O autor traça um lugar diferenciado de emanação do discurso, demarca um ponto de subjetividade não apenas individual, mas coletivo. (CUTI, 2010, p. 66-67)

É essa coletividade a que se refere o princípio filosófico *ubuntu*. Mais adiante, dos versos 82 ao 95, Gama recorre à sátira para tecer sua crítica aos equívocos de autopercepção gerados pelo processo da mestiçagem:

Se negro sou, ou sou bode  
Pouco importa. O que isto pode?  
Bodes há de toda casta  
Pois que a espécie é muito vasta...  
Há cinzentos, há rajados,  
Baíos, pampas e malhados,  
Bode negros, *bodes brancos*,  
E, sejamos todos francos,  
Uns plebeus, e outros pobres,  
Bodes sábios, importantes,  
E também alguns tratantes...  
Aqui, n’esta boa terra,  
Marram todos, tudo berra

Primeiramente, Gama inicia o excerto com a autoafirmação de sua negritude para, em seguida, "dar de ombros" e questionar os limites impostos pela classificação e hierarquização das raças.<sup>10</sup> O poeta usa a diversidade da pelagem caprina como metáfora para a pluralidade de fenótipos produzidos pela mestiçagem no Brasil, e emprega a ironia para inferir que até mesmo os que se consideram brancos podem não ser tão caucasianos quanto gostariam. Aponta para as diferentes condições e posições sociais que ocupam esses bodes para depois os igualar e apontar a mestiçagem como uma marca social brasileira que derruba a ideia de raça pura e, portanto, toda a hierarquização inventada valendo-se dessa falácia.

A crítica de Luiz Gama antecipa um dos debates mais importantes dos séculos XX e XXI: a questão das identidades. Tema de estudos em diversas áreas do conhecimento, *identidade* passou a ser um conceito central não apenas no universo acadêmico, mas também para a elaboração de políticas públicas e ações afirmativas, entre outras urgências sociais. À época, como já mencionado, havia o debate em torno da identidade nacional no pós-independência com a tentativa de impor uma versão idealizada dos povos indígenas que ficou conhecida como "mito do bom selvagem", estereótipo encontrado na poesia indianista de Gonçalves Dias e de José de Alencar, entre outros. Além de se antecipar ao debate, Gama se opõe à representação literária da figura do escravizado feita por seus contemporâneos, destituída de voz e de humanidade. Silvio Oliveira destaca que a identidade negra é "desmascarada de modo voluntário" na obra de Gama, proporcionando uma mudança de perspectiva, um novo ponto de vista. "A inovação e o valor preponderante dos poemas de Gama residem na convicção de sua identidade. *Quem sou eu?* Deve ser lido como parte integrante do corpo poético construído por Gama (no livro e fora dele)" (OLIVEIRA, 2004, p. 189).

Examinemos mais um exemplo da constituição de um "sujeito étnico negro" ou "ethos negro": o poema *Lá vai verso!*. Passemos à leitura de um excerto com três das sete estrofes do poema:

[...]  
 Ó Musa de Guiné, cor de azeviche,  
 Estátua de granito denegrado,  
 Ante quem o Leão se põe rendido,  
 Despido do furor de atroz braveza;  
 Empréstimo-me o cabaço d'urucungo,  
 Ensina-me a brandir tua marimba,

10 Atualmente, o conceito de raça se refere à percepção social sobre determinados fenótipos e suas consequentes implicações. Diverge da ideia corrente de raça no século XIX, baseada em diferenças biológicas, hierarquizadas por ideologias racistas, tendo como grandes disseminadores o francês Arthur de Gobineau e o suíço Louis Agassiz.

Inspira-me a ciência da *candimba*,  
 Às vias me conduz d'alta grandeza.  
 [...]  
 Quero que o mundo me encarando veja,  
 Um retumbante *Orfeu de carapinha*,  
 Que a Lira desprezando, por mesquinha,  
 Ao som decanta de *Marimba* augusta;  
 E, qual outro Arion entre os Delfins,  
 Os ávidos piratas embaiano –  
 As ferrenhas palhetas vai brandindo,  
 Com estilo que preza a *Líbia adusta*.  
 [...]  
 Nem eu próprio à festança escaparei;  
 Com foros de *Africano fidalgo*,  
 Montado num *Barão* com ar de zote –  
 Ao rufo do *tambor*, e dos *zabumbas*,  
 Ao som de mil aplausos retumbantes,  
 Entre os netos da *Ginga*, meus parentes,  
 Pulando de prazer e de contentes –  
 Nas danças entrarei d'altas *caiumbas*.

Iniciemos pelas marcas discursivas. Os grifos em itálico são do próprio autor. As palavras e expressões em negrito foram grifadas por mim. Considerando o excerto uma formação discursiva que exemplifica o que chamo aqui de "sujeito étnico negro" ou "ethos negro", os destaques em negrito configuram sequências discursivas que materializam essa ideia. Gama evoca uma musa diferente da mulher idealizada pelos autores que compõem o cânone do Romantismo brasileiro: não é a donzela pálida e lânguida de Álvares de Azevedo, tampouco "a virgem dos lábios de mel" de José de Alencar. Ao referenciar a "Musa da Guiné, cor de azeviche", Gama inaugura um lugar para a mulher negra na literatura brasileira. Não é o lugar da escrava ou de mercadoria, mas um lugar de humanidade onde ele mesmo, como homem negro livre, já se colocou. Ela é o espelho no qual ele se reconhece. Gama afirma uma identidade negra que não é apenas dele, mas coletiva (novamente, *ubuntu*).

Luiz Gama destaca em itálico duas expressões com as quais explicitamente oferece as imagens às quais quer se associar: "Orfeu de carapinha" e "africano fidalgo". Os epítetos são mostras da autodeterminação do eu-lírico que reforçam o *ethos* dito. Há, ainda, um léxico específico que demonstra o pertencimento étnico-racial. Gama,

erudito e habilidoso no manejo da norma culta e das referências do imaginário cultural eurocêntrico, demonstra, com o uso dessa sequência discursiva, que domina não apenas o português de Portugal, mas também o *pretuguês*<sup>11</sup> brasileiro. O uso e a compreensão de palavras e expressões como "cabaço d'urucungo", "marimba", "candimba", "zabumbas" e "caiumbas" demonstram que Gama era fluente tanto na língua do colonizador, como nas de "seus parentes" africanos, impregnando sua poesia da sonoridade própria das palavras que herdamos das línguas bantu. Aliás, o verso "Entre os netos da Ginga, meus parentes" traz uma referência importante: "Ginga", a que Gama se refere, é a rainha Nzinga,<sup>12</sup> que liderou a resistência contra a invasão portuguesa em Angola no século XVII. Assim, ele circunscreve sua ancestralidade africana, informando o que Asante chama de *localização psicológica*. No paradigma afrocêntrico, o conceito "refere-se ao lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história" (ASANTE, 2009, p. 96) ou como essa pessoa se relaciona com a informação africana – posicionando-se como alguém "de dentro" ou "de fora" dessa cultura. Não restam dúvidas de que Gama posiciona-se como um *africano*<sup>13</sup> nascido no Brasil. Estes são a perspectiva e o posicionamento que Gama vai manter em toda a sua atividade como jornalista.

### A voz negra na imprensa

A época da produção jornalística de Luiz Gama coincide com o início da atividade de imprensa no Brasil. A publicação de qualquer material impresso na então colônia só passou a ser permitida a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa e a instalação da Imprensa Régia. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal brasileiro, começou a circular naquele mesmo ano. Quinze anos depois, em 1823, o jornal *O Paulista* inaugura a imprensa de São Paulo. O periódico era um manuscrito, de exemplar único, que circulava entre cinco assinantes, publicado duas vezes por semana. O primeiro impresso veio só em 1827, chamado *O Farol Paulistano*. Embora os jornais na maioria das demais províncias contassem com uma distribuição crescente, graças à tipografia, as dificuldades técnicas

11 [...] aquilo que chamo de 'pretuguês' e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos 'crioulos' do Caribe)." (OLIVEIRA, 2017).

12 "Os africanos capturados pelos portugueses ou comprados na região onde Jinga vivia e governava foram enviados como escravos para o Brasil e a América espanhola e foram os primeiros africanos a chegar às colônias norte-americanas. Esses escravos trouxeram a história e a memória de jinga com eles." (HEYWOOD, 2019).

13 Asante define *africano* como "uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. [...] falamos dos africanos como indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos" (ASANTE, 2009, p. 102).

retardaram o desenvolvimento da imprensa em São Paulo. Em comum a todas as regiões do Império, havia a efemeridade das publicações, algumas chegando a ter apenas uma única edição, além do caráter político e panfletário dos conteúdos veiculados, alguns alinhados à manutenção da monarquia, outros, aos ideais republicanos, além daqueles que defendiam a abolição da escravatura.

É nesse contexto que, em 1864, Luiz Gama cria, com o ilustrador e caricaturista italiano Ângelo Agostini, o semanário "informativo, crítico e humorístico" *Diabo Coxo*. Bem recebido pelo público leitor da capital paulista, o periódico contava ainda com as colaborações dos irmãos Américo e Bernardino de Campos e de Sizenando Nabuco de Araújo, então bacharéis em Direito. A publicação sai de circulação no ano seguinte e, a partir daí, Gama continua sendo um obstinado colaborador dos meios de comunicação, escrevendo para o *Cabrião*, *A Província de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *Radical Paulistano*, *Gazeta do Povo*, entre outros, e tendo seus textos replicados em diversos veículos de outros estados.

Ao eleger a imprensa como tribuna, Luiz Gama nos presenteia com um conjunto de artigos publicados em São Paulo e reproduzidos também por jornais da Corte. Fácil de entender, dado o valor estético e ético invariavelmente neles expressos, para além da influência do autor no meio intelectual e político. Ler seus artigos é entrar em contato com os debates da época, entender detalhes, funcionamento e peculiaridades da escravidão que se perderam do registro oficial, receber lições do juriconsulto sobre as leis acerca da escravidão e manumissão, conhecer os valores e o ideário republicano e abolicionista e, sobretudo, conhecer Luiz Gama.

Lembrando que Luiz Gama é um ex-escravo que se alfabetiza tardiamente e se liberta, sua inserção social é fruto de uma *invenção de si*, a qual conta, entre outras estratégias, com uma *apresentação* à sociedade de quem é Luiz Gama, feita por ele próprio, ao produzir representações sobre si mesmo em diversos escritos publicados na imprensa, como o que se segue:

Eu não sei transigir com a infâmia. Entre mim e o governo da província seria impossível o acordo proposto. [...] o homem honesto sofre, mas não se corrompe, nem se vende. [...] Eu advogo de graça, por dedicação sincera, as causas dos desgraçados; não pretendo lucros nem temo violências.<sup>14</sup>

Vemos aqui a continuidade da exposição do *ethos* do Getulino, explicitado nos versos iniciais de "Quem sou eu?" e analisados anteriormente, agora no jornalismo. O

14 "Um novo Alexandre". Publicado no *Correio Paulistano*, em 20 nov. 1869. (FERREIRA, 2011).

trecho remete ao fiador do discurso, buscando atestar seu caráter evocando o corpo fora do texto. A figura do antifrador também está presente nos artigos de Gama. Em "Escândalos",<sup>15</sup> publicado no jornal *Radical Paulistano* em 30 de setembro de 1869, o jornalista denuncia as "indignas autoridades" (o corpo do antifrador) que eram coniventes com a escravização ilegal de africanos trazidos para o país após a lei de 1831:

Em vista do movimento abolicionista que está se desenvolvendo no império, a despeito do crocodilismo do imperador, e dos inauditos des-plantas de seu imoral governo, começam a acautelar-se os corrompidos mercadores de carne humana.

Destaco em negrito as expressões com as quais Luiz Gama caracteriza o antifrador do discurso (os inimigos da luta abolicionista) e que, de certa forma, também reforçam o *ethos* do fiador, na medida em que se encontram em relação de oposição. Assim, o autor define quem ele é, e também quem ele não é. Gama nos mostra nitidamente quem são seus alvos, contra o que pretende lutar e o uso que fará da imprensa como instrumento nesse embate de ideias.

Analisemos um último exemplo, publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em 1880. No artigo,<sup>16</sup> publicado na coluna "Emancipação", Gama faz uso do direito de resposta, como porta-voz do movimento abolicionista, e vai a público defender o amigo e correligionário José do Patrocínio:<sup>17</sup>

Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, ao través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo da sagrada liberdade.

15 Ibidem.

16 Ibidem.

17 "José Carlos do Patrocínio (Campos dos Goytacazes, 9 de outubro de 1853 – Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1905) foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes dos movimentos Abolicionista e Republicano no país. [...] Em maio de 1883, articulou a Confederação Abolicionista, congregando todos os clubes abolicionistas do país, cujo manifesto redigiu e assinou, juntamente com André Rebouças e Aristides Lobo. Nesta fase, Patrocínio não se limitou a escrever: também preparou e auxiliou a fuga de escravos e coordenou campanhas de angariação de fundos para adquirir alforrias, com a promoção de espetáculos ao vivo, comícios em teatros, manifestações em praça pública, etc." (RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL, 2016).

Esse "*ethos negro*" originalmente demarcado por Gama é permeado por sua postura política: ética e estética não se separam. Ou nas palavras de Maingueneau: "O *ethos* constitui, assim, um articulador de polivalência. Recusa toda separação entre o texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz". (MAINGUENEAU, 2014, p. 278). À época, ao negro, fosse nascido no Brasil ou no continente africano, escravizado ou liberto, cabia o silêncio. Mas Gama, valendo-se de seu letramento, autodidatismo e atuação política e social, torna-se um sujeito que fala, uma voz ouvida em seu tempo.

### Considerações finais

O discurso de Gama, profundamente marcado pela vivência do racismo, pelas ideias republicanas e pela certeza abolicionista, coloca-o como uma voz dissonante, que enuncia proposituras inovadoras e subversivas em seu contexto: um país monarquista e escravocrata. Estudar a produção do jornalista Luiz Gama, a partir da constituição de um "sujeito étnico negro" ou "*ethos negro*", analisando os processos de representação que resultam em uma imagem bastante diversa do imaginário corrente na sociedade, é investigar a emancipação do sujeito negro através da linguagem, por meio do uso da literatura e da imprensa, como estratégias complementares à ação abolicionista, no projeto de restituição de humanidade à população negra.

A tribuna da imprensa também é o *locus* onde Gama vai apresentar seu projeto de nação: "uma terra sem rei e sem escravos", um país republicano e de homens e mulheres livres. Totalmente consciente sobre seu estar no mundo, Gama nos deixa contribuições extraordinárias: a autodeterminação, a demarcação da subjetividade negra, o compromisso com a coletividade e a proposição de um mundo em que a liberdade seja mais que um valor e se torne uma realidade. A abolição da escravatura e a proclamação da República chegaram, no fim do século XIX, e promoveram mudanças no *status* jurídico e político. Contudo, a luta pela verdadeira e total emancipação da humanidade continua.

### Referências

- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade*: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BERLIN, Isaiah. Em busca de uma definição. In: BERLIN, Isaiah. **As raízes do romantismo**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BERTIN, Enidelce. **Os meia-cara**. Africanos livres em São Paulo no século XIX. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COSTA, Carlos Roberto da. **A revista no Brasil, o século XIX**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DUARTE, Eduardo Assis. O negro na literatura brasileira. **Revista Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013.

FERREIRA, Lígia Fonseca (Org.). **Com a palavra, Luiz Gama** – Poemas, Artigos, Cartas, Máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama. Artigo Mestre. **Revista Crioula**, n. 12, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57813/60862>>.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas & outros poemas**. Edição preparada por Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola: a rainha guerreira da África**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.

MATOS, Odilon Nogueira de. A cidade de São Paulo no século XIX. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, 1955, p. 89-125. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP.

OLIVEIRA, Luma. Lélia Gonzalez e o português afro-brasileiro como ato político e de resistência. Edital Equidade Racial. 6 fev. 2017. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/15594/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

OLIVEIRA, Silvio Roberto dos Santos. **Gamacopeia: ficções sobre o poeta Luiz Gama**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

PAULA JUNIOR, Antonio Fiolegio de. **Filosofia afro-brasileira: Epistemologia, Cultura e Educação na Caiumba Paulista**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep. Piracicaba, 2019.

RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL. Hoje na História: há 110 anos morria o abolicionista José do Patrocínio. 29 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-ha-110-anos-morria-o-abolicionista-jose-do-patrocinio/>>. Acesso em: 1º ago. 2020.

## Um olhar sobre os discursos: A censura e a peça *Sortilégio: Mistério Negro* de Abdias do Nascimento<sup>1</sup>

Eliane de Souza Almeida<sup>2,3</sup>

### Resumo

Este ensaio tem por objetivo pensar os discursos circulantes que regem os censores em tempos de censura prévia ao teatro e o discurso militante do Teatro Experimental do Negro na peça *Sortilégio: Mistério Negro*, de Abdias do Nascimento. A pesquisa nasceu de projeto do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) no Arquivo Miroel Silveira. O estudo parte de análises no processo original da peça, vetada duas vezes e liberada na terceira tentativa para única apresentação em São Paulo.

### Palavras-chave

Racismo. Censura. Teatro. Teatro Experimental do Negro. Abdias do Nascimento.

### Introdução

Bosque no alto do morro. Na metade esquerda do palco, uma elevação de cerca de metro e meio de altura, ligada por um caminho ao primeiro plano embaixo. Na elevação do segundo plano existe uma espécie de capela rústica: o pegi de Exu. No centro do palco, uma grande árvore copada: a gameleira sagrada. Ao pé da árvore, enorme atabaque e uma espada de Exu, de forma estranha, quase uma zagaia africana. Na extre-

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Jornalista, Mestre em Processos Comunicacionais pela Universidade Metodista de São Paulo, doutoranda do PPGCOM/ECA/USP na área de Interfaces Sociais da Comunicação. Pesquisadora associada do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) da ECA/USP, orientanda da Profª Dra. Maria Cristina Castilho Costa. E-mail: ms.elianealmeida@gmail.com.

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.*

midade direita do palco, ainda no proscênio, tem início a ribanceira que contorna toda a metade direita, perdendo-se nos fundos, entre árvores. A borda da ribanceira tem uma altura irregular, variando desde o chão, onde começa, até atingir a altura do segundo plano. Imprescindível acentuar a irrealidade fantasmagórica do ambiente. Ao abrir-se o pano, a cena está mergulhada numa semiescuridão como se velada por finíssima tela de filó. Pela folhagem coa-se uma circunferência de luar poroso que ilumina as três filhas de santo, de cócoras, em volta do tronco da gameleira. Vestem-se de branco, panos na cabeça, colares, etc. Gestos misteriosos. Estão terminando o “despacho”:<sup>4</sup>

*Sortilégio: Mistério Negro*, de Abdias do Nascimento (1951)

Abdias do Nascimento, ativista, jornalista, escritor e político, em 1944, funda o Teatro Experimental do Negro (TEN) com o objetivo de criar mecanismos de luta contra o racismo em todos os níveis. Dentro da proposta do TEN, existiam diversas iniciativas que incluíam o negro nas instâncias a ele negada, como por exemplo o mundo das letras. A ocupação dos palcos com discurso que colocava luz sobre as questões raciais era sua grande meta.

De acordo com Petrônio Domingues (2011), o TEN procurou inovar a cena teatral sob diversos aspectos. Buscou, além de abrir mercado para o ator negro brasileiro, a possibilidade de produção de uma dramaturgia focada na cultura e nos problemas dessa população.

O projeto era arrojado. Afirmar o negro como ator, diretor e por vezes autor. O grupo não só conseguiu colocar no palco da discussão a postura dos artistas, autores, diretores e empresários teatrais brancos como ainda procurou sensibilizar alguns críticos e formadores de opinião pública de um modo geral. [...] Colocando a arte a serviço do movimento de valorização política, social, cultural e moral da população negra, o TEN insurgiu-se contra o silêncio que pairava no país em torno das questões e reivindicações desse segmento populacional e, em alguns momentos, o grupo pautou na imprensa e na agenda nacional o debate sobre o racismo à brasileira. (DOMINGUES, p. 55)

<sup>4</sup> Descrição do cenário da peça *Sortilégio: Mistério Negro*, de Abdias do Nascimento. Texto retirado do processo enviado ao Departamento de Investigações, Divisão de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, em 15 de maio de 1951.

Ricardo Gaspar Müller (1998), em dissertação de mestrado intitulada *Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro*, de 1983, se dedica a descrever o perfil de atuação do TEN e suas ações que visavam transformar e sensibilizar a sociedade brasileira para a situação do negro brasileiro. De acordo com Müller, a proposta do TEN ia além da criação de um “teatro negro” – na verdade, utilizaria a força do teatro como meio principal para sensibilizar o público, branco e negro, para os problemas sociais, políticos e existenciais que atuam diretamente sobre o negro brasileiro.

Três pontos são indicados pelo autor como focos centrais das preocupações de Abdias ao escolher os temas das discussões inseridos nas peças da trupe: a ideia de revolta, a questão da integração e o caráter pedagógico. Diz Müller (1988):

O sentido educador parece ressaltar aí como o eixo intencional mais importante dessa iniciativa: transformar as mentalidades do povo negro, despertando-lhe a consciência de seu valor próprio, de sua cultura particular, inculcar-lhe uma dignidade perdida, reabilitá-lo antes de mais nada ante si mesmo. Para os brancos, enfatizar sua responsabilidade na produção e reprodução desse problema, convoca-los a partilhar do esforço na mudança de padrões de relacionamento interétnico, mas sobretudo desfazer a ideologia racista cristalizada entre eles, mesmo entre os “bem-intencionados”. (p. 13)

Sobre a ideia de revolta, Müller explica que Abdias se inspirava no pensamento de Sartre e Albert Camus e também nos representantes do movimento da negritude africana.

Com o pensamento em uma dramaturgia que fosse capaz de falar da situação racial brasileira, a qual na visão de Abdias nada tinha de democrática, que, em 1951, ele escreve a peça *Sortilégio: Mistério Negro*. É preciso que se explique que a peça em questão foi representada pela primeira vez no Teatro Municipal do Rio de Janeiro somente em 1957, após longo trâmite com o Departamento de Investigações Divisão de Diversões Públicas do Rio de Janeiro e com o aval do então presidente da República, Getúlio Vargas, que até esteve presente na apresentação.

Em São Paulo, a peça não encontrou facilidades para sua representação, já que a capital paulista era tão ou mais conservadora que a capital federal do Brasil. Foram intensos seis anos de idas e vindas, de acertos e reapresentações para que também, somente em 1957, a peça fosse, enfim, representada, uma única vez, no Teatro Municipal de São Paulo.

### Os palcos como espaço de disputa: *Sortilégio*, enredo e censura

A peça *Sortilégio* foi encenada pela primeira vez no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no ano de 1957. *Sortilégio* traz à frente a religiosidade de matriz afro e suas nuances eremíticas em um ato.

A história acontece em um terreiro de candomblé e desbrava as questões emocionais e as dificuldades da personagem central, Dr. Emanuel, em se enquadrar nos moldes sociais, justamente por ser negro. Emanuel se relaciona com duas mulheres, sendo Ifigênia, uma negra, e Margarida, uma branca. Embasada em preceitos do movimento pan-africanista,<sup>5</sup> movimento ao qual Abdias do Nascimento era adepto, a dramaturgia discute as relações afrocentradas e as implicações que as assimetrias raciais acarretam nas relações humanas.

Emanuel é um advogado com dificuldade de se inserir na vida amorosa e profissional devido à opressão racial intrínseca na sociedade em que vive. Casado com Margarida, Emanuel sofre a opressão de ser negro, ao mesmo tempo que apresenta problemáticas substanciais à sua condição patriarcal, que lhe dá convicção de que Margarida casara-se com ele por já ter perdido a virgindade antes do casamento.

Essa relação apresenta muitas complexidades, uma vez que perpassa por opressões ainda muito arraigadas em nossa sociedade, embasada nos valores da família nuclear tradicional, da heterossexualidade, da lógica de vida patriarcal e da propriedade privada. Dentre as convicções que Emanuel projeta, a fidelidade de Margarida é questionada, e Emanuel a estrangula e foge para um terreiro de candomblé.

A peça não apresenta uma linearidade em sua estrutura dramática, havendo uma série de digressões e mudanças de planos. O desenvolvimento do enredo é dado a partir do terreiro de candomblé. Inicialmente, Emanuel está sob um peji,<sup>6</sup> logo após fugir da polícia pelo assassinato de Margarida. No peji, Emanuel encontra as mães de santo, que dialogam com ele, estimulando-o a indagar a respeito de sua constituição social embasada em valores atrelados ao cristianismo e à lógica de vida branca e ocidental. Emanuel passa a repudiar esse modelo de vida e a maneira que reproduz tais princípios dominantes.

Ifigênia, personagem que não é possível discernir se está viva ou morta, é uma negra que vem denunciar as contradições que implicam os relacionamentos envolvendo negros e brancos, ao enaltecer as relações afro-centradas, dialogando com Emanuel em

5 O pan-africanismo, segundo Leila Hernandez (2005, p. 138), é um “[...] movimento político-ideológico centrado na noção de raça, noção que se torna primordial para unir aqueles que a despeito de suas especificidades históricas são assemelhados por sua origem humana e negra”.

6 Santuário, altar das divindades.

todas as suas epifanias. O enredo apresenta a ruptura das relações entre brancas e negros e negras e brancos como um processo de libertação da reprodução de um sistema de hierarquia racial, sistema ao qual Emanuel pretende se libertar.

Ao problematizar uma temática ainda repelida pela sociedade fundamentada na dominação racial, *Sortilégio* é vetada pelo aparelho censório do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo.

### A lógica da censura

Se na atualidade a questão racial ainda é tratada como tabu, nos idos das décadas de 1940 e 1950, a questão era ainda mais delicada. Os discursos propagados pelos equipamentos de repressão do Estado davam conta de atemorizar aqueles que fossem capazes de pensar fora dos padrões determinados e que tivessem a ousadia de mostrar sua insatisfação contra a política praticada. Eram tempos duros, mas havia uma tentativa de parecer mais brando o controle.

O discurso da igualdade de direitos diante da lei, acrescido de inúmeros estudos que garantiam existir no Brasil uma democracia racial, que colocava o país como um paraíso mestiço e de convivência harmônica diante da diversidade, mascarava a real situação dos descendentes de escravos no país. E era contra essa democracia racial que o discurso do TEN debatia.

Explica Maria Luiza Tucci Carneiro (2002) que as autoridades policiais que formavam a estrutura de controle do que podia ou não ser apresentado procuravam hierarquizar as ideias submetendo-as, diariamente, a um processo seletivo com o objetivo de purificar a sociedade. Para tanto, utilizavam a força e a opinião pública.

Definiam até décadas atrás e segundo sua lógica, os limites entre o lícito e o ilícito. Este ato de saneamento ideológico processou-se através da censura preventiva e punitiva cujo principal objetivo era impedir a circulação de ideias rotuladas de “perigosas”. Como tais deveriam ser cerceadas por serem bandidas, ou seja, por agirem e tramarem contra a ordem imposta. [...] Deste ponto de vista, o indivíduo que propusesse mudanças sociais recusando as normas impostas, poderia se transformar num suspeito em potencial. Portanto, todo intelectual que procurasse “fazer a revolução” através da palavra escrita, impressa ou falada, corria o risco de tornar-se um bandido, sendo apontado como um homem “sem caráter e de maus sentimentos”. (CARNEIRO, 2002, p. 22)

Maria Luiza Tucci Carneiro explica ainda que existia a ideia de purificação da sociedade para justificar a ação da política e dos censores que tinham o aval do Estado para agir com desconfiança contra todos. Criaram o conceito de crime político que tirava a legitimidade de qualquer manifestação popular tornando os manifestantes criminosos. Não era interessante para o Estado que os cidadãos se organizassem em torno de alguma grande pauta, fosse ela ligada a projetos políticos, étnicos ou culturais diversificados. Era melhor o silêncio.

Os homens do poder e os revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. É através do discurso oral ou escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores, gerando novas atitudes. A partir do momento em que a cultura deixou de ser privilégio de uma elite, extrapolando o direito privado, aumentou o perigo das massas serem seduzidas pela palavra. (CARNEIRO, 2002, p. 32)

Eis, então, o medo da máquina do Estado. Sendo a população negra grande demais para o caso de alguma revolta que surgisse com respaldo em pensamentos nascidos de raciocínio lógico, era necessário que o levante fosse controlado antes de acontecer.

### Sortilégio em censura: um processo de muitos processos

*Sortilégio: Mistério Negro* foi apresentada três vezes à Divisão de Diversões Públicas de São Paulo. Na primeira apresentação foi vetada sem cortes nem indicações de alterações. Seu conteúdo foi considerado perigoso por incitar a revolta da população negra. Vejamos, a seguir, a fala dos três censores que analisaram a peça em sua primeira apresentação à censura.

#### Processo nº 3137, de 16 de maio de 1951

Como já foi dito anteriormente, a peça de Abdias do Nascimento narra o drama de um homem negro que, formado em Direito, casa-se com uma branca, mesmo sendo apaixonado por uma negra. Ele renega seus ancestrais, mas o sangue é mais forte e seus orixás vêm em busca de seu discípulo.

Também já foi dito que, naquele momento histórico, o racismo era negado e fortalecido com o argumento de que o Brasil era um país democrático e que todas as pessoas tinham direitos iguais. Como se verá a seguir, esse é um dos argumentos utilizados pelos censores para vetar a apresentação da peça. Argumenta, ainda, o

censor que Abdias do Nascimento pretende acabar com a paz e a ordem na sociedade brasileira.

Em 22 de maio de 1951, o relatório do censor Antônio Pedroso de Carvalho, assim aparece:

De acordo com o despacho de V.S., procedi à leitura da peça intitulada “Sortilégio” de autoria de Abdias do Nascimento. O autor pretende explorar na mesma os preconceitos de raça, tema que já está exaurido, usando uma linguagem que não poderá ser ouvida por nenhuma plateia. O meu parecer, salvo melhor juízo, é de que, a mesma não pode ser licenciada para representar-se.

No mesmo dia, o segundo censor, Márcio de Assis Brasil, também dá seu parecer, vetando completamente a apresentação da peça:

[...] O autor procura num esforço muito grande fazer um drama com base no velho e surrado argumento do preconceito entre as raças branca e preta, não conseguindo senão situações grotescas e impróprias de plateias cultas. O argumento e o texto são de tal natureza que ao meu ver, nem mesmo com a efetivação de cortes [...] e com a restrição que se puzesse de Imprópria para menores de 18 anos, essa peça podia ser aprovada. E, não somente o argumento por vários motivos escabroso em que são revelados e descritos com termos realísticos e candentes, abortos provocados e prevaricações de brancas com pretos e de pretas com brancos, há também a linguagem usada em tudo isso que nos indica o veto sugerido.

O que mais chama a atenção é a falta de argumentação sólida para a manutenção do veto à peça. O terceiro censor, Lyz Monteiro, é o único que dá parecer favorável. Com solidez na argumentação, é vencido por dois votos a um, mas deixa clara a falta de consistência discursiva para a manutenção do veto. Lyz Monteiro aponta sua posição contrária ao dos colegas e estabelece uma lista de argumentos que fortalecem sua postura de não vetar a peça *Sortilégio*. Ele diz em seu relatório que Abdias do Nascimento acerta em falar da realidade vivida pelo povo negro brasileiro. Diz Lyz Monteiro:

[...] Ninguém pode deixar de observar que no após-guerra, a opinião é unânime em verificar que os Estados Unidos tem se esforçado por melhorar a situação, outrora insuportável, do problema de cor. Antigamente,

embora diferindo em seus fundamentos, a situação era perfeitamente igual à do Brasil, quanto às exterioridades. O problema, para todos os efeitos não existia. Não existiam problemas e sim negros oprimidos e humilhados o que era coisa muito diferente. Confesso que não posso fazer parte da legião de pessoas que ainda agora afirmam com inocência que não existe tal problema em nossa vastidão territorial. Assim sendo, verdade é verdade e sou de parecer que não se pode constringer o Teatro Experimental do Negro em apresentar seus temas, para que não fiquem recalçados por não poderem dizer a verdade à luz do dia.

Em 1953, o TEN insiste com a Divisão de Diversões Públicas para representação de *Sortilégio* em São Paulo, e ainda sem sucesso. Foi somente em 28 de setembro de 1957, depois da terceira tentativa, que *Sortilégio* consegue, enfim, por causa do apoio que teve de pessoas de todas as áreas (acadêmica, política e artística), ter sua liberação para única apresentação no Teatro Municipal de São Paulo.

### Natureza dos cortes e vetos: um discurso dissonante

Cristina Costa (2006), em análise de conteúdo realizada nos processos de censura prévia ao teatro do Arquivo Miroel Silveira, conseguiu categorizar os motivos mais gerais para os vetos, cortes e indicação etária. Apresenta ela quatro grandes preocupações censórias: censura moral, censura política, censura religiosa e censura social.

Como a questão racial se liga diretamente à formação social e essa dinâmica causa conflito, tal menção causa dissonância, já que o discurso circulante está apoiado em uma igualdade perante a lei que não se sustenta na prática. Acreditamos que, no caso aqui referido, a censura é de natureza social.

Patrick Charaudeau (2010) se refere a discurso circulante como a soma empírica dos enunciados com um olhar de definição sobre o que são todas as coisas em seu contexto e como as definimos. Ele explica que esses enunciados formam nossa ideia sobre as coisas e a maneira como lidamos com elas.

Dentro do escopo aqui estudado, onde uma peça teatral é vetada pelo seu conteúdo impróprio, qual o discurso que se quer manter ou calar? De acordo com o autor, o discurso circulante tem funções bem definidas:

Função de instituição de poder/contrapoder. Ela é assegurada por discursos que produzem uma “palavra de transcendência”, isto é, uma palavra que se impõe como autoridade.[...] Trata-se aqui do poder

político, de tudo que o encarna institucionalmente e particularmente do que aparece sob a figura do Estado. [...] Função de regulação do cotidiano social. Essa é assegurada por discursos banais que, ao mesmo tempo, determinam o que são e o que devem ser os comportamentos do corpo social. Ao ritualizar os atos de linguagem do cotidiano [...] os grupos sociais constroem para si uma visibilidade através dos discursos que normatizam as relações sociais [...]. Função de dramatização. É assegurada por discursos que relatam os problemas da vida dos homens, a maneira pela qual esses, em confronto com as forças do visível e do invisível, levam sua vida.[...] Trata-se aqui das histórias, dos relatos ficcionais, mitos e outros discursos que registram o destino humano. (CHARAUDEAU, 2010, p. 119)

Analisando pelo viés da censura e do conteúdo o qual *Sortilégio* carrega, podemos perceber que o conflito está posto em cada uma dessas funções apresentadas sobre o discurso circulante. Ousamos aqui uma análise valendo-se desses conceitos, pensando na possibilidade de dois discursos a circular: o discurso do Estado e o discurso militante.

Podemos perceber na função poder o esforço dos censores na manutenção do discurso da igualdade perante a lei enquanto a obra de Abdias do Nascimento aponta para as mazelas das quais a sociedade quer manter distância.

Como função de regulação do cotidiano social, podemos perceber a ação dos censores para a manutenção do negro à margem da sociedade quando a peça mostra o tamanho esforço que um homem negro precisa fazer para chegar a um lugar melhor colocado na sociedade. E, muitas vezes, não alcança seu objetivo. É um chamado claro à sociedade para a tomada de consciência.

E, finalmente, a função de dramatização, a fala dos censores minimiza a luta travada na narrativa de Abdias. Essa luta cotidiana de tantos Emanueis e Ifigênias é natural da vida humana negra brasileira. Falar a respeito é incitar o ódio racial na visão dos censores.

### Considerações finais

Discursos circulantes que forcem e reforçam estereótipos. Ideias preconcebidas sobre universos desconhecidos. A peça de Abdias do Nascimento, *Sortilégio*, *Mistério Negro*, foi a primeira escrita pelo autor. De sua persistência nasceu um clássico. Não tanto pelo seu conteúdo, como temiam os censores, mas justamente pelo tamanho da negativa.

Os assuntos abordados pelo TEN incomodaram censores e opinião pública durante os mais de vinte anos de existência da entidade. Por falta de apoio financeiro e também pela

instituição do AI-5, o TEN acaba, mas seu legado permanece. Durante muitos anos escondidos em pastas do que veio a se tornar o Arquivo Miroel Silveira, os processos de *Sortilégio* vieram a público e a peça foi discutida e apresentada na capital paulista em novembro de 2015.

Calada pela censura, foi descortinada pela academia e apresentada com todas as suas nuances. O discurso que ainda hoje circula na sociedade brasileira é o mesmo que antes circulava. A diferença é que o movimento negro também possui um discurso circulante com muito mais força e que tem alcançado bons resultados como formulação de políticas públicas.

Ainda estamos longe do que seria o ideal, mas estamos caminhando. O discurso hegemônico permeia nossas vidas. Sabemos que nosso sortilégio não é de fato dos mais fáceis. Encontramos outros caminhos e não paramos a caminhada. Censores vieram e outros virão. A luta continua sempre!

### Referências

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas.** O Deops e as minorias silenciadas. 2ª ed. amp. São Paulo: Ateliê Editorial/Proin – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP/Fapesp, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** Tradução de Angela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Cristina. **Censura em cena.** Teatro e censura no Brasil. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. A cor da ribalta. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 52-55, jan. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252011000100019>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HERNANDEZ, Leila Leite. O Pan-Africanismo. In: HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **Sortilégio:** Mistério negro. Peça e Processo DDP 3137 de 16 de maio de 1951.

\_\_\_\_\_. **Sortilégio:** Mistério negro. Peça e Processo DDP 3976 de 5 de maio de 1953.

\_\_\_\_\_. **Sortilégio:** Mistério negro. Peça e Processo DDP 4505 de 13 de setembro de 1957.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar (Org.). **Dionysos** (Número especial sobre o Teatro Experimental do Negro). Brasília: Minc/Fundacem, n. 28, p. 11-52, 1988.

# Narrativas televisivas e imagéticas

# A telenovela brasileira de 1963 a 2018: processos e perspectivas<sup>1</sup>

*Lucas Martins Néia<sup>2</sup>*

---

## **Resumo**

Este trabalho convoca estudos referentes ao processo histórico da telenovela brasileira para debater a problemática da identidade nacional na ficção televisiva contemporânea. Na investigação não somente das obras, mas das realidades e das noções de “brasilidade” que elas representam, conclui-se que o estabelecimento de uma história cultural da telenovela implica também a discussão de silêncios, de Brasis negados pelo próprio Brasil.

## **Palavras-chave**

Telenovela brasileira. Identidade nacional. História cultural. Representações. Silêncios.

---

## **Introdução**

O presente trabalho é o recorte de uma pesquisa que se propõe a traçar uma história cultural da telenovela brasileira. Objetiva-se identificar as dinâmicas sócio-históricas implicadas nos principais marcos da ficção televisiva nacional, compreendendo-os como fenômenos ativos na construção da identidade do país. Para tanto, partimos de perspectivas teórico-epistemológicas que conectam os campos da Comunicação, da História e dos Estudos Culturais, de forma a delinear uma análise multidimensional, capaz de abarcar desde aspectos estéticos a questões sociais e políticas que envolvem as narrativas de TV.

Formato televisivo preponderante na América Latina (MARTÍN-BARBERO, 2003), a telenovela adquiriu uma natureza própria no Brasil ao se apropriar, sob as regras do

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, evento do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Roteirista, dramaturgo e diretor teatral. Doutorando Direto em Ciências da Comunicação pela ECA-USP – área de concentração: Ciências da Comunicação; linha de pesquisa: Comunicação, redes e linguagens: objetos teóricos e empíricos; orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Bolsista Capes. Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador do Centro de Estudos de Telenovela (CETVN/ECA-USP) e do Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva (Obitel). E-mail: lucas\_martins\_neia@hotmail.com.

melodrama, de temas em pauta na esfera pública do país – convertendo-se na experiência comunicativa, cultural, estética e social que, segundo Lopes (2009), melhor caracteriza uma narrativa da nação.<sup>3</sup> Observar de que modo noções de “brasilidade” se constituíram e se reconfiguraram na diacronia desses produtos nos permite, portanto, não só prospectar imbricações entre televisão, cultura e sociedade, mas efetuar uma leitura “melodramática” – ou “telefolhetinesca” – da história do Brasil dos últimos 70 anos. A riqueza simbólica dessas narrativas em nosso contexto, afinal, nos permite incluí-las como fonte e reflexão para a escrita da história cultural – aquela centrada nas produções de significações (CHARTIER, 1990).

Além disso, acreditamos que os achados epistemológicos dessa investigação podem auxiliar na apreensão do atual panorama audiovisual brasileiro – no qual a telenovela, mesmo diante de uma paisagem composta por múltiplas telas e reconfigurada pela efervescência de novas linguagens, novos gêneros e novas plataformas de produção, distribuição e consumo, ainda ocupa um lugar central. De acordo com Freire Filho (2007), a curiosidade científica acerca da história da televisão advém justamente das discussões referentes às perspectivas do veículo diante das possibilidades tecnológicas emergentes: ao traçarem os mais variados prognósticos sobre o futuro da TV, os pesquisadores também demonstram crescente interesse arqueológico com relação a ela – concernente a um renovado interesse internacional pela história da mídia como um todo.

Neste capítulo, privilegiamos primeiramente uma revisão bibliográfica de estudos que se dedicaram à historicização da telenovela brasileira. Com os *insights* obtidos na análise e interpretação de vetores diacrônicos que permeiam nosso objeto, voltamos então para o contexto televisivo dos últimos anos, no qual o campo de produção e circulação de sentidos que envolve as narrativas televisivas têm refletido as discussões contemporâneas em torno da problemática da identidade nacional – caracterizadas pela busca difusa de uma unidade cultural em meio à dificuldade na definição de territórios (SALIBA, 1997).

### Um estado da arte de pesquisas historiográficas acerca da telenovela brasileira

Após consulta às principais periodizações formuladas com vistas à compreensão do processo histórico da telenovela brasileira – propostas por Fernandes (1982), Campedelli (1985), Ortiz, Borelli e Ramos (1988), Hamburger (2005) e Lopes (2009) –, pudemos constatar

3 Lopes (2009) parte fundamentalmente da ideia de comunidade imaginada desenvolvida por Anderson (2008) – autor que, ao refletir acerca do contexto europeu de meados do século XVIII a finais do século XIX, associa o surgimento da imprensa escrita de massa e das línguas nacionais à consolidação do sentido de pertencimento a uma comunidade pátria.

que, apesar dos intervalos temporais que separam suas publicações, elas pouco divergem nas delimitações temporais e definições de marcos.

A fase que Hamburger (2005) toma como **fantasia** e Lopes (2009) por **sentimental** – delimitada pelos anos de 1951 e 1968 – é denominada de **folhetim exótico** por Campedelli (1985); Fernandes (1982), por sua vez, separa este recorte temporal em dois sem utilizar nomenclatura, apenas tomando *O Direito de Nascer* (Tupi, 1964) como marco divisório. Já o período **nacional-popular** (HAMBURGER, 2005) ou **realista** (LOPES, 2009) é chamado de **telenovela-alternativa** por Campedelli (1985) – em comum, essas etapas têm como marco inicial a telenovela *Beto Rockfeller* (Tupi, 1968), assim como o terceiro período apontado por Fernandes (1982). Há, ainda, a periodização proposta por Ortiz, Borelli e Ramos (1988), que aponta duas fases: a de **melodramas e inovações** (1963 a 1970) e a de **modernização** (1970/1980). Finalmente, as únicas periodizações que ultrapassam os anos 1980 – as de Hamburger (2005) e Lopes (2009) – apontam a telenovela *Pantanal* (Manchete, 1990) como início de uma nova etapa – de **invenção** ou **naturalista**, respectivamente.

Não deixa de ser simbólico que quatro dessas periodizações tomem o ano de 1968 – palco de rupturas políticas e estéticas no Brasil e no mundo – como um marco divisório. Exatos 39 dias antes da promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) por parte da ditadura militar brasileira – instaurada pelo golpe de Estado de 1964 –, a Tupi levava ao ar o primeiro capítulo de *Beto Rockfeller*. É importante compreender o que a concomitância desses dois fatores ocasionou: com a atividade teatral sob forte censura e a TV em meio a um movimento de reconfiguração no que concerne à telenovela, necessitando de mão de obra capaz de dar continuidade ao legado de *Beto Rockfeller*, observaríamos nos próximos anos um trânsito de autores e de seus respectivos projetos estéticos (e ideológicos) do teatro para a televisão.

*Beto Rockfeller*, porém, não pode ser tomada como um “acontecimento Vesúvio”<sup>4</sup> – isto é, uma ruptura que surgiu do nada. Esta interpretação ignora a noção de processo histórico, manietando toda a trajetória da telenovela brasileira até então. Em 1966, por exemplo, a Excelsior levava ao ar *Ninguém Crê em Mim*, trama de Lauro César Muniz que partia do mito de Electra para contar a história de uma jovem que se lançava na busca pelo assassino de seu pai; a produção já apresentava uma linguagem altamente coloquial (FERNANDES, 1982), e, contudo, geralmente é eclipsada por *Beto Rockfeller* em estudos que se dedicam à historiografia da ficção televisiva.

4 Termo utilizado por Elias Thomé Saliba durante as aulas da disciplina “Nacionalismo e produção cultural no Brasil: dilemas metodológicos e perspectivas de pesquisa”, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), ministrada no primeiro semestre de 2016.

Para além das condicionantes estéticas, no entanto, a história do vendedor de sapatos que “tirava onda de bacana” e fingia ser parente de um famoso milionário norte-americano (daí o “Rockfeller” do título) conseguiu captar o espírito de seu tempo, tornando-se, por conseguinte, atemporal – a efetivação, conforme Lopes (2009), da dialética da narrativa da nação. Desde então, estabeleceu-se a convenção de que cada telenovela deveria trazer uma “novidade”, um assunto que a diferenciava de suas antecessoras e que fosse capaz de provocar o interesse e o debate dos telespectadores e de outras mídias (LOPES, 2009). A ficção televisiva passa, assim, a coconstruir todo um repertório de referências compartilhadas pelos telespectadores – ou, nos termos de Kornis (2011), uma pedagogia do que significa “ser brasileiro”.

Em trecho de arquivo exibido no programa *Novela – 65 Anos de Emoções* (TV Cultura, 2016), o autor de *Beto Rockfeller*, Bráulio Pedrosa, salienta que, além de a trama apresentar o universo contemporâneo das grandes cidades e se alinhar a uma estética realista, “era a primeira vez que, numa telenovela [brasileira], aparecia um herói que não era impoluto, corajoso, maravilhoso” como os protagonistas dos folhetins tradicionais – principalmente de histórias melodramáticas subordinadas ao padrão europeu. Prossegue o roteirista: “ao contrário, o Beto era um mentiroso, um arrivista, um carreirista. Então a novidade foi o anti-herói”.

Ao cotejarmos os processos históricos da ficção televisiva no Brasil e nos EUA, observamos que a TV estadunidense alcançará sua “terceira era de ouro” (MARTIN, 2014) justamente quando suas séries, a partir de 1999, passam a investir na figura do anti-herói e a contar com estratégias narrativas provenientes do folhetim, principalmente no que diz respeito à tensão entre arcos dramáticos longos e a unidade episódica. Paralelamente a este movimento de “telenovelização das séries”, nossas telenovelas vêm investindo cada vez mais em aspectos que podem muito bem descrever um processo de “serialização” (LOPES et al., 2016). Mesmo a nomenclatura internacional supersérie,<sup>5</sup> adotada desde 2017 pela Globo para suas tramas das 23 horas, apresenta como características questões muito caras à formulação histórica de nosso paradigma teleficcional, como o distanciamento do folhetim tradicional – algo observado no panorama brasileiro na segunda metade da década de 1960 – e a mobilização das parcelas masculina e juvenil da audiência – públicos que tramas como a própria *Beto Rockfeller* e *Irmãos Coragem* (Globo, 1970) já atraíam para a frente da TV.

Discorrendo acerca do sucesso das séries estadunidenses dessa “era de ouro” na televisão brasileira dos primeiros anos do século XXI, Hamburger (2011, p. 82) ultrapassa

questões narrativas e aponta similaridades entre os modelos de produção de tais ficções e das telenovelas no Brasil: “a indústria norte-americana de televisão passou a atrair os melhores talentos, particularmente no campo da dramaturgia, retirando do cinema, ao menos temporariamente, a posição de ponta no audiovisual hollywoodiano”. Esse trânsito de profissionais de um meio a outro é similar ao movimento ocorrido com maior vigor entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 em nossa ficção televisiva: provenientes do teatro, nomes como Lauro César Muniz, Bráulio Pedrosa – autores, respectivamente de *Ninguém Crê em Mim* e *Beto Rockfeller* –, Jorge Andrade e Dias Gomes conceberam suas tramas para a TV como a extensão de sua obra teatral, apresentando no audiovisual as mesmas inquietações que os moviam no palco.

A problemática da identidade nacional gerou discussões que, ao intersecionarem arte e política, marcaram os diversos setores da cultura dos anos 1950 à década de 1970 (RIDENTI, 2014). No que se refere ao teatro, esses debates emergiram de um movimento de contraproposta ao padrão consolidado pelo Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), considerado por muitos “a inserção de um corpo estranho em nossa continuidade histórica” (LIMA, 1983, p. 110). Surgem, nesse contexto, o Teatro de Arena – cujo Seminário de Dramaturgia lançou nomes como Benedito Ruy Barbosa, Chico de Assis e Oduvaldo Vianna Filho, três profissionais que se dedicariam à ficção televisiva – e, posteriormente, o Centro Popular de Cultura (CPC) – este mais radical que o primeiro na práxis de suas proposições estético-ideológicas.

Com o golpe de 1964, finda-se “a primavera de um verão que nunca existiu”<sup>6</sup> – ou, na percepção de Ridenti (2014, p. 23), “a empolgação de esquerda com o Brasil que se gestava até abril” daquele ano. A partir daí, a atuação de artistas e intelectuais foi marcada por certa ambiguidade: se, por um lado, havia a censura ferrenha e a constante repressão a quem ousasse protestar – o que desaguou em prisões, exílios e mortes –, por outro, se observava o crescimento e a consolidação de uma indústria cultural que deu emprego a esses profissionais (RIDENTI, 2014).

Para ampliar sua influência cultural, a Globo contratou diversos profissionais oriundos dos movimentos estéticos pré-1964, quando vigorava certo realismo crítico. Nesse sentido, para Sacramento (2012, p. 256), “a busca por temáticas e enfoques novos para a produção televisiva, mais conectados à realidade brasileira, se configurou mais como uma forma de legitimar a ordem conservadora do que como uma maneira de encampar as propostas político-culturais de esquerda”. Alguns enxergavam tal movimento como

<sup>5</sup> Superséries são ficções televisivas “maiores que uma série e menores que uma telenovela”, caracterizadas por enredos mais concisos e pela mescla entre arcos dramáticos de capítulos e episódios. (LIMA; NÉIA, 2018)

<sup>6</sup> Frase cunhada pelo dramaturgo Aimar Labaki em aula do curso de extensão “Teledramaturgia”, do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (IA-Unicamp), ministrado em 2015. O escritor se referia ao impacto observado no panorama cultural brasileiro devido à instauração da ditadura militar.

uma espécie de “capitulação ideológica frente à burguesia” (RIDENTI, 2014, p. 287) da parte de artistas e intelectuais que engrossaram as fileiras da TV.

Nomes como Dias Gomes e Oduvaldo Vianna Filho, entretanto, prospectavam o veículo “não apenas como uma instância reprodutora da ideologia burguesa, mas também como uma possibilidade de estabelecer uma educação cívica, sentimental e política sobre amplos setores da população diante da consolidação do regime militar” (SACRAMENTO, 2012, p. 260): vislumbravam, afinal, a possibilidade de gerar um pensamento crítico a uma plateia de milhares de pessoas.

Ainda sobre a questão nacional-popular, um estudo de Miranda e Pereira (1983) – o volume da coletânea *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira* dedicado à televisão – contempla, no que diz respeito à produção ficcional, tão somente a empreitada das séries brasileiras lançadas pela Globo entre 1979 e 1980 – *Malu Mulher*, *Plantão de Polícia*, *Carga Pesada* e *O Bem-Amado*. Talvez isto se dê devido à proximidade da publicação com o ano de emergência do fenômeno das séries, mas também evidencia a existência de certo preconceito com relação à telenovela brasileira em meio aos estudos da cultura. Mesmo pesquisas que tomam essas narrativas como objeto ressaltam características ligadas à perspectiva nacional-popular visando apenas à exaltação da excelência – negligenciando, por vezes, a importância do melodrama e a herança da radionovela na formulação histórica de nossa teleficção.

Ademais, é necessário termos consciência de que uma periodização é delineada com a finalidade de facilitar didaticamente a compreensão de períodos históricos marcados por uma unidade que justifique tal classificação – tratando-se, por conseguinte, de uma **interpretação** por parte do historiador, que geralmente a rotula de forma a transmitir para seu leitor um conceito *a priori*. Por conta disso, sublinhamos a importância de se ultrapassar as categorizações propostas nos cinco estudos citados no início deste tópico, de modo a verificar se tais rótulos manifestam somente um caráter internalista, ligado às condicionantes estéticas das telenovelas, ou também abarcam aspectos vinculados ao panorama cultural no qual as tramas estão inseridas.

Já mencionamos o exemplo da telenovela *Ninguém Crê em Mim*, que destoa das particularidades atribuídas à fase **fantasia** (HAMBURGER, 2005) ou **sentimental** (LOPES, 2009) da ficção televisiva brasileira e, no entanto, nela está circunscrita. *Saramandaia* (Globo, 1976), de Dias Gomes, também nos suscita uma boa questão: uma ficção de caráter fantástico – que contém, em seu enredo, um homem que nasceu com asas e uma mulher que explode de tanto comer, dentre outros tipos – pertencente ao período que Lopes (2009) chama de **realista**. Isso nos leva a pensar acerca do que se configura “real” para o Brasil e para a América Latina. Como frisa Pinto (2013, p. 35) ao tratar da presença do realismo mágico na literatura latino-americana,

por caminhos diversos e erráticos, autores de várias partes do continente ensaiavam novos caminhos, buscavam interpretar (mais do que analisar) e compreender (mais do que explicar) as mudanças e o surtos de paralisia por que cada país ou região passava, as angústias sociais, os combates tantas vezes inglórios, tecidos à luz do sol e na obscuridade dos porões. [...] Entre a década de 1940 e o princípio dos anos 1970, escritores de toda a América Latina, dentro e fora da ficção, formularam conceitos e cunharam termos capazes, no seu entender, de expressar uma realidade singular.

### Telenovelas contemporâneas e a problemática da identidade nacional

Para Hamburger (2011), a questão nacional, explícita nas telenovelas produzidas no período de consolidação da indústria cultural brasileira, se dispersa com o advento da TV a cabo, da internet, do DVD e do Blu-ray; essa impressão é reforçada pela dificuldade observada na contemporaneidade quanto à definição de territórios. Acreditamos, contudo, que a nação insiste em se inscrever (na) e escrever nossa teledramaturgia, mesmo em meio às tensões entre as ditas novas mídias e a mídia tradicional e às novas formas de recepção emergentes no atual cenário televisivo.

Na década de 2010, diversas ficções das 21 horas da Globo apresentaram histórias que centraram muitas de suas personagens em favelas e comunidades de grandes centros urbanos,<sup>7</sup> investindo nas possibilidades dramáticas oferecidas por estes agrupamentos – ajustadas, obviamente, à abordagem pretendida pela trama. A partir do sucesso do fictício Divino de *Avenida Brasil* (2012) – representação hiperbólica da classe média brasileira emergente à época –, todas as tramas daquele horário exibidas entre 2012 e 2015 (com exceção de *Amor à Vida*, em 2013) tinham núcleos em algum subúrbio ou favela – do também fictício Morro da Macaca em *A Regra do Jogo* (2015) aos “reais” (vistos à luz da ficção) Morro do Alemão em *Salve Jorge* (2013), bairro de Santa Teresa em *Império* (2015) e Morro da Babilônia na novela homônima (2015). Até a “crônica do cotidiano” de Manoel Carlos aderiu a essa tendência: algumas situações de *Em Família* (2014) extrapolaram os arredores do Leblon, bairro carioca onipresente nas obras do autor, para se situarem na favela em que residia uma das personagens.

Devido à baixa audiência de *Babilônia* e do início de *A Regra do Jogo*, porém, a Globo optou por uma mudança de estratégia e, para a sucessão da última, escalou *Velho Chico*,

<sup>7</sup> Tal movimento é um sintoma do sucesso de *Vidas Opostas* (Record, 2006), trama cuja ação se concentrava majoritariamente no fictício Morro do Torto, no Rio de Janeiro. Antes, poucas telenovelas haviam apresentado personagens protagonistas vivendo e/ou frequentando assiduamente comunidades periféricas – dentre elas, podemos citar *Bandeira 2* (Globo, 1971), *Partido Alto* (Globo, 1984) e *Guerra Sem Fim* (Manchete, 1993). Esta última, autointitulada “novela-reportagem”, também possuía uma fictícia favela carioca como cenário principal – a comunidade da Paciência (XAVIER, 201-).

sinopse de Benedito Ruy Barbosa até então destinada à faixa das 18 horas. Os executivos da emissora acreditavam que uma história de amor às margens do Rio São Francisco poderia funcionar como um “respiro” às tramas urbanas e tão próximas do cotidiano das grandes cidades. Apostar em um enredo aparentemente “simples” também soava como uma boa ideia, já que *A Regra do Jogo*, com personagens dúbias e uma estrutura inspirada na estética das séries contemporâneas, não empolgava tanto quanto o épico bíblico exibido pela emissora concorrente: *Os Dez Mandamentos*, na Record, registrava médias cada vez mais expressivas de audiência em fins de setembro de 2015, quando *Velho Chico* foi anunciada como a próxima atração do alto *prime time* da Globo – entre o final de outubro e o início de novembro, a obra religiosa alcançou seu ápice, chegando a derrotar *A Regra do Jogo* nos momentos em que as duas tramas concorriam diretamente.

As chamadas de estreia de *Velho Chico* a apresentavam como o “novo romance das nove”; a emissora frisava, em *releases* e outros materiais divulgados para o público e para a imprensa, que a trama resgataria o “amor e a emoção” há tempos ausentes do horário. Este *slogan*, contudo, revelou-se um tanto simplista: o romance era apenas um dos muitos traços de uma “xilogravura televisual” (NÉIA, 2016) que, por meio de cores, sons e movimentos rumo a um universalismo-popular – aliados à religiosidade, ao multiculturalismo, ao *kitsch*, ao *blague*, à paródia e, inclusive, à política –, manifestava um pungente *ethos* tropicalista (MONTEIRO, 2014).

Antes de *Velho Chico*, a última novela do horário das 21 horas da Globo ambientada inteiramente fora do eixo Rio–São Paulo havia sido *Porto dos Milagres* (2001). Títulos como *Senhora do Destino* (2004), *Duas Caras* (2007), *Em Família e Império* tiveram somente suas primeiras fases passadas em outras localidades do país, enquanto *Paraíso Tropical* (2007) e *Insensato Coração* (2011) mostraram personagens que, residindo em outros estados (Bahia e Santa Catarina, respectivamente) nos primeiros capítulos, logo migrariam para o Rio de Janeiro. Localidades internacionais, quando utilizadas, apareceram em poucos capítulos – algumas semanas nos casos de *Esperança* (2002) e *Páginas da Vida* (2006); as exceções para esta regra foram as tramas de Glória Perez – *O Clone* (2001), *América* (2005), *Caminho das Índias* (2009) e *Salve Jorge* tiveram, durante toda sua exibição, a ação dividida entre o Rio de Janeiro e regiões de outros países. As cidades fictícias presentes em *A Favorita* (2008) e *Babilônia*, por fim, localizavam-se respectivamente na Grande São Paulo e na região metropolitana do Rio.

*Velho Chico* marcou o início de uma tendência entre as telenovelas do horário nobre da Globo que, quando adotada em décadas anteriores, garantiu maior diversidade temática e distinção estética para a ficção televisiva brasileira: a exploração do chamado “Brasil profundo”. Em 2017, *A Força do Querer* teve sua ação dividida entre uma cidade fictícia do Pará – além da capital do estado, Belém – e o Rio de Janeiro. *O Outro Lado*

de *Paraíso* (2017), por sua vez, situou sua história em Palmas e em uma cidade fictícia do Tocantins. Já *Segundo Sol* (2018) localizou suas personagens em Salvador, na Bahia. Mesmo que esse panorama se configure também devido a questões mercadológicas,<sup>8</sup> é inquestionável que a maior frequência de histórias com conteúdo regional dá visibilidade ao **local** dentro de um **nacional** tão diverso e desigual como o Brasil (LOPES et al., 2018).

A trama de Benedito Ruy Barbosa nos chamou atenção por conta de seu caráter alegórico diante do cenário sociopolítico do país naquele período. O protagonista de *Velho Chico*, Afrânio, coronel do sertão caracterizado de forma caricatural, personificou diversos deputados que, ao bradarem contra a corrupção no dia da votação na Câmara dos Deputados referente ao processo de *impeachment* movido contra a então presidente Dilma Rousseff, pareciam se “esquecer” de que eles próprios estavam envolvidos em escândalos e negociatas. Este momento nos remeteu a 1985, quando, de acordo com Ribeiro (2005, p. 106), o Sinhozinho Malta de *Roque Santeiro* (Globo) funcionou como uma espécie de simulacro de políticos “que, depois de servirem a todos os ditadores, haviam se reciclado com a volta da democracia. Apareciam como grandes homens da República. [...] A novela era ficção no varejo, mas dizia a verdade no atacado”.

Outro fato a se destacar é o de uma obra como *A Força do Querer* recuperar os índices de audiência da Globo: esta ficção apostou justamente em características que, a partir da década de 1990, demarcaram ainda mais a especificidade da telenovela brasileira ante outros modelos dramáticos latino-americanos, como a abordagem temas da agenda pública/privada contemporânea da nação – neste caso, o tráfico de drogas, fugindo da dicotomização favela/classe média urbana carioca (LOPES et al., 2018), e questões de identidades e políticas de gênero relacionadas à transgeneridade. Assim, a trama realizou uma verdadeira síntese do Brasil contemporâneo: o binômio tradição *versus* modernidade, motriz de nosso processo sócio-histórico, permeou forma e conteúdo da atração – folhetim de narrativa ágil que, dominado por personagens femininas fortes, carregava ao mesmo tempo traços da moralidade melodramática.

O episódio que envolveu uma demanda por representatividade negra na telenovela *Segundo Sol*, por sua vez, nos fez retomar aspectos referentes à fragmentação verificada no âmbito da identidade nacional. Mesmo ambientada na Bahia, onde cerca de 81% da população se declara preta ou parda,<sup>9</sup> a produção da Globo trazia um elenco majoritariamente branco. Essa situação gerou diversas reclamações e protestos por parte de coletivos e movimentos negros, culminando em uma notificação recomendatória do

8 Belém (PA) e Salvador (BA) eram praças da Kantar Ibope Media nas quais as afiliadas da Globo se encontravam em crise de audiência no período em que *A Força do Querer* e *Segundo Sol* foram exibidas.

9 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019.

Ministério Público do Trabalho que solicitava à emissora avanços no que diz respeito à “representação da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira” na trama.<sup>10</sup>

As reivindicações de grupos das chamadas minorias – do ponto de vista sociológico – culturais cancelam a importância que a telenovela, mesmo diante das múltiplas telas e de novas plataformas que complexificam o cenário audiovisual contemporâneo, ainda ostenta na discussão de temas que pautam a agenda social do país. Esses mesmos grupos, por sua vez, têm subsidiado grande parte do debate referente à impossibilidade da afirmação de uma cultura nacional homogênea. Assim, o caso evidencia a dialética entre identidade e diversidade cultural característica da atualidade: a afirmação identitária do que é “ser baiano” – e, portanto, brasileiro – proposta pela televisão é contestada, e a telenovela, espaço catalisador da nação e importante fórum cultural para a promoção das diferenças (NEWCOMB, 1999 apud LOPES, 2009), prova refletir a realidade para além de termos narrativos e estéticos – o racismo estrutural entranhado em nossa sociedade, afinal, vem à tona nesse episódio.

Torna-se evidente, portanto, que o drama de reconhecimento vivido pelos atores negros (e pelos telespectadores negros) desde *O Direito de Nascer* persiste até os dias de hoje (ARAÚJO, 2004). Lembremos que uma das protagonistas dessa trama é Mamãe Dolores,<sup>11</sup> interpretada em 1964 por Isaura Bruno. Como nos alerta Araújo (2004), a coincidência entre o primeiro grande sucesso de audiência da ficção televisiva nacional e a empatia do público pela personagem e pela atriz não se constituíram em uma garantia de representatividade ou da distribuição de bons papéis para os atores negros no decorrer do processo histórico da telenovela no Brasil. Pelo contrário: muitas tramas associaram a negritude predominantemente ao arquétipo da subalternidade, reservando aos atores afro-brasileiros “as personagens sem, ou quase sem, ação, as personagens passageiras, decorativas, que buscam compor o espaço da domesticidade, ou da realidade das ruas, em especial das favelas” (ARAÚJO, 2004, p. 308).

Ao pensarmos em (in)visibilidades ou no que ainda não foi devidamente tematizado pelas telenovelas brasileiras, também deparamos com uma lacuna referente à abordagem da ditadura militar vigente no país de 1964 a 1985. Poucas foram as teleficções que tomaram este período histórico como mote para toda a sua narrativa<sup>12</sup> – *Anos Rebeldes* (Globo,

<sup>10</sup> A nota requisitava, ainda, ações que extrapolavam o âmbito da produção de *Segundo Sol* – como a adoção de metas, por parte da Globo, visando à contratação de trabalhadores negros para cargos e ocupações em todos os níveis hierárquicos da emissora.

<sup>11</sup> A personagem pode ser classificada como uma *mammy*, estereótipo estadunidense referente a escravas, ex-escravas ou empregadas domésticas negras altamente devotadas à família branca para a qual servem ou trabalham (ARAÚJO, 2004).

<sup>12</sup> Das telenovelas exibidas ainda à época da ditadura, louvam-se tramas como *O Grito* (Globo, 1975) e *Dinheiro Vivo* (Tupi, 1979). Na primeira, um jovem temia a reação de sua namorada, filha de um acadêmico, quando ela descobrisse que, no passado, ele delatara um professor por “suspeita de atividades subversivas”. A segunda ficção, por sua vez, trazia no seu principal entrecho a participação, em um programa de TV, de um rapaz que a protagonista reconhecia como um ex-namorado dado como morto

1992), *Queridos Amigos* (Globo, 2008), *Amor e Revolução* (SBT, 2011) e *Os Dias Eram Assim* (Globo, 2017). Enquanto as duas primeiras são minisséries, esta última é uma supersérie; logo, a única telenovela – nosso principal formato de ficção televisiva – a tematizar o assunto não foi produzida pela Globo e não obteve sucesso de público ou crítica.

É curioso perceber que o rótulo supersérie passou a designar as ficções das 23 horas da Globo em detrimento da nomenclatura telenovela justamente quando uma trama do horário se dispôs a tratar da ditadura. Lima e Néia (2018) enxergam uma perspectiva crítica por detrás dessa medida, dada a existência de um discurso alternativo crítico subjacente na formatação e nos modos de produção dos produtos midiáticos – isto é, uma crítica de mídia feita na/pela mídia (PAGANOTTI; SOARES, 2019). Sob tal perspectiva, esses produtos também realizam uma autocrítica ao proporem a renovação de sua linguagem ou aderirem a mudanças de terminologias.

Partindo dessas questões, Lima e Néia (2018) inferem que a Globo, ao classificar *Os Dias Eram Assim* como uma supersérie, parece considerar a ditadura militar um assunto indigesto ao principal formato da ficção televisiva brasileira. Ademais, a opção por essa nomenclatura para uma obra pretensamente mais sofisticada, direcionada a um público que supostamente não está acostumado à TV, também nos revela o estigma existente em torno do termo telenovela – narrativas às quais se costuma atribuir menor valor cultural.

Diante da carência de ficções televisivas que se refiram à ditadura militar e do próprio desconhecimento do público quanto a fatos da história recente de nosso país (e levando em consideração que, na linguagem freudiana, o ser humano só é capaz de converter em narrativa aquilo que já elaborou), podemos concluir que ainda não conseguimos mensurar, como nação, essa nódoa do nosso passado – percepção que se estende ao terrível legado da escravidão.

### Considerações finais

A polêmica em torno da ausência de representatividade racial em *Segundo Sol* demonstra de forma contundente que as interpretações do Brasil expressas nas ficções televisivas são absolutamente passíveis de questionamento. É indubitável que as telenovelas, ao se basearem nas experiências socioculturais da nação (LOPES, 2009), ativam marcas de uma história cultural e, ao mesmo tempo, adaptam-nas, mas o debate em torno das representações propostas por essas narrativas também deve se atentar à discussão de

quando fugia de uma caçada da polícia a estudantes. Em tempos de redemocratização, títulos como *Roda de Fogo* (Globo, 1986) e *Mandala* (Globo, 1987) tangenciaram o assunto – em *Roda de Fogo*, uma ex-namorada do protagonista tinha traumas da tortura, e aquele que fora seu carrasco trabalhava como assistente de um dos vilões da história; já em *Mandala*, o período serviu como pano de fundo para a primeira fase da trama – mesma estratégia adotada posteriormente em *Senhora do Destino*.

silêncios; à discussão de Brasis que, parafraseando Araújo (2004), são negados pelo próprio Brasil. Anderson (2008) já nos alerta, afinal, que noções como a de identidade nacional e a própria ideia de nação estão sempre inseridas em um campo de lutas políticas, sociais, culturais e de poder.

Necessitamos, portanto, nos munir de uma observação e de um ato interpretativo capazes de dar conta de uma realidade feita de laços e interações que ultrapassam instâncias disciplinares, estéticas, culturais e históricas (GIDDENS, 2002). Para isso, devemos estar abertos a possibilidades e dimensões múltiplas, de modo a não nos fixarmos em poucos aspectos dessa realidade. Trata-se, como já descobriu Martín-Barbero (2003), da construção de um olhar que não se detenha somente às condicionantes dos meios, mas privilegie também as mediações, visualizando toda a complexa teia engendrada pela ficção televisiva brasileira a partir de “uma **outra epistemologia**, latino-americana, ancorada na categoria do popular-massivo, de onde é possível revisar os processos de comunicação” (LOPES, 2018, p. 45, grifo da autora).

Por meio da problematização das relações entre a telenovela brasileira, seus componentes e outros fenômenos circundantes, tencionamos nos aprofundar nas pistas aqui apresentadas em busca de achados epistemológicos, teóricos e práticos que possam, de alguma maneira, contribuir para as discussões referentes às “brasilidades” e (in)visibilidades projetadas pelas narrativas televisivas. Observar as dinâmicas desses produtos com a história do país nos permitirá divisar algumas “entrelinhas” da ficção e mesmo aquilo que não foi tematizado por ela – seja devido a contingentes políticos, ideológicos ou mercadológicos, seja por conta da dificuldade de transformarmos em narrativa fraturas ainda não assimiladas pela nossa memória histórica.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2004.
- CAMPEDELLI, Samira Youssef. **A telenovela**. São Paulo: Ática, 1985.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- FERNANDES, Ismael. **Memória da telenovela brasileira**. São Paulo: Proposta Editorial, 1982.
- FREIRE FILHO, João. Escrevendo a história cultural da TV no Brasil: questões teóricas e metodológicas. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 115-135.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- HAMBURGER, Esther Império. **O Brasil antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- HAMBURGER, Esther Império. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 61-86, 2011.
- KORNIS, Mônica Almeida. Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim et al. (Orgs.). **História e cinema**: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2011. p. 97-114.
- LIMA, Mariana; NÉIA, Lucas Martins. Da telenovela à supersérie: novas prospecções quanto ao horário das 23h da Globo. In: CASTILHO, Fernanda; LEMOS, Ligia Maria Prezina (Orgs.). **Ficção seriada**: estudos e pesquisas. Aluminio: Jogo de Palavras; Votorantim: Provocare, 2018. v. 1, p. 60-75.
- LIMA, Mariângela Alves de. Eu não sou índio. In: ARRABAL, José; LIMA, Mariângela Alves de. **Teatro**: o seu demônio é beato. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 21-47, ago./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 39-63, jan./abr. 2018.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de et al. Brasil: a “TV transformada” na ficção televisiva brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; OROZCO GÓMEZ, Guillermo (Coords.). **(Re)invenção de gêneros e formatos da ficção televisiva**: anuário Obitel 2016. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 135-175.
- \_\_\_\_\_. Brasil: dinâmicas da ficção televisiva na transição multicanal. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; OROZCO GÓMEZ, Guillermo (Coords.). **Ficção televisiva ibero-americana em plataformas de video-on-demand**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 103-134.
- MARTIN, Brett. **Homens difíceis**: os bastidores do processo criativo de *Breaking Bad*, *Família Soprano*, *Mad Men* e outras séries revolucionárias. São Paulo: Aleph, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MIRANDA, Ricardo; PEREIRA, Carlos Alberto M. **Televisão**: as imagens e os sons – no ar, o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MONTEIRO, José Fernando Saroba. “Caras de presidentes”, “bandeiras”, “bomba” e “fuzil”: a política no *ethos* tropicalista. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, CULTURA E ORALIDADES, 2., 2014, Fortaleza. **Anais....** Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- NÉIA, Lucas Martins. *Velho Chico*, complexidade tropicalista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais ....** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela**: história e produção. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAGANOTTI, Ivan; SOARES, Rosana de Lima. A meta para a crítica da/na mídia em abordagens metacríticas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 131-153, maio/ago. 2019.
- PINTO, Júlio Pimentel. A ficção e suas luzes reveladoras. **Caderno Globo Universidade**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 33-37, 2013.
- RIBEIRO, Renato Janine. **O afeto autoritário**: televisão, ética e democracia. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Unesp, 2014.

SACRAMENTO, Igor Pinto. **Nos tempos de Dias Gomes**: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais. 2012. 500 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALIBA, Elias Thomé. Perspectivas para uma historiografia cultural. **Diálogos**, Maringá, v. 1, n.1, p. 11-18, 1997.

XAVIER, Nilson. **Teledramaturgia**, [201-]. Disponível em: <<http://teledramaturgia.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

## As perspectivas teórico-metodológicas na análise da crítica de telenovela<sup>1</sup>

Mariana Lima<sup>2,3</sup>

---

### Resumo

Este capítulo tem por objetivo apresentar e discutir a delimitação da metodologia de pesquisa concernente à crítica de telenovela veiculada em sites e blogs. O intuito é explicitar a trajetória epistemológica da tese desenvolvida, desde a escolha do objeto empírico até a pesquisa de campo. Logo, como resultados, refletimos acerca destas escolhas metodológicas e apresentamos um protocolo de análise para os estudos da crítica de ficção televisiva brasileira no campo da comunicação.

### Palavras-chave

Crítica. Telenovela. Metodologia. Pesquisa empírica. Circulação de sentidos.

---

### Introdução

O presente capítulo é um recorte da tese de doutorado denominada de *A crítica de telenovela como operação de circulação de sentidos*, e tem o propósito de abordar o percurso metodológico utilizado nesta pesquisa. Desta forma, a pergunta central é quais métodos e técnicas abarcaram a análise dos críticos e das críticas de ficção televisiva brasileira contemporânea publicadas no âmbito das mídias digitais. A coleta de dados consistiu, em um primeiro momento, na observação do campo, identificando os profissionais que exercem o ofício da crítica, para posteriormente, escolhermos com quais críticos estudar.

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Doutoranda da linha de pesquisa 1 – Comunicação, redes e linguagens: objetos teóricos e empíricos. Pesquisadora do Centro de Estudos de Telenovela (CETVN) e da rede de pesquisadores do Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva (Obitel). E-mail: [marit.mlima@gmail.com](mailto:marit.mlima@gmail.com)

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.*

Vale ressaltar que na construção do objeto empírico passamos por fases e níveis que o delimitam (LOPES, 2014), e esse olhar permeado pela subjetividade e reflexividade do pesquisador, determinaram os rumos que a pesquisa tomou. Em seguida, fizemos a seleção do período temporal da análise, verificando a duração de atuação desses críticos em suas páginas *on-line*, e a abrangência de suas avaliações neste meio. A escolha das telenovelas das 21 horas se deu por estarem no horário nobre, por terem alto índice de audiência e investimentos, além de se tratar de um produto televisivo que promove certa discursividade. Assim, entre os anos de 2012 e 2018, distinguimos as cinco ficções que tiveram maior número de audiência. A seguir, selecionamos as críticas, levando em consideração as fases de uma telenovela com seu início, a primeira virada, a barriga, e a segunda virada. Isto posto, foram eleitas quatro críticas de cada telenovela, pertencentes aos quatro críticos escolhidos. Que, por sua vez, foram analisadas juntamente com as entrevistas semiestruturadas realizadas com os críticos Cristina Padiglione, Maurício Stycer, Patrício Kogut e Nilson Xavier. Sendo a análise feita pelo auxílio de um software de análise qualitativa (Maxqda), alimentado com categorias empíricas e teóricas. A construção das categorias resultou da leitura dos dados e do referencial teórico utilizado, dentre eles a *Teoria das mediações* de Martín-Barbero (2015), Benjamin (2018), Candido (1973).

Esse percurso teve como finalidade responder qual a função da crítica contemporânea da telenovela e como, diferentemente de outras modalidades artísticas, ela dispõe de parâmetros e repertórios próprios. A escolha da crítica de telenovela como objeto da tese, se deve por revelar um dos circuitos mais notáveis de circulação de sentidos dessas ficções. Como formadores de opinião, as análises integram a complexa conexão entre o que se fala sobre telenovelas no âmbito popular (casa, trabalho, redes sociais), com o que é discutido nas críticas. Em outras palavras, as análises se mostram como uma mediadora do falar empírico, enfatizando aspectos abordados nas narrativas que podem passar despercebido aos olhos do espectador.

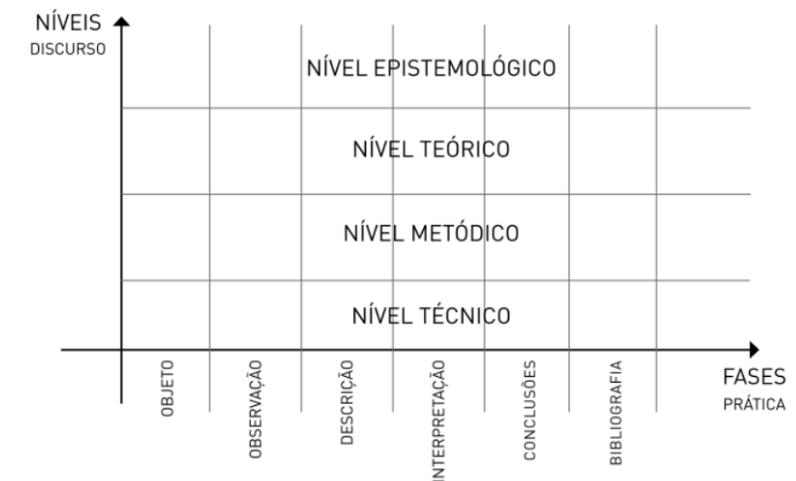
A partir desta metodologia, pelas leituras e análise das críticas e das entrevistas, percebemos os repertórios para a avaliação, abordando as similaridades e divergências do que é escrito e publicado, em relação ao que foi mencionado nas entrevistas.

### Protocolo metodológico

A construção desse protocolo metodológico foi realizada por meio de um processo que compreendeu desde as disciplinas realizadas no doutorado, aos encontros no centro de pesquisa, além das investigações paralelas empreendidas para congressos e seminários. Por conseguinte, esses passos foram moldando nosso olhar e permitindo que

formássemos um arcabouço teórico e empírico. O modelo metodológico da pesquisa empírica de comunicação proposto por Lopes (2014) foi utilizado como referência para o entendimento do que foi concretizado. Logo, a montagem estratégica da tese perpassou por inúmeras opções e decisões que serão explicitadas a seguir.

Gráfico 1 – Modelo metodológico da pesquisa



Fonte: Lopes (2014, p. 156).

No eixo paradigmático, portanto o vertical, estão dispostos os quatro níveis que compreendem toda a pesquisa, são eles o nível epistemológico, o teórico, o metódico e o técnico. O nível sintagmático, horizontal, é composto por fases, a saber: a definição do objeto, a observação, a descrição e a interpretação dos dados. Vale ressaltar, conforme Lopes (2014), que cada fase é perpassada por cada nível e trabalha em função de cada uma das fases.

Tendo isso em vista, nesta pesquisa no nível epistemológico temos a definição do objeto se configurando como a crítica de telenovela em meio a circulação de sentidos dessas narrativas. Em um primeiro momento, percebendo toda a rede de sentidos no qual a telenovela está inserida, delimitamos a pesquisa na compreensão dessa crítica e seus atores, e em como ela é realizada e divulgada nos meios digitais. Posteriormente, fomos desenvolvendo esse objeto por meio das leituras subjacentes ao tema, o que nos leva ao nível teórico na busca de uma explicitação teórica desse objeto, e assim a ruptura epistemológica<sup>4</sup> entre o objeto em si e em como chegamos à construção do objeto científico.

<sup>4</sup> No sentido abordado por Lopes (2014), a ruptura epistemológica consiste na quebra entre o objeto científico e o real; ela exige, também, uma crítica metódica às categorias, aos esquemas e aos problemas entre a linguagem científica e a linguagem comum.

Em seguida, passamos ao nível metódico, onde a exposição desses discursos foi trabalhada, e um momento em que também podemos inferir certas causas. O nível técnico foi marcado pela observação, a seleção e operacionalização desses dados, que podem ser primários ou secundários. Este nível incide na elaboração do objeto científico e aos procedimentos de coleta de dados, além das informações referentes à problemática. Lopes (2014) comenta que para a operação desse nível é necessário que se atenha a diversos fatos que proporcionam a adequação do campo teórico, e da formulação dos fatos científicos. Dessa forma, percebemos que a ação mais importante visa a constituição dos dados que permitem, conseqüentemente, a construção do objeto científico.

A crítica, em si é um objeto vasto e complexo. A crítica do audiovisual encontrou no cinema um extenso campo de trabalho, que vem se perpetuando desde o nascimento da sétima arte. A TV, em sua pouca trajetória, apresenta uma crítica que vai se constituindo ao longo do próprio processo de desenvolvimento da plataforma. Sendo que cada televisão abarca um contexto próprio, notamos que para a constituição do objeto científico foi necessário visualizarmos e elencarmos os campos de discussão acerca da telenovela, para daí passarmos para o estudo da crítica das ficções. Para os objetivos da pesquisa e atendendo à fase de construção desse objeto, optamos pela escolha dessa crítica, que ainda se mostra prematura, mas que caminha para se solidificar.

Neste último nível podemos enquadrar a identificação desses críticos que foram analisados na pesquisa, observando sua movimentação em seus *blogs/sites* e na postagem das críticas. A crítica de televisão, incluindo a telenovela, teve seu advento nos cadernos de cultura dos jornais impressos. Hoje, notamos que ela tem maior aderência em páginas *on-line*, na qual a interação com seus leitores se mostra mais proveitosa. Diante da observação dos conteúdos publicados, identificamos os críticos que se destacam na análise das telenovelas, e que, em sua maioria, se autodominam como jornalistas e críticos de televisão. Em suma, as fases da pesquisa correspondem aos passos que um projeto deve se pautar para a culminação de uma pesquisa científica. As fases têm um caráter mais prático e buscam explicitar as interações e ações que foram estabelecidas para se chegar a uma conclusão.

### Construção do objeto empírico

A definição do objeto foi composta de três etapas: (1) a construção do problema de pesquisa, (2) a concepção de um quadro teórico de referência e a (3) elaboração de hipóteses. Nesta construção do objeto

estão inseridos os objetivos da pesquisa que devem estar atrelados à pergunta (problema) feita ao objeto. Para Lopes (2014, p. 139), os objetivos são de diferentes ordens: “empírica (verificar determinado fenômeno da realidade), teórica (contribuir para o estudo da teoria sobre problema), prática (intervir na existência do fenômeno) etc. Esta fase correspondeu a um período de observação do objeto, com as leituras acadêmicas e das próprias críticas; além da assistência das telenovelas.

### Seleção dos críticos

A escolha dos críticos foi a partir dos critérios a seguir: a) pela sua relevância nos escritos sobre o tema; b) pelo tempo de trabalho na mesma atividade ou ofício de crítico; c) de realizarem suas críticas em páginas *on-line* (em formatos site ou *blog*); d) e serem os próprios autores de suas publicações, portanto, ter a autoria das críticas.

Esse conjunto foi observado também pelo nível de discursividade do crítico, isto é, como suas críticas são recebidas por seu leitor-telespectador seja por comentários ao final das postagens ou, até mesmo, pela sua interação em suas redes sociais. Ainda ressaltamos o reconhecimento dos pares, que consiste no diálogo entre os críticos identificados seja por conta de citações em suas críticas, seja pelos links disponibilizados no fim do texto. Como exemplo, temos Maurício Stycer (UOL) e Nilson Xavier (Huffpost), que em muitos momentos elucidam em suas críticas algo mencionado numa postagem anterior.

### Escolha das telenovelas

A construção do elenco de telenovelas a serem analisadas foi baseada nos seguintes critérios:

- A faixa horária das 21 horas se deve pela relevância discursiva e de estar em pleno horário nobre da televisão.
- Quanto à emissora selecionada: as telenovelas da TV Globo são as que mais se destacam em termos de discursividade.
- As cinco telenovelas com maior número de audiência: esses dados podem ser verificados a partir dos anuários Obitel.<sup>5</sup>

5 Obitel.net. Disponível em: <[http://www.obitel.net/?page\\_id=8&lang=pt](http://www.obitel.net/?page_id=8&lang=pt)>.

Vale ressaltar que a escolha do período temporal atendeu às necessidades da pesquisa, pois levamos em consideração o volume de críticas e, pela telenovela ser uma ficção de longa serialidade, admitindo por vezes, um número extenso de publicações. Assim, o período temporal foi determinado tanto pela crítica, quanto pelas telenovelas, tendo em vista que a crítica da telenovela em análise tinha que constar na página do crítico escolhido.

### Triagem das críticas

As críticas foram escolhidas pela divisão concebida por Daniel Filho (2003, p. 179) acerca da estrutura de uma telenovela brasileira, que são, em seu entender, especificamente:

1. Início – Capítulo 30: Apresentação dos personagens e da trama, e os rumos que a telenovela vai tomar.
2. Capítulo 50: Primeira grande virada (*plot twist*).
3. Capítulo 80: Início da Barriga (corresponde ao período em que a telenovela apresenta assuntos repetitivos e está “parada”).
4. Capítulo 110: Segunda grande virada (novo *plot twist* ou segunda fase da novela).
5. Capítulo 130: Parte final.

Este modelo apresentado por Daniel Filho foi resultado de sua experiência como diretor e produtor de ficções na Globo. Todavia, percebemos um encolhimento das telenovelas ao longo dos anos, reflexo de mudanças sociais e do próprio conteúdo e mercado audiovisual com o advento do *video on demand* e dos *streamings*.

Isto posto, optamos por selecionar apenas quatro críticas de cada telenovela analisada de cada crítico. As quatro críticas são: a **primeira** do início, geralmente da primeira semana ou do primeiro capítulo; a **segunda**, da primeira virada; a **terceira**, da barriga; e a **quarta** e última, do balanço final ou que abarcasse a última fase da narrativa. Como forma de organização, preferimos por uma catalogação das críticas, em que foram divididas por telenovela e selecionadas em fichas (imagem abaixo), que contêm o título, a data e o crítico responsável. As críticas foram posicionadas em ordem cronológica, da sua data de publicação até a data de estreia das ficções.

Figura 1 – Exemplo da catalogação das críticas

<b>O OUTRO LADO DO PARAÍSO</b>	
<b>PATRICIA KOGUT</b>	
Por: <a href="#">Patrícia Kogut</a> Data: 09/11/2017	<b>Título:</b> <i>A linha fina entre a diversão e a vulgaridade na novela das 21h</i>
Por: <a href="#">Patrícia Kogut</a> Data: 14/01/2018	<b>Título:</b> <i>O Outro lado do paraíso peca pelo simplismo das tramas</i>
Por: <a href="#">Patrícia Kogut</a> Data: 24/01/2018	<b>Título:</b> <i>O outro lado do paraíso, a novela que abandonou a lógica</i>
Por: <a href="#">Patrícia Kogut</a> Data: 10/05/2018	<b>Título:</b> <i>O beijo de Samuel e Cido em “O outro lado do paraíso”</i>
<b>CRISTINA PADIGLIONE</b>	
Por: <a href="#">Cristina Padiglione</a> Data: 23/10/2017	<b>Título:</b> <i>O outro lado do paraíso é melhor como propaganda turística do que como novela</i>
Por: <a href="#">Cristina Padiglione</a> Data: 27/11/2017	<b>Título:</b> <i>Globo joga cenas fora e redita 12 capítulos para acelerar reforma de O outro lado do paraíso</i>
Por: <a href="#">Cristina Padiglione</a> Data: 06/02/2018	<b>Título:</b> <i>Novela da Globo trata pedofilia com ação paga: <u>merchan</u> divide coaches e revolta psicólogos</i>
Por: <a href="#">Cristina Padiglione</a> Data: 16/03/2018	<b>Título:</b> <i>Até quando a felicidade das mocinhas dependerá de um casamento</i>

Fonte: Elaborada pela autora.

### Entrevista semiestruturada com os críticos

As entrevistas foram um recurso complementar para a análise, e uma maneira de aclarar os questionamentos suscitados na leitura das críticas. As entrevistas são compostas por falas e discursos e, conseqüentemente, carregam sentidos, “uma leitura da ‘maneira de dizer’, separada da leitura temática, pode completar e aprofundar a análise” (BARDIN, 2011, p. 105). Assim, as perguntas construídas tiveram o seguinte objetivo:

- explicitar as operações adotadas por cada crítico na confecção de suas análises;
- determinar seu repertório de análise;
- entender sua relação com a telenovela;
- entrever os rumos da crítica de telenovela no Brasil.

As entrevistas se deram após a leitura e escolha das críticas, haja vista que em seguida à delimitação de modelo padrão de perguntas que contemplasse os pontos acima, para cada crítico surgiu questões específicas de seu trabalho, por isso ela foi semiestruturada. Portanto, foram entrevistas qualitativas e semiestruturadas, na qual

foram adicionadas outras perguntas procedentes das leituras das críticas. A utilização das entrevistas para este trabalho nos ofereceu a oportunidade de interrogar os informantes do nosso objeto científico, neste caso, a crítica de telenovela. Desta maneira, “as entrevistas constituem uma porta de acesso às realidades sociais” (POUPART, 2008, p. 215), atuando como um recurso para compreendermos diferentes contextos.

Com um guia de perguntas semiestruturadas, em que apresentamos um tema parcialmente delimitado, deixamos os informantes livres para respondê-las da maneira que desejassem, o que fez que cada entrevista fosse realizada num fluxo específico. Segundo Poupart (2008, p. 216), o recurso para a utilização da entrevista qualitativa é abarcado em dois argumentos, o primeiro é entender com profundidade as perspectivas – do que ele denomina de atores sociais – na compreensão das condutas sociais; o segundo argumento, o que se aproxima mais do objetivo do uso de entrevista nesta tese, é que “ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais”. Esses argumentos estão alinhados ao trajeto metodológico percorrido, sendo as entrevistas um instrumento que complementou a análise das críticas selecionadas.

Assim, os entrevistados foram: Nilson Xavier, Maurício Stycer, Cristina Padiglione e Patrícia Kogut. A ideia central foi entendermos as lógicas dessa crítica contemporânea de telenovela com suas dinâmicas e dificuldades; levar ao leitor a trajetória, as condutas e percepções dos atores aqui apresentados. As entrevistas contêm as histórias desses profissionais, que desde cedo em suas carreiras, tiveram como ponto de partida o olhar voltado para a telinha, como antigamente se mencionava a TV em comparação com a tela de cinema. Novas telinhas surgiram e nesse ínterim a crítica também foi se modificando.

### Construção de categorias

A construção de categorias foi realizada de duas formas:

1. Categorias teóricas: advindas de nossas orientações teóricas e da bibliografia utilizada.
2. Categorias empíricas: provenientes dos dados colhidos. Neste conjunto estão inseridas as informações que mais se repetiram e que puderam ser agrupadas. Segundo Flick (2012), na codificação aberta, o intuito é organizar a massa de dados e expressá-los na forma de conceitos por meio de uma lista de códigos e, conseqüentemente, de categorias.

Houve a opção de trabalharmos somente com cada tipo de categorização, entretanto, optamos por costurar as duas análises, o que contribuiu para enriquecer a pesquisa.

A categorização foi feita por meio de um software de análise qualitativa denominado de Maxqda. Alimentamos o programa com os dados (críticas e entrevistas), e com suas ferramentas de visuais pudemos criar mapas, gráficos e retratos dos documentos, recursos importantes na demonstração e análise dos dados.

A partir das leituras das críticas, estabelecemos uma divisão temática com as recorrências de temas que emergiram. Por conseguinte, denominamos essas temáticas de categorias empíricas correspondentes aos aspectos gerais que englobam os dados compostos pelas 76 críticas<sup>6</sup> e pelas quatro entrevistas. A codificação dos dados é um processo que resulta na construção e delimitação de categorias, que são compostas por um grupo de segmentos reunidos em uma mesma classe ou rubrica e são intituladas de acordo com as características que se destacam. Em outras palavras, segundo Bardin (2011), o processo de codificação é a classificação e o reagrupamento de elementos que atendem a critérios estabelecidos na metodologia de determinado estudo.

A divisão temática ocorreu a partir do que Flick (2012) denomina de três estágios de codificação, a saber: a codificação aberta, a axial e a seletiva. Na codificação aberta, o intuito é organizar a massa de dados e expressá-los na forma de conceitos por meio de uma lista de códigos e, conseqüentemente, de categorias. A codificação axial corresponde ao aprimoramento das categorias estabelecidas na codificação aberta, relacionando e diferenciando as categorias e subcategorias. E a categorização seletiva visa estabelecer a categoria essencial dentre as quais outras categorias podem emergir a partir da interpretação do pesquisador (FLICK, 2012). O processo de codificação desta pesquisa teve como objetivo o refinamento dos dados colhidos: as críticas e as entrevistas. Com o cotejamento destes dados, estabelecemos as categorias que serviram de insumo para a análise de conteúdo e para estabelecermos de que forma crítica de telenovela no Brasil se efetua.

A codificação dos dados passou por esses três estágios. O primeiro estágio ocorreu na seleção das críticas e no preenchimento das fichas acima. Nesta seleção e leitura pudemos construir uma lista de temas que se sobressaíam. Em seguida, alimentamos o programa com todos os dados e a lista de códigos encontrados. Porém, ao longo da codificação, iam surgindo novos códigos que eram inseridos. O processo de codificação consistiu na seleção de segmentos – frases e/ou parágrafos – identificados e relacionados a um código ou até mesmo diferentes códigos. A seleção é quantificada, ou seja, após a codificação, cada código apresenta um número total de segmentos codificados.

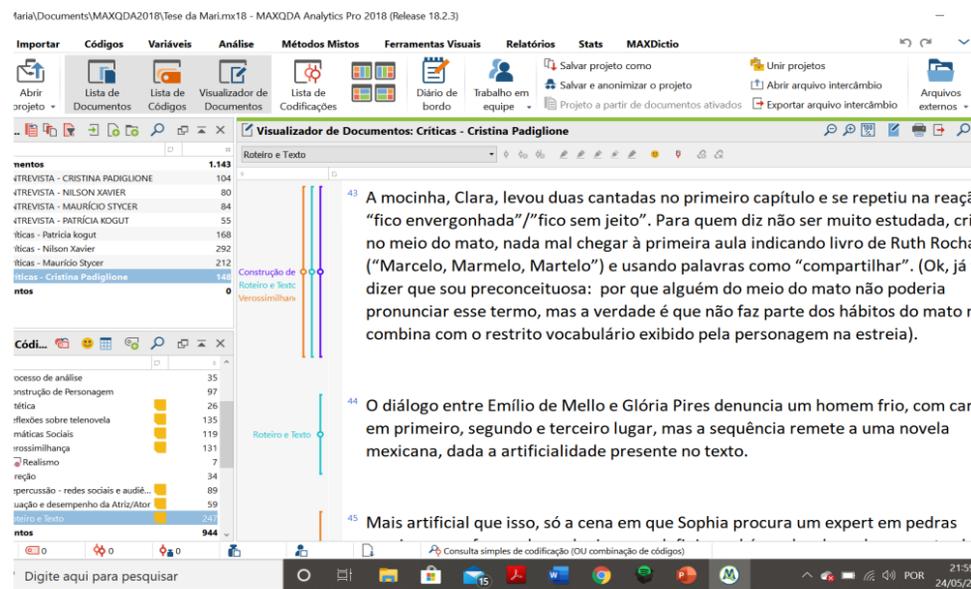
Os códigos foram designados com uma cor específica, que os diferencia dos demais. Como deixamos claro, a codificação incidiu nas críticas e entrevistas, um segmento pode

<sup>6</sup> No caso de Cristina Padiglione, esclarecemos que devido a sua saída como jornalista do site do jornal *O Estado de São Paulo*, para o site alocado no portal do jornal *Folha de S. Paulo*, houve um período curto de pausa na escrita das críticas, dessa forma não conseguimos contabilizar todas as suas críticas e não completamos as 80 previstas.

ser designado para vários códigos ao mesmo tempo, pois, em nosso entendimento, uma frase ou parágrafo podem ser considerados em múltiplos códigos.

A utilização de softwares de análise qualitativa foi uma forma eficiente de tratamento de dados, na qual foi possível trabalhar com uma quantidade extensiva de dados empíricos com maior facilidade no que concerne ao tratamento e visualização do percurso, melhorando a transparência do estudo. A organização feita pelo software possibilitou uma gama de recursos para a visualização desses dados pelas ferramentas visuais, tais como mapas de códigos, retrato de documentos e nuvem de palavras. Abaixo está a imagem da tela de exibição do software utilizado:

Figura 2 – Imagem da tela inicial do Maxqda



Fonte: Elaborada pela autora – Maxqda.

### Análise

O processo de análise dos dados foi feito pela descrição e interpretação destes dados (LOPES, 2014). A fase da descrição se dá pela organização e seleção, bem como sua classificação, isto é, a construção do objeto empírico. Já a fase de interpretação, é aquela que “envolve a teorização dos dados empíricos dentro da perspectiva teórica adotada” (LOPES, 2014, p, 151), e esta fase deve ser explicitada na metodologia construída para o estudo.

A análise teórica realizada na tese foi feita a partir das mediações propostas por Jésus Martín-Barbero (2015) e, esclarecemos que desde o primeiro mapa das mediações em 1989, o autor, ao longo desses anos, buscou atualizar as mediações de acordo com

as demandas socioculturais. Até o fim desta pesquisa, contamos com quatro mapas que vão se complementando ao longo de suas publicações. Em síntese, as mediações nesta pesquisa, configuram-se como categorias teóricas, pois dão conta das muitas camadas que permeiam os processos comunicacionais e dos eixos abordados: telenovela, crítica e críticos.

A combinação de análise entre teórico e empírico pretendeu dar conta da complexidade deste objeto de pesquisa. Logo, na tabela seguinte, estão dispostas duas colunas: na da esquerda, estão organizadas as categorias empíricas e, na da direita, as categorias teóricas. Tendo em vista que a circulação de sentidos da telenovela opera em lugares, circuitos, combinamos as duas análises como uma forma de operacionalizarmos o estudo.

Tabela 1 – Categorias empíricas e teóricas

Categorias empíricas	Categorias teóricas – mediações
Texto e Roteiro	Narrativas; formatos industriais; matrizes culturais
Atuação e desempenho do ator/atriz	Narrativas; lógicas de produção
Repercussão nas redes sociais digitais e audiência	Narrativas; redes, tecnicidade; identidades, ritualidade; sociabilidade
Direção	Narrativas; formatos industriais; matrizes culturais
Verossimilhança	Narrativas; temporalidades
Temáticas sociais	Narrativas; temporalidades; identidades; cidadanias
Reflexões sobre a telenovela	Ritualidade; lógicas de produção; formatos
Construção de personagem	Narrativas; formatos; matrizes culturais
Estética	Narrativas; formatos industriais; matrizes culturais
Trabalho	Ritualidades; espacialidade; tecnicidade, sociabilidade
Utilização de redes sociais	Narrativas; redes; tecnicidade; identidades, ritualidade; sociabilidade
Reflexões sobre a crítica	Narrativas; formatos industriais; matrizes culturais; temporalidades
Relação com a telenovela e TV	Ritualidade; identidade; tecnicidade; temporalidades
Crítérios de análise	Lógicas de produção; formatos industriais; matrizes culturais
Processo de análise	Lógicas de produção; formatos industriais; matrizes culturais; ritualidades

Fonte: Elaborada pela autora

As mediações identificadas, juntamente com as categorias empíricas, foram a moldura para pensarmos no ofício do crítico e na circulação das críticas. Notamos que as mediações tendem a explicar os processos culturais que desencadeiam mudanças estruturais em diferentes campos sociais. As mutações, como o Martín-Barbero (2015)

denomina, abarcam mudanças em diferentes âmbitos do espaço latino-americano, entretanto, quando costuramos as categorias empíricas e teóricas, damos conta de elementos tais como a habilidade de reconhecimento em relação às narrativas e seus códigos e signos; a temporalidade social, as espacialidades da crítica, sua transposição de lugar no campo do jornalismo; e entendemos a complexidade do campo comunicacional em condições culturais e sociais distintas.

### Considerações finais

De caráter empírico metodológico, nossas principais dificuldades nesta pesquisa foram em como cercar esse objeto, e ainda como apresentar uma análise em que tanto críticas, críticos e telenovelas pudessem ser contemplados. Como explicitamos neste percurso metodológico, o trajeto de cotejamento do objeto foi extenso. Tentamos reduzi-lo para que fosse o mais operacional possível no tempo que nos cabia. A utilização de um software de pesquisa qualitativa foi a resposta para reduzir todos os dados empíricos coletados, o que, de certa maneira, levou-nos a um novo caminho para futuras pesquisas. O uso de programas como o Maxqda, até então, para nós, era desconhecido. Amplamente empregado nas pesquisas atuais como uma forma de codificação e visualização de dados, o auxílio deste recurso só foi possível por meio dos cursos possibilitados aos pesquisadores do Centro de Estudos de Telenovela (CETVN).

Como objetivo geral, tínhamos a finalidade de *entender a crítica de telenovela contemporânea*, um texto opinativo discrepante das demais classes artísticas, especialmente por se tratar de uma produção em construção. A efemeridade da crítica de telenovela se explica na medida em que esse texto somente pode ser lido até aquele último capítulo exibido, pois foi até esse momento que o olhar do crítico analisou. Tendo isso em vista, procuramos selecionar quatro críticas de cada telenovela, compreendendo justamente que uma postagem é uma leitura de uma parte pertencente ao todo. Logo, a única crítica a qual podemos estabelecer como completa é a última crítica, que se configura como um balanço dos aproximadamente 150 capítulos.

Para os *objetivos empíricos*, a pesquisa se dispôs a entender os critérios e processos de análise. São fatores particulares e subjetivos de cada crítico, porém por meio da leitura das críticas e das entrevistas fundamentamos os procedimentos por meio da categorização dos dados. A criação das categorias se deu pela reincidência, ou seja, aquilo que mais emergiu no conjunto de dados. As entrevistas, por outro lado, serviram de complementação das informações colhidas nas críticas. Os critérios de análise levavam em conta o que se sobressaía numa determinada semana ou no capítulo anterior, a postagem podia ser relacionada a um personagem, temática social, texto do autor entre outros.

As categorias empíricas são um reflexo deste processo e dos parâmetros de análise. E ainda podem ser entendidas como elementos de um protocolo de compreensão das críticas de telenovela.

Por fim, o desafio epistemológico apresentado nesta pesquisa foi apenas uma contribuição pequena diante dos estudos sobre telenovela e sua crítica. Nossa abordagem utilizou de um *corpus* extenso, necessário para os fins do estudo, porém longe de se esgotar. A crítica, por si, já é um campo de longo estudo, sendo que cada campo artístico molda sua crítica de acordo com as especificidades da obra. Portanto, a crítica de telenovela é consideravelmente nova em comparação com as demais, tendo seu advento somente na década de 1960, com a implementação da TV no país.

### Referências

- BENJAMIN, Walter. **Linguagem, tradução, literatura** (filosofia, teoria e crítica). Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- FILHO, Daniel. **O circo eletrônico**: fazendo TV no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: Um guia para iniciantes (Métodos de Pesquisa). São Paulo: Penso, 2012.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2014.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J et al. **Pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

# Percursos e percalços: apontamentos metodológicos sobre uma pesquisa de recepção de telenovela<sup>1</sup>

Tissiana Nogueira Pereira<sup>2,3</sup>

---

## Resumo

O texto tem como objetivo relatar, reflexivamente, o percurso metodológico percorrido para a elaboração da pesquisa de campo constituinte da tese defendida em junho de 2020. A intenção é apontar desde as premissas metodológicas e as escolhas feitas ao longo do caminho de construção do protocolo multimetodológico da tese, bem como os percalços que ocorrem durante a pesquisa empírica de recepção de telenovela com duas famílias de diferentes classes sociais.

## Palavras-chave

Metodologia. Epistemologia. Pesquisa empírica. Recepção. Telenovela.

---

## Introdução

Este texto é um recorte da tese de doutorado defendida em junho de 2020 e intitulada: *Navegando com a telenovela? Mediações, recepção e ficção televisiva em tempos transmídia*, que é uma releitura e atualização teórico-metodológica do livro: *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade* (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002). Estudamos como a recepção da telenovela foi reconfigurada devido ao contexto comunicacional atual das novas mídias, fluxos e plataformas visto que estamos numa época em que as tecnologias proporcionam um ambiente transmídia.

A intenção aqui é relatar, reflexivamente, o percurso metodológico traçado para construir o protocolo multimetodológico utilizado na pesquisa de campo, as nossas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos de Telenovela (CETVN-ECA/USP) e membro do Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva (Obitel). E-mail: tissianapereira@yahoo.com.br

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.*

escolhas nesse momento crucial para o estudo, bem como os percalços ocorridos durante o desenvolvimento da pesquisa empírica com os receptores. A tese tem na exploração multimetodológica e na adequação dos mapas das mediações (MARTÍN-BARBERO, 1987, 2009, 2017) dois eixos a partir dos quais se investiga a recepção de dentro do contexto transmídia caracterizado por mutações na produção e na recepção de conteúdos comunicacionais na contemporaneidade. Entendemos a teoria barberiana da comunicação (LOPES, 2018) como uma perspectiva teórico-metodológica e epistemológica.

Desta forma, neste texto, pretendemos responder à pergunta central acerca de quais e por que foram feitas as escolhas que compreenderam a construção do protocolo multimetodológico da tese e, ainda, quais foram as principais dificuldades encontradas ao longo do caminho? Tanto para a elaboração de tal protocolo quanto para a realização da pesquisa empírica com os receptores. Acreditamos ser necessário este tipo de texto como um exercício reflexivo, pois como nossa pesquisa é empírica, ou seja, uma reconstrução da realidade (LOPES, 2014) para se tornar objeto científico precisa ser constituída por operações de caráter teórico e epistemológico em função do fenômeno comunicativo que estamos estudando. Por isso, não podemos perder a reflexividade epistemológica, principalmente na fase de observação e tampouco naturalizar os métodos e as técnicas de observação. A pesquisa empírica constitui-se no rompimento epistemológico entre o senso comum e a ciência (BACHELARD, 1972). E assim, a ininterrupta vigilância epistemológica de “ver” com método e considerar que o pesquisador não é neutro devem estar presentes ao longo de toda a pesquisa, desde a sua concepção, passando pela elaboração e até seu final.

### Sobre o percurso metodológico

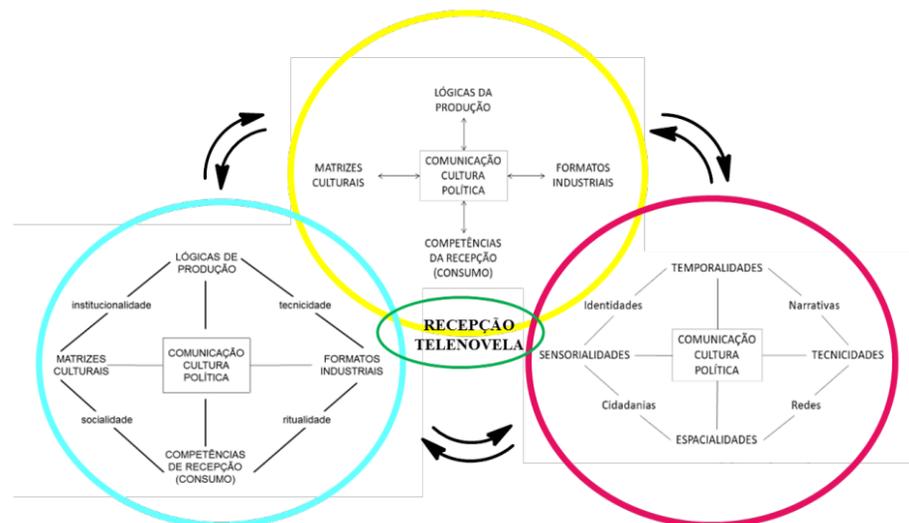
Conforme já relatado, este texto é um recorte da tese de doutorado que fez uma releitura e atualização teórico-metodológica do livro clássico de recepção: *Vivendo com a telenovela*, de Lopes, Borelli e Resende (2002). Este livro é o resultado de uma pesquisa de recepção da telenovela *A Indomada*, escrita por Aguinaldo Silva e Ricardo Linhares, exibida em 1997 pela Globo, um projeto integrado e multidisciplinar realizado por uma equipe de pesquisadores e colaboradores. A investigação foi feita com uma amostra de quatro famílias de diferentes classes sociais moradoras de uma favela, de periferia, de bairro de classe média e de condomínio fechado de classe média alta da cidade de São Paulo, durante o tempo em que a telenovela esteve no ar, de fevereiro a outubro de 1997. O conceito de classe social foi aplicado como estruturante para investigar a recepção da telenovela nas diferentes famílias e as autoras utilizaram a etnografia no cotidiano familiar para mapear o processo receptivo em pessoas com distintas visões de mundo. A perspectiva das mediações de Martín-Barbero (1987) também foi eixo teórico da pesquisa na análise e articulação de como cada medição

incidia no processo receptivo como um todo. Foram articulados quatro lugares de mediação para realizar a pesquisa: 1) o cotidiano familiar; 2) a subjetividade; 3) o gênero ficcional; e 4) a videotécnica e combinadas diversas técnicas de pesquisa a fim de saturar os dados empíricos através dos mais variados ângulos. Para esse fim, as pesquisadoras lançaram mão de dez técnicas qualitativas: observação etnográfica; entrevista do cotidiano; entrevista da subjetividade; entrevista do gênero ficcional; entrevista da videotécnica; história de vida; entrevista da produção; história de vida cultural; grupo de discussão; telenovela reeditada e uma técnica quantitativa: o questionário de consumo. O *corpus* da pesquisa foi composto pela gravação em vídeo de todos os capítulos da telenovela *A Indomada* e, a seguir, foi extraído um *corpus* reduzido constituído pelas sequências da trama escolhidas como mais significativas pelas famílias. Essa reedição da telenovela foi usada em grupo de discussão com os receptores. Os dados foram tabulados e transcritos pelo programa WinMax para pesquisa qualitativa. A única mediação que não teve tratamento de análise nesse programa foi a videotécnica, trabalhada a partir de técnicas de decupagem e de digitalização.

Com base na metodologia utilizada neste livro inspiração, construímos o nosso protocolo conforme nossa demanda e condições de pesquisa, visto que esta foi uma pesquisa individual, diferente do que ocorreu em *Vivendo com a telenovela*. Assim, acreditamos que, por ser uma ciência interdisciplinar, a Comunicação exige e proporciona ao pesquisador a opção por múltiplos métodos de pesquisa. Apesar de termos feito um estudo de recepção, não deixamos de considerar a produção, pois a recepção é “uma perspectiva de investigação, e não uma área de pesquisa sobre mais um dos componentes do processo de comunicação, neste caso, o público” (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002, p. 39), é preciso que se chegue à produção, pois o processo comunicativo é dialético entre a produção e a recepção, haja vista que “[...] o processo de recepção é, ao mesmo tempo, território compartilhado por produtores e consumidores, e cenário de luta pela interpretação mais legítima do sentido” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 15). Em conformidade com Lopes, Borelli e Resende (2002), concebemos que o processo comunicativo é articulado a partir das mediações e, então, elaboramos, seguindo o livro inspiração, uma multimetodologia para investigar a recepção da telenovela mobilizando os mapas das mediações de Martín-Barbero (1987, 1998, 2010,) e Martín-Barbero e Corona Berkin (2017). Desta forma, “as mediações só ganham sentido ao serem relacionadas entre si, dentro de determinado contexto, independentemente do campo específico sobre o qual se esteja trabalhando” (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002, p. 43). Esta decisão não foi tomada de forma aleatória, mas conforme as necessidades da nossa pesquisa, visto que a apropriação dos mapas pelo pesquisador depende da estratégia metodológica adotada em uma dada pesquisa empírica, de modo que a escolha pode recair em determinadas mediações e não em outras, dependendo do destaque que ganham na abordagem analítica (LOPES, 2018, p. 60).

Diante disso, estudamos a recepção da telenovela a partir da articulação de oito principais mediações: *temporalidades, narrativas, tecnicidades, redes, espacialidades, cidadanias, sensorialidades e identidades*.<sup>4</sup> Todas as mediações são articuladas entre si, mas, a título de operacionalização empírica, as subdividimos em nossa análise. Portanto, as *temporalidades* são estudadas em articulação com a *sociabilidade* no cotidiano familiar dos receptores estudados; as *espacialidades* observadas com a *ritualidade* na assistência da telenovela; as *sensorialidades* associadas às *identidades e cidadanias* dos receptores e, por fim, as *tecnicidades* em relação às *narrativas, redes* e ao gênero ficcional. A mediação de classe social perpassa todas essas mediações, uma vez que nosso objetivo era averiguar se, na atualidade, ela continua sendo mediação estrutural na recepção da telenovela, como detectado no livro *Inspiração*. Optamos por combinar e mobilizar mais de um mapa e todas essas mediações porque apostamos, assim como as autoras, em uma proposta multimetodológica que atravessa todos os níveis da pesquisa, desde o epistemológico-teórico – por meio da perspectiva multidisciplinar da teoria barberiana da comunicação (LOPES, 2018), passando pelo paradigma de classe social e da cultura da convergência – até o nível técnico-empírico por meio do modelo multimetodológico das mediações. Tal proposta é adequada também pelo fato de que, por meio dela, foi possível explorar de maneira a saturar cada mediação estudada na recepção da telenovela. A seguir, apresentamos um diagrama que ilustra esta mobilização dos três mapas de Martín-Barbero (Mapas 1- amarelo, 4 - verde e 2 - rosa):

Figura 1 – Diagrama da mobilização dos mapas na pesquisa empírica



Fonte: Pereira (2020).

4 Não vamos nos ater a conceituar cada mediação pois, além deste ser um texto metodológico, também não teríamos espaço suficiente para fazê-lo aqui. A conceituação de cada mediação pode ser encontrada em Martín-Barbero (1987, 1998, 2010), e Martín-Barbero e Corona Berkin (2017); LOPES (2018); RINCÓN (Ed.) (2019), PEREIRA (2020) etc.

A partir da mobilização dos três Mapas das Mediações e com o intuito de operacionalizar de maneira mais clara a pesquisa de campo criou-se o protocolo multimetodológico. Levamos em consideração que o processo de observação, conforme Lopes (2014), tem por objetivo coletar evidências concretas que sejam capazes de reproduzir os fenômenos que estão sendo estudados. Ainda segundo a autora, a reprodução da realidade vista na fase da observação demanda uma série de atividades intelectuais que são complexas porque “o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método, pois o investigador pode ver muito e identificar pouco e pode ver apenas o que confirma suas concepções” (ibidem, p. 143). Portanto, a observação é o momento da pesquisa em que a ruptura epistemológica acontece na prática.

Assim, foram combinadas oito técnicas de pesquisa para estudar a recepção da telenovela a partir das mediações. Tais técnicas foram utilizadas por serem adequadas à teoria, ao problema e ao objeto de pesquisa. Elas não são neutras, seja no momento da sua opção, seja na sua construção, além de não poderem ser vistas como regras, ou “receituários”, que apenas explicitam “como fazer”, uma vez que são “teorias em ato” (BACHELARD apud LOPES, 2014, p. 133). Logo, as técnicas foram organizadas e articuladas com cada mediação conforme o quadro a seguir:

Figura 2 – Protocolo multimetodológico da pesquisa empírica

Mediações	Temporalidades	Narrativas	Tecnicidades	Redes	Espacialidades	Cidadanias	Sensorialidades	Identidades
<b>Coleta de Dados</b>								
1. Trabalho de campo com duas famílias								
Técnica Quantitativa	QC	QC	QC	QC	QC	QC	QC	QC
Técnica Qualitativa	OE	OE	OE	OE	OE	OE	OE	OE
	EG	EG	EG		HV	HV	HV	HV
	OO	OO	OO	OO	OO	OO	OO	OO
	GD	GD	GD	GD	GD	GD	GD	GD
2. Corpus: TVN todos os capítulos								
	TVN-R	TVN-R	TVN-R	TVN-R	TVN-R	TVN-R	TVN-R	TVN-R
	Sinose	Sinose	Sinose				Sinose	
	Clipping	Clipping	Clipping				Clipping	
<b>Tratamento dos Dados</b>								
Transcrição instrumentos	Todos	Todos	Todos	Todos	Todos	Todos	Todos	Todos
Tabulação por mediação	Maxqda	Maxqda	Maxqda	Maxqda	Maxqda	Maxqda	Maxqda	Maxqda
Análise	Estudo de caso	Análise gênero ficcional	Análise gênero ficcional; Estudo de caso	Análise de conteúdo	Análise de conteúdo	Estudo de caso	Estudo de caso	Estudo de caso

Fonte: Pereira (2020).

Legenda: QC: Questionário de consumo; OE: Observação etnográfica; HV: História de vida; HC: História de vida cultural; EG: Entrevista de gênero ficcional; OO: Observação on-line; GD: Grupo de discussão; TVN-R: Telenovela reeditada.

A coleta dos dados aconteceu ao longo dos seis meses em que a telenovela estudada (*O Sétimo Guardião*, Globo, 2018-2019) foi ao ar. Assistimos os capítulos com cada

uma das famílias em um sistema de revezamento, e as entrevistas também foram aplicadas ao longo desse período. Apenas o grupo de discussão aconteceu após a telenovela terminar, para que os receptores pudessem ter uma visão global da trama encerrada.

Devido ao volume de material gerado pela pesquisa empírica, os dados coletados por meio de todas estas técnicas, com exceção das observações etnográficas e *on-line*, foram tabulados no software Maxqda Analytics Pro 2018. Optamos por um software diferente do utilizado no livro *Inspiração* por este ser mais atual e porque supriria todas as demandas da pesquisa de forma satisfatória. O uso de software em uma pesquisa qualitativa “funciona como instrumento para mecanizar tarefas de organização e arquivamento de textos, que facilitam o tratamento de dados” (FREIRE, 2015, p. 97). Antes de começarmos a utilizar o programa, foram transcritas todas as técnicas aplicadas no campo (QC, EG, HV, HC, GD), com exceção das duas técnicas de observação que demandaram análise mecânica do diário de campo da pesquisadora, bem como a memória do visto e vivido com as famílias. As outras cinco técnicas gravadas foram transcritas manual e literalmente, a fim de que não ficassem de fora nada do que foi dito pelos informantes, pontuando até mesmo o que não foi dito, como os momentos de silêncio, risos, olhos marejados e constrangimento. No total, foram transcritas 13 horas de entrevistas. Após essa etapa, todos os documentos transcritos foram exportados para o Maxqda e dispostos em duas pastas diferentes, de modo que cada família tivesse sua pasta de arquivos com os respectivos membros. Em seguida a análise foi operacionalizada, ou seja, foram criados grandes conjuntos denominados com as quatro principais mediações (temporalidades, espacialidades, sensorialidades e tecnicidades) e, nesses conjuntos, criamos as categorias analíticas empíricas. Assim, tivemos tal organização na plataforma do programa conforme os conjuntos e categorias analíticas empíricas: *Temporalidades*: cotidiano familiar, infância relações amorosas, relações interpessoais, emprego; *Sensorialidades*: cidadania, pertencimento de classe (com a subcategoria: distinção), emoção, geracional; *Espacialidades*: assistência, refeições; *Tecnicidades*: econômico, relação com a telenovela, religião, geração, consumo de mídia (com as subcategorias Twitter, Instagram e Facebook), roteiro, lazer, relações de gênero, política, educação, relações familiares, trabalho, sexualidade e técnica.

Nossa amostra foi não probabilística, de representatividade social e não estatística (LOPES, 2014), visto que realizamos uma pesquisa qualitativa a fim de contemplar uma família de classe média alta e outra de classe média baixa. Optamos por trabalhar apenas com duas famílias, em vez de quatro, como em *Vivendo*, pelo fato de que a pesquisa de Lopes, Borelli e Resende (2002) foi realizada por um grupo de 15 pesquisadores, e esta tese com apenas por uma pesquisadora, sendo impossível realizar uma investigação com quatro famílias. A escolha por trabalhar com as frações de classe média baixa e

média alta deveu-se porque, primeiro, em *Vivendo*, a família de classe média baixa foi a que estabeleceu uma relação de pesquisa (investigador/informante) mais densa (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002). Segundo, elegemos a de classe média alta, porque, entre as frações mais altas, foi a que teve uma relação de maior intensidade com a pesquisa do livro *Inspiração*. Além do que, se levarmos em consideração a pirâmide de estratificação social, ambas são, a título de comparação, correspondentes. Entendemos o conceito de classe social sob a luz de Pierre Bourdieu (2007), sendo este complexo e que envolve questões para além do econômico, considerando as práticas culturais, os aspectos simbólicos e materiais na constituição e na identificação social dos atores. Mas, uma pesquisa empírica precisa ser operacionalizada, portanto adotamos um critério de classificação de classes sociais. O objetivo foi o de avançar a respeito do que foi feito no nosso livro *Inspiração*, em que a classificação seguiu uma tipologia de bairros. Levamos em conta o local em que moram, mas sentimos a necessidade de adotar um critério de classificação que considerasse outras dimensões. Portanto, adotamos o critério da ocupação do membro mais bem situado, de Quadros, Gimenez e Antunes (2013), em que, embora os rendimentos dos agentes variem, existe um padrão médio de estilo de vida conforme a ocupação que exercem, além de considerar os aspectos educacionais.

Nossa amostra foi composta por uma família de classe média baixa, que chamamos de Família 1, constituída por quatro pessoas de diferentes idades e profissões e moradores do bairro Jardim Martinica, no distrito de Campo Limpo, na Zona Sul de São Paulo. A outra família, de classe média alta, denominamos Família 2, é constituída por duas pessoas de diferentes idades, moradoras do bairro Sumaré, localizado na Zona Oeste de São Paulo, no distrito de Perdizes. O parâmetro de escolha das famílias foi pertencerem às classes sociais que iríamos investigar, assistir à telenovela das 21 horas da Globo, e, é claro a disponibilidade em participar de uma pesquisa tão longa como a nossa.

Nosso *corpus* foi formado pelos 161 capítulos da telenovela *O Sétimo Guardião* (Globo, 2018-2019). Para ter acesso irrestrito e ilimitado a todos os capítulos, assinamos a Globoplay, plataforma digital com *streaming* de vídeos sob demanda criada e desenvolvida pelo Grupo Globo. A assinatura serviu para que a pesquisadora pudesse assistir a algum capítulo que eventualmente tivesse perdido, consultar alguma cena mencionada pelos informantes durante a pesquisa de campo e, ainda, para realizar o *download* das cenas escolhidas pelos receptores como suas preferidas e reeditá-las para a dinâmica do grupo de discussão. Portanto, estas cenas tidas como mais marcantes na concepção dos receptores foram reeditadas na sequência em que foram escolhidas por eles, constituindo, assim, duas outras telenovelas, cada uma produzida por uma família. Elas foram assistidas com os informantes durante o grupo de discussão. Ainda faz parte do *corpus* da pesquisa a sinopse da telenovela disponibilizada pelo Gshow do site Globo.com e um

*clipping* com notícias e conteúdos sobre a trama coletado pela autora com o objetivo de complementar a análise acerca das questões de produção da telenovela.

### Sobre os percalços da pesquisa empírica

Ao longo deste texto, utilizamos a primeira pessoa do plural por entendermos que o estudo não é um produto de esforço individual, uma vez que é construído pela autora e sua orientadora. Porém, a partir de agora, será empregada a primeira pessoa do singular porque a pesquisa de campo é um momento individual em que, obviamente, é carregado de contribuições coletivas, mas que inevitavelmente, a pesquisadora está/esteve sozinha.

Ponto primeiramente que, encontrar as duas famílias que fariam parte da amostra foi uma tarefa bastante árdua, visto que eu não morava na imensa São Paulo há muito tempo e meu círculo de pessoas era limitado para que pudesse conhecer as famílias que se enquadrassem nos critérios da pesquisa. Imediatamente comparei com quando realizei a pesquisa de mestrado em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, lugar em que nasci e vivi a maior parte da minha vida. Lá, encontrar as três famílias de classe popular que fizeram parte da pesquisa de recepção sobre telejornal foi muito fácil. Voltamos, então, à pesquisa de doutorado em São Paulo. Depois de inúmeras tentativas das mais variadas formas, por meio da secretaria de uma igreja e depois de semanas de espera, consegui a confirmação de que uma família de classe média baixa constituída por sete pessoas estaria disposta a participar da pesquisa. Coincidentemente, tal família era moradora do mesmo bairro em que morava a família de classe média baixa que participou do *Vivendo*. Os primeiros contatos foram proveitosos, mas uma semana antes a mãe da família entrou em contato para avisar que estavam desistindo da participação porque o marido preferia que a família assistisse a telenovela do SBT em vez da trama da Globo que iria iniciar em breve. Diante disso, contagem regressiva para encontrar outra família. Mais uma vez depois de diversas tentativas, em uma conversa no salão de beleza que frequento, encontro, em uma manicure, a família que iria fazer parte da amostra. Conseguir a família de classe média alta igualmente exigiu esforço, e após diversas tentativas, consegui que uma amiga de um vizinho meu aceitasse participar da pesquisa.

Os percalços se deram com algumas diferenças em cada família. Na Família 1, por exemplo, havia um certo contratempo para ajustar horários das informantes com a pesquisa porque ambas fazem longa jornada de trabalho, que muitas vezes inclui as noites e os finais de semana, e essa situação fazia com que, algumas vezes, as informantes preferissem, compreensivelmente, tempos de lazer/descanso em detrimento da minha visita. Na mesma família, houve fraca adesão dos jovens, um deles porque trabalha durante o dia e estuda à noite e, assim como as duas outras integrantes da

família, tinha pouco tempo de lazer/descanso e, quando tinha, e eu estava lá, ele preferia ficar no seu quarto. Além do mais, é um jovem tímido. O segundo jovem membro desta família participou mais ativamente da pesquisa, mas também em alguns momentos não estava em casa, ou por estar com o pai (que é separado da mãe), ou por estar jogando futebol com os amigos. Porém, no final da pesquisa, ele, que está no auge da sua pré-adolescência, arranhou uma “namoradina” e preferia estar no quarto falando com ela pelo WhatsApp a estar na sala assistindo à telenovela com a gente. Ele nem mesmo participou do grupo de discussão realizado com a família após o final da telenovela. Na Família 2, também houve necessidade de ajustamento de horário das informantes devido a compromissos de trabalho ou pelo fato de, algumas vezes, a jovem não estar em casa, ou por estar com o pai (que também é separado da mãe), ou com os amigos no cinema, no shopping ou em algum show. Porém isso aconteceu de forma menos acentuada que na Família 1. Com relação à jovem, ela aderiu com maior densidade à pesquisa em comparação aos jovens da Família 2, talvez por ser mais velha e menos tímida. Muitas vezes, tive de me esforçar para manter o seu interesse em minhas perguntas ou em nossas conversas, pois eu competia com o seu telefone celular. Percebi ainda, nas duas famílias informantes, em alguns momentos, um certo desconforto com a duração da pesquisa, pois, perguntas do tipo: “Ah, mas é até o final da novela mesmo?” ou “Você não quer fazer todas as entrevistas logo, para terminarmos de uma vez?” eram feitas pelos informantes. Este desconforto e a necessidade de ajustamento dos horários, parece-me, aconteceram porque, entre outras questões relacionadas ao capital econômico, cultural e social dos informantes, está a questão do tempo. Ficou claro para mim, em comparação com o vivido em uma pesquisa de campo em Santa Maria, que o tempo do relógio em São Paulo é diferente. Aqui, o tempo passa mais rápido e as pessoas são mais rápidas para acompanhá-lo. Há sempre algo para fazer, seja com relação ao trabalho ou ao lazer. Quando se chega em casa depois de um dia longo de serviço, ainda há o que fazer. Já no interior, como no exemplo de Santa Maria, o tempo passa mais devagar e as pessoas acompanham esse ritmo, porque, ao chegar em casa após a jornada de trabalho, sentam com suas famílias para tomar o tradicional chimarrão ou até mesmo na frente das casas ou nas sacadas para confraternizar com os vizinhos ou então apenas para contemplar a paisagem. Bosi (1987, p. 75) confirma que o tempo do relógio no interior é diferente:

Há casas em cidades tranquilas em que o tempo parou; o relógio das salas é o mesmo que pulsava antigamente e as pessoas que pisam as tábuas largas do assoalho conservam um forte estilo de vida que nos surpreende pela continuidade.

Apesar dos percalços, fui muito bem recebida pelas duas famílias ao longo de todos os meses de realização da pesquisa empírica. Degustei cafés, chás, biscoitos e outros lanches com ambas as famílias em momentos extremamente agradáveis. Algumas vezes, jantei com a Família 1, e foi com eles que adquiri o hábito de comer coco ao natural. Ainda assim, para que fosse possível analisar e captar a experiência e o cotidiano das famílias e a recepção da telenovela, precisei me sentir aceita por elas. Esta aceitação não é aquela que tive desde o instante em que se dispuseram a fazer parte da pesquisa, mas no momento em que começaram a agir de maneira mais natural comigo. Sei que, obviamente, minha presença alterou de alguma maneira a rotina deles e seus comportamentos. Mesmo assim, foi importante me sentir cada vez mais próxima deles, cumprindo com a premissa de confiança mútua e intercâmbio indispensáveis em uma pesquisa empírica (LAPLANTINE, 2004). Reitero que sempre fui muito bem acolhida pelas duas famílias, o que quero salientar aqui são as situações em que de fato me senti uma estranha familiar. Com a Família 1 destaco duas situações: a primeira delas foi quando o filho jovem, que apesar de responder às entrevistas e participar de diversos momentos de assistência conosco, jantou na minha frente, pois, até então, sentia-se constrangido de fazer as refeições na minha presença. Assim, quando foi até o fogão, serviu seu prato e sentou-se à mesa perto de onde estávamos assistindo a telenovela após chegar de um jogo de futebol, senti-me de fato aceita, principalmente por ele. Ele me olhou, envergonhado, e falou sorrindo: “Ah, não repara que como bastante, viu?”. A partir de então, ele passou a participar das refeições com a família, mesmo com a minha presença. O outro momento ainda com a mesma família foi quando as duas integrantes passaram a me contar algumas intimidades de seus relacionamentos amorosos e sexuais. Já com a Família 2, esse “click” se deu quando a jovem, sozinha comigo, dividiu alguns assuntos privados da relação familiar, e a mãe, em outro momento, também sozinha, ficou com os olhos marejados ao relatar, mesmo que rapidamente, seus problemas, já controlados, de ansiedade e depressão iniciados no processo de separação do pai de sua filha.

### Considerações finais

Então, pontuar estes percursos e percalços foi um profícuo exercício de vigilância epistemológica e de ruptura que me fez observar a mim mesma como pesquisadora e não apenas as reações dos outros em relação a mim. Assim, ressalto a importância de atentarmos para as nossas “próprias reações as reações dos outros” (LAPLANTINE, 2004, p. 27), porque, se isso for alcançado, pode contribuir muito com nossa pesquisa. A ruptura epistemológica acontece justamente na experiência da pesquisa de campo “em que são relativizados, simultaneamente, o senso comum do informante e o ponto de vista

científico do pesquisador, tentando assim abarcar todas as marcas de etnocentrismo, inclusive científico” (LOPES, 2010, p. 37). Desse modo, é possível evitar “o vício teorista de pressupor a passividade do objeto de investigação [...] e o vício etnocêntrico de confundir o desejo sobre o que a realidade deve ser” (ibidem). Há, então, a necessidade de desnaturalização do trabalho de campo e de entender que este é formado por “situações de comunicação” que implicam relações dinâmicas entre os autores envolvidos, ou seja, pesquisador e pesquisado, e que estas configuram processos de negociação, colaboração e resistência, assim, “a reflexividade, que é sinônimo de método, permite perceber e controlar no campo a própria condução de uma entrevista [...]” (LOPES, 2010, p. 44). Não é possível explorar a relação de comunicação na sua generalidade sem se deter nos problemas práticos e teóricos desta interação, uma vez que essa relação é “social” e exerce efeitos sobre os resultados obtidos e só a reflexividade (método) é capaz de permitir que se perceba e se controle no campo a “própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (BOURDIEU, 1997, p. 694). Para o autor, quando o investigador tenta saber o que se faz no início de uma relação de entrevista é, antes de tudo, tentar conhecer os efeitos que podem ser produzidos: “[...] sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca [...] é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece” (ibidem, p. 695). É a capacidade de mensurar a amplitude e a natureza da distância que existe entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida pelo investigado e o objetivo do pesquisador que pode, pelo menos, tentar reduzir as distorções que dela são resultantes.

Assim, é o pesquisador que inicia o jogo e que estabelece as regras deste sem negociação prévia com o pesquisado, o que redobra o abismo social já existente pelo fato de o pesquisador já ocupar uma situação superior ao entrevistado, principalmente em razão dos seus capitais culturais diferentes. Esses efeitos, Bourdieu (1997) também chama de “violência simbólica” e, para esta ser minimizada, é preciso que aconteça uma relação efetiva de escuta e metódica. A proximidade social e a familiaridade asseguram, conforme o autor, as condições essenciais de uma comunicação “não violenta” na pesquisa de campo. Porém, os procedimentos para reduzir estas distâncias entre investigador e investigado têm seus limites, já que, quando nada neutraliza ou suspende “[...] os efeitos sociais da dissimetria ligada à distância social, não se pode esperar conseguir obter declarações tão pouco marcadas quanto possível pelos efeitos da situação de pesquisa senão ao preço de um trabalho incessante de construção” (ibidem, p. 699). Todavia, o pesquisador não deve fingir e nem tentar anular a distância social que o separa do pesquisado, mas ser capaz de se colocar no lugar do outro (do pesquisado) em pensamento. Isto é, “ver com os outros” (MARTÍN-BARBERO e CORONA BERKIN, 2017) em uma situação

de pesquisa horizontal em que um acaba por se reconhecer pelo olhar do outro. Mas isso não quer dizer passar para o lado do outro, transformar-se em um deles, e sim, escutar o outro para poder interpretá-lo, ser empático. A questão é que, em conformidade com Bourdieu (1997), não devemos acreditar que apenas pela reflexividade o investigador possa controlar todos os efeitos complexos e diversos da relação de pesquisa, pois os pesquisados podem intervir, tanto consciente quanto inconscientemente, para tentar impor a sua própria definição da situação. Afinal, nesta relação de entrevista, de troca, cada um (pesquisado e pesquisador) “engana um pouco o outro ao se enganar a si próprio” (ibidem, p. 703).

Temos consciência da imprescindível contribuição das investigações que vão a campo “privilegiando assim ‘a visão de mundo’ de pessoas de carne e osso, fornecem uma perspectiva molecular, de ‘baixo’, por assim dizer, dos acontecimentos” (FONSECA, 2004, p. 213). Mas o fascinante ato de “sujar as mãos nas cozinhas da pesquisa empírica” (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, tradução nossa)<sup>5</sup> também nos coloca diante de situações não esperadas.

## Referências

- BACHELARD, Gaston. Conhecimento comum e conhecimento científico. **Tempo Brasileiro**, São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan./mar. 1972.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987. v. 1.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A distinção** – crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme, F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- FREIRE, Claudia Pontes. **Método de monitoramento de redes sociais**. Epistemologia, técnicas e propostas de mineração de banco de dados para conteúdos gerados por fãs de telenovela em redes sociais. 2015. 399f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**. Comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera. **Vivendo com a telenovela**: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús; CORONA BERKIN, Sarah. **Ver con los otros**: comunicación intercultural. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, José Luiz.; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa em comunicação**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. A teoria barberiana da comunicação. **Matrizes**, v. 12, n. 1, p. 39-63, jan./abr., 2018.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera. **Vivendo com a telenovela**: recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002.
- PEREIRA, Tissiana Nogueira. **Navegando com a telenovela? Mediações, recepção e ficção televisiva em tempos transmídia**. 312f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.
- QUADROS, Waldir José de; GIMENEZ, Denis Maracci; ANTUNES, Davi José Nardy. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- RINCÓN, Omar (Ed.). JACKS, Nilda; SCHIMITZ, Daniela; WOTTRICH, Laura (Orgs.). **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**. Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. Tradução de Fabrícia Reginatto. Quito: Ciespal, 2019.

5 No original: “to dirty its hands in the kitchens of empirical research”.

# Fotografia e identidades: expressão pessoal e representação social<sup>1</sup>

*André Luis Bueno Alves Pereira<sup>2</sup>*

---

## **Resumo**

Este estudo tem como propósito compreender o papel da fotografia no processo de expressão e de formação da identidade dos fotógrafos, considerando as experiências e produções fotográficas pessoais de Douglas Mansur, Marcos Palhano e Thamara Lage. Busca-se a partir do estudo de suas produções fotográficas, ligadas a diferentes contextos sociais e culturais, investigar processos de expressão e de representação identitária.

## **Palavras-chave**

Fotografia. Representação. Expressão. Identidade. Comunicação.

---

## **Introdução**

Em 2012, realizei uma pesquisa no departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) – apresentada na conclusão do curso de especialização em Gestão da Comunicação: Políticas Educação e Cultura – sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Castilho Costa. Esse estudo permitiu discutir a função da “Fotografia e Educomunicação”<sup>3</sup> para o Desenvolvimento Humano”, um olhar crítico e para as expressões pessoais e coletivas da juventude, qualificando o impacto do projeto fotográfico coletivo *Um Olhar*<sup>4</sup> e suas atividades fotográficas – com seu público – realizadas nas periferias da Zona Sul de São Paulo.

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa* (Grupo: *Produção e circulação da informação*) do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, realizado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Mestrando em Ciências da Comunicação com orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Castilho Costa (linha de pesquisa: Comunicação, Cultura e Cidadania) e Especialista em Gestão da Comunicação pela ECA-USP. É fotógrafo e pesquisador do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP. andrebueno@usp.br.

3 BUENO, A. Cedeca Interlagos: Fotografia e educomunicação para o desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/69253>. Acesso em: 14 de fev. 2019.

4 Site do Projeto Coletivo “Um Olhar”. Disponível em: [Disponível em: <wwwumolhar.org>](http://www.umolhar.org).

Os resultados adquiridos com o estudo mencionado estimularam essa nova pesquisa de mestrado – já em fase de conclusão –, que visa continuar e aprofundar os estudos fotográficos em comunicação, mas com novo objetivo: compreender o papel da fotografia no processo de expressão e de formação da identidade dos fotógrafos, considerando suas experiências e produções fotográficas pessoais.

Para isso, dois fotógrafos e uma fotógrafa atuantes em contextos sociais e culturais particulares foram pesquisados: Douglas Mansur, Marcos Palhano e Thamara Lage. Questões que envolvem seus processos criativos, intencionalidades, suas narrativas, trajetórias pessoais, seus discursos, modos de expressão e de representação identitária, foram aspectos tratados ao longo deste estudo em torno da relação entre fotografia e identidade.

### Apresentação dos fotógrafos Douglas Mansur, Marcos Palhano e da fotógrafa Thamara Lage

Optamos por um recorte a partir da escolha de dois fotógrafos e uma fotógrafa: Marcos Palhano, com produção ligada a religião afro-brasileira e a cultura popular de São Luís do Maranhão; Douglas Mansur, conhecido por seu trabalho de documentação no Brasil sobre movimentos sociais, rurais e sindicais; e Thamara Lage, com produção voltada para a temática da mulher e do movimento LGBTQI+.

A escolha levou em consideração o engajamento de cada um com o seu contexto e objeto de expressão pessoal; o quanto representam uma identidade para seus adeptos; por representarem diferentes movimentos sociais e culturais, bem como diferentes momentos históricos da fotografia contemporânea; e pela diversidade técnica e de processos de produção existente entre os três.

Douglas Mansur<sup>5</sup> é repórter fotográfico, completou 37 anos de carreira em 2018. Com passagens por várias instituições de movimentos sociais e veículos brasileiros, tem título de Cidadão Paulistano, duas Menções Honrosas do MST e foi finalista do Prêmio Comunique-se 2007. Nasceu em Timburi (SP), em 1957. Formado em Filosofia pela Faculdade Associada Ipiranga (FAI) e em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, mestre pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam), atuou como professor de fotojornalismo no curso de especialização do Núcleo José Reis da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA-USP/SP) e da Unesp, entre outras atividades acadêmicas. Há mais de 30

5 Facebook e sites do fotógrafo Douglas Mansur. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Celeirodememoria/>>; <<http://www.celeirodememoria.org.br/>> e <<http://www.douglasmansur.com.br/>>.

anos documenta movimentos sociais, sindicais e rurais, no Brasil e na América Latina, o que lhe possibilitou realizar diversas exposições no Brasil e no exterior.

Figura 1 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1980, Rio Grande do Sul. Foto: Douglas Mansur<sup>6</sup>



Marcos Palhano<sup>7</sup> nasceu em São Luís do Maranhão, em 1977. Em 2005, fez seu primeiro curso de fotografia, em São Luís, o que o estimulou a iniciar uma documentação fotográfica sobre a festa Bumba-meu-boi. Desde então, seu interesse em fotografar a religiosidade afro aumentou, motivando-o a iniciar produções documentais na busca por sua ancestralidade, pelo sagrado e pela fé. É iniciado no Tambor de Mina, culto afro-maranhense e possui formação em Tecnologia da Fotografia, pela Universidade Paulista, Unip, em São Paulo. Dentre os seus principais trabalhos, destacam-se: “Bumba-meu-boi de São Luís do Maranhão” (2011-2015); “Resistentes Raízes Negras” (2008), sobre algumas comunidades remanescentes de quilombos no município de Alcântara no Maranhão; e sua documentação em andamento sobre a religião afro-brasileira Tambor de Mina. Recebeu uma Menção Honrosa em 2015, na Bienal de Arte Fotográfica em São José do

6 Facebook do fotógrafo Douglas Mansur. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/Celeirodememoria/photos/?tab=album&album\\_id=2066784900085284](https://www.facebook.com/pg/Celeirodememoria/photos/?tab=album&album_id=2066784900085284). Acesso em: 14 fev. 2019.

7 Sites do fotógrafo Marcos Palhano. Portfólios: Disponível em: <http://marcospalhano.wixsite.com/fotografias> e <https://marcospalhano.wixsite.com/portfolio> <https://youpic.com/photographer/olhodoobturador/marcos-palhano>.

Rio Preto. Teve trabalhos selecionados para vários salões de fotografias e concursos, dentre eles: 17º Concurso Latino-Americano de Fotografia Documental, Colômbia, 2011; VIII Salão Nacional de Fotografias Brasil Afro, Rio de Janeiro, 2010; e o IV Salão de Artes de São Luís do Maranhão, 2013.

**Figura 2** – Segbo-Lisa. Fotografia da série Tambor de Mina. Abiyéyé: Ritual de Ano Novo do Tambor de Mina – Kwê Mina Dan Axé Bocô Dá-Hô, São Paulo, Abril, 2014. Foto: Marcos Palhano<sup>8</sup>



Thamara Lage<sup>9</sup> nasceu em São Paulo, em 1993, e iniciou na fotografia no ano de 2010. Formada em Tecnóloga em Fotografia na Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), passou a ministrar workshops fotográficos e a produzir fotografia experimental voltada para o universo feminino. Com o tempo, descobriu que as mulheres e suas histórias se tornaram o foco de suas produções pessoais documentadas em retratos e nu artístico. Seu trabalho intitulado “Amor” (2015), representa o suicídio de mulheres por sofrerem discriminações por serem lésbicas. O projeto “Condenadas(os)” (2016), demonstra padrões estéticos e a invisibilidade das pessoas LGBTQs. Mais recente, em “Retratos de Guerra”

<sup>8</sup> Site do fotógrafo Marcos Palhano Fotografias. Disponível em: <<https://marcospalhano.wixsite.com/fotografias/tambor-de-mina?lightbox=dataitem-im3x7kct>>. Acesso em: 26 de Nov. de 2019.

<sup>9</sup> Sites da fotógrafa Tamara Lage. Disponível em: <<https://thamaralage.wixsite.com/thamaralage>> e <<https://thamaralage.tumblr.com/>>.

(2017), Thamara busca expressar a angústia, as marcas na pele e a dor de mulheres que vivem em uma sociedade machista e misógina.

**Figura 3** – Montagem feita pelo pesquisador com fotografias da série “Retratos de Guerra” de Thamara Lage<sup>10</sup>



### Fundamentação teórica

Para a construção do quadro teórico levamos em conta autores que possibilitam discutir a fotografia como um meio de expressão pessoal e suas possíveis relações com a representação de identidades individuais e coletivas, ligadas a diferentes culturas e contextos sociais.

Traçamos um breve histórico da fotografia e de seu desenvolvimento tecnológico, destacando sua democratização e sua forte influência nos modos de expressão da sociedade contemporânea, com base em autores como Gisèle Freund (1976), Margarita Ledo (1998), Edmond Couchot (2003) e Muniz Sodré (2006).

A abordagem sobre a linguagem fotográfica e suas possibilidades técnicas e narrativas para expressão pessoal, além da fotografia como imagem técnica e documento fonte de memória e expressão, se deu a partir de Joan Fontcuberta (2012), Boris Kossoy (2001), Arlindo Machado (2002), Couchot (2003), Vilém Flusser (2008), Wagner Souza e Silva (2014) e Cristiano Franco Burmester (2018). A discussão dos retratos fotográficos como representações de identidades dos sujeitos também levou em conta o trabalho de Annateresa Fabris (2004).

Considerando a visão como um instrumento cognitivo para a percepção do mundo (COSTA, 2013), entendemos que a linguagem visual desempenha um importante papel na forma de olhar e expressar dos fotógrafos, e na geração de significados a partir do que eles veem e representam sobre a realidade. Deste modo, buscamos discutir as relações entre identidade, olhar, linguagem e imagem a partir de Fontcuberta (2012), Flusser (2002), Maria Cristina Castilho Costa (2013), além de Regis Debray (1994), o qual nos baseamos

<sup>10</sup> Tumblr de Tamara Lage. Disponível em: <<https://thamaralage.tumblr.com/>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

para tratar o fotógrafo como o sujeito criador com “individualidade assumida, atuante e falante”, o “sujeito por detrás do olhar” (DEBRAY, 1994, p. 224).

Procuramos discutir o papel simbólico, das fotografias e do gesto dos fotógrafos, na geração de significados para quem fotografa e para quem se relaciona com os fotógrafos e suas imagens. Discutimos também a fotografia como parte de um “sistema representacional” (Hall, 2016 p. 24) ou de uma prática de produção simbólica de significados capaz de influenciar na forma como as identidades são reconhecidas e expressadas por meio das imagens. Para abordar esses aspectos, trouxemos a literatura de Jean Galard (1997) e Stuart Hall (2016).

Foi grande a contribuição de Hall (2014) ao tratarmos a questão da identidade e sua relação com as representações, ao discutirmos o modo como os fotógrafos se representam em suas identidades culturais e sociais em diferentes momentos de suas vidas. Suas obras possibilitaram abordar as relações entre as identidades pessoais dos fotógrafos e suas imagens, entendidas como representações capazes de expressar identificações ligadas a determinados contextos sociais, épocas, espaços, culturas, raças, gêneros, religiões, dentre outros.

Nesse sentido, buscamos traçar ligações entre a formação da identidade, as práticas discursivas, o imaginário e as imagens. Assim, destacamos o papel da imagem na identificação do fotógrafo ao abordar a busca pessoal como um modo que os fotógrafos encontram para produzir “imagens de nós mesmos, duplos com os quais nos identificamos e que ajudam a conceber imagens espectrais que nos representam” (COSTA, 2018, p. 10).

A identidade também foi estudada não “como um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional” (Hall, 2000, p. 108) para discutir o fotógrafo como um sujeito em constante processo de produção ao longo do tempo. Logo, contamos com Tomaz Tadeu da Silva (2000 p. 73) para abordar a identidade como “criação”, como algo “ativamente produzido” no contexto cultural e social. Ou seja, como “resultado de um processo de produção simbólica e discursiva”, no qual a fotografia exerce um papel.

Já as contribuições de Manuel Castells (1999), Zygmunt Bauman (2005), Hank Johnston (2014) e Charles Tilly e Lesley J. Wood (2010), somam nas discussões das identidades, também entendidas como uma forma de resistência, de representação coletiva e de pertencimento, sobretudo ligada aos movimentos culturais e sociais no contexto da “era da modernidade líquida” (BAUMAN, 2005).

Por fim, embasamo-nos no pesquisador John W. Creswell (2010) para desenvolver os métodos de pesquisa, sobretudo para elaborar um plano de estudo seguindo um cronograma com os três fotógrafos pesquisados, de acordo com uma lógica de replicação metodológica entre os três. Quanto ao estudo iconográfico, envolvendo a análise e interpretação das imagens dos fotógrafos, tomamos como referência os trabalhos de autores como: Kossoy, *Fotografia & História* (2001) e Georges Didi-Huberman, *O que vemos, o que nos Olha* (2010) e *Diante da imagem* (2013).

## Justificativa

As identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2014, p. 9), possibilitando aos sujeitos assumirem diferentes identidades de acordo com cada momento. Os fotógrafos se enquadram nessa perspectiva como sujeitos em constante transformação, expostos aos espaços e tempos capazes de influenciar suas percepções de si, seus imaginários, suas narrativas e, até mesmo, suas identidades pessoais. Neste sentido, o entendimento de suas trajetórias e de seus modos de ver e se expressar no mundo são importantes para a compreensão do papel da fotografia – na representação de identidades – diante de um contexto social e cultural complexo na atualidade, composto e influenciado por diferentes grupos, movimentos, religiões, raças, gêneros, ideologias, costumes e valores.

O caráter de representação da fotografia se transformou com o passar do tempo, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e comunicacional da sociedade, e o protagonismo de novos fotógrafos que buscam representar suas próprias histórias e identificações tem chamado atenção. Esses aspectos resultam em novas representações, narrativas e documentações sobre as identidades culturais e sociais, o que demanda a necessidade de novos estudos sobre a fotografia e os fotógrafos.

Nesse sentido, as análises e interpretações sobre produções fotográficas pessoais ligadas a diferentes contextos sociais e culturais, além de abordar características estéticas das imagens e a fotografia como meio de representação de identidades individuais e coletivas, discute o fotógrafo como sujeito com olhar e história própria, aquele que busca, por meio da tecnologia, linguagem e atitude, expressar de modo particular sua realidade e individualidade diante desses contextos sociais. Assim, pode-se dizer que este estudo também visa tratar a fotografia no processo de formação da identidade do indivíduo fotógrafo.

Portanto, espera-se que os resultados contribuam para o desenvolvimento de olhares críticos e cidadãos mais autônomos em seus processos de expressão pessoal, apropriando-se da fotografia como um meio para autorrepresentação, sobretudo para o fortalecimento de identidades.

## Objetivos

### Objetivo geral

Compreender o papel da fotografia no processo de expressão e de formação da identidade dos fotógrafos, considerando suas produções fotográficas pessoais.

## Objetivos específicos

- Descrever a fotografia como representação identitária;
- Entender a especificidade da fotografia no processo de formação de identidades;
- Investigar os processos de produção fotográfica e formas de representação dos fotógrafos Douglas Mansur, Marcos Palhano e Thamara Lage;
- Investigar a fotografia como forma de expressão e narrativa pessoal;
- Entender a produção fotográfica como forma de dar visibilidade a certos contextos sociais no qual os fotógrafos estão inseridos.

## Metodologia

Além do levantamento de imagens produzidas pelos três fotógrafos, visando compor uma amostra fotográfica para o estudo iconográfico e iconológico (KOSSOY, 2009, p. 58), consideramos a realização de entrevistas, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, esta última entendida como método que nos possibilitou observar os fotógrafos em seus próprios contextos de atuação. Os recursos utilizados para registros foram: gravador de áudio, câmera fotográfica e um diário de campo para anotações.

Os resultados foram interpretados e descritos ao longo da pesquisa, seguindo um cronograma com os dois fotógrafos e com a fotógrafa – em períodos próximos das entrevistas e pesquisa de campo – de acordo com uma lógica de replicação metodológica entre os pesquisados.

O Quadro 1, inspirado na proposta sugerida por Creswell (2010, p. 219), apresenta um passo a passo das análises que seguimos:

**Quadro 1**– Passos para análise da pesquisa

<b>Passo 1</b>	Transcrição das entrevistas, das anotações do diário de campo e das reflexões gravadas em áudio. Descrição detalhada dos fotógrafos participantes, de seus contextos de atuação e de seus processos de produção fotográfica.
<b>Passo 2</b>	Organização dos documentos fotográficos colhidos com os três fotógrafos e produzidos durante a pesquisa de campo.
<b>Passo 3</b>	Análise e interpretação dos dados levantados com entrevistas, pesquisa de campo e pesquisas iconográficas (documentação fotográfica).
<b>Passo 4</b>	Definição das narrativas e formas de apresentação dos resultados da pesquisa: redação e apresentação de documentação fotográfica dos fotógrafos.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Creswell (2010, p. 219).

## Considerações finais

A construção das identidades sociais e culturais de Thamara Lage, Douglas Mansur e Marcos Palhano, se por um lado foram influenciadas por suas vivências e identificações fora do universo da fotografia, também se deu a partir de suas experiências durante a produção fotográfica. Considerando que a trajetória e o processo de produção de cada um o conduziram por caminhos particulares em suas formações e identificações pessoais, entendemos que a fotografia não deve ser encarada apenas como fim ou mera representação das passagens dos fotógrafos, mas como um meio que possibilita encontros, descobertas, identificações e engajamentos com indivíduos e grupos sociais.

Os limites e interesses em pertencer ou se engajar em determinado grupo, a forma de produzir representações de identidades individuais e coletivas, bem como o modo de construir uma identidade fotográfica autoral, variaram entre eles, o que indica que há diferenças nas intencionalidades, assim como nas formas de expressão e de produção das identidades, sejam elas autorais (dos fotógrafos) ou dos sujeitos, grupos ou movimentos representados.

Deste modo, diante da diversidade de contextos culturais e sociais, bem como de fotógrafos e processos de produção fotográfica, não é possível afirmar que existe um método de trabalho ideal para a expressão/representação de identidades individuais ou coletivas, tão pouco uma característica de linguagem e estética definida para a construção de uma identidade fotográfica autoral.

Cada fotógrafo(a) tende – não necessariamente todos conseguirão – a desenvolver, ao longo dos anos, a partir de suas vivências e experimentações com as técnicas e com a linguagem fotográfica, um modo de trabalho e uma forma de expressão que se molda com o contexto em que atua e com o qual se identifica e possibilita a construção de sua narrativa pessoal.

Embora não tivéssemos a pretensão de mensurar o quanto os três fotógrafos e seus trabalhos são reconhecidos, sobretudo dentro de seus grupos ou territórios de atuação, pode-se afirmar que a construção de uma identidade fotográfica autoral, que resulta como uma espécie de marca ou identificação dos fotógrafos se deu a partir do envolvimento de ambos com seus objetos fotográficos ao longo do tempo, mas também com a persistência e definição de seus temas e recursos de linguagem empregados: o “foco” em fotografar determinados espaços, indivíduos, movimentos e grupos sociais; a busca estética; as aplicações técnicas e o engajamento, que envolve relações interpessoais e esforços para construir e divulgar imagens com sentidos não apenas para o autor.

Assim, se por um lado a linguagem e as técnicas fotográficas constituem as escolhas para expressão visual; por outro, as atitudes, os gestos e os modos de olhar e de se

posicionar, durante o processo de produção, também reforçam características particulares dos fotógrafos(as), marcando seus modos de atuação nos espaços e no tempo. Desta forma, o reconhecimento e a identificação de cada um se dão pelas imagens e por suas relações interpessoais travadas no processo criativo, reforçando, assim, uma identidade fotográfica e social a partir do que vê e não vê nas imagens.

Levando em consideração o envolvimento de Mansur, Palhano e Lage com seus objetos fotográficos, é possível se falar em proximidade e engajamento, não apenas com a construção de suas identidades fotográficas autorais, mas com a representação de identidades coletivas ligadas a movimentos e grupos nos quais estão inseridos. Nesse sentido, percebemos que suas imagens fortaleceram as identidades coletivas, e essas, por sua vez, acolheram os fotógrafos, “legitimando” seus trabalhos. Essa conclusão só foi possível ao considerarmos os discursos dos pesquisados, suas trajetórias, interações com seus públicos e seus modos de atuação ao longo do tempo. Logo, entendemos que abordar a construção das identidades fotográficas e sociais dos fotógrafos – que envolve pertencimento e/ou participação em identidades coletivas – baseando-se apenas em análises iconográficas de suas produções, pode consistir em método arriscado ou superficial. Afinal, a construção de identidades sociais não se reduz apenas ao campo simbólico das imagens, ao mesmo tempo que a formação das identidades fotográficas autorais consiste em processos, em constante manutenção e afirmação.

Entender como as fotografias são produzidas e chegam aos indivíduos e grupos, em seus variados formatos e meios de divulgação, assim como compreender a capacidade das imagens em gerar identificação, possibilitou o entendimento do papel da fotografia como meio de comunicação e expressão pessoal simbólica, capaz de gerar reconhecimento. No entanto, a própria superficialidade e subjetividade característica das relações travadas entre indivíduos e as imagens colocam em discussão a dimensão de identificação e de engajamento que as fotografias alcançam com suas identidades representadas.

É fato que as fotografias podem criar uma certa ilusão de comunidade, de pertencimento e de identificação, mas não podemos desconsiderar que elas também possibilitam a experimentação de identidades que não se pode viver na realidade, sobretudo aquelas que resistiram apenas na imagem. Por isso, identificar-se ou se reconhecer na fotografia pode significar um repouso, uma forma de retorno ao passado e também um estímulo para o encontro com o presente que se encontra fora da imagem.

O empenho em entender o envolvimento dos diferentes fotógrafos com indivíduos e grupos fotografados, os modos como conduziram seus trabalhos, não deixa de buscar apreender o impacto da fotografia na sociedade e sobre seus autores. Logo, o aprofundamento das relações com as imagens e dos processos de produção também se

faz necessário com novos fotógrafos, sobretudo aqueles desprovidos de qualquer rótulo profissional ou artístico, que acabam de iniciar suas experimentações fotográficas cotidianas, encantados com as câmeras dos *smartphones* e aplicativos de tratamento de imagem.

Afinal, é diante de uma enorme diversidade de fotógrafos e do acesso aos dispositivos digitais de produção audiovisual que as identidades individuais e coletivas tendem a ser representadas e renovadas constantemente. Com o desenvolvimento da fotografia digital e sua transformação em um meio de comunicação comum e de “fácil” produção – nos referimos à automatização de alguns processos fotográficos como captura e tratamento visual – é esperado novas autorrepresentações como forma de “existência” e de visibilidade. Nessa perspectiva, a autonomia e a consciência, que têm se desenvolvido para contar as próprias histórias de vida como narrativa de si, tendem a deixar transparecer no conjunto de imagens pessoais relações identitárias de seu autor, o fotógrafo, esse cada vez mais desprovido de uma identidade capaz de identificá-lo como profissional ou amador.

Desde o pescador artesanal que registra sua tradição em extinção, a curandeira que fotografa suas ervas e expressa sua relação com a natureza e com o divino, o ativista que demonstra sua participação documentando protestos de rua, os “narcisos” e suas *selfies*, os movimentos culturais e sociais que passam a construir sua autoimagem e representações políticas, enfim, muitas dessas identidades vivenciadas passam a ser experimentadas pelas técnicas fotográficas e compartilhadas em redes sociais de internet, como “autorretratos”, como expressão de pertencimento, de memória, de diferenças e de autoafirmação, sobretudo ligada a suas origens, territórios e identificações pessoais e coletivas.

No entanto, se, por um lado, nunca se teve tantas oportunidades de expressar imagetamente identidades ou identidades, o que sem dúvida contribui para a visibilidade de grupos e indivíduos; por outro, a velocidade com que as representações têm sido renovadas as tornam um tanto quanto efêmeras e de difícil fixação no imaginário coletivo: imagens passageiras que rapidamente surgem e desaparecem perdidas em computadores, arquivos pessoais e redes de internet.

Em tempos “líquidos” (BAUMAN, 2005, p. 57), as formas e os significados das fotografias parecem acompanhar o ritmo de fragmentação das identidades sociais e culturais. Parte dos simbolismos e códigos visíveis poderão perder sentido ou serem ofuscados diante da tempestade imagética que se atualiza dia após dia. Insistir no uso ou na renovação das identidades fotográficas consiste numa espécie de confronto com o tempo, com as novas narrativas e técnicas de produção visual.

Quanto aos fotógrafos, esses poderão optar por seguir – ou não – renovando e retomando suas identidades fotográficas, diante de um tempo “fluido e em constante mudança”, em que “a ideia de eternidade” parece perder sentido (BAUMAN, 2005, p. 79). Assim, diante

dessa efemeridade característica da “modernidade líquida” e da árdua tentativa de se firmar identidades, impõem-se novos desafios para a fotografia e para os fotógrafos.

Por fim, este estudo possibilitou investigar a fotografia como representação de identidades ligadas a sujeitos, movimentos e grupos sociais e culturais; como meio de expressão pessoal, evidenciando identificações e narrativas ao longo do tempo; e, por fim, como identidade fotográfica, resultante da construção estética e autoral de cada fotógrafo. Em síntese, pode-se dizer que a fotografia para Mansur, Palhano e Lage mostrou-se como um meio de autorrepresentação e de resistência, para fortalecer identidades individuais e coletivas.

A construção de uma identidade fotográfica representativa de seu autor, bem como dos indivíduos ou grupos fotografados, se mostrou como uma forma de identificação e de poder compartilhado e, mais do que nunca, circulante nas inúmeras telas, sobretudo de dispositivos móveis conectados em redes de internet.

Portanto, uma vez que a nova forma de poder, como já enfatizava Castells, “reside nos códigos de informação e nas imagens de representação” (1999, p. 423), saber usar as tecnologias de produção visual a favor de suas próprias identidades, narrativas e representações, consiste em saber lidar com elas mesmas, sobretudo com domínios e manipulações impostas pelas próprias máquinas e sistemas numéricos digitais.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BURMESTER, Cristiano Franco. Ficção e fotografia – Imaginando a realidade: Um estudo sobre as recentes transformações da fotografia documental e seus desdobramentos na arte, na comunicação e na educação. In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (Org.). **Pós-tudo e crise da democracia**. 1ª ed. São Paulo: Palavra Aberta, 2018. v. 1, p. 96-108.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.
- COSTA, Cristina. **Educação, imagem e mídias**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- \_\_\_\_\_. Partidas: luto, ritos e memória. **Novos Olhares**, v. 7, n. 2, p. 7-14, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/149075>>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- COUCHOT, Edmond. **A tecnologia na arte**: da fotografia à realidade virtual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEBRAY, Régis. As três idades do olhar. In: DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DID-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diante da imagem**. São Paulo: Editora 34, 2013.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais**: uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FONTCUBERTA, Joan. **A câmera de Pandora**: a fotografia@ depois da fotografia. Tradução de Maria Alzira Brum. São Paulo: G. Gilli, 2012.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. **O universo das imagens técnicas**: elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. Barcelona: Gustavo Gili, S.A., 1976.

GALARD, Jean. **A beleza do gesto**: uma estética das condutas. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-130.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JOHNSTON, Hank. **What is a social movement?** Malden, MA: Polity Press, 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEDO, Margarita. **Documentalismo fotográfico**. Madrid: Cátedra, 1998.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.7-73.

SOUZA e SILVA, Wagner. Imagem e subjetividade. Narrativas fotográficas confessionais e a estética da afetividade. **Ciberlegenda**, n. 31, 2014.

\_\_\_\_\_. **Fotojornalismo e os afetos como valores-notícia**. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/32694>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

TILLY, Charles, WOOD, J. Lesley. **Los movimientos sociales, 1768-2008**. Desde sus orígenes a Facebook. Barcelona: Editorial Crítica; S. L. Diagonal, 2010.

# Narrativas visuais e memória.

## Os acervos fotográficos que constituem identidade<sup>1</sup>

*Santiago Naliato Garcia<sup>2,3</sup>*

---

### **Resumo**

O objetivo é pesquisar e sistematizar os acervos fotográficos com imagens fotojornalística de profissionais do Noroeste do Estado de São Paulo para contribuir com o resgate da memória visual. Os elementos teórico-metodológicos baseiam-se nas noções de memória, história e esquecimento (Ricoeur, 2014; Le Goff, 2006), nas noções que permeiam a esfera do público e do privado, e, por fim, na escrita da história e sua relação com conceituações sobre o cotidiano.

### **Palavras-chave**

Narrativas visuais. Acervos fotográficos. Fotojornalismo. Fotodocumentarismo. Fotografia.

---

### **Fundamentos iniciais da pesquisa**

O assunto deste trabalho são as potencialidades com que as fotografias feitas no interior paulista, especificamente na cidade de São José do Rio Preto-SP, inscrevem-se como documento iconográfico e se constroem como referentes válidos e necessários que atestam a passagem de tempo naquela região, constituindo-se um rico acervo imagético.

Argumentamos como justificativa de estudo a relevância que esta proposta apresenta para a ampla área geográfica do *corpus* desta pesquisa no sentido de preservar toda uma vasta memória iconográfica para uma futura recuperação. São José do Rio Preto foi fundada em 19 de março de 1852 e é uma cidade com cerca de 500 mil habitantes. Está

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Mestre pela Unesp-Bauru, é doutorando pela ECA-USP em Teoria e Pesquisa em Comunicação, na linha de pesquisa Linguagens e Estéticas da Comunicação sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Mayra Rodrigues Gomes. E-mail: santiagarcia@gmail.com

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.*

situada no entroncamento entre três estados: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás, sendo centro comercial e de distribuição para estes estados. Todo o material preliminar resultante dessa pesquisa foi localizado a partir de conversas com fotógrafos locais e duas entrevistas formais: uma com Toninho Cury, em 2014, e outra com Jorge Maluf, em 2016, ambos fotógrafos há mais de 40 anos e ainda ativos e de grande influência entre os profissionais na região que levantaram mais de 70 nomes para averiguação. Nas conversas, notou-se preocupação na guarda e catalogação das informações relevantes em trabalhos localizados e não localizados, que revivem uma presença demarcada na memória e que já assinala, também, ao mesmo tempo, um espaço de esquecimento.

A originalidade que se apresenta nesta proposta está na delimitação de um *corpus* regional específico e na temática recortada: o trabalho de preservação de tais obras visuais. O problema de pesquisa que se coloca é de que o tipo de mediação/mediatização que o signo narrativo fotográfico constrói na atualidade alterou-se com o advento das tecnologias digitais em relação aos já estabelecidos anteriormente, durante o uso exacerbado das tecnologias analógicas e dos antigos filmes fotográficos em película – no processo de sua construção e, conseqüentemente, de veiculação e de possibilidade de recuperação de tais fotografias e demais informações imprescindíveis para o resgate e construção de realidades históricas que porventura devam acompanhar o signo imagético em questão. Trabalho só possível com a devida constituição de acervos.

A hipótese identificada é de que a substituição da fotografia analógica pela digital impactou não apenas na relação do homem com seu trabalho, mas também na sua prática e, significativamente, em seu posterior armazenamento e cuidado na preservação de tais memórias: perde-se o impacto e os valores gerados pela espera da revelação da informação e atribui-se em tal relação uma noção sobre imaterialidade no suporte digital, sem a devida reflexão sobre o potencial de guarda e necessidade da criação de um catálogo que contemple informações mais complexas e completas que vão além do *EXIF* (informações de arquivo).

A metodologia empregada foi a de pesquisa de cavação com as entrevistas realizadas localmente. Além disso, fez-se revisão bibliográfica acerca dos temas que discutem a memória e o esquecimento no processo historiográfico a fim de estabelecer fundamentos referenciais teóricos para argumentar a preservação de todo o material a ser localizado.

Portanto, questiona-se: qual a situação atual destes arquivos uma vez que não há nenhum esforço de preservação identificado? É possível preservar? Como fazer? Além da questão patrimonial, há outras utilizações ou aplicações práticas que evoluíram com a atualização do sistema e da técnica além da comunicação massiva na grande mídia impressa da região Noroeste do Estado de São Paulo? Como o sistema digital trabalha com essa etapa de seleção, uma vez que ela pode ser feita agora *a posteriori* e não mais anteriormente ao ato

fotográfico (devido a limitação física da quantidade de filmes que obrigava os profissionais a um primeiro filtro antes de qualquer disparo)? Alterou-se a relação entre o fotógrafo e seu cotidiano após o advento do digital? A memória será preservada?

Claro que todas essas questões serão discutidas na tese e não nesse breve espaço de relato do *Conexão Pós*, mesmo assim, consideramos pertinente manter as questões para instigar o leitor às reflexões que faremos futuramente. E para tal, apresentaremos dois autores de nossa pesquisa que abordam os assuntos relativos sobre memória, história, cotidiano e vida privada para que esboçemos um relativo à nossa própria sociedade de pesquisa na qual nosso objeto se encontra. Ou não: veremos que a ausência também é recorrente. Seja qual for o movimento realizado, os autores selecionados para a realização desse passo são: Le Goff (2006) e Ricoeur (2014).

Até o momento da qualificação, o direcionamento deste trabalho reduziu o *corpus* de mais de 70 nomes para três: prevê a exploração em profundidade dos acervos dos fotógrafos Toninho Cury, Edson Baffi e Jayme Colagiovani. Por hora os resultados alcançados são a localização e os detentores da posse e direitos das obras. O que se espera é verificação e sistematização dos processos realizados para detalhamento e abstrações deste estudo.

### Fundamentação teórica

Memória é, para nós que a acessamos a todo instante, absolutamente tudo. Ela liga ações ao longo do tempo, fatos, assim como nutre caráter mais emergencial: nos diz onde está a água que reservamos para beber, organiza nossos encontros sociais, é capaz de nos dizer se já dormimos, comemos, tomamos banho ou qualquer outro tipo de ação de ordem prática. Tal generalização e imprecisão, no entretanto, pouco contribui para nosso estudo, que adquire contornos mais precisos na medida em que damos nomes e funções às coisas do nosso universo. Entretanto, é a partir de sua essência cotidiana e de senso comum que podemos avançar em sua identificação e compreensão. Nessa perspectiva específica nos interessa o que, de fato, pode ser a fenomenologia da memória. E para assim articular tal manifestação é que passamos a articular as noções a seguir.

É com Paul Ricoeur (2014) que trabalharemos tais elementos. Esta obra selecionada representa uma síntese de todas as obras do autor. Nela, ele faz um retorno ao estudo do fenômeno da memória a partir de Platão e Aristóteles, abordando a questão da memória individual e coletiva, antes de iniciar seu estudo nas fases documental, de explicação/compreensão, representação, da operação historiográfica. Também aborda os abusos da memória e sua taxionomia e a hermenêutica do saber histórico (crítica e ontológica). As partes discutidas pelo autor são: I – Da Memória e da Reminiscência; II – História e

Epistemologia; III – A Condição Histórica, e o Epílogo: O Perdão Difícil. Na primeira delas, o autor vai apresentar as noções sobre memória e imaginação a partir da herança grega de Platão e Aristóteles. Delineia a fenomenologia da memória a apresenta sua noção de abusos da memória, expandindo a discussão para a memória pessoal e coletiva. Traz ainda noções de Santo Agostinho, John Locke e Husserl sobre o olhar interior e de Maurice Halbwachs sobre o olhar exterior. Na segunda parte, apresenta a fase documental com a Memória Arquivada: o espaço, tempo, testemunho, arquivo e prova documental são abordados. Fala ainda da ideia de mentalidade à de representação e sua dialética. Na terceira parte, aborda a condição histórica começando com a filosofia crítica da história, traz questões acerca da história e do tempo (Temporalidade, Historicidade, Ser-no-tempo) e o esquecimento. Por fim, discute a equação do perdão, o retorno sobre si, a memória feliz e a história feliz. Falaremos, a seguir, das partes mais relevantes para a nossa pesquisa e que o recortamos para atender as delimitações do presente capítulo.

Retomar a um pensador específico significa, na práxis, retomar a vários outros. É, sob o aspecto da própria memória, conversar com aqueles que não estão aqui, cuja ausência é o primeiro sintoma suprimido por meio das palavras, imagens, e qualquer outro tipo de signo. Evocar todo o material deixado traz para o presente as noções e ideias de discussão de qualquer intelecto passado ou mesmo presente, porém distante. O fato a ser condicionado é o que indaga Ricoeur logo no começo de seu texto e que se torna referência para conduzir nossos caminhos em busca das respostas:

A fenomenologia da memória aqui proposta estrutura-se em torno de duas perguntas: de que há lembrança? De quem é a memória? Essas duas perguntas são formuladas dentro do espírito da fenomenologia husserliana. Privilegiou-se, nessa herança, a indagação colocada sob o adágio bem conhecido segundo o qual toda consciência é consciência de alguma coisa. Essa abordagem objetiva levanta um problema específico no plano da memória. Não seria ela fundamentalmente reflexiva, como nos inclina a pensar a prevalência da forma pronominal: lembrar-se de alguma coisa é, de imediato, lembrar-se de si? Entretanto, insistimos em colocar a pergunta o quê? antes da pergunta quem? (RICOEUR, p. 23, 2014)

Tal argumento explicita duas perguntas que, ordenadas, possuem desdobramentos: ao se perguntar primeiro quais as lembranças se tem e, somente depois, a quem pertencem tais questionamentos, deixa-se explícito a noção de que o possuidor da memória será identificado após a noção inicial daquilo a que se tem o que lembrar. Tal argumento ganha força na noção da memória coletiva: para o autor, se dizemos que o sujeito da

memória é o eu, a noção da memória coletiva poderá desempenhar um papel corpo estranho na fenomenologia da memória. Tal questão fica, portanto, em suspenso sobre a atribuição a alguém: a questão egológica aparece depois da questão intencional. A questão central, entretanto, será aqui levar adiante a uma fenomenologia da lembrança, focando a questão do o quê?, cujo aspecto histórico das palavras remete aos gregos e os termos: *mnēmē* e *anamnēsis*, que designam a lembrança como aparecendo e a lembrança como recordação. Ela varia entre a semântica e a pragmática. O caminho aqui proposto para a elaboração da tese em desenvolvimento é identificar o caminho que vai do o quê? ao quem?, passando pelo como.

O ponto de partida referenciado no texto de Ricoeur (2014) advém da herança grega, para o autor, polarizados em *topoi*<sup>4</sup> rivais e complementares: um platônico e um aristotélico. De acordo com o autor, o ponto de partida de Platão fala da representação presente de uma coisa ausente, cujo envolvimento está no problema envolvendo a memória pela imaginação; já na segunda, de Aristóteles, centra a representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida. Tais versões da aporia da imaginação e da memória são confrontadas incessantemente. Para Platão, a representação está presente na coisa ausente. Nele, o problema do esquecimento é colocado como o apagamento dos rastros e como falta de ajuste da imagem presente à impressão deixada. Para Aristóteles, a memória é tempo. Para ele, quando se coloca o bloco do anel de cera sobre certas sensações ou pensamentos, se imprime aquilo que se quer recordar (coisas que vimos, ouvimos). Dessa forma, para Sócrates, aquilo que foi impresso será recordado e sabemos que sua imagem estará ali. Seu contrário, aquilo que é apagado ou que não foi capaz de ser impresso, nós esquecemos. Tais reflexões acerca da metáfora da cera, na qual, posta sob as sensações, imprimimos nela aquilo que queremos recordar, apresentam a nós a memória e o esquecimento como dois elementos distintos, mesmo ambos favorecendo a recuperação futura das informações como detalharemos ao longo desta apresentação.

As dificuldades encontradas nos escritos platônicos relativos à memória dizem respeito à ausência de referência expressa à marca distintiva da memória. Outra diz respeito ao tipo de relação entre a *eikōn*<sup>5</sup> e a marca primeira, para o qual o Ricoeur (2014) afirma considerar tal distinção como princípio de reconhecimento da problemática da dimensão veritativa da memória (e da história). Mesmo sob essa sombra, possibilita-se o aparecimento de um ícone verdadeiro pela exigência de fidelidade e veracidade, em

4 Termo de Aristóteles: são as verdades aceitas que formam a base do nosso pensamento, argumentos e orientam as escolhas que fazemos no dia a dia: “dizes-se dos lugares comuns ou o estudo ou os tratados a respeito dos mesmos; “lugares-comuns”. Disponível em: <<https://leorosa.jusbrasil.com.br/artigos/121822862/topoi>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

5 *Eikōn*: imagem, termo do qual deriva a palavra ícone, e de acordo com Peirce: “ícones são signos que se relacionam com seu objeto por semelhança”. Disponível em: <<https://www.linguee.com/ingles-portugues/traducao/eikon.html>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

um quadro apropriado na noção de arte mimética, cuja relação com as marcas significantes possam ser uma relação de similitude. Para ele, a confusão sobre a possibilidade da relação com o passado ser apenas uma variedade de *mimēsis* não deixa de acompanhar os estudos sobre o tema. Tomando tal dúvida como postulado, permanece o risco de a ideia de semelhança fiel (própria da arte eicástica) fornecer mais uma máscara do que referenciais para a exploração da dimensão veritativa da memória. Na sequência de seu debate, o autor faz alegações que explicitam a persistência das marcas e do seu apagamento no caso do esquecimento:

Assim, a suposta ligação entre *eikōn* e impressão é tida como mais primitiva do que a relação de semelhança com a qual opera a arte mimética [...] Há mimética verídica ou mentirosa porque há, entre a *eikōn* e a impressão, uma dialética de acomodação, de harmonização, de ajustamento que pode ser bem sucedida ou fracassar. Com a problemática da impressão e a da relação entre a *eikōn* e a impressão, alcançamos o ponto final de toda análise. (RICOEUR, p. 32, 2014)

A hipótese e aceitação da impressão ao discutir memória é o equivalente – e também presente, assim como bastante discutido – na teoria da história, cujo equivalente adquire o nome de rastro: “A história, segundo Marc Bloch, pretende ser uma ciência por rastros” (Ricoeur, 2014, p. 32). Para delimitar também essa noção sobre o termo, Ricoeur mantém o sentido para o qual o historiador se apegava para futura discussão. A saber: os rastros escritos e eventualmente arquivados, são as marcas exteriores, escrita e discursos escritos, o componente gráfico inseparável do eicástico da imagem. A impressão enquanto estado de afetamento ao sujeito é essencialmente sentida. O autor narra certo diálogo entre Platão e Protarco acerca das sensações e seus afetamentos como verdadeiro ou falso. Na afirmação de Platão reside o esclarecimento. Para ele, reside no encontro das sensações com as reflexões do sujeito o resultado em inscrever coisas verdadeiras ou falsas: são discursos verdadeiros ou, quando escreve coisas falsas, o resultado é contrário à verdade. É dessa noção que obtemos reflexões úteis para nossa tese. As questões indagam sobre de que maneira ela é preservada, como persiste, como pode ser lembrada ou não e que relação de significância ela mantém sobre o acontecimento marcante. Esses elementos serão revisitados em nossas considerações ao término do trabalho, quando faremos a análise do material coletado e articularemos suas relações com as noções fundamentadas nessa primeira parte.

Seguindo com o referencial proposto na memória estão presentes as relações vividas, distintas, uma vez que são caracterizadas como afecção e separadas no tempo como

coisa passada, coexistindo com a noção do depois, ainda não vivido. Todo exercício de memória é um exercício de tempo. Além do tempo, do espaço: com a afecção presente, a coisa está ausente. Esse exercício de memorização são sucessivos e ocorrem por diversas possibilidades: necessidade, interferência do outro, leituras ou memórias sensoriais. Entretanto, pode ser metódico, elaborado e disparado a partir de um ponto inicial que formará um percurso de trabalho a fim de alcançar algum objetivo pré-estabelecido. Ainda para Ricoeur (2014), a caminhada é induzida pela mudança uma vez que falsas pistas podem levar a busca à perdição. Da mesma forma, a sorte pode conservar o seu papel. Mais importante é o reconhecimento do tempo, seus intervalos percorridos com medidas exatas ou inexatas: seja como for, é possível a estimativa mais ou menos, parte integrante desse conhecimento.

### Uma outra memória

Outros conceitos para nos ajudar a compreender a noção de memória e esquecimento, anteriormente discutidos, foram selecionados na análise bibliográfica para este aprofundamento da discussão inicial. Baseamo-nos, por sua vez, em Le Goff (2006), que bem discutiu sobre a questão da memória, da reminiscência, seus estudos epistemológicos, a condição histórica e sobre o perdão difícil, quando diz sobre a memória feliz. Suas visões historiográficas derivam da noção entre Espaço e Tempo, estabelecendo a Memória e a História como elementos explicativos dessas visões.

Nesse mote, começamos descrevendo as origens percebidas sobre nossa questão inicial por Le Goff (2006) em História e Memória. De início, ele problematiza a história como um conceito portador de seis tipos de problemas. O primeiro articula as relações existentes entre a história vivida, a natural (conhecida como objetiva), e o esforço científico para descrever, pensar e explicar essa evolução enquanto ciência histórica. Dessa forma, aparece o sujeito pesquisador e sua responsabilidade para aferição dos fenômenos decorridos no passar do tempo e na sua própria relação histórica com as coisas e cenas humanas e naturais e sua evolução enquanto matéria do saber; o segundo deles são especificamente as relações da história com o tempo natural e seu vai e vem: do clima, das estações, do tempo vivido e do tempo que o ser e a sociedade registram ao longo da sua permanência; o terceiro tipo de problema estabelece que conflitos gerados pelas contradições entre o técnico e o empírico geram diálogo e debates em busca da verdade na historiografia, que parece resumir em passado e presente ou/e presente e passado, em movimentos de oposição ou diálogo; o quarto é um questionamento: nos apresenta o problema sobre se a história não pode predizer o futuro, como ela se coloca em relação a uma nova ciência, a futurologia? Já no penúltimo deles, o autor afirma que o

historiador em contato com outras ciências sociais tende a distinguir diferentes durações históricas: conforme Le Goff, há, nesse ponto, uma retomada do interesse pelo evento; por fim, nosso último problema amplia a noção da história como história do homem para a noção mais ampla na qual insere o ser social, passando a entender a história pela percepção da história dos homens em sociedade.

Passaremos, a seguir, a discussão entorno do trabalho de Le Goff (2006) para o qual está na relação entre o Espaço e o Tempo que se estabelece a Memória e História a fim de apresentar e debater as visões historiográficas para tal, bem como de seus diversos protagonismos ao longo dos séculos. Para isso, discute estes elementos nas ciências sociais e na historiografia contemporânea.

A obra de Le Goff (2006), no geral, esboça como os elementos históricos se caracterizaram de acordo com seus autores específicos. Antes de abordar qualquer questão do nosso mote que é a memória, ele detalha e articula suas noções sobre história. Como ambos objetos, o nosso e o do autor, ligam-se a produção social no *continuum* do tempo, estabelecendo-se enquanto discussão admissível juntamente a uma das questões inicialmente antes apresentadas: nossos elementos tornam-se resquícios em construção de uma complexa rede de informações que podem e vão ser resgatadas e esquecidas em algum momento. Tornam-se, em termos, história. É nesse centro que a reflexão sobre história é centrada na reflexão sobre a história na temporalidade, situando essa ciência nas periodizações dela própria sem reduzi-la. E é sobre suas origens que falaremos a seguir.

Algumas noções conceituais sobre a palavra história foram resgatadas por Le Goff (2006), desde sua etimologia até a diversidade de conceitos: um deles se constitui em ciência na medida em que procura as ações realizadas pelos homens ou que o objetivo de procura é o que os homens realizam. Há, ainda, a noção de que o último sentido seja o de narração (consequentemente sua verdade ou falsidade) com base no que chama de realidade histórica, ou então aquela puramente imaginada: Narração Histórica ou Fábula. Em suas observações inseriu a própria história numa perspectiva também histórica observando outro pensamento: “há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social” (De Certeau, 1970, apud Lefort, 1952, p. 484). E engrossa seu fundamento com Paul Veyne para quem a historicidade permite a inclusão de novos objetos da histórica, como os acontecimentos ainda não reconhecidos como tais (história rural, das mentalidades, da loucura). Tais caminhos ampliam a noção do objeto de estudo da disciplina ao incorporar também resultados e indícios humanos como conteúdo a ser investigado. E, ampliando, outras áreas são convidadas à discussão e faz-se separações para isolar alguns sentidos.

A tônica da relação historiografia e filosofia está sempre presente nos escritos do autor, que discute um possível triplo sentido de história:

Temos, porém, de viver e pensar com este duplo ou triplo sentido de história. Lutar contra as confusões grosseiras e mistificadoras entre os diferentes significados, não confundir ciência histórica e filosofia da história. (LE GOFF, 2006, p. 20)

A desconfiança do autor reside na tendência da filosofia da história em levar a explicação histórica à descoberta ou à aplicação de uma causa única e original. Isso leva ao questionamento se a história é uma ciência do passado ou se há somente a história contemporânea, revelando paradoxos e ambiguidades da história. Convidado a participar do argumento, Bloch (1976) tem como absurda a ideia de que o passado possa ser objeto da ciência. Ele define a história como a ciência dos homens no tempo, cujas relações do passado e do presente entretecem ao longo dela, e assume que ela deveria permitir compreender o presente pelo passado – no que chamou de atitude tradicional – mas também compreender o passado pelo presente. Essas ideias ressoam, segundo Le Goff (2006), em Croce (1938) quando este sugere que toda história é história contemporânea: “por mais afastado no tempo que pareçam os acontecimentos de que trata [...] a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância” (Croce, 1938, p. 5). Ainda segundo o autor, toma-se como verdade que o historiador parte do presente para apresentar questões do passado, mas o passado tem existência na sua relação com o presente. Assim, deve-se entender que o historiador constrói um passado dependente do próprio pesquisador, dessa forma, ele faz-se recorrente e não ontológico:

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história [...] O progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado esteja ainda por se descobrir. [...] Os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá do futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor uma vida – que deixa de ser definitivamente passado. À relação essencial presente-passado devemos acrescentar o horizonte do futuro. (LE GOFF, 2006, p. 25)

Esse ponto liga-se diretamente ao nosso objeto de estudo, uma vez que consideramos a fotografia em São José do Rio Preto-SP como tais documentos, e mais: nosso esforço na constituição de um acervo fotográfico e de seus meandros de esforços de

preservação. Estabelecemos assim uma relação passado-presente que, segundo Le Goff (2006) difere nessa época das relações anteriormente assinaladas uma vez que se nota que a relação de dependência da história do passado em relação ao presente requer cuidado: “o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado” (LE GOFF, 2006, p. 26), e chamou de Função Social do Passado ou da História a intercessão dessa dicotomia:

A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história. (FEBVRE, 1949, p. 438)

Como vimos, Febvre (1949) oferece respaldo aos argumentos do autor que parte, então para outra discussão: a presença do historiador em seu próprio objeto durante as etapas de pesquisa, como veremos agora.

Discutidas as relações entre o antes, o agora e as noções a serem constituídas no depois, Le Goff (2006) articula a imparcialidade e a objetividade na relação do saber e poder para a manipulação do passado, assinalando as incidências do meio social sobre as ideias e métodos dos historiadores ao destacar três elementos outrora citados: no primeiro deles, a imagem que tem de si próprio o grupo social que o historiador interpreta, normalmente ao qual pertence; depois, sua concepção das causas da mudança social; e, por fim, a perspectiva de mudanças sociais futuras que o historiador julga prováveis ou possíveis e que orientam a sua interpretação histórica (MOMMSEN, 1978). É dessa forma, argumenta, que todo documento é um monumento ou um texto, nunca sendo puramente objetivo. A verificação dos derivados do tear histórico torna-se necessária uma vez que tais juízos são intersubjetivamente compreensíveis e verificáveis. Mesmo tal objetividade constrói-se pelas revisões incessantes, verificações, acumulação de verdades parciais. Junta-se a isso a noção e relação do tempo com as tecnologias e historiografias, fazeres e objetos derivados dos avanços sociais e humanos. Para isso, o autor detalha as transições entre o oral e o escrito bem como sua perpetuação nas sociedades, munindo a história de mais informações.

Por toda a sua obra, Le Goff (2006) nos traz diferentes fontes e visões sobre o fenômeno da história e da memória. As fundamentamos e, na medida do necessário, as contextualizamos aproximando-as ao nosso estudo ou, ao menos, ao anseio que conseguimos saciar nessa relação que vemos íntima e necessária. Após esses relatos e nossas observações, chegamos ao final do estudo do autor que apresenta, pertinentemente, suas

considerações finais nas quais repensa a história a partir do documento transmutando-o como novo monumento. Essa ideia ficará clara nas próximas linhas. Para ele, a intervenção do historiador (mas articularemos a importância de outras áreas reconhecidas por ele e da qual nos encaixamos perfeitamente, como veremos adiante) depende da sua posição na sociedade de sua época e da sua organização mental, sendo menos neutra do que a sua intervenção. A isso deve-se o fato de ser capaz da escolha do documento, extração dos dados do passado e atribuição de um valor de testemunho. Ele admite que o documento, por si, não é inócuo, mas resultado de uma montagem da história, consciente ou inconscientemente, assim como de épocas posteriores as quais continuou a viver, sendo ou não manipulado pelas diversas formas correntes, ainda que pelo silêncio. Mas ele é uma coisa que dura, e seu testemunho e ensinamento devem ser analisados para desmistificar o significado imediato, mais aparente. Neste ponto o autor reconhece, pela primeira vez, o documento como um monumento. E o movimento é simples:

Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupage, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 2006, p. 548)

Porém, não pode ser explicado como produto de um centro de poder, como um conjunto de provas fundamentador. Ele é um produto polivalente de poder e, ao mesmo tempo, o cria. Mais: é importante não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte, sem subestimar o texto que exprime o ambiente que o produziu. O novo documento – diferentemente do documento ao qual o medievalista recorrer como documento arqueológico – deve ser alargado para além dos textos tradicionais, transformado em dado, tratado como documento/monumento, transferindo-o do campo da memória para o da ciência histórica. Cabe, por fim, reforçar a necessidade expressada ainda por Le Goff (2006) de “fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (p. 477) e cabe aos profissionais

científicos da memória, como os antropólogos, historiadores, sociólogos e – reforçando nosso papel na presente pesquisa – dos jornalistas. Com a participação no curso do tempo desses profissionais, a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro, onde a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens, afirma o autor (Le Goff, 2006). E como escrever tal história?

### Considerações finais

Com base nessa discussão teórica damos representatividade e relevância para a nossa pesquisa. Até o momento, a cavação realizada não está terminada: ela tende mais para o debate acerca da sua relevância do que para sua arrumação prática em relação aos acervos. Ainda em guarda individual, cujo material fotografado localizado permanece em posse dos proprietários, os negativos e fotografias com os respectivos guardadores tornam-se um objeto de exercício importante de reflexão e estudo para que este possa demarcar uma referencialidade na qual tal tipo de produção esteja inserido, e, uma vez inserido, a importância de meios específicos de preservação e de resgate possa ser discutida. A discussão e as próprias imagens em si saem do privado e entram na esfera do social e da memória coletiva, tornam-se monumentos. Nas entrevistas realizadas, identificamos diversos fatores que contribuem para a preservação da memória fotográfica, mas também identificamos outros fatores que demonstram a deterioração do acervo em virtude de elementos humanos e técnicos, que exigem interferência para sua estabilização e manutenção como material novamente durável. No objetivo da pesquisa de olhar, analisar e considerar, não prevemos nem temos como objetivo interferir no espaço e no material localizado para que este tenha uma estrutura duradoura. Fazemos, entretanto, uma interferência sobre um recorte desses itens no qual faremos sua inclusão em um acervo modelo a fim de exemplificar dois fenômenos: o primeiro deles é a rememoração da importância de se manter esse assunto em prática, mesmo que pelo subterfúgio do arquivamento adequado; o segundo é a viabilidade disso por meio de um esforço que, neste caso observado, tem de ser individual, na figura dos produtores das imagens ou dos guardadores legais. Assim, percebemos que a memória, desde que a sua consciência pôde ser reverberada, se apaga nas ações humanas e no próprio humano mesmo com as ações individualizadas ou institucionalizadas de preservação, mas também grava seus locais de ausência ou de preservação a partir de fenômenos de preservação como o proposto aqui.

### Referências

BLOCH, M. [1941-1942] *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949. (Tradução portuguesa: *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. 3ª ed. Mem-Martins: Europa-América, 1976).

CROCE, B. *La scoria come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1938.

FEBVRE, L. Vers âne autre histoire. *Revue de métaphysique et de morale*, v. LVIII, Paris: PUF, 1949.

LEFORT, C. Société "sans histoire" et historicité. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 12, p. 91-114, 1952.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MOMMSEN, W. J. Social conditioning and social relevance in historical judgments. *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, v. 17, n. 4, supl. 17, p. 19-35, 1978.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Triangulações  
teórico-metodológicas  
em comunicação

# Astronomia na cobertura jornalística de Ciência: representações e sociedade<sup>1</sup>

*Patrícia Oliveira Beloni<sup>2</sup>*

---

## **Resumo**

A pesquisa tem o objetivo de verificar como a cobertura jornalística de Ciência na imprensa brasileira pode interferir na construção do conhecimento astronômico e de que forma essa ação se dá. Para tanto, foi desenvolvida a análise do impacto do conteúdo jornalístico digital de astronomia a alunos do ensino fundamental e as possíveis alterações nas suas representações sociais, a partir da pesquisa de inspiração etnográfica, para assim ter um panorama do alcance e da influência das informações.

## **Palavras-chave**

Astronomia. Ciências. Ensino. Jornalismo Científico. Representações Sociais.

---

## **Introdução**

O estudo do jornalismo científico enquanto prática midiática é discutido desde meados do século XX. Estudiosos destacam as inúmeras dificuldades que a disseminação da ciência sofre ao longo dos anos, desde o alcance da divulgação até a metodologia da sua cobertura.

Ambos esses aspectos foram completamente alterados com o advento das mídias digitais. A internet e as redes sociais permitiram – em maior escala – que a ciência tivesse oportunidade de ganhar espaço e fosse disseminada a pessoas fora do meio científico. Entretanto, percalços surgiram no meio do caminho desse processo de adaptação das novas formas de comunicação. “A imprensa – e os jornalistas em particular – bastante desatentos, não conseguem enxergar além da notícia e tomam informações contidas em *releases* gerados por entidades a serviço de interesses poderosos como verdadeiras”

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Bacharela em Comunicação Social–Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, mestranda na mesma instituição, na linha de Informação e Medições nas Práticas Sociais, orientanda de André Chaves de Melo Silva.

(BUENO, 1998). O que pode resultar na má interpretação e na divulgação falha e superficial do conteúdo científico, fugindo do intuito social.

Trata-se da manutenção de uma postura que, na maioria das vezes, está associada a um estado de contemplação ou deslumbramento em relação às novas descobertas, ignorando os interesses subjacentes à produção científica e tecnológica, como se os produtos e processos tecnológicos não se constituíssem em mercadorias valiosas, quase sempre de propriedade dos países hegemônicos. (PORTO, 2009, p. 122).

Surge então a necessidade de uma reavaliação da metodologia para comunicar a Ciência fora do meio acadêmico, bem como dos seus propósitos. Como afirmou Ennio Candotti (1990, p. 5 apud PACHECO, 2008, p.1), “a divulgação da ciência é hoje instrumento necessário para consolidar a democracia e evitar que o conhecimento seja sinônimo de poder e dominação”.

Para repensar a forma como o jornalismo científico é feito é preciso entender primeiro de quais formas ele impacta a sociedade hoje e essa pesquisa tem como objetivo compreender a forma pelas quais o jornalismo científico interfere na construção do conhecimento astronômico da sociedade. Isso será feito por meio da análise do impacto do conteúdo do material jornalístico sobre astronomia, a partir da aplicação em sala de aula com estudantes do ensino fundamental (escolhido por ser o período em que se inicia o contato com os temas astronômicos) e assim entender as possíveis mudanças no conjunto das suas representações sociais.

Representações sociais essas que

se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), que para nós, são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. (MOSCOVICI, 2003, p. 49)

Tendo como ponto de partida conceitual as ideias e os conceitos de representações sociais elaboradas pelo romeno Serge Moscovici, a pesquisa buscou estudar como a forma de se comunicar ciência pela grande imprensa acontece e como é apreendida pela sociedade por meio de pesquisa de inspiração etnográfica, a partir de Marli Eliza Dalmazo de Afonso André (2005), advindas dos conceitos de etnometodologia, de Harold Garfinkel (1967).

Essa análise se deu no contexto escolar de alunos da 5ª série do ensino fundamental – na qual a instituição em questão começava a introduzir os temas de astronomia). Isso foi acrescido da verificação do contexto dos discentes e docentes, observação do ambiente, da situação socioeconômica, da programação educacional, do acompanhamento de atividades, anotações e provas por parte dos alunos. Houve ainda a aplicação de questionários que avaliaram as representações sociais prévias e posteriores à apresentação de textos sobre o tema.

O objetivo é entender se e como o que é veiculado interfere diretamente nas representações sociais desses alunos sobre o que é ciência, especificamente sobre o que é Astronomia, para que ela serve, qual sua importância na vida e no cotidiano da sociedade e, de forma mais estrita, as imagens que se tem dos principais termos astronômicos atuais.

Isso porque as representações são uma modalidade de conhecimento particular, com a função de elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, que, por meio de observações e relatos, fazem com que surjam conhecimentos, valores e crenças, como afirma Moscovici (1978, p. 26). Então, estabelecer a sua relação com a comunicação é fundamental porque “nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social, quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação” (MOSCOVICI, 2003, p. 371).

E é justamente durante nossas comunicações, que as observações de nossa consciência e nossas representações são elaboradas. O que nos faz refletir então sobre a importância de se dar visibilidade ao trabalho científico e como isso é feito, estabelecendo paralelos com o seu contexto histórico, social, com linguagem acessível, estudando a sua relevância, e principalmente, buscando entender a necessidade do acesso à informação, educação, para gerar interesse público e atrair apoio e investimento.

Foram as ideias e os conceitos da etnografia, da pesquisadora brasileira Marli Eliza Dalmazo Afonso André, que nortearam a pesquisa à medida que defende a utilização de um “conjunto de técnicas para coletar informações sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social” (ANDRÉ, 2005, p. 27), com permanência do pesquisador em campo e a partir da observação participante, da entrevista intensiva e análise de documentos. Tudo isso a fim de formular novas hipóteses, abstrações e teorias, de forma que possam ser revistos e avaliados. “O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas formas de entendimento da realidade” (ANDRÉ, 2005, p. 30).

Essas ideias também conversam com os conceitos de testemunho do filósofo estadunidense Charles Coady (1992), que consistem em como a observação, a presença e a experiência de fatos, e na posterior declaração, depoimento, demonstração ou

narração sobre eles, podem produzir conhecimento. Bem como se tornar recurso com potencial de ajudar a estudar, refletir e tentar entender como a cobertura de ciência amplia a compreensão sobre a astronomia e estabelecer uma teia de relações para compreender como esse conhecimento adquirido pode ser usado no cotidiano. Tudo isso a fim de formular novas hipóteses, abstrações e teorias que possam ser revistas e avaliadas. “O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas formas de entendimento da realidade” (ANDRÉ, 2005, p. 30).

## Objeto

A pesquisa trata de destrinchar a cobertura jornalística de dois temas relevantes atualmente no campo astronômico da ciência, “exoplanetas” e a “telescópios gigantes”, divulgados pelas mídias digitais de dois veículos de imprensa: as revistas *Superinteressante* e *Galileu*, acessíveis ao público mais jovem. Espera-se entender os efeitos nos alunos do ensino fundamental, que podem ocasionar tanto o acesso à informação e à construção de conhecimento, como a falta de interesse, a desinformação ou ainda não promover nenhum impacto.

A seleção foi feita entre as edições de janeiro de 2017 a janeiro de 2018, de acordo com a popularidade e relevância do assunto na época, mensurada a partir do ranking das pesquisas realizadas pelo serviço de buscas da “Google”<sup>3</sup> e pela sua importância na própria astronomia e também da sociedade, bem como seu potencial atrativo, capaz de gerar engajamento, interação e promover a educação. Também foram consideradas a complexidade dos temas, considerando a faixa etária da amostragem, de 10 a 12 anos, e a proximidade dos assuntos em relação à programação educacional da escola sobre astronomia.

Entender como essas informações chegam à sociedade por meio da mídia digital vai nos ajudar a compreender se esses conteúdos geram interesse público, conhecimento, informação e educação, ou se essas questões podem estar sendo prejudicadas pela pressa, pela busca incessante e cega pelo clique, pela linguagem inadequada, pela falta de conhecimento da área ou falhas na apuração.

## Objetivos

Dentre os objetivos gerais deste trabalho estão a verificação da presença ou ausência de impacto do conteúdo publicado sobre astronomia, como isso acontece, bem como suas representações sociais nos públicos leitores e suas possíveis alterações.

<sup>3</sup> O Google faz o ranking dos conteúdos a partir de uma série de fatores como relevância e profundidade do tema e do veículo, audiência e quantidade de acessos. Reconhece-se que isso já sofreu alterações no momento atual em comparação com o momento de veiculação original.

Os objetivos específicos abrangem conhecer a respeito do contexto educacional sobre astronomia, traçar perfis em relação aos conceitos astronômicos na pré-adolescência, quando se começa a ter mais contato, se não o primeiro contato com os temas, além da análise da relevância da cobertura jornalística de ciência para a construção do conhecimento na sociedade, considerando a amostragem.

Dessa forma, também se torna possível o estudo de sugestões para melhorar a forma com que se produz jornalismo científico, com proposta para aprimorar a cobertura, o conteúdo e o processo de comunicação, caso haja necessidade.

## Justificativa

Entender como a astronomia chega e impacta a sociedade por meio da mídia digital permite realizar uma análise para inferir se os conteúdos em questão são capazes ou não de gerar interesse público, conhecimento, informação e educação. A ideia é contribuir para a evolução e eficiência do jornalismo científico em relação à área e possibilitar o estudos posteriores de métodos que possam melhorar a efetividade da comunicação científica no meio jornalístico, que possam auxiliar na formação didática, da relevância e da valorização da ciência astronômica.

Isso considerando que a astronomia e os temas relacionados a ela, segundo definições da International Astronomical Union (IAU – União Internacional de Astronomia), “estão na vanguarda da ciência e da tecnologia, respondendo a questões fundamentais e impulsionando a inovação” (ROSENBERG et al., 2018). Ou seja, tem influência no desenvolvimento, criação e aprimoramento de instrumentos, processos, softwares, principalmente em áreas como a óptica e a eletrônica, essenciais no dia a dia (vide a ampliação do uso de computadores, satélites, celulares, GPS, painéis solares, ressonância magnética etc.).

Ajuda a indústria, as telecomunicações, o setor aeroespacial, de energia e até a medicina, com linguagens de programação para o processamento de imagens, por exemplo, métodos para detecção de doenças de forma não invasiva, dentre outras. Além disso, tem a capacidade de revolucionar o pensamento em escala mundial, contribuindo para a compreensão e visão de mundo, de modo a promover reflexão sobre a espécie, sobrevivência, prevenção de ameaças à vida, estudo de mudanças, faz parte da história e da cultura da sociedade mundial.

Isso porque

o valor que atribuímos à ciência, como aliás, nas religiões, depende, em suma, da ideia que fazemos coletivamente da sua natureza e do seu papel na vida; quer dizer, ela exprime um estado de opinião. É que, de

fato, tudo na vida social, inclusive a própria ciência, assenta na opinião. (MOSCOVICI, 1978, p. 45)

Daí a importância de falar sobre astronomia buscando ressaltar sua relevância na sociedade, promovendo conhecimento e possibilitando reflexão e o exercício da cidadania.

### Metodologia

A pesquisa partiu da leitura de bibliografia fundamental sobre a metodologia base – a pesquisa de inspiração etnográfica, e dos conceitos relacionados – comunicação científica, divulgação científica, jornalismo científico, alfabetização científica, representações sociais, jornalismo enquanto testemunho e promovedor de conhecimento. Foi seguida da escolha dos temas (“exoplanetas” e “telescópios gigantes”) que seriam abordados e do posterior *clipping* do conteúdo nas mídias digitais no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018.

Depois prosseguiu-se com o desenvolvimento da aplicação das técnicas para investigarmos quais são as representações da sociedade em relação aos temas. Para isso, duas salas de alunos do ensino fundamental da 5ª série, de uma instituição educacional da região do Butantã, em São Paulo, foram acompanhadas durante o período em que entraram em contato com temas sobre astronomia (quatro meses, em aulas semanais espaçadas, que não aconteceram uma imediatamente após a outra). O objetivo foi coletar dados para avaliar todo o contexto dos discentes e entender de que forma os conteúdos jornalísticos interagem com o plano de ensino de astronomia e assim verificar se contribuem ou impactam o desenvolvimento do conhecimento astronômico nesses alunos.

Primeiramente foi aplicado um questionário para entender como a astronomia é vista pelos alunos em classe por meio da aplicação de questionários primários com temas básicos e os principais conceitos astronômicos, como, por exemplo: “O que é astronomia”, “De que lado o sol nasce”, “O que é um eclipse”, “Qual a finalidade de um telescópio”, dentre outros.

Depois foram apresentados os temas, seguidos da aplicação de mais dois questionários sobre eles, considerando os fatos atuais: “O que são as novas gerações de telescópios gigantes, para que servem”, “O que são exoplanetas” etc. Além desse, também houve aplicação de um questionário socioeconômico, a fim de entender o contexto em que cada aluno se encontrava.

Em paralelo aos questionários, foram realizadas observações em salas de aulas, de forma a compreender como o conteúdo é transmitido em relação a metodologias, avaliações, interações, e como se dá a interação dos alunos com essas informações. Também

foram realizadas a análise de provas e cadernos. Com esse conjunto de informações, foi possível ter uma ideia das representações sociais que os alunos possuem sobre a astronomia a partir do jornalismo científico.

Vale considerar que esses elementos qualitativos são essenciais para a compreensão de como esse tipo de jornalismo impacta a sociedade e de que forma isso acontece, já que são métodos para captar como a astronomia é vista e entendida. Eles também permitem estudos posteriores para auxiliar tanto nos mecanismos de educação, como para promover uma reflexão acerca de como o jornalismo de ciência está sendo realizado nos dias atuais.

### Fundamentação teórica

A pesquisa se funda em reflexões sobre os conceitos do jornalismo científico de Warren Burkett (1990), Wilson Bueno (1988), José Reis, a partir de reflexões organizadas por Luisa Massarani e Eliane Monteiro de Santana Dias (2018); Serge Moscovici (2003) e sua teoria e conceitos da representação social; além das análises e aprofundamentos do cientista e comunicador Isaac Epstein, sobre os impactos da comunicação científica e a importância da ciência e do jornalista e historiador André Chaves Melo e Silva (2010, 2017), que relaciona o desenvolvimento da pesquisa brasileira diretamente ao jornalismo científico.

Também são abordados os conceitos de etnometodologia de Harold Garfinkel, sobre como as pessoas constroem a realidade no dia a dia; da pesquisa de inspiração etnográfica, do antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1973) e da pesquisadora brasileira Marli Eliza Dalmazo Afonso André (2005), utilizando-os como base sistemática de toda pesquisa, orientada pela prática da observação e avaliação da pesquisa-ação em campo e com base no enquadramento do jornalismo científico enquanto testemunho e consequente fonte de conhecimento, conceitos advindos do filósofo Coady (1992).

### Resultados parciais

A ideia da pesquisa é trazer mais debates sobre o caminho que o jornalismo científico tem seguido na comunicação e como os meios digitais conseguiram proporcionar ou não uma grande oportunidade para a divulgação da ciência e consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida educacional do indivíduo, mas que, com ela, vieram também grandes riscos.

A análise e a mensuração do possível impacto dos conteúdos científicos sobre as temáticas, bem como a compreensão das representações sociais relevantes sobre a astronomia e as interferências sofridas ou não por meio do acompanhamento no ensino

fundamental prometem ser a parte mais elaborada e seus resultados podem ajudar a promover reflexões para sugerir meios para comunicar a ciência.

Até o momento, foi observado que os alunos possuem representações sociais bem homogêneas sobre determinadas questões, como, por exemplo, que a astronomia está ligada a temas sobre o Universo (59%) ou que não saibam que é uma área de estudo relacionada à ciência (67%). Os alunos também foram questionados sobre a quantidade de planetas no Sistema Solar. Do total de alunos, mais de 50% demonstrou relativa confusão em relação à quantidade.

Outro tema trabalhado foi a Lua (sua definição e sua relação com o planeta Terra). Uma parte considerável dos discentes (49%) sabe que o astro é um satélite natural. Entretanto, mais da metade (51%) não soube explicar ou deu respostas distantes do conceito, como “estrela” ou “atmosfera”. Situação parecida se dá ao se tratar da relação com o planeta, em que mais da metade (63%) também não soube responder. Em contrapartida, 37% disse que a Lua tem relação com a noite ou que ela orbita a Terra.

Em relação aos cometas, a maior parte dos alunos não sabe explicar o que é (39%). Entretanto, cerca de 35% entendem que o cometa é um astro, um corpo celeste, que pode ser considerado uma “rocha” ou mesmo “pedra” e que podem ser resto de planetas ou estrelas. Há ainda os que confundem asteroides e meteoros (8%). Mas, no geral, os discentes demonstram ter certo conhecimento sobre o tema.

Já sobre os telescópios, a Nasa define como uma ferramenta que os astrônomos usam para ver objetos distantes. A maioria deles usa espelhos curvos para reunir e focalizar a luz do céu noturno, mas também pode ser constituído de lentes. Dado isso, é interessante abordar que apenas três alunos não relacionaram o telescópio com a visualização de elementos do céu e do Universo. Mas 27% usaram termos como instrumento, ferramenta ou lente para definir e 8% mencionaram lupa ou luneta.

Além disso, destaca-se o fato de que grande parte dos 36 alunos (80%) que responderam o questionário socioeconômico não acessam notícias de ciência pela internet, cerca de metade não consomem nenhum tipo de notícia pela internet, o que permite inferir que as representações sociais demonstradas sobre os temas tenham outras origens e o que sabem provém de outras fontes de conhecimento.

A grande expectativa é que com essa pesquisa, seja possível refletir e entender a importância do jornalismo científico na sociedade contemporânea e para o próprio desenvolvimento da ciência, na medida em que amplia a percepção social da mesma – o que é vital para a manutenção dos recursos e do desenvolvimento humano. Lembrando que o poder do jornalismo científico no cotidiano social contemporâneo é um dos passos essenciais para entender a melhor maneira de empregá-lo de forma construtiva e relevante na disseminação e divulgação da ciência.

## Referências

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2005.
- BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1988.
- BURKETT, Warren. **Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- COADY, Charles A. J. **Testimony: a philosophical study**. University of Melbourne. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- EPSTEIN, Isaac. **A comunicação científica sob a óptica de Isaac Epstein**. Ação midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, Paraná, 2014.
- GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1967.
- GEERT, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- MASSARANI, Luisa; DIAS, Eliane M. de Santana (Orgs.). **José Reis: reflexões sobre a divulgação científica**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz, 2018.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- PACHECO, Cláudia Regina Costa. **Violência, educação e autoridade: entre as águas que arrastam e as margens que aprisionam**. In: CUNHA, Jorge Luiz da; DANI, Lúcia Saete Celich (Orgs.). **Escola, conflitos e violências**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. p. 133-149.
- PORTO, Cristiane Magalhães.; MORAES, Danilo de Almeida. **Divulgação científica independente na internet como fomentadora de uma cultura científica no Brasil: estudo inicial em alguns blogs que tratam de ciência**. In: PORTO, Cristiane Magalhães (Org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 92-112.
- ROSENBERG, Marissa et al. **A astronomia no dia a dia**. International Astronomical Union, 2018. Disponível em: <[https://www.iau.org/public/themes/astronomy\\_in\\_everyday\\_life/brazilian\\_portuguese/](https://www.iau.org/public/themes/astronomy_in_everyday_life/brazilian_portuguese/)>. Acesso em 18 jul. 2020.
- SILVA, André Chaves de Melo. **Imagens televisivas e ensino de história: representações sociais e conhecimento**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- SILVA, André Chaves de Melo. **As relações entre a ciência, o sistema brasileiro de pesquisa e o jornalismo científico**. In: MOREIRA, Benedito Dielsion; SILVA, André Chaves de Melo (Orgs.). **Divulgação Científica: debates, pesquisas e experiências**. E-book. Cuiabá: EdUFMT, 2017.

# A importância da análise do discurso do mundo do trabalho dos carregadores autônomos que atuam na CEAGESP<sup>1</sup>

Jamir Osvaldo Kinoshita<sup>2,3</sup>

---

## Resumo

Na perspectiva da ontologia social (LUKÁCS, 2012), a análise do discurso (BACCEGA, 1995; NOUROUDINE, 2002; LEONTIEV, 2004; BOUTET, 2016) faz emergir a centralidade do mundo do trabalho pela comunicação (FIGARO, 2008). As entrevistas aprofundadas (MACHIN; COUTO; ROSSI, 2009; FLICK, 2009) com os carregadores revelam o inédito de uma atividade laboral (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008) que é executada em padrões medievais (PIRENNE, 2009) em pleno século XXI na cidade de São Paulo.

## Palavras-chave

Análise do discurso. Carregadores. CEAGESP. Comunicação. Mundo do trabalho.

---

## Introdução

O presente capítulo traz uma discussão específica colhida da nossa pesquisa de mestrado (KINOSHITA, 2019), defendida e aprovada em outubro de 2019 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Nessa investigação, mostramos como ocorre a imbricação da comunicação com o mundo do trabalho (FIGARO, 2001; 2008) dos carregadores da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), a partir da perspectiva da ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012). Apontamos

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Doutorando e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP na linha de pesquisa Comunicação, Redes e Linguagens: Objetos Teóricos e Empíricos, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Roseli Figaro, e bolsista Capes; pós-graduado *lato sensu* em Gestão de Processos Comunicacionais pela ECA-USP; pesquisador do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP); bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela PUC-SP; professor dos cursos de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Jornalismo e Gestão de Marketing; e-mail: kinoshita.jamir@gmail.com.

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.*

em nossa análise que a junção desses dois binômios é que confere a formação identitária dos profissionais elencados.

Para tanto, optamos pela realização de uma pesquisa exploratória (GIL, 2008), decisão decorrente da primeira conversa mantida com um dos diretores do sindicato da categoria,<sup>4</sup> que se demonstrou determinante para o direcionamento dos procedimentos metodológicos utilizados – entre eles, não aplicar questionário impresso para obtenção de dados, já que os trabalhadores têm desconfiança e não se sentem confortáveis, por falta de tempo e mesmo pela dificuldade de compreensão das perguntas, em responder a pesquisas feitas nesse formato.

Assim, promovemos observações de campo (FERNANDES, 1972; FLICK, 2009; LOPES, 2001; POUPART et al., 2008) gerais e específicas, registro de imagens fotográficas (KOSSOY, 1978; 1980), anotações em diário de campo (MARIN, 2006) e entrevistas aprofundadas (MACHIN; COUTO; ROSSI, 2009; FLICK, 2009) relacionadas à atividade laboral dos carregadores de flores e de pescados.<sup>5</sup>

Na compreensão específica desse peculiar mundo do trabalho, a análise do discurso dos profissionais foi fundamental para se entender melhor os sentidos contidos nessa atividade laboral extremamente árdua, pesada e eminentemente masculina, que remonta, em pleno século XXI, a padrões medievais de produção capitalista (PIRENNE, 2009).

## O cenário da pesquisa

Antes de mais nada, torna-se preciso contextualizar o cenário<sup>6</sup> em que se delineou o estudo realizado ao longo do mestrado. A CEAGESP é uma estatal federal localizada no Estado de São Paulo e vinculada ao Ministério da Agricultura. Foi criada em 1969, a partir da fusão de duas empresas do governo paulista: o Centro Estadual de Abastecimento S/A (Ceasa) e a Companhia de Armazéns Gerais de São Paulo (Cagesp). Ela passou a ser gerida pela União em 1997, como forma de renegociar a dívida do estado paulista e dar início ao seu processo de privatização, que não foi levado adiante devido à falta de entes interessados em adquiri-la. Com um quadro de funcionários concursados e outros

4 A pesquisa seguiu as premissas estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) sob o parecer nº 3.234.228 que, entre outros pontos, resguarda o anonimato das pessoas que foram entrevistadas.

5 A escolha desses dois perfis se deu na entrevista com o dirigente sindical, quando percebemos especificidades quanto a essas mercadorias. O transporte de flores e plantas é feito por trabalhadores mais idosos, que têm maior cuidado e delicadeza. Já no caso dos pescados, a atividade é executada por carregadores mais jovens, uma vez que é preciso bastante força física para movimentar esse produto.

6 As informações sobre o cenário e as personagens do estudo (na próxima seção) foram obtidas em consulta aos dados públicos disponíveis no site da CEAGESP (<www.ceagesp.gov.br>) e na conversa com o diretor do sindicato que representa a categoria profissional dos carregadores.

nomeados, todos seguindo as normas de contratação previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a companhia é uma rede pública formada por 13 entrepostos e 18 armazéns, cuja atuação primordial está voltada ao atacado.

Dentre as unidades, merece destaque o Entreposto Terminal São Paulo (ETSP), situado na Vila Leopoldina, na zona oeste da capital paulista, que é a maior central de abastecimento da América Latina de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos). A dimensão da importância do ETSP, onde foi realizada a pesquisa de campo, pode ser medida por ser o lugar em que se encontra a direção administrativa da empresa federal.

Diariamente, circulam por seus 700 mil m<sup>2</sup> cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos, números que chegam a triplicar no final do ano com as festas de Natal e de Ano Novo. Mensalmente, 2.800 permissionários comercializam 280 mil toneladas de produtos vindos de 1.500 municípios brasileiros e até do exterior. Em virtude dessa grande movimentação, há toda uma infraestrutura composta, que inclui estabelecimentos como farmácias, padaria, bancos, restaurantes, loja lotérica, agência de viagem, chaveiro, banca de jornal e salão de cabeleireiro.

## As personagens da investigação científica

A motivação de nosso estudo surgiu na época em que estivemos na Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CODCO) da CEAGESP e pudemos conferir, *in loco*, o trabalho desenvolvido pelos 3.800 carregadores da central paulistana. Atuando como autônomos, sua “contratação” é feita de maneira individual e diretamente por permissionários<sup>7</sup> e compradores. O pagamento ocorre no ato e em dinheiro, assim que finalizado o serviço.

Cumpramos apontar que a empresa federal proíbe o uso de equipamentos para locomover as mercadorias dentro de seus entrepostos. Com isso, a tarefa compete exclusiva e legitimamente aos carrinhos de madeira,<sup>8</sup> que medem 2,5 m de comprimento por 1,5 m de altura e suportam até 300 kg de carga. Daí que, somente no ETSP, 12 mil toneladas de mercadorias são movimentadas por dia.

Uma instituição que exerce influência no cotidiano laboral desses trabalhadores, e por sinal essencial no andamento da pesquisa, é o Sindicato dos Carregadores Autônomos em Centrais de Abastecimento do Estado de São Paulo (Sindicar). Todos os profissionais que fazem transporte interno de flores, pescados e hortifrutícolas estão ligados, obrigatoriamente, à entidade sindical que, entre outras incumbências, é responsável pela

7 Proprietários dos boxes comerciais dos entrepostos, cuja atividade primordial é a venda ao atacado.

8 Trata-se da Norma interna NP-OP-032 – Procedimentos para carregadores, editada pela própria CEAGESP.

gestão do serviço, cuidando, por exemplo, da definição da tabela oficial de preços de carregamento, ajustada de comum acordo com a representação patronal e a direção da CEAGESP.

Os carrinhos de madeira no entreposto da capital só podem ser guardados dentro do galpão do Sindicar, a uma taxa mensal de R\$ 160, que dá direito também ao uso de vestiário e chuveiro. O sindicato também tem uma política de custeio de medicamentos (R\$ 80 no máximo) e de fornecimento de uma cesta básica por mês em caso de afastamento do trabalho por motivo de saúde. Dos 3.800 carregadores, 2 mil são sócios, o que lhes possibilita votar e participar como candidato das eleições do sindicato, além de obterem desconto em atendimento jurídico e odontológico.

A instituição sindical, filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT), conta com 49 diretores, dos quais nove são remunerados, e dez funcionários contratados em regime CLT. O presidente é o piauiense José Pinheiro de Souza, mais conhecido por Zé Pinheiro, que ocupa o posto há mais de 40 anos ininterruptamente e incentiva a vinda de conterrâneos para trabalhar no ETSP. Não à toa, 70% dos carregadores são do Piauí. Anualmente, são organizadas duas grandes festas (Corpus Christi e Santa Luzia), no próprio galpão, em que há celebração de missa, seguida de churrasco oferecido a todos os trabalhadores e seus familiares.

A força política do Sindicar fica clara pelo fato de que, mensalmente, ocorre um almoço de confraternização, também no galpão, em que o presidente e os diretores da CEAGESP são convidados, ocasião em que se servem iguarias típicas como buchada, baião de dois e galinhada – até o momento não se tem notícia de que a direção da estatal tenha faltado a algum desses encontros. Além disso, em 2017, a entidade fez aprovar, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Dia do Carregador (Lei estadual nº 16.552/2017), comemorado em 30 de junho. Há ainda profissionais que largaram o ofício após se elegerem vereadores na Câmara Municipal de Osasco.<sup>9</sup>

### Por que estudar relações de comunicação e trabalho

Quando propusemos nossa pesquisa, verificamos que não havia estudos voltados ao cotidiano laboral dos carregadores. Encontramos incidência de variados conteúdos acadêmicos que abordam os produtos que são comercializados na CEAGESP<sup>10</sup> e uma única

<sup>9</sup> O fato de a atuação política ser em Osasco se dá porque grande parcela dos carregadores reside nesse município, que integra a Grande São Paulo e fica próximo ao ETSP.

<sup>10</sup> A CEAGESP não promove a comercialização de mercadorias. A estatal serve apenas como elo de armazenagem e distribuição dos produtos que circulam por suas unidades. Assim, no caso dos entrepostos, a venda de hortifrutícolas, flores e pescados é feita diretamente pelos permissionários.

investigação sobre a categoria (GOMES, 2007), baseada em referenciais que aportam ao fluxo migratório de piauienses na companhia federal.

Amparados na perspectiva de que o objeto é condição *sine qua non* para a existência do sujeito (HEGEL, 1991), tem-se que o trabalho é justamente esse objeto que qualifica o sujeito, outorgando-lhe uma sensação de pertencimento e de reconhecimento social, haja vista se tratar de um elemento essencial para determinar a constituição do homem como ser social. Portanto, considerado uma atividade humana (FIGARO, 2009), o trabalho é quem confere identidade ao indivíduo.

Nesse sentido, é necessário saber que mundo do trabalho é esse que existe na central de abastecimento paulistana. Para definir isso nos baseamos na concepção marxista sobre o trabalho, a qual acabou sendo reforçada pela própria prática científica (especialmente as observações de campo). Para Marx e Engels (2007), a realidade deve ser entendida à luz da história da divisão do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, o que torna a atividade laboral uma mercadoria com valor de uso e de troca (MARX, 1985).

Logo, a ideia de luta de classes se mostra bastante significativa para entendermos o que Antunes (2001) denomina de “classe-que-vive-do-trabalho” que, longe de ser uma categoria homogênea, representa todas as pessoas que vendem sua força de trabalho nos dias atuais, ou seja, os trabalhadores produtivos e os assalariados. Isso posto, o fato é que as mudanças históricas na divisão do trabalho têm como consequência a diminuição do “[...] trabalhador industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado [...]” (idem, p. 104) e a multiplicação do trabalho precarizado, resultado fulcral do desemprego estrutural e da crise do capital.

A compreensão sobre o trabalho e a nova classe trabalhadora é crucial para depreen-dermos a própria sociedade, que se retroalimenta cotidianamente da lógica do pensamento neoliberal, que só reforça a relevância da liberdade econômica na eficácia da máquina capitalista. É justamente essa premissa que possibilita o florescimento da figura do empreendedor, do sujeito empresarial responsável por garantir a vigência de tal ordem social (DARDOT; LAVAL, 2016). Tem-se, assim, a configuração de um profissional ideologicamente precarizado, que nem se dá conta de como a sanha do capital se insurgiu nele de tal forma, tornando-o um ser alienado da realidade.

Essa conjuntura é que permite estabelecer a intersecção junto ao campo da comunicação, fugindo de uma perspectiva meramente funcionalista para salientar como as mediações (MARTÍN-BARBERO, 2003) perpassam o contexto em que vivemos. Nessa linha, a comunicação acaba por destacar a centralidade do trabalho na sociedade, até mesmo na gestão de recursos humanos no processo de reestruturação produtiva (FIGARO, 2009).

Estudar a comunicação no mundo do trabalho permite entender como se dá a resolução de problemas e a partir de que valores as pessoas fazem suas escolhas, como se constituem os coletivos de trabalho que estão fora do enquadramento do organograma da empresa; como se constituem as redes de ajuda e solidariedade na resolução de problemas e tarefas. É, ainda, compreender como o mundo do trabalho transborda de seu meio e abarca outros espaços sociais, tais como a casa, o bairro, a mídia etc. (FIGARO, 2008, p. 129)

A percepção dessa conformação se mostrou fundamental para depreendermos como se configuram as relações sociais dos carregadores em seu mundo do trabalho, mediadas pela esfera comunicacional. Em nossa pesquisa, isso ficou muito evidente, uma vez que eles estabelecem interlocução direta com os mais diversos públicos que circundam o universo da CEAGESP.

### A importância da análise do discurso

Se as observações de campo no ETSP permitiram que pudéssemos entender melhor a atividade laboral desenvolvida pelos carregadores autônomos, a técnica da análise do discurso desses profissionais, aplicada especialmente nas entrevistas aprofundadas, nos possibilitou verificar como a comunicação traduz os sentidos imbuídos nessa esfera do trabalho. Poupart et al. (2008, p. 244) aponta que “[...] os discursos são inseparáveis de seu contexto de produção e de enunciação [...]”, o que demonstra a necessidade de se apreender como aparecem as “[...] condições de produção do discurso.”

Segundo Baccega (1995), o sujeito é um indivíduo concreto e sua constituição se dá pela interação social, por meio da linguagem, em especial pela verbal, que é a referência de seu pensamento conceitual. Tal circunstância gera a produção de sentidos, trazendo à tona, dessa vez pela interface comunicacional, a luta de classes. Assim, a linguagem representa todo um sistema de signos que faculta a existência da comunicação, o que faz com que desempenhe um papel ativo no pensamento.

Por sua vez, a palavra é uma operação do pensamento, em que os sinais linguísticos têm significação, a qual resulta da experiência do sujeito. A linguagem contribui para a formação individual do homem e tanto ela quanto o pensamento têm uma dinâmica no mundo do trabalho. Portanto, o processo de significação é uma atividade laboral e de comunicação. A linguagem é fruto das generalizações e das abstrações do trabalho, do modo como os instrumentos são manipulados e utilizados nas interações sociais laborais e na transformação da natureza (LEONTIEV, 2004).

Todo discurso tem uma forma de identificar com quem se conversa pela materialidade discursiva. Cada visão de mundo se apresenta em um discurso específico. Assim, estamos falando de um conjunto de enunciados marcados por duas formações: a ideológica, que é a visão de mundo relacionada a certas condições materiais e de embates entre classes sociais; e a discursiva, que são os temas e figuras que expressam determinada formação ideológica.

Cumprir apontar que a análise do discurso procede ao entendimento das relações entre a formação discursiva e a ideológica na construção dos sentidos do discurso. Além disso, é responsável por revelar as vozes dos sujeitos, que interagem por meio da comunicação. A ideia de sujeito, nesse ponto, vincula-se ao particular que é constituído socialmente. Assim, a subjetividade deve ser compreendida como o resultado da polifonia dos discursos recebidos na formação que circunda o sujeito.

Daí a importância da análise realizada sobre as falas dos carregadores da CEAGESP, aproximando a linguagem da esfera do trabalho. Esses dois elementos são dialeticamente constitutivos das relações sociais e, ao mesmo tempo, constituídos por elas, enlevando o papel da interação entre os sujeitos, o que torna bastante oportuna a formulação de Nouroudine (2002) a respeito da atividade da linguagem, permitindo identificar a ligação desta com o trabalho. Para isso, há a captação do uso da língua no espectro laboral, algo vital para se entender a lógica da atividade dos carregadores, o que acontece a partir da análise da linguagem *como*, *no* e *sobre* o trabalho.

A primeira vertente (*como* trabalho) é realizada pelo sujeito para orientar o trabalho e ocorre no processo coletivo de produção que exige cooperação e diálogo. A segunda (*no*) representa uma das realidades constitutivas da situação do trabalho global na qual se desenrola a atividade. A última (*sobre*) são as falas do trabalho produzidas pelos próprios protagonistas do ofício (*idem*). Ressalte-se a dificuldade que é saber quando a linguagem assume uma dessas dimensões ou quando elas se entrelaçam, o que só reforça a relevância de se aplicar tal verificação, de maneira bastante pragmática, nas falas dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o trabalho não se limita a um conjunto de verbalizações a ser coletado e analisado. Ao invés disso, o exercício laboral e os dados linguageiros servem para embasar uma série de questionamentos de ordenamento teórico como, por exemplo, o modo pelo qual a atividade de linguagem colabora para o desenvolvimento do ofício. Daí nos apropriarmos também do conceito de parte linguageira do trabalho (BOUTET, 2004), que mostra a contribuição da linguagem e das línguas à efetivação do trabalho, compreendendo-se, assim, as especificidades da contextualização da linguagem em situação laboral.

Portanto, a interpretação das entrevistas aprofundadas que realizamos, tendo em vista a significação da atividade linguageira *como*, *no* e *sobre* o ofício dos carregadores,

ajudou a depreender como o mundo do trabalho se junta à comunicação para conceber a identidade profissional, e mesmo pessoal, desses profissionais, além de apontar como a linguagem atua na concretização do ato laboral.

### O que as falas dos carregadores nos revelam

Dentre as várias revelações que emergiram ao se analisar os discursos dos carregadores, selecionamos algumas que corroboram o objetivo deste capítulo ao nos fornecerem indícios do que representa esse trabalho. Assim, vamos focar a discussão na atividade do trabalhador, cuja singularidade vem à tona quando se entende, sobremaneira, o sentido da comunicação *como e no* trabalho.

A ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008) mostra que por mais que hajam prescrições, sempre há espaço para o caráter do inédito da tarefa, já que se trata de um momento único, em que determinada ação é executada de maneira peculiar por cada pessoa. “Constatar que os trabalhadores se apropriam das normas, mascaram, transgridem, jogam com elas inventando novas normas, em resumo, renormalizam permanentemente, isto significa que há vida, significa a possibilidade de dominar o sistema” (ibidem, p. 81).

Nesse contexto, o debate das normas parte da análise das situações concretas de trabalho para confrontá-las com a prescrição e buscar soluções negociadas, dando vez e voz a quem trabalha. Um exemplo que aponta a habilidade particular do carregador, não somente para movimentar mercadorias, mas também para reconhecer aquilo que carrega, é dada pela seguinte fala do dirigente do Sindicar:

[...] quando vem a mercadoria, você não pode jogar de qualquer jeito. Se você for jogar, vai estragar a mercadoria. Você pega uma caixa de uva, se você bater, ela já começa a estragar ali. Tem que ter muito cuidado com a mercadoria. [...] Em cada setor é um sistema de trabalho. Você vai descarregar laranja é um sistema, vai descarregar mamão é outro sistema. Tudo que você vai carregar é um sistema bem diferente. [...] às vezes, o carregador conhece mais a mercadoria [...] porque a gente trabalha aqui dentro, sabe a mercadoria que é boa. Você vem de fora, está comprando a mercadoria de uma semana, e o carregador, ele sabe qual a mercadoria que descarregou no dia, ele está aqui 24 horas.

Fica claro pela fala que o trabalhador dispõe de um modo específico para transportar as mais diferentes mercadorias. Mais que isso, ele sabe onde é possível encontrar produtos de qualidade, que sejam mais frescos e a preços menores de venda. Esse conhecimento

vem bastante do “boca a boca” e da chamada “rádio peão” que circula pela central de abastecimento – nunca é demais lembrar que estamos falando de um grande mercado a céu aberto. Além disso, como já dissemos, a “contratação” pelo serviço, que traz em si toda uma série de dificuldades, decorre da interlocução direta que é mantida com permissionários e compradores.

[...] o carregador tá pedindo a Deus que tenha um serviço. Quando você é empregado, a maioria dos carregadores, é um serviço que ele vai ganhar a mesma coisa, mas quando ele não é empregado, ele quer trabalhar 24 horas no ar, direto. Porque quanto mais trabalhar, mais ele ganha. Se ele não trabalhar, ele não ganha, ele só ganha se trabalhar. [...] O carregador sabe que seu serviço é muito pesado. [...] você trabalha com sol, chuva, sereno, tudo, às vezes até doente trabalha para bancar sua casa [...] ele circula pelo mercado inteiro, porque se ele pega um caminhão para carregar na fruta, ele carrega na fruta, na verdura, no legume, na batata, eles circulam então pelo Ceasa completo, né. (ENTREVISTA DO DIRETOR DO SINDICAR)

[...] se a praça está ruim, às vezes, você passa o dia todo, a noite toda e não carrega nada. [...] não é todo dia que você vai para o ponto para trabalhar e tem serviço. Você vai tipo aventurar [...] Num dia bom de serviço, no pescado, no que é bom para mim, que não tenho quase freguês ali, é três, quatro viagens. (ENTREVISTA DO CARREGADOR DE PESCADOS)

Como se não bastasse a precariedade inerente ao modo com que a atividade é desenvolvida, o caráter autônomo da profissão potencializa as vicissitudes do *modus operandi* capitalista, em que o empreendedorismo, falsamente, é visto como alternativa à crise do emprego. Não contribui em nada também a própria postura do sindicato que, ao se autointitular autônomo, age na prática mais como se fosse uma cooperativa, deixando de lado o que se espera de uma instituição sindical.

Ao contrário de outras categorias profissionais, os aparatos tecnológicos (celular, tablets) e os dispositivos comunicacionais (WhatsApp, Facebook, Instagram entre outros) não exercem influência alguma no desenvolvimento da atividade laboral dos carregadores, prevalecendo primordialmente o contato interpessoal e presencial como elemento constitutivo do trabalho.

Porque todo dia a gente está com o carregador. O carregador passa na portaria [do galpão], ele está sempre conversando, a gente está sempre

na portaria, sempre é o diretor na portaria, ele vai se informando. Cada vez que o carregador quer se informar ele vai procurar o diretor lá, se ele topa a gente na rua ele vai se informar, toda hora a gente está com o carregador, não tem jeito. [...] Nós, diretores, nós somos carregadores também. Além de encontrar todo dia com o carregador, a gente está todo dia trabalhando com o carregador. Aí, termina se informando. Cada carregador que encontra com diretor acaba se informando. (ENTREVISTA DO DIRETOR DO SINDICAR)

**Reforça-se a prevalência do sistema “boca a boca”, inclusive como via primordial de comunicação do próprio sindicato com os carregadores. Isso decorre pelo fato de que há 49 diretores, a grande maioria atuando também na movimentação de cargas, e da obrigatoriedade de que os carrinhos de madeira sejam guardados no galpão da entidade, que é um ponto privilegiado de circulação de informações e onde sempre há dirigentes presentes em todos os horários, uma vez que a comercialização de mercadorias ocorre praticamente 24 horas ao longo da semana.**

Aliás, a presença do Sindicar na vida dos profissionais se faz perceber sobremaneira não somente no gerenciamento da atividade laboral, servindo de alicerce social para fundamentar outras decisões, que vão muito além da esfera do trabalho, influenciando questões de cunho pessoal.

[...] os candidatos que o seu Zé apoiar para melhorar o sindicato, a gente apoia. A gente está de ponta a ponta com ele. Todos os candidatos que são para melhorar [...] que são para ficar a favor do trabalhador, a gente é a favor. E todos os deputados que o seu Zé apoia, a gente também apoia. (ENTREVISTA DO CARREGADOR DE FLORES)

[...] todos os políticos querem o apoio do Zé Pinheiro e a preocupação de todos políticos é o Zé Pinheiro [...] Toda campanha, toda política que tem, a gente escolhe os candidatos, a gente apresenta para os carregadores para ser mais “mior”, porque a gente sempre precisa deles. A gente escolhe aqueles que acha “mior” e apoia. (ENTREVISTA DO DIRETOR DO SINDICAR)

Percebe-se como a opinião e o posicionamento do presidente do sindicato serve para avalizar, maciçamente, o voto de praticamente toda a categoria no período de campanha política. As falas mostram ainda a dimensão da força desses trabalhadores, que são procurados pelos pleiteantes a algum cargo público eletivo.

**Porém, a sensação que se tem é que essa força não é devidamente apropriada no mundo do trabalho, com vistas a pleitear e fazer valer melhores condições para a atividade laboral. Isso transparece na verbalização de um termo, que demonstra a forma com que o ofício é encarado, numa dicotomia à situação com a qual a profissão é exercida.**

[...] se o patrão subir, ele [carregador] vai subir e se o patrão quebrar, ele vai ser quebrado e não vai receber. Por isso que eu falo para o carregador: “Vocês têm sempre que trabalhar, mas vocês têm que ficar preocupados com seu patrão. Seu patrão está acima de vocês, ele é sempre mais do que você. Porque ele tem que ganhar sempre mais do que você, porque se ele ganhar sempre mais do que você, você vai estar empregado.” (ENTREVISTA DO DIRETOR DO SINDICAR)

A palavra “patrão” aparece na fala do trabalhador, o que só fica pior por se tratar do dirigente sindical, o que demonstra o quanto seu discurso é contraditório. Esse substantivo, que transpassa a ideia de autoridade, e no caso dos carregadores não existe, reitera a lógica da expropriação capitalista, haja vista que estamos nos referindo a profissionais autônomos, sem vínculo empregatício e benefícios trabalhistas.

Para que não pare dúvida alguma: o carregador não é seu próprio trabalhador nem seu próprio acionista, por mais que a condição autônoma possa até dar margem a essa interpretação totalmente equivocada. Ele está sempre atuando profissionalmente para alguém (permissionário ou comprador) e diariamente atrás de serviço, pois ser autônomo não significa ter controle sobre as horas trabalhadas e, tampouco, um rendimento fixo, mas sim ter de se virar, sozinho, para garantir o mínimo para o seu sustento e o de sua família. A naturalização utilitária do termo só reitera uma relação de subordinação dos trabalhadores, prevalecendo a dependência quanto ao seu ganha-pão.

## Conclusão

Este capítulo, que é um recorte da pesquisa original desenvolvida no mestrado (KINOSHITA, 2019), deixa claro a relevância do trabalho exercido pelos carregadores autônomos da CEAGESP. Em seu dia a dia, eles mantêm interlocução com os mais diversos públicos, sendo que o “boca a boca” representa o mecanismo base de comunicação que lhes permite ter “sucesso” na profissão, conforme apresentamos.

Nem assalariados muito menos empreendedores (DARDOT; LAVAL, 2016); apenas profissionais explorados por uma lógica patronal (e sindical) que, infelizmente, não lhes

confere a percepção adequada de o que seja, de fato, um trabalhador com direitos, capacitado a executar dignamente sua atividade.

Essas definições surgiram a partir da pesquisa realizada, em que as observações de campo (FERNANDES, 1972; FLICK, 2009; LOPES, 2001; POUPART et al. 2008) gerais e específicas foram fundamentais para se compreender os sentidos contidos nesse ofício. Nesse sentido, a análise do discurso (BACCEGA, 1995; LEONTIEV, 2004; NOUROUDINE, 2002; BOUTET, 2004) dos trabalhadores, especialmente avalizadas nas entrevistas aprofundadas (MACHIN; COUTO; ROSSI, 2009; FLICK, 2009) concedidas, serviram para dar enlevo e substancialidade a esse ser que trabalha e que estabelece as mais diversas relações interpessoais em seu dia a dia.

Nada de aparatos tecnológicos ou dispositivos comunicacionais para se manterem informados e efetivarem seu trabalho. O que prevalece é o contato presencial e a linguagem oral junto a permissionários, compradores, dirigentes sindicais e a própria direção da CEAGESP. As mediações (MARTÍN-BARBERO, 2003) diretas com esses públicos, traduzidas em seus discursos, ajudam a entender como a comunicação entra na vida dos carregadores e como eles compreendem o mundo, e o trabalho que desempenham, a partir dela (FIGARO, 2008).

Toda mercadoria que passa, passa na mão do carregador. Toda mercadoria que vem da roça, que vem para cá, toda mercadoria que é movimentada no CEAGESP passa na mão do carregador. Eu queria que dessem mais importância para nós. (ENTREVISTA DO CARREGADOR DE FLORES)

Essa fala dá conta da dimensão do mundo do trabalho e das dificuldades inerentes à atividade, cuja mais-valia não fica nas mãos desses profissionais, como se percebe. Quem ganha com a situação são os permissionários, os compradores, a direção da empresa federal (que não precisa se preocupar com questão trabalhista alguma) e o próprio Sindicar, que se sujeita à condição autônoma da atividade, deixando de lado o posicionamento que se espera de um sindicato de trabalhadores.

É a análise do discurso ainda que possibilitou compreender como um trabalho árduo, bruto, que demanda muita força e é predominantemente masculino, consegue sobreviver em pleno século XXI, mesmo sendo exercido em condições medievais (PIRENNE, 2009), na maior metrópole brasileira. Por outro lado, a técnica que utilizamos fez também florescer a existência de todo um conhecimento específico, posto à prova diariamente, em que se consegue perceber o caráter inédito do trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008), apesar de todas as precariedades e adversidades existentes nessa profissão, que responde direta e cotidianamente pelo alimento que chega às mesas das pessoas.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**: Literatura e história, São Paulo: Ática, 1995.
- BOUTET, Josiane. Atividades de linguagem em situações de trabalho. **Revista Parágrafo**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2ª ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- FIGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho** – Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.
- \_\_\_\_\_. Atividade de comunicação e de trabalho. **Revista Trabalho Educação Saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 6, n. 1, 2008.
- \_\_\_\_\_. Estudo de recepção e ergologia: novos desafios teórico-metodológicos. **Revista Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, E-Compós, v. 12, n. 3, 2009.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Sueli de Castro. **O território de trabalho dos carregadores piauienses no Terminal da CEAGESP: modernização, mobilização e a imigração**. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **O sistema de vida ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- KINOSHITA, Jamir Osvaldo. **A comunicação no mundo do trabalho dos carregadores da CEAGESP**. São Paulo, 2019. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- KOSSOY, B. Elementos para el desarrollo de la historia de la fotografía em America Latina. In: CONSEJO MEXICANO DE FOTOGRAFÍA (Org.). **Memorias del primer coloquio latino-americano de fotografía**. México, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A fotografia como fonte histórica**: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980. (Coleção Museu & Técnicas, n. 4).
- LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MACHIN, Rosana; COUTO, Márcia Thereza; ROSSI, Cintia Cristina Silva. *Representações de trabalhadores portuários de Santos-SP sobre a relação trabalho-saúde*. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, 2009.

MARIN, Elizara Carolina. O ofício da pesquisa: processos do fazer. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação** – Olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; FAÍTA, Daniel (Orgs.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2009.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e ergologia**: Conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

### Outras fontes pesquisadas

NORMA INTERNA NP-OP-032 – Procedimentos para carregadores. São Paulo: CEAGESP, s.d.

CEAGESP. Disponível em: <www.ceagesp.gov.br>.

## Aplicativos de relacionamento, sexualidade e promoção da saúde: novos paradigmas para a comunicação do HIV/Aids<sup>1</sup>

Vinicius Alves Sarralheiro<sup>2,3</sup>

---

### Resumo

Este trabalho busca a reflexão acerca da comunicação de riscos como ferramenta para a prevenção, a melhoria da informação e da percepção de riscos de acordo com os novos paradigmas que tem se colocado na atualidade. Para tal, enfatiza-se o uso de aplicativos de relacionamento como espaço de pesquisa e de abordagem para pautar os discursos e dinâmicas do HIV/Aids, da sexualidade e da promoção da saúde.

### Palavras-chave

Comunicação de risco. Sexualidade. Aplicativos de relacionamento. Promoção da saúde. HIV/Aids.

---

### Introdução

Contemporaneamente, as questões de saúde pública e comunicação vêm ganhando espaço em discussões e debates governamentais e acadêmicos, sobretudo com as modificações que a nova pandemia de Covid-19 tem feito pelo mundo. Araújo e Cardoso (2007), ao pensar a intersecção dos dois campos, apontam que entender a relação entre comunicação e saúde nos tempos atuais implica fazer as seguintes perguntas: como a comunicação participa do processo de geração, difusão e transformação das condições de saúde? Como e o que é preciso para criar condições comunicativas que favoreçam a promoção da saúde?

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Mestrando PPGCOM ECA-USP (ST2. Processos comunicacionais: tecnologias, produção e consumos; orientador: Prof. Livre-docente Leandro Leonardo Batista). Atualmente é membro do Lab4C – Centro de Comunicação e Ciências Cognitivas e bolsista Capes. [vinicius.sarralheiro@usp.br](mailto:vinicius.sarralheiro@usp.br)

3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (Capes) – Fincance code 001.*

É nesse contexto que emerge a comunicação de risco, área que estuda esse campo da mediação entre riscos e indivíduos, e que, dentre outras coisas, explicita a relação da comunicação com a saúde pública. O foco escolhido nesta pesquisa é a reflexão acerca dos discursos e dinâmicas comunicacionais do HIV/Aids,<sup>4</sup> devido aos elevados índices apresentados nos últimos relatórios do Ministério da Saúde (BRASIL, 2019) em que os casos da doença têm crescido no país. Para isso, há a ênfase no uso de aplicativos de relacionamento como espaço de pesquisa e de abordagem para pautar essas questões. Esta tarefa exige um esforço de reflexão diferenciado, aproximando conhecimentos de diversos campos disciplinares para se refletir sobre os discursos persuasivos e dialogar com os sujeitos. É neste sentido que se desenvolve esta pesquisa, na busca por refletir sobre as formas de utilização da comunicação como ferramenta para a prevenção, a melhoria da informação e da percepção de riscos e também para a promoção de um bem-estar maior na população, a partir das dinâmicas das escolhas e comportamentos dos indivíduos.

### Um olhar sobre a comunicação de riscos

Um olhar que envolva a promoção da saúde, passa por comunicar os fatos e pensar os dilemas envolvidos para o bem-estar. Diante das complexidades que se apontam nessa intersecção, a comunicação de riscos, área que estuda o campo de mediação entre riscos e indivíduos, se apresenta como uma ferramenta necessária para olhar para as questões que se colocam no contexto atual e buscar as possíveis soluções para os dilemas encontrados (BATISTA, 2008).

Na estrutura clássica, a comunicação de riscos depende de duas outras etapas: avaliação do risco, gerenciamento do risco (JARDIM; CALDAS, 2009). A primeira constitui as estimativas do risco realizadas geralmente pelos órgãos responsáveis pelas coletas de dados e informações do fenômeno em questão, enquanto a segunda envolve as tomadas de decisões dos sujeitos-alvo do risco e os possíveis julgamentos que podem ocorrer com o acesso às informações. Neste modelo, a junção dessas duas etapas da análise de risco é que constitui a comunicação de riscos e suas práticas discursivas e tem um papel relevante na divulgação de informações para os sujeitos, bem como na motivação para a mudança de comportamentos que efetivem a gestão do risco.

No passado, os esforços relacionados à comunicação do risco estavam baseados em estruturas que assumiam a neutralidade da informação e cujo foco era a transmissão de dados e estatísticas, bem como informações de perigo e busca por proteção, subestimando

contextos e subjetividades (BATISTA, 2008; DI GIULIO et al., 2010). Comunicações com esses vieses, em pesquisas recentes, vem se mostrando bastante ineficazes ao não engajarem o público, nem considerarem diferentes perspectivas, pois são pautadas na “transmissão da informação dos peritos para os “leigos”, como se o objetivo da comunicação de risco fosse exclusivamente o de educar e convencer o público” (DI GIULIO et al., 2010, p. 286). Atualmente, nas pesquisas mais recentes, a comunicação de riscos é entendida como uma prática que envolve diálogo entre os diversos atores envolvidos no contexto em que se apresenta (DI GIULIO et al., 2014).

[...] experiências têm mostrado que é fundamental incluir efetivas estratégias de comunicação, na tentativa de estabelecer um diálogo entre aqueles que avaliam e aqueles que vivenciam os riscos, de modo a favorecer a participação e influência das comunidades afetadas na definição dos assuntos a serem discutidos e nas decisões a serem tomadas” (DI GIULIO et al., 2010).

No caso de temas complexos como a Aids, que envolvem diversos fatores, sejam para as políticas públicas ou para os indivíduos em suas vidas cotidianas, essa nova perspectiva pode ser uma nova forma de olhar para a questão e pensar novas estratégias para o debate na sociedade. Por envolver questões como a sexualidade e as relações entre as pessoas, esse tema tem o potencial de estimular os indivíduos a buscar conhecimento e refletir sobre as possíveis aplicações em suas vidas. E é nesse sentido que se destaca o papel da comunicação, sobretudo àquela voltada aos riscos, por ser o caminho capaz de salientar ou apagar os diversos riscos existentes na sociedade (BATISTA, 2008).

O uso de aplicativos de relacionamento como fonte de pesquisas e enquadramento dos estudos de comunicação e saúde vem sendo bastante utilizado por considerar esse contexto comunicacional das relações, em diálogo com as novas tecnologias. Para citar um exemplo, em artigo realizado pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP, em parceria com o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Piauí (UFPI) (QUEIROZ et al., 2018), os autores demonstraram, utilizando entrevistas semiestruturadas com usuários do aplicativo de relacionamento Hornet que indivíduos gays possuem baixo conhecimento sobre medidas de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e que as relações sexuais estabelecidas por este público são permeadas pela alta vulnerabilidade e comportamentos com elevadas possibilidades de exposição a fatores de risco.

Expressar preferências sexuais e filtrar outros parceiros potenciais a partir dos aplicativos permite aos usuários buscar diferentes atividades sexuais

<sup>4</sup> Em consonância com as discussões atuais que buscam diminuir o estigma e tratar a Aids como uma doença (e não mais como uma sigla), utilizamos “Aids” grafada em minúscula. Além disso, aqui esse uso se deve a uma perspectiva crítica em relação ao pânico sexual criado em torno da Aids.

(sexo a dois ou grupal, *bareback*<sup>5</sup> e orgias) sem, necessariamente, implicar em envolvimento emocional com os participantes. [QUEIROZ et al., 2018. p. 2067; grifos dos autores].

A democratização dos *apps* baseados em geolocalização, como o Hornet ou o Tinder, coloca em evidência, segundo Carrera et al. (2017), novas maneiras de enquadramento de encontros romântico-sociais por meio dos smartphones, uma vez que permitem uma experiência de tempo real com autonomia, revelando quais potenciais parceiros estão por perto e disponíveis para a interação buscada, seja ela de longo prazo ou momentânea. E, assim, também permitem um ambiente em que a sexualidade possa ser colocada em evidência e, com isso, ser trabalhado todo o discurso que envolva a prevenção e a promoção da saúde nestes contextos.

Existe uma gama de possibilidade de aplicativos desse tipo atualmente, mas alguns se tornaram mais populares e mais conhecidos (portanto, com maior usabilidade) entre seus grupos específicos. Endereçados majoritariamente a um público gay ou a homens que têm interesse em se relacionar sexual e/ou afetivamente com outros homens (HSHs), Hornet, Grindr e Scruff são alguns exemplos; existem ainda aplicativos para públicos mais gerais, mas que também são utilizados pelos gays e HSHs: Tinder e Happn são os maiores destaques. Todos eles têm algo em comum: se posicionar não apenas como um “meio”, mas um ambiente legitimado na construção e partilha de “estilos de vida” entre seus usuários, potencializando uma realidade mediada da cultura dos relacionamentos e como espaço de liberdade para as sexualidades (MISKOLCI, 2017). Apesar disso, é um espaço pouco explorado, seja como fonte de pesquisa, ou como contexto para entender a comunicação e a sociedade.

### **A comunicação sobre a Aids no Brasil: pontos de partida para pensar novos caminhos**

Dentre as ferramentas de comunicação de risco voltadas para a Aids, os governos (em todas as esferas) investem em campanhas públicas de conscientização, geralmente propagandas veiculadas em grandes mídias. Os estados e municípios têm autonomia para a criação de estratégias próprias, que visem os dilemas locais. Entretanto, o discurso geral é pautado pelo Ministério da Saúde, em campanhas nacionais e, por isso, de cunho mais generalista.

<sup>5</sup> Trata-se de um termo utilizado pela comunidade gay para se referir a práticas sexuais com penetração anal sem a utilização de preservativo.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), por meio do *site* do Portal sobre Aids, infecções sexualmente transmissíveis e hepatites virais, do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), mantém em seu repositório todas as campanhas realizadas desde o ano 2000, tendo a maioria delas a televisão e as redes sociais como principais fontes de mídia para as campanhas principais e a utilização de cartazes quando o foco é o Dia Mundial de Luta Contra a Aids (dia 1º de dezembro, ou o chamado Dezembro Vermelho mais recentemente). Se fizermos um recorte dos últimos cinco anos (2015-2019), podemos verificar uma certa semelhança e padronização no discurso desta comunicação governamental, bem como um decaimento nos públicos diferentes representados e especificidades abordadas. Neste período, focando nas peças que falam especificamente sobre a Aids, foram realizados 11 diferentes anúncios (sendo: 4 em 2015, 2 em 2016 e 2017, 1 em 2018 e 2 em 2019) e, seguindo a lógica da produção das campanhas, dentre eles há sempre um anúncio considerando a campanha principal do ano e o outro no Dia Mundial de Luta Contra a Aids (exceto em 2018, em que só houve o primeiro). O ano de 2015 foi o último a contar com campanhas específicas e em datas diferenciadas que focavam em grupos com maior vulnerabilidade, daí seu número maior em relação aos anos seguintes.

De modo geral, ao observar essas comunicações, verifica-se que em todos os anos a campanha principal “de prevenção à Aids”, como é denominada no próprio repositório, ocorre no período do Carnaval, momento do ano em que se julga ter um aumento das relações sexuais pelo clima festivo no país. Outro ponto importante é a construção desse discurso. As campanhas são, em geral, alegres e se utilizam de celebridades ou músicas famosas, contudo, apresentam um discurso simplório, focado unicamente nos imperativos “use camisinha” ou “proteja-se”. Neste sentido, criam um discurso de imposição e não abrem espaço ao diálogo e à humanização. Assim, seu foco é exclusivamente no uso da camisinha como método de prevenção, sem informar e até mesmo sem levar em consideração questões sociais, pois, usar camisinha, em diversas circunstâncias, não é uma iniciativa exclusivamente individual; a dificuldade de colocar a temática em pauta com o parceiro ou expectativas negativas sobre a reação do tema no outro influenciam parte dessa escolha, bem como o clima e a excitação do momento também podem ser uma barreira para não utilizar preservativo (PINHEIRO, 2015; QUEIROZ et al., 2018).

Também, falam muito pouco (quando não ocultam) sobre as relações sexuais e amorosas, tema que é chave para este debate, bem como, por utilizarem uma linguagem mais generalista, seu foco acaba por ser maior sobre as relações heterossexuais.

As políticas de saúde brasileira, no que tange à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, principalmente voltada à população LGBT,

avançam lentamente. Ainda são limitadas e focadas, quase unicamente, em um modelo heterossexista de uso da camisinha, a despeito de opções comportamentais ou farmacológicas existentes. (QUEIROZ et al. 2018, p. 2067)

Por fim, a formulação dessas comunicações tem sido desenvolvida sob a lógica de um modelo biomédico, com uma linguagem prescritiva (NUNES-GALBES; GIATTI, 2019). Esse modelo se caracteriza pela explicação causa-efeito simplificada, reducionista e imediatista da doença, além de focar que o agente causador (o vírus) deve ser identificado e combatido de todas formas. Essa clareza pode ser constatada ao olhar a fundo as mensagens presentes nas peças veiculadas, que reproduzem uma lógica sanitária, em que a prática se dá na prescrição de comportamentos e regras impositivos e imperativos. Não que as informações médicas e esse tipo de abordagem deva ser deixado de lado, pelo contrário, é importante para a identificação e para o tratamento; porém, no contexto comunicativo, a utilização desta abordagem retira o ser humano de sua posição biográfica e social, reduzindo-o a números.

Isso também corrobora com o imaginário social que se tem sobre a Aids, transformando-a mais em uma “doença social” do que uma doença em si (TREVISAN, 2018). A evolução do tratamento médico trouxe diversos benefícios para a percepção sobre a Aids, mas também criou um modelo moralizante, que impede os desejos e torna os corpos abjetos (BUTLER, 2003), aumentando os preconceitos e as dificuldades de discussão sobre o tema. A mídia também é coprodutora dessa percepção. Trevisan (2018) conta que quase todos os dias circulavam na imprensa mensagens francamente recriminatórias ao desejo e à Aids, muitas delas em tons bastantes repressivos, ratificando essa ideia de perigo e do discurso moralizante. Tudo isso só reforça os paradigmas existentes e tem se mostrado como um discurso bastante ineficiente para tratar o tema.

### Um novo paradigma para a prevenção e promoção da saúde

Para que seja possível ampliar a abordagem do discurso sobre a Aids é preciso romper a lógica que impera atualmente. Di Giulio et al. (2010) aponta que “a comunicação de risco não deve se limitar ao modelo do déficit de conhecimento, no qual os peritos comunicam os conhecimentos e suas verdades científicas para os leigos para evitar que estes permaneçam na ignorância e irracionalidade” (p. 283), mas sim conjugar os saberes por meio de estratégias que, por um lado, preencham as lacunas comunicacionais ainda existentes e, por outro, a busca de recursos teórico-metodológicos que busquem pensar uma comunicação mais social e culturalmente sensível, levando em consideração

também outros fatores que podem influenciar o risco. Ou seja, um importante desafio consiste em construir a comunicação de risco considerando as relações de conflito entre “leigos” e *experts*, relações de poder entre Estado e sociedade e as múltiplas dimensões sociais e culturais que envolvem o fenômeno do risco.

Essa é a ideia que dialoga com a metodologia proposta por Paulo Freire (1987), que envolve escutar as necessidades e questões de uma comunidade ou grupo populacional a fim de criar diálogo para que as pessoas possam avaliar e aprofundar sua compreensão a respeito de suas próprias situações; em seguida promover ações para que as próprias pessoas possam mudar suas condições e envolvê-las em reflexão sobre suas ações, iniciando o ciclo novamente. Nesse sentido, entende-se que um processo dialógico e libertador deve se constituir em ciclos capazes de atenuar as relações convencionalmente assimétricas (FREIRE, 1987) entre ciência e sociedade, que dão protagonismo aos sujeitos ou atores sociais e se baseiam na proposta da construção de saberes híbridos e colaborativos, reflexivos e de maior possibilidade de aplicação aos contextos locais, modificando, assim, as lógicas de percepção e relação com o risco (DI GIULIO et al., 2010; 2014).

Dessa maneira, busca-se pensar um processo educativo para a aprendizagem, que deve ocupar os dois lados da questão: tanto como insumos para a construção da comunicação, que como afirmam os autores, deve ir à campo para interagir com os sujeitos-alvo e integrar as informações de forma a abarcar as questões desenvolvidas na campanha, quanto no discurso propagado, reforçando e estimulando novas perspectivas e reflexões para estes sujeitos. Ao observarmos a evolução desses discursos das campanhas, com o tempo, perdeu-se o caráter dialógico e didático devido a uma ideia de que talvez, hoje em dia, a informação da importância da prevenção já esteja internalizada pela população (PINHEIRO, 2015). Contudo, recentes pesquisas mostram que ainda existem dúvidas sobre este assunto e que não é tão simples de ser abordado no momento sexual, sobretudo entre grupos mais vulneráveis (VENTUNEAC et al., 2018; HILL; BAVINTON; ARMSTRONG, 2019; QUEIROZ et al., 2018). Além disso, ainda há muita dúvida sobre outras formas de prevenção que vão além do uso da camisinha (como a Profilaxia Pré-Exposição – PREP, a Profilaxia Pós-Exposição – PEP e a *prevenção combinada*, por exemplo) ou como buscar informações confiáveis a respeito. Por isso é necessário olhar para os sujeitos, ir a campo e verificar quais são as demandas, as dúvidas e, sobretudo, os discursos que envolvem o risco e as questões de saúde. Para que as comunicações também possam ir além dos discursos médico-preventivos, que enfatizam o controle de corpos, sem considerar quaisquer outras vulnerabilidades e possibilidades de desejo.

Desde fins da década de 1960, investigações históricas e sociológicas apontaram como políticas estatais e grupos de empreendedores morais

delimitaram historicamente as formas lícitas ou ilícitas da sexualidade. No entanto, essa vertente de pesquisas não incorporou um pensamento sobre a sexualidade que a desnaturalizou a partir do desejo, mantendo-o, portanto, no domínio do natural ou, ao menos, a-histórico. Sem ter sua historicidade reconhecida, o desejo permaneceu quase sob o monopólio de saberes médicos e psi, os quais tenderam a explorá-lo em uma perspectiva individual e pouco afeita ao reconhecimento de seu enquadramento cultural. (MISKOLCI, 2017, p. 39)

Assim, para pensarmos uma comunicação que seja de fato voltada ao diálogo (FREIRE, 1987) e que seja uma boa comunicação de riscos para a promoção da saúde, é preciso antes pensar algumas questões. A principal delas é: o que é a sexualidade no século XXI? Como se dão as relações sexuais e afetivas entre as pessoas é um ponto importante para pensar as questões que envolvem as percepções e possibilidades de aceitação de risco. Falar sobre esse tema também implica em falar sobre moralidades, relações, afetos, prazeres, vulnerabilidades, estilos de vida e tudo aquilo que impacta as relações individuais e que envolvem as práticas de risco relacionadas à Aids. Assim, o foco no sujeito e em seu contexto social, cultural e tudo o que pode impactar em suas escolhas deve ser o ponto de partida para o diálogo e o aprendizado (WALLERSTEIN; DURAN, 2010; DI GIULIO et al., 2010). Pois, a maneira como as pessoas se veem no mundo, quem são elas e o quanto estão dispostas a aceitar ou não o risco são questões relevantes, sobretudo para construir as estratégias de comunicação.

Por isso, os aplicativos de relacionamento se apresentam como um espaço de possibilidade de trabalhar a comunicação e a saúde para o bem-estar, sobretudo no âmbito da sexualidade. Primeiro, porque seu objetivo estimula as relações afetivas e sexuais entre seus usuários e, com isso, o tema pode ser abordado de maneira mais natural. E, segundo, essas plataformas digitais constroem uma relação direta de diálogo entre sujeitos que, se bem trabalhada, pode ser capaz de estimular a discussão e de trabalhar os temas de maneira mais libertadora de modo que foque nos sujeitos. Apesar disso, poucas são as ações feitas nestes ambientes para tratar da promoção da saúde, o que mostra que há espaço para tornar este um ambiente de acesso aos usuários para propagar as informações e discursos.

Como destaca Bostrom (2003), as tecnologias de comunicação aumentaram a velocidade com a qual podemos nos comunicar e, com isso, governo, educação e saúde começaram a migrar para a internet. Em consequência, o modo como usamos as tecnologias da informação e comunicação também mudaram as formas de contato com os riscos que enfrentamos, aumentando alguns, diminuindo outros; o que nos permite

pensar que é necessário buscar novas maneiras de estudar os riscos neste cenário. O uso dos *apps*, portanto, pode ser uma fonte importante para entender a sociedade e as lógicas discursivas que envolvem a relação com o HIV e a Aids, bem como abrem a possibilidade promover a sexualidade de forma mais livre. Além disso, olhar para a tecnologia nos ajuda a entender melhor as dinâmicas da sociedade e, assim, encontrar melhores formas para a promoção da saúde e a percepção de risco.

Esse contexto reforça a necessidade de que em situações como as que envolvem o HIV e a Aids sigam uma abordagem metodológica integrada, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos, tendo por base as tecnologias e os aplicativos, a fim de que se possa levantar questões abordadas pelos diferentes paradigmas e amplificar as questões que permeiam a percepção do risco. Isso significa incluir modelos matemáticos e estatísticos de longo alcance, mas que na análise dos resultados considerem também as experiências, conhecimentos e cuidados aplicados no contexto em questão, bem como um olhar mais próximo aos sujeitos, de forma qualitativa. Significa, sobretudo, considerar as diversas implicações sociais relacionadas ao risco estudado e reconhecer os aspectos comunicacionais que participam da construção do risco.

Nesse sentido, as relações entre ciência, política e sociedade precisam ser mais próximas, buscando a participação dos diversos públicos envolvidos por meio do diálogo e da troca de conhecimentos. Afinal, a comunicação de risco deveria enfatizar o empoderamento dos sujeitos, fortalecendo o indivíduo como “sujeito social” e sexual em busca da promoção da saúde, e não a culpabilização (WALLERSTEIN e DURAN, 2010), preparando as pessoas para fazerem escolhas sobre o que querem ou não para suas vidas. Esse é o verdadeiro desafio que se coloca nessa temática e é nesse novo paradigma que as comunicações de prevenção à Aids deveriam estar debruçadas.

## Referências

- ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- BATISTA, Leandro Leonardo. A comunicação de riscos. In: PEREZ, C.; BARBOSA, I. S. (Orgs.). **Hiperpublicidade 2**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- BOSTROM, Ann. Future risk communication. **Futures**, v. 35, p. 553-573, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico HIV/Aids 2019. 2019. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaids-2019>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI). 2020. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas>>.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRERA, Fernanda et al. Social evaluation at the finger point: self presentation and impression management on Tinder. *Teknokultura*, v. 14, n. 2, p. 339-350, 2017.

DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Comunicação e governança do risco: A experiência brasileira em áreas contaminadas por chumbo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 283-297, jul./dez. 2010.

DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Propostas metodológicas em pesquisas sobre risco e adaptação: experiências no Brasil e na Austrália. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVII, n. 4, p. 35-54, out./dez. 2014.

FAUSTO NETO, Antonio. Percepções acerca dos campos da Saúde e da Comunicação. In: PITTA, Aurea Maria da Rocha. *Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 267-293.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HILL, Adam; BAVINTON, Benjamin R.; ARMSTRONG, Gregory. Prevalence and correlates of lifetime and recent HIV testing among men who have sex with men (MSM) who use mobile geo-social networking applications in Greater Tokyo. *PLOS ONE*, 23 Jan. 2019.

JARDIM, Andréia N. Oliveira; CALDAS, Eloisa Dutra. Exposição humana a substâncias químicas potencialmente tóxicas na dieta e os riscos para saúde. *Química Nova*, v. 32, n. 7, p. 1898-1909, 2009.

MILSKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

NUNES-GALBES, Nadine; GIATTI, Leandro Luiz Pesquisa e atuação em alimentação e nutrição na perspectiva pós-normal: a construção de um novo paradigma. In: JACOBI, Pedro Roberto; TOLEDO, Renata Ferraz de; GIATTI, Leandro Luiz (Orgs). *Ciência Pós-normal: ampliando o diálogo com a sociedade diante das crises ambientais contemporâneas*. [recurso eletrônico]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019.

PINHEIRO, Thiago Félix. *Camisinha, homoerotismo e os discursos da prevenção de HIV/Aids*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

QUEIROZ, Artur A. F. L. Nunes et al. Conhecimento sobre HIV/Aids e implicações no estabelecimento de parcerias entre usuários do Hornet. *Revista Brasileira de Enfermagem* [Internet], v. 71, n. 4, p. 2062-2069, 2018.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VENTUNEAC, Ana. et al. Preferences for sexual health smartphone app features among gay and bisexual men. *AIDS and Behavior*, v. 22, p. 3384-3394, 2018.

WALLERSTEIN, Nina; DURAN, Bonnie. Community-based participatory research contributions to intervention research: The intersection of science and practice to improve health equity. *American Journal of Public Health*, v. 100, n. S1, p. S40-S45, 2010.

## Plataformas digitais de autopublicação: reflexões sobre processos criativos e editoriais<sup>1</sup>

Thaís Cristina Afonso de Jesus<sup>2</sup>

---

### Resumo

Neste trabalho buscamos investigar as plataformas digitais de autopublicação que concentram um conjunto de estruturas em um mesmo ambiente, com a finalidade de operar os processos criativos e editoriais. A metodologia é de um estudo exploratório, composto de revisão de literatura sobre a autopublicação na era digital e o capitalismo de plataforma, seguido de entrevistas com editores de plataformas que atuam no Brasil e com autores que utilizam essas plataformas.

### Palavras-chave

Autopublicação digital. *Self-publish*. Autoria. Editoração. Capitalismo de plataforma.

---

### Introdução

O livro provou ser um produto cultural dos mais úteis, versáteis e duradouros da história. Mais do que uma ferramenta (suporte estável e mídia para o texto), é uma tecnologia cultural, agente importante da difusão das ideias, objeto de valorização de seu respectivo autor, mediador de direitos de acesso à informação, à educação e à cultura. Após diversos formatos (do rolo ao códice, da produção dos escribas à página impressa, da brochura ao livro digital), o livro conserva em si o valor de agregar cultura e uma aura simbólica ao seu autor.

Porém, a transição do conteúdo do livro do autor ao leitor é um processo complexo e que ao longo do tempo baseou-se em múltiplos intermediários que cumprem funções específicas, tais como promotor, editor, impressor, distribuidor, varejista, para, enfim, chegar ao usufruto da leitura, ato capaz de melhorar sociedades – Emmanuel

---

1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Orientador: Prof. Dr. Vítor Souza Lima Blotta. Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação. Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Cidadania. E-mail: thaisafonso@usp.br.

Araújo sonhava com o dia em que a fome de livros fosse a prioridade do Brasil (ARAÚJO, 2008). Na perspectiva histórica do livro, não são, exclusivamente, os autores que por si só produzem suas obras, eles na verdade produzem textos que por sua vez “são moldados, transformados e interpretados por editores, designers e ilustradores” (LYONS, 2011, p. 12).

Reconhece-se, portanto, que há toda uma cadeia de produção envolvida na transformação de um texto em uma obra publicada como livro, sistema este que vai desde a matéria-prima, o papel ou o suporte onde será publicado, às técnicas de impressão, à apresentação gráfica, à encadernação, à questão dos custos, da política, do comércio e da difusão da obra. Autores, revisores, editores, diagramadores, impressores, ilustradores, tradutores, distribuidores, publicitários, críticos literários, livreiros etc., são todos mediadores culturais, agentes desse processo complexo e dinâmico.

Contudo, vivemos atualmente, um momento de balanço sobre toda essa cadeia produtiva, sobre a história dos livros e dos seus processos de mediação cultural. Temos acompanhado jornadas ambivalentes que apontam para a necessidade de um debate cada vez mais amplo e profundo sobre o futuro do mercado editorial. Essas transformações vão desde um possível apagamento do papel do editor, que passou a ser visto mais como um coordenador do processo editorial do que como o responsável pela conformação da obra (DARNTON, 2001).

Além disso, acompanhamos crises financeiras que levaram ao fechamento de grandes redes livreas, vimos interesses políticos tornarem o modelo de distribuição governamental de livros insustentável, infelizmente as pesquisas não conseguem acompanhar com a mesma velocidade as ágeis transformações dos hábitos de leitura e consumo. Neste mesmo período, ressurgiram alternativas buscando um movimento oposto, tais como: clubes de livros, editoras artesanais e respostas como maior qualificação e foco em curadoria para atender às demandas.

Por tudo isso, entendemos que seja como negócio da produção intelectual, seja para apreender novas tendências, a influência dos livros na cultura e na sociedade passa por contextos históricos, políticos, econômicos e culturais, e por garantias de direitos de acesso, de repercussão das ideias e de disseminação de poder (DARNTON, 2001). E é sob essas perspectivas que buscaremos fundamentar nosso estudo.

Além das mudanças na compreensão dos processos produtivos do livro, outras transformações culturais, tais como o acesso democratizado à educação, a difusão da cultura de massa e da indústria cultural favoreceram também este cenário de “desmistificação” do processo de construção do livro (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Podemos enfatizar ainda o papel da própria economia capitalista – fundada na lógica de exploração do trabalho, da busca pelo maior ganho possível e por modelos de produção mais simplificados – como aspectos que desencadearam transformações

no mercado editorial, sobretudo nas relações de trabalho e de acesso aos bens culturais (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

E no contexto da editoração, observar a autoria e a função do autor é fator central para compreender os impactos dessas transformações sobretudo no que tange à autopublicação, que é inicialmente tida como “imprensa de vaidade” (CLIFFORD, 2014) passa a se apresentar, por meio de plataformas digitais, como oportunidade de carreira para novos autores e ainda um meio de autores bem-sucedidos alçarem maiores remunerações pelo volume de vendas, representando um movimento inverso ao visto no processo histórico de produção do livro, ou seja, o autor na autopublicação passa a não mais depender de distribuir o processo de produção do livro pela contribuição de diversos agentes e produtores culturais para que sua obra seja publicada, mas ele (o autor) condensa em si todas as tarefas, conhecimentos e atividades desse processo, garantindo a publicação e difusão de sua obra por meio de plataformas digitais.

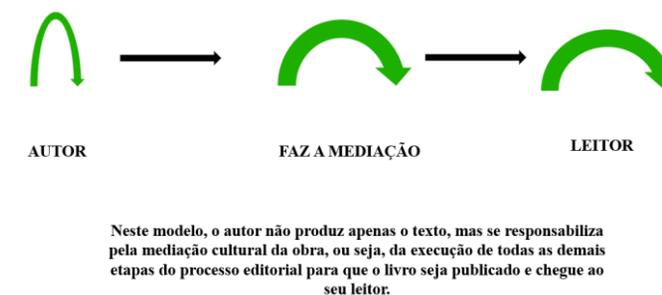
Vamos demonstrar o processo, a fim de esclarecer possíveis dúvidas, por meio das figuras a seguir.

Figura 1 – Processo histórico de produção do livro



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Figura 2 – Processo de produção do livro autopublicado em plataforma digital



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

## Quadro de referências

A autopublicação digital tem recebido em países como Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Itália, entre outros, grande atenção da Academia com estudos voltados para a legitimidade das obras, a tipologia dos autores (BAVERSTOCK, 2012), o mérito e a qualidade das publicações (KULAR, 2006), bem como o papel de autores e editores neste contexto (CAMACHO, 2013). Mas, no Brasil, os estudos ainda incipientes, abordam a questão da autopublicação de livros acadêmicos (VIANNA; ODDONE, 2016), as funcionalidades digitais das plataformas (ARRUDA; SILVA; ANDRADE, 2014) e surge como tema tangencial na conjuntura de análises do livro digital no mercado editorial brasileiro (MELLO JÚNIOR, 2016).

Outras linhas de pesquisa no contexto internacional também abordam a transferência do custo de publicação para o autor, destacando seu papel como consumidor de serviços de publicação (THOMLISON; BÉLANGER, 2015); economia da autopublicação (DILEVKO; DALI, 2006); qualidade e quantidade na autopublicação (NEUMAN, 2011); os desafios legais da autopublicação (MATULIONYTE, 2017); as oportunidades e as ameaças que representa para a cultura de massa (CAROLAN; EVAÏN, 2013); comparando a abordagem de temas como discriminação e desigualdade de gênero na publicação *indie* e a tradicional (WEINBERG; KAPELNER, 2018). Já nos estudos nacionais, destacam-se a contribuição para a diversidade bibliográfica (SANTOS, 2018); a materialidade algorítmica do livro na plataforma (BITENCOURT, 2019); o papel do autor-editor e as novas possibilidades de publicação (BRUST, 2014); o uso de aplicativos e suas interfaces (RODRIGUES; GONÇALVES, 2014).

De acordo com autores que trabalham interfaces da sociedade com as tecnologias da informação, vivemos na era da chamada “sociedade algorítmica” (JOLER; PETROVSKI, 2016), em que protocolos computacionais são fontes de valor, que moldam resultados e oportunidades, e, quando incorporados às estruturas organizacionais, modelam decisões.

Ou seja, não se trata da mesma definição utilizada para descrever a chamada “sociedade da informação”, nas quais conhecimentos e informações seriam os bens fundamentais, e o trabalho intelectual a força motriz da chamada economia do conhecimento, mas trata-se de uma economia pautada em informações configuradas por sistemas lógicos que sustentam os programas de computador e causam impacto crescente no cotidiano, que utiliza-se de processos sociotécnicos de comunicação e controle (SILVEIRA, 2017).

Nos atuais estudos de comunicação, está se sobressaindo na literatura crítica as preocupações sociais sobre os algoritmos, tornando-o importante objeto de estudo. A transdisciplinaridade desses estudos demonstram a complexidade da influência desse mecanismo na sociedade contemporânea, que para além da matemática, da ciência da computação e da engenharia de software, assume profundos significados nas diferentes

esferas que vão desde a sociologia, a antropologia, a geografia, até os estudos de mídia e os estudos jurídicos. Todos estes campos são importantes paradigmas para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que sustentam e estruturam a interface de automação de dados digitais.

Toda essa conjuntura de transição, não exclusiva ao contexto editorial, materializa-se na sociedade da informação – era que vivemos e está em expansão –, que pressupõe novas habilidades para o trabalho, bem como outras perspectivas de surgimento e fim de profissões em face do desenvolvimento cada vez mais acelerado de tecnologias impermanentes e rapidamente superáveis. Diante do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017) a exploração econômica dos dados representa um novo regime, em que a concentração de um conjunto de estruturas em um mesmo ambiente de comunicação e informação operam as relações (CORREA, 2016). Neste sentido, as plataformas não podem ser estudadas isoladamente, os estudos precisam considerar ainda as estruturas sociais e políticas, pois são todos (interdependentes de uma infraestrutura global (VAN DICK; POELL; WAAL, 2018)).

A plataformização possui, entre suas características, a intermediação digital de serviços, terceirizando os custos (usuários são fornecedores e consumidores); a segmentação e operação são produzidas por mecanismos de automatização de dados, ou seja, o gerenciamento da força de trabalho é feita pelo algoritmo da respectiva plataforma; a oferta e a demanda de serviço são disponibilizadas por dispositivos e aplicativos; e principalmente, a plataformização caracteriza-se por promover a monetização das relações.

O exemplo mais proeminente é da empresa Uber, derivando de sua marca a expressão “uberização”, termo também utilizado para referir-se a esse processo econômico de trabalho autônomo em condições precárias estruturado em plataformas digitais. Nelas, os trabalhadores possuem autonomia para determinar sua jornada de trabalho, sendo remunerados de acordo com sua produtividade dentro dela; há uma relação direta entre dependência do profissional da plataforma e com isso a precarização da produção e das condições de trabalho, afetando todo o sistema econômico.

Todo esse cenário representa transformações tão profundas e disruptivas quanto as que vivemos no início da era da industrialização, cujas consequências para o mercado trabalhista, a dinâmica empresarial e as relações sociais ainda parecem difíceis descrever com exatidão.

A assimetria nas relações entre empresa-trabalhador-cliente demonstrou o desequilíbrio entre essas instâncias, concentrando o poder em empresas intermediadoras que concentram os dados, e por eles, exercem poder ante trabalhador e ao próprio consumidor, pois não foram modificadas as tarefas em si, mas a forma de organizá-las. Assim, a proposta que surgiu como economia colaborativa, vem perdendo a conotação

positiva de que dispunha e tem tornado iminente o debate sobre a influência dessas transformações nas várias estruturas da sociedade e das organizações.

Diante disso, nosso trabalho busca também dialogar com essas contribuições, voltando nossa atenção para compreender os possíveis efeitos que a introdução de ferramentas de automação de dados possa ter causado na autopublicação digital, buscando compreender um possível deslocamento da função do autor de fazedor de sua própria obra para um “cliente” de plataforma, que adquire bens e serviços para sua obra e como essas ferramentas podem estar transformando o processo criativo e os papéis dos mediadores culturais do livro nesse processo.

Temos visto diversos programas computacionais (que por sua vez são compostos por algoritmos, que se organizam em diversas camadas, em um design estruturado no espaço numérico) utilizados nas plataformas de autopublicação, com o principal objetivo de selecionar as obras que serão publicadas. Entre esses programas, que são utilizados por editoras e plataformas com o propósito de selecionar e analisar os originais recebidos, encontramos o Hedonometer, o Boo Lamp e o Bestseller-ometer. Em 2016, um caso no Japão chamou atenção por um robô ter ajudado um autor a redigir os diálogos dos personagens por meio de inteligência artificial.

Antes eram os editores que humanamente decidiam quais escritores seriam publicados ou rejeitados. Por mais que este modelo fosse desafiador e assimétrico, estava centrado no humano e, portanto, passível de valores éticos reguladores de escolhas. Com a autopublicação digital e suas formas de automação, os autores parecem considerar que o poder de se publicar estava apenas em suas mãos, pois as plataformas apresentaram-se como alternativa, aparentemente democrática, para que pudessem autopublicar e vender *e-books* de maneira fácil, rápida e gratuita, em um cenário atraente de abertura para novos profissionais, e como uma alternativa comercial em ambientes digitais, agora parece ser o mesmo espaço que comprime a visibilidade das obras na rede, com foco na finalidade do lucro. É importante salientar que há uma nova relação entre autores e leitores ao oferecer a possibilidade de uma quase ilimitada escolha e prenuncia a uma estimulante cultura literária, embora também alarmante em sua potencial diversidade (EPSTEIN, 2002).

De acordo com Correa (2016), vivemos na economia da visibilidade, em uma constante busca pela captura das atenções e dos cliques, e, por isso a disposição do design dessas plataformas são determinantes para os resultados obtidos pelos autores. Então, como fica a autonomia deles diante das plataformas digitais de autopublicação (das quais os autores são dependentes)? Como funciona o poder decisório pela programação de seleção de originais feitos com o direcionamento para algoritmos de automatização de dados? E mais, se a visibilidade de uma determinada obra está relacionada exclusivamente

com a rentabilidade das plataformas, como os autores se posicionam nesse cenário? Como essas ferramentas digitais podem afetar seus processos criativos e seus direitos?

Estes tópicos serão abordados com maior profundidade em nossa dissertação de mestrado *Plataformas digitais de autopublicação: reflexões sobre processos criativos e editoriais*, visto que este artigo é uma breve apresentação quanto à discussão que estamos propondo.

### Considerações

Em nossa dissertação buscaremos compreender como são utilizados os dados gerados nas plataformas digitais de autopublicação; quais possíveis efeitos estão gerando na lógica da produção literária – como fica a autonomia e a atuação dos editores na seleção das obras, qual a relação entre visibilidade e rentabilidade, quais dados são oferecidos aos autores e como essas informações influenciam as produções –; e mais, como os contratos e termos de adesão dessas plataformas se posicionam no campo dos direitos autorais, se em defesa do fortalecimento ou da flexibilização do regime de proteção.

Com isso, será investigado como as tecnologias de automação de dados estão sendo utilizadas por plataformas digitais de autopublicação e como essas informações estão afetando processos de editoração (seleção e distribuição das obras), de escrita (produção literária), bem como a autoria (proteção dos direitos autorais e transparência aos usuários).

Trata-se de compreender como e com quais objetivos os dados captados por plataformas digitais de autopublicação são automatizados. E uma vez que essas informações estão sistematizadas como elas podem afetar processos criativos e decisões editoriais das obras produzidas e distribuídas por meio dessas plataformas.

A estrutura da dissertação está dividida em três partes. Na primeira, foi realizado uma revisão de literatura sobre autopublicação e traçado um breve panorama sobre o funcionamento dessas plataformas. A segunda parte é composta por levantamento e análise de dados coletados em entrevistas com cinco responsáveis de plataformas que atuam no Brasil, e da aplicação de um formulário semiestruturado com autores usuários dessas plataformas.

Algumas das questões preliminares que foram abordadas são: experiências anteriores de publicação; motivações para a autopublicação; o uso e/ou oferta de serviços de publicação; níveis de engajamento nos processos de publicação e divulgação. Por fim, foram realizadas considerações quanto aos possíveis efeitos da plataformização da autopublicação sobre os processos de autoria.

É esperado que este estudo contribua com os estudos das Ciências da Comunicação no debate sobre produção e acesso da sociedade ao conhecimento, para aprofundar a

compreensão mais geral dos impactos das tecnologias digitais de informação e comunicação sobre a economia da cultura e do conhecimento, sobretudo, no que tange à criação e produção de livros, e aos profissionais envolvidos na área.

## Referências

- ARAÚJO, Emmanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- ARÉVALO, Julio A.; GARCIA, José-Antonio C.; DÍAZ, Raquel G. *La autopublicación, un nuevo paradigma en la creación digital del libro*. **Revista Cubana de Información en Ciencia de la Salud**, v. 25, n. 1, 2014.
- ARRUDA, Anderson M. Alves; SILVA, Caroline de O.; ANDRADE, Robéria de Lourdes de V. Aplicativo de autopublicação: o Wattpad. **Ciência da Informação em Revista**, v. 1, n. 3, 2014.
- BAVERSTOCK, Alison. Why **self-publishing** needs to be taken seriously. **Logos Journal of World Book Community**, v. 23, n. 4, p. 41-46, 2012.
- BITENCOURT, Elias. Os livros intermitentes: um ensaio sobre as materialidades da representação algorítmica do livro na plataforma de autopublicação da Amazon. PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (Orgs). **O livro na cibercultura**. [e-book]. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2019.
- BRUST, Fábio R. **A prática da autopublicação**: o papel do autor-editor e as novas possibilidades de publicação. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/918/Brust\\_Fabio%20R%C3%BCcker.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/918/Brust_Fabio%20R%C3%BCcker.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 11 jul. 2020.
- CAMACHO, Jeremy D. Is the e-reader mightier? Direct publishing and entry barriers. **Journal of Scholarly Publishing**, v. 44, n. 4, p. 327-339, Jul. 2013.
- CAROLAN, Simon; EVAIN, Christine. **Self-publishing**: opportunities and threats in a new age of mass culture. 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/258154974\\_Self-Publishing\\_Opportunities\\_and\\_Threats\\_in\\_a\\_New\\_Age\\_of\\_Mass\\_Culture](https://www.researchgate.net/publication/258154974_Self-Publishing_Opportunities_and_Threats_in_a_New_Age_of_Mass_Culture)>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- CLIFFORD, Johnathon. **Vanity press & the proper poetry publishers**. J. Clifford, 2014.
- CORREA, Elizabeth S. Comunicação na contemporaneidade: visibilidade e transformações. In: SAAD, Beth (Org.). **Visibilidade e consumo da informação nas redes sociais**. Porto: Formalpress, 2016. p. 21-29.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DILEVKO, Juris; DALI, Keren. The self-publishing phenomenon and libraries. **Library & Information Science Research**, Jun. 2006.
- EPSTEIN, Jason. **O negócio do livro**: passado, presente e futuro do mercado editorial. Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- JOLER, Vladan; PETROVSKI, Andrej. Immaterial labour and data harvesting. *The Facebook algorithmic factory*. Sharelab. 2016. Disponível em: <<https://labs.rs/en/facebook-algorithmic-factory-immaterial-labour-and-data-harvesting/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

KULAR, Christopher. Venues for vanity: Methods and means of self-published books. In: COPE, Bill; ANGUS, Phillips (Eds.). **The future of the book in the digital age**. Oxford: Chandos, 2006.

LYONS, Martyn. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

MATULIONYTE, Rita. A boom of self-publishing and its legal challenges. **European Intellectual Property Review**, v. 49, 2017.

MELLO JUNIOR, José de. **A introdução do e-book no mercado editorial brasileiro**: mudança tecnológica, conflitos e resistências. 2016. Disponível em: <[https://www.unip.br/presencial/ensino/pos\\_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/com\\_josedemellojunior.pdf](https://www.unip.br/presencial/ensino/pos_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/com_josedemellojunior.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2020.

NEUMAN, W. Lawrence. Qualitative and quantitative sampling. In: EID, M. (Ed.). **Research methods in communication**. Boston, MA: Pearson, 2011. p. 303-340.

RODRIGUES, Bruno Carvalho de M.; GONÇALVES, B. S. **Interfaces de aplicativos de autopublicação para smartphones**: avaliação heurística e comparativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 11., São Paulo, 2014. *Anais...* São Paulo: Blucher, 2014. p. 1794-1805.

SANTOS, Mirna Queiroz dos. **Retratos do livro digital**: crítica, imprensa e novas perspectivas. 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-20022018-185141/publico/bibliotecadigital.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

THOMLISON, Adam; BÉLANGER, Pierre C. Authors' views of e-book self-publishing: The role of symbolic capital risk. **Publishing Research Quarterly**, v. 31, n. 4, 2015.

VAN DIJCK, Jose de; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **Platform society**: public values in a connective world. Nova York: Oxford University Press, 2018.

VIANA, José Antonio; ODDONE, Nanci. **Autopublicação de livros acadêmicos no Brasil**: um estudo exploratório. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 17., 2016, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2016.

WEINBERG, Dana B.; KAPELNER, Adam. **Comparing gender discrimination and inequality in indie and traditional publishing**. 2018. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0195298>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

# As consequências práticas da adoção do uso de Big Data para as pesquisas de opinião pública políticas no Brasil<sup>1</sup>

*Pedro Neris Luiz Caldas<sup>2,3</sup>*

---

## **Resumo**

Dado o desenvolvimento histórico do conceito de esfera pública e de opinião pública, assim como de seus aspectos digitais na sociedade contemporânea, esta pesquisa visa refletir, sob o prisma do pragmatismo de Peirce, sobre as consequências práticas da adoção do uso de Big Data enquanto conjunto de métodos e técnicas de coleta e análise de dados para fins de estudo da opinião pública política no Brasil.

## **Palavras-chave**

Esfera pública. Pesquisa de opinião pública. Digital. Big Data. Pragmatismo.

---

## **Introdução**

Há alguns anos que as ruas brasileiras voltaram a ser tomadas por grandes protestos, em mais um claro momento de instabilidade política de sua história. Diferentemente do que ocorrera em casos como o das Diretas Já! e dos Caras-pintadas, as diversas manifestações que vêm ocorrendo desde os atos de 2013 (sejam as de direita, sejam as de esquerda) têm uma característica peculiar que as diferencia das suas inspirações anteriores: todas foram organizadas ou publicizadas por meio de mídias sociais, como o Facebook e o Twitter. O que vemos em um cenário como esse é a materialização de uma esfera pública que, com o desenvolvimento técnico, consolidou uma faceta que é digital. É evidente que o trabalho sobre o conceito de esfera pública nunca foi estanque ou se esgotou, mas há, no atual momento, novos acontecimentos que reacenderam as discussões em torno dessa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: resistência pela ciência e colaboração na pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Mestrando no PPGCOM da ECA-USP, na Linha de Pesquisa "Comunicação, redes e linguagens: objetos teóricos e empíricos" sob a orientação do Prof. Dr. Anderson Vinicius Romanini. Membro do Grupo de Estudos em Semiótica, Comunicação e Big Data (SemioData). E-mail: pedronerislc@gmail.com.

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

temática. Por consequência, são afetados os estudos a respeito da opinião pública, tanto em pesquisas teóricas, sobre as redefinições do conceito, quanto em pesquisas empíricas, que veem nos dados digitais um novo insumo para o *corpus* de suas investigações.

Todas essas questões, abarcadas nas consequências práticas da adoção de um novo modelo metodológico para se pesquisar a opinião pública, são abordadas nesta pesquisa. As implicações que a Internet, aliada às análises intensivas de enormes quantidades de dados – representadas, em última análise, pelo Big Data –, traz para o contexto das pesquisas de opinião pública, têm efeitos não apenas nos fundamentos metodológicos de tais pesquisas, mas nos próprios pressupostos epistemológicos da opinião pública entendida como objeto abstrato. Abordamos esses tópicos pelo ponto de vista do pragmatismo de Peirce, que se apresentou como ferramenta essencial para melhor compreensão dos métodos científicos, especialmente em um momento em que se consolida uma fase de transformações na maneira de pesquisar a opinião pública. Nosso objeto de pesquisa encontra-se justamente nesse ponto, são os impactos trazidos pelo fenômeno do Big Data às pesquisas de opinião pública. As principais questões que resultam dessa discussão e que constituíram a nossa problemática de pesquisa são: quais consequências práticas fundamentais emergem da adoção do uso de Big Data para o estudo da opinião pública? Quais as principais diferenças entre as pesquisas de opinião pública tradicionais e aquelas feitas por meio do uso de Big Data? Sob o olhar da doutrina do pragmatismo de Peirce, essas consequências representam um avanço no sentido de uma melhor compreensão da opinião pública?

### Justificativa do estudo

Justificou-se a execução deste trabalho pela crescente necessidade de um entendimento mais aprofundado e um olhar mais crítico sobre os processos de coleta e análises de Big Data, além da sua integração com procedimentos metodológicos de campos do conhecimento em humanidades, especialmente aplicados em estudos de comunicação. Trata-se de um estudo relevante, pois aborda um objeto atual e em patente desenvolvimento, que somente foi estabelecido no meio acadêmico humanístico e das ciências sociais recentemente, tanto no que se refere às mídias sociais, enquanto esfera pública de debates políticos passíveis de análise, mas, principalmente, quanto ao uso das ferramentas de mapeamento e análise utilizadas para esse fim (Big Data). Sendo assim, é uma área de estudos que demanda esforços da comunidade científica tanto para a obtenção de novos conhecimentos, a fim de prover insumos teóricos e metodológicos para pesquisas futuras, quanto para uma análise crítica desse objeto que se desenvolve de maneira desenfreada dentro e fora do país.

### Fundamentação teórica

Após essa contextualização, serão destacadas as três principais temáticas que constituem a delimitação do objeto descrito no item anterior. A determinação dessas temáticas visou referenciar teoricamente a dissertação com as principais obras e estudos que serviram de alicerce bibliográfico durante a sua produção. São elas: a esfera pública e a opinião pública enquanto objetos teóricos; as pesquisas de opinião pública e o advento do Big Data, assim como uma bibliografia crítica fundamental direcionada ao uso de técnicas de coleta de dados nas ciências sociais; além de algumas das principais teorias de Peirce, a saber, a semiótica e o pragmatismo.

Com o intuito de embasar a primeira das temáticas, destrinchamos o que se entende pelo conceito de esfera pública. O objetivo que nos guiou neste ponto foi o de compreendermos em que sentido e em que medida a esfera pública está conectada à ideia de opinião pública. A própria ideia de público apresentou-se como crucial para que pudéssemos, em seguida, prender-nos à nossa discussão central. Strömbäck (2012, p. 5), por exemplo, aponta para seis possíveis interpretações para a ideia de público, o que nos mostra que a esfera pública, por sua vez, poderia ser entendida a partir de inúmeras interpretações possíveis. Com autores como Jaeger (1995) e Arendt (1999), partimos, de forma breve, da concepção grega de *ágora* e dos espaços públicos gregos que se estabeleciam em contraponto aos espaços privados. Ao mesmo tempo, a análise histórico-filosófica que Arendt realiza em *A condição humana* (1999) nos abriu as portas para pensarmos também a concepção moderna de esfera pública e de contrapô-la à visão que Habermas propõe em *Mudança estrutural da esfera pública* (2014). Os trabalhos do autor foram essenciais à nossa compreensão da esfera pública, especialmente no que tange à questão da opinião pública. Temos, em outra obra de Habermas, uma entre algumas de suas definições de esfera pública:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em *opiniões públicas* enfeixadas em temas específicos. [...] A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana. (HABERMAS, 1997, p. 92, grifos nossos)

Nessa definição, como podemos perceber, há não apenas a menção da opinião pública, mas da importância dos processos comunicativos que se dão no interior da

esfera pública. Para além disso, especialmente visando fundamentar a noção de esfera pública digital, foi necessário ressaltar o aspecto midiático do seu estado contemporâneo. Couldry e Hepp (2016, p. 45-47) mostram-nos que o impacto das mídias foi profundo na transformação da esfera pública durante o último século. Nas palavras de Wolton (2006, p. 230, grifo nosso), a esfera pública “É um espaço simbólico onde são expressas e trocadas opiniões contraditórias dos indivíduos e dos grupos. *A mídia desempenha nele um papel essencial*, mas o espaço midiático não é sinônimo de espaço público, mais amplo e complexo”. Por consequência, a ascensão das mídias sociais consolida uma nova faceta da esfera pública que é digital.

Por sua vez, o conceito de opinião pública, assim como o de esfera pública, apresenta diversas interpretações possíveis. Surgido ainda entre os filósofos modernos, como Maquiavel, Hobbes, Locke e Montaigne, o interesse pelas opiniões e crenças do povo tornou-se o tema de alta relevância. Foi somente com Rousseau, entretanto, que o termo, ainda que de forma embrionária, passa a ser utilizado efetivamente. No século XX, especialmente após a invenção das pesquisas de opinião pública (as chamadas *scientific polls*), passou-se a entender a opinião pública de forma quantificada (a opinião pública enquanto soma ou agregação das opiniões individuais). Diversas foram as críticas a essa visão da opinião pública, o que rendeu muitas discussões em torno do tema. Autores como Lippmann (1961), Blumer (1948), Bourdieu (1987), Noelle-Neumann (1974), Habermas (2014), dentre outros, desenvolveram diferentes teorias para explicar do que se trata, ou de que forma funciona, o objeto “opinião pública”.

Em seguida, aprofundamo-nos na temática das pesquisas de opinião pública, mais especificamente em dois modelos possíveis (o primeiro modelo, de pesquisas tradicionais, feito por meio de técnicas de questionário e entrevistas, e um modelo novo, possibilitado pela Internet e pelo Big Data). Para tanto, introduzimos cada um desses modelos a partir dos paradigmas científicos (KUHN, 2016) dentro dos quais eles se desenvolveram, e usamos autores que se aprofundaram nas questões metodológicas e epistemológicas que os envolvem. Em vista da crítica às técnicas de coleta de dados nas pesquisas de opinião pública tradicionais e nas ciências sociais, em geral, utilizamos obras como as de Pierre Bourdieu (1987, 2008), Michel Thiollent (1987) e Maria Immacolata Lopes (2014).

Para o aprofundamento teórico na temática do Big Data e seus meios de visualização de dados, fizemos um uso sumário da coletânea de artigos organizada no livro *Datafied society* (SCHAEFER; VAN ES, 2017). Visando uma análise crítica do uso do Big Data, tanto por parte de corporações e governos, quanto na esfera acadêmica, foram estudados diversos artigos que se apresentaram imprescindíveis. Entre os principais pesquisadores que utilizamos como referência para nossos estudos, temos: Boyd e Crawford (2012), van Dijck (2017), Couldry e Yu (2018), Brayne (2017), Kitchin (2014), Pietsch (2013). Para além

da utilização de casos reais da aplicação e impacto do Big Data (como no escândalo envolvendo a empresa Cambridge Analytica), fizemos uso de discussões que permeiam, de alguma maneira, as transformações epistemológicas e metodológicas que o Big Data traz para as pesquisas científicas e, por consequência, às pesquisas de opinião pública. O fenômeno do Big Data altera profundamente as maneiras de abordar os objetos científicos, invertendo, até mesmo, a posição do pesquisador no processo de investigação. Se a ciência tradicional empossa o cientista como ponto de partida para seus procedimentos inerentes de investigação e descoberta do mundo, com o Big Data o cientista pode entrar como agente de análise *a posteriori*, de onde se espera que, a partir do volume massivo de dados coletados, produza-se teorias que possam explicar os fenômenos examinados.

Finalmente, após termos realizado nosso estudo de caso comparativo – distinguindo e examinando os dois modelos de pesquisa de opinião pública, conforme quatro aspectos previamente determinados (intuito/objetivos da pesquisa; metodologia; modelos de resultado; e base epistemológica), analisamos os resultados desse estudo a partir da teoria pragmática de Peirce. Justamente na medida em que se apresenta como uma teoria (ou método) de significação, o pragmatismo se mostrou fundamental para responder à nossa problemática de pesquisa. A fim de nos aprofundarmos nas teorias semióticas e pragmáticas (a primeira como fundamento para a segunda) de Peirce, estudamos sua obra original a partir dos *Collected Papers* (1931-1958). Garantimos, no entanto, um foco especial à sua doutrina do pragmatismo, principalmente no que se refere ao pragmatismo enquanto baliza da conduta científica, como proposto originalmente no artigo *Como tornar nossas ideias claras* (1878). Além de fazer uso da obra do autor, também embasamos nossa discussão a partir das ideias de alguns de seus principais comentaristas, como Houser (1992), De Waal (2007), Santaella (2002; 2008), Coelho Netto (2007), Romanini (2016), dentre outros.

## Objetivos

A produção do trabalho foi dividida em duas etapas distintas, interdependentes, sendo uma teórica e outra prática. O cumprimento do objetivo teórico serviu de alicerce conceitual para que o prático – de estudo de casos comparativo –, que visou responder à problemática do trabalho, fosse realizado em seguida. Assim sendo, tínhamos nosso objetivo teórico geral: compreender como se deu a formação histórica da esfera pública – e sua variante digital –, e como o advento do Big Data impacta a maneira de se estudar a opinião pública. Esse objetivo dividiu-se em três objetivos teóricos específicos, a saber: 1) estudar a formação histórica da esfera pública burguesa midiaticizada e sua variante digital no contexto contemporâneo, assim como sua importância enquanto meio de

nascimento e propagação da opinião pública; 2) estudar o advento do Big Data em seu sentido lato, as consequências gerais de sua aplicação social e política e seus possíveis modos de utilização nos meios científicos, especialmente nas ciências sociais e humanas; 3) estudar as principais características e diferenças entre as pesquisas de opinião pública do modelo tradicional (que se utilizam de técnicas de coleta de dados tradicionais, como questionários e entrevistas) e as pesquisas de opinião pública do novo modelo, feitas por meio de Big Data (que utilizam, grosso modo, técnicas de coleta de dados por meio técnicas associadas à Internet e às mídias sociais). Ainda no objetivo teórico, tivemos o aprofundamento na temática do pragmatismo. Este presente em todo o trabalho, enquanto paradigma, norteando as nossas investigações. Além disto, foi utilizado para cumprir os objetivos práticos do trabalho, vejamos: objetivo prático geral: destacar, sistematizar e avaliar, sob o prisma do pragmatismo peirceano, as consequências práticas fundamentais que emergem da adoção do uso de Big Data em estudos de opinião pública no Brasil. Esse objetivo foi dividido em três objetivos práticos específicos: 1) escolher e descrever, segundo aspectos determinados previamente, duas pesquisas de opinião pública reais, sendo uma de cada modelo; 2) sistematizar e comparar os resultados do objetivo prático específico anterior; 3) analisar os resultados comparativos sob o olhar das teorias do pragmatismo de Peirce a fim de saber se há um progresso – no sentido pragmático – decorrente da adoção do uso de Big Data em estudos que visam medir ou analisar a opinião pública política no Brasil.

### Procedimentos metodológicos

Antes de descrevermos os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer da dissertação, faz-se importante pontuar que, durante a sua produção, utilizamo-nos teórica e praticamente do modelo metodológico de pesquisa em comunicação proposto pela autora Maria Immacolata Lopes em seu livro *Pesquisa em comunicação* (2014), que divide a pesquisa científica em comunicação em fases e instâncias que permeiam o trabalho em sua totalidade. Diante disso, este trabalho se valeu de três diferentes procedimentos metodológicos operacionais para sua execução. Um utilizado para atingir os objetivos teóricos do trabalho e dois para solucionar os objetivos práticos (a partir do estudo de casos comparativo).

Inicialmente, foi feita uma revisão de literatura sistemática focada nos temas comentados anteriormente neste artigo. Essa pesquisa bibliográfica teve como principais referenciais teóricos aqueles citados em “Fundamentação teórica”. Após a revisão de literatura – que ocupou, cerca de dois terços do trabalho –, tiveram início os dois procedimentos metodológicos destinados à atingir o objetivo prático e responder à

problemática da pesquisa. O primeiro consistiu em selecionar duas pesquisas públicas de opinião política realizadas no período eleitoral do segundo turno da corrida presidencial de 2018, no Brasil. Tendo em vista o objetivo prático deste projeto, foram selecionadas uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, e outra feita pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP). Uma vez selecionadas as pesquisas, foram feitas análises descritivas referentes a quatro aspectos previamente determinados: o intuito/objetivo da pesquisa; metodologia; modelos de resultado; e base epistemológica. O segundo procedimento prático foi um estudo comparativo das duas pesquisas a partir desses quatro aspectos, seguido de uma análise e uma avaliação dos resultados feita a partir do pragmatismo de Peirce, que já havia sido introduzido anteriormente na dissertação.

### Resultados provisórios e considerações finais

Quanto ao que se obteve até agora, já próximos do final da produção da pesquisa, temos como resultados provisórios de nossas análises o parecer de que sim, de um ponto de vista do pragmatismo peirceano – especialmente no tange à questão do método científico enquanto meio para clarear determinados conceitos da realidade – o novo modelo de pesquisa de opinião pública, feito por meio de metodologias oriundas da Internet e do Big Data, representa um avanço para a compreensão do objeto “opinião pública”. Ao longo das últimas décadas, alguns autores como Blumer (1948), Bourdieu (1987), Herbst (2011) etc., criticaram as pesquisas de opinião pública tradicionais, apontando para sua superficialidade no que se refere à compreensão da opinião pública como fenômeno da realidade. Esses autores afirmam que a “verdadeira opinião pública” não poderia ser representada pela soma ou agregação de opiniões individuais, tal como fazem as pesquisas tradicionais. Na verdade – segundo eles –, a verdadeira opinião pública é conversacional e, essencialmente, mais complexa e profunda, pois emerge das interações sociais, dos choques entre diversos atores (corporações, figuras políticas, veículos de comunicação, cidadãos comuns etc.), dos interesses de grupos privados e públicos, além de outros fatores que a influenciam. Dessa forma, as consequências práticas resultantes de um significado obtido a partir das pesquisas tradicionais ficariam aquém do fenômeno “opinião pública” em sua realidade.

Por outro lado, as pesquisas do novo modelo – apesar de seus problemas inerentes, como, por exemplo, a falta de representatividade demográfica resultante da desigualdade de acesso à Internet no Brasil – garantem uma visualização mais complexa da opinião pública. As análises de redes feitas a partir do monitoramento de mídias sociais (uma das possibilidades para se estudar a opinião pública com o uso de Big Data), garante-nos

uma visualização da opinião pública que tem como principal foco as *relações* entre os atores da esfera pública digital, e não as opiniões individuais. Nesse sentido, as pesquisas do novo modelo se aproximam mais daquilo que os críticos das pesquisas tradicionais esperavam de uma representação da opinião pública (ainda que forma embrionária e limitada). Isto, pois permite a identificação dos principais atores (pessoas ou organizações) que agem na esfera pública, além de proporcionarem a visualização da maneira como a opinião pública se constrói e se propaga nas redes. No entanto, como apontamos na análise que foi feita ao final da dissertação, o intuito das pesquisas de opinião tradicionais é justamente o de obter uma representação objetiva do cenário que se pretende observar a partir das metodologias aplicadas. No caso das pesquisas eleitorais, por exemplo, espera-se atingir, por meio de procedimentos estatísticos conduzidos rigorosamente, uma previsão válida do cenário eleitoral. De nenhuma forma, portanto, enxergamos os dois modelos de pesquisa como excludentes. Pelo contrário, ambos, se usados de forma complementar, possibilitam um avanço considerável em direção a uma melhor compreensão da opinião pública, da esfera pública e das relações sociais em geral.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BLUMER, Herbert. Public opinion and public opinion polling. **American Sociological Review**, v. 13, p. 242-49, 1948.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre (Dir.). **A miséria do mundo**. Sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo et al. Tradução de Mateus Soares et al. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical questions for Big Data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. **Information, Communication & Society**, Abingdon, v. 15, n. 5, 2012.
- BRAYNE, Sarah. Big Data Surveillance: The case of policing. **American Sociological Review**, v. 82, n. 5, p. 977-1008, 2017.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity, 2016.
- COULDRY, Nick; YU, Jun. Deconstructing datafication's brave new world. **New Media & Society**, London School of Economics and Political Science, Reino Unido, v. 20, n. 12, p. 4473-4491, Dec. 2018.
- DE WAAL, Cornelis. **Sobre pragmatismo**. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

- \_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Denilson Luís Werle. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HERBST, Susan. (Un)numbered voices. In: GOIDEL, Kirbey (Ed.). **Political polling in the digital age: The challenge of measuring and understanding public opinion**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2011. p. 85-98
- HOUSER, Nathan. Introduction. In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Org.). **The essential Peirce (EP)**. Bloomington: Indiana University Press, 1992. v.1
- JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KITCHIN, Rob. Big Data, new epistemologies and paradigm shifts. **Big Data & Society**, v. 1, n. 1, p. 1-12, Apr. 2014.
- KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Paulo Aukar. Santa Maria: Edição Digital do Tradutor, 2016.
- LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Free Press, 1961.
- LOPES, M. I. Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- NOELLE-NEUMAN, Elisabeth. The spiral of silence: A theory of public opinion. **Journal of Communication**, v. 24, p. 43-51, 1974.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Como tornar as nossas ideias claras**. Tradução de António Fidalgo. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1878.
- PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. v. 1-6, Hartshorne, Charles e Weiss, Paul (Eds.); v. 7-8, Burks, Arthur W. (Ed.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-1958.
- PIETSCH, Wolfgang. Big Data – The new science of complexity. In: SIXTH MUNICH-SYDNEY-TILBURG CONFERENCE ON MODELS AND DECISIONS. Munich, 10-12 Apr. 2013.
- ROMANINI, Vinicius. A contribuição de Peirce para a teoria da comunicação. **CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 14, n. 1, 2016.
- SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2002.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia semiótica. **Revista Cognitio**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-110, jan./jun. 2008.
- SCHAEFER, Mirko; VAN ES, Karin. **The datafied society – Studying culture through Data**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.
- STRÖMBÄCK, Jasper. The media and their use of opinion polls: Reflecting and shaping public opinion. In: HOLTZ-BACHA, C.; STRÖMBÄCK, J. (Eds.). **Opinion polls and the media: Reflecting and shaping public opinion**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. 1-24
- THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987.
- VAN DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./abr., 2017.
- WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.

# De objeto de direito a sujeito de direito: o percurso da legislação brasileira em relação à violação do corpo da mulher<sup>1</sup>

Larissa Flávia Monteiro Silva Rosa<sup>2,3</sup>

---

## Resumo

Neste artigo, realizei o resgate histórico do disposto em diplomas legais do Brasil a respeito do estupro, desde as Ordenações Filipinas (1603) até as alterações mais recentes no Título VI do Código Penal (2018). As disposições foram analisadas pela ótica da Análise do Discurso, com o apoio de noções como formação discursiva, discursos circulantes e polifonia, partindo do entendimento de que a matéria jurídica é construída e revista em consonância com os discursos que circulam em cada tempo e espaço. Dessa forma, a lei pode ser entendida como uma forma de materialização dos discursos e, por essa perspectiva, é uma rica fonte para o estudo sobre a posição da mulher na sociedade brasileira e o seu deslocamento histórico de objeto de direito a sujeito de direito.

## Palavras-chave

Análise do Discurso. Direito. Comunicação. Violência contra a mulher. Estupro.

---

## Introdução

O mundo como conhecemos, estruturado e estruturante de vários tipos de discursos, tem na palavra da lei uma rica fonte para o estudo das formações discursivas e das relações sociais. As transformações da legislação são impassíveis de serem pensadas alheias aos movimentos dos discursos que circulam em determinado tempo e espaço.

Em cada época, são vários os discursos, de várias ordens e orientações, que concorrem para explicar o mundo, definir comportamentos e acontecimentos. São os discursos circulantes, conforme conceitua Charaudeau: “O discurso circulante é uma soma

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no *Conexão Pós: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 5 e 6 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Jornalista pela Faculdade Cásper Líbero e mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: larissarosa.jor@gmail.com.

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (2018, p. 118).

A criação de novas leis e a revisão de leis antigas são formas de se observar o discurso em sua materialidade e, dessa maneira, é inegável o efeito prático das formações discursivas e de sua movimentação ao longo das épocas, que age diretamente sobre nossos corpos, nossas vidas e nossas práticas.

Uma ventania é uma boa imagem para ilustrar e introduzir as ideias fundantes deste texto – discurso e materialidade do discurso. Assim como não se enxerga o vento propriamente dito, mas o seu efeito sobre as árvores, cujos galhos se movimentam, o discurso também escapa aos olhos, mas é perceptível pela sua ação sobre o entorno.

Essa ação é a materialização do discurso. Bem como o vento se materializa no movimento dos galhos de uma árvore, o discurso se materializa, entre tantas outras possibilidades, na palavra da lei e, sobretudo, em sua movimentação. Por isso, acredito que por meio da análise de diplomas legais de diferentes períodos da história do Brasil é possível apreender o espírito dos tempos em relação a diversos tópicos.

Neste artigo, o tópico sobre o qual me debruço é o estupro, buscando entender de que forma as alterações na legislação brasileira sobre esse crime revelam discursos que posicionam e deslocam as mulheres ao longo da história do país.

### As Ordenações Filipinas

As Ordenações foram compiladas de normas estabelecidas pela Coroa Portuguesa. Os títulos atribuídos a essas Ordenações derivavam do monarca que as editavam: Ordenações Afonsinas, Ordenações Manuelitas e, por último, a que nos interessa aqui, as Ordenações Filipinas (BRASIL, 1603), de Don Filipe I, que entraram efetivamente em vigor em 1603.

As Ordenações Filipinas são frequentemente mencionadas como um *código* no sentido informal, uma vez que não se tratava, a rigor, de um documento cujas normas eram coerentes entre si e sistematicamente organizadas, como o nosso Código Civil ou Código Penal, por exemplo.

Pelo contrário, a desordem é característica principal das Ordenações, o que imediatamente as desqualifica como código no sentido científico do termo. Ainda assim, elas têm papel fundamental na história do direito no Brasil e no estudo sobre os arranjos sociais do Brasil-Colônia. Isso porque vigoraram integralmente no país até a Independência, em 1822, e parcialmente até 1916, quase um século após a separação de Portugal, quando entrou em vigor o primeiro Código Civil brasileiro.

Dado esse contexto de grande importância das Ordenações Filipinas na formação da sociedade brasileira, faz-se importante o resgate sobre o que esse compilado de leis dispunha sobre a violação do corpo das mulheres.

No Livro V, Título XVIII (BRASIL, 1603), do referido diploma legal, disciplina-se o crime e a punição “Do que dorme por força com qualquer mulher, ou trava dela, ou a leva por sua vontade” da seguinte maneira:

Todo homem, de qualquer stado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher **postoque ganhe dinheiro per seu corpo, ou seja scrava**, morra por ello.

Porém, quando for com mulher, que ganhe dinheiro per seu corpo, ou com **scrava**, não se fará execução, até nol-o fazerem saber, e per nosso mandado.

[...]

E o homem, que induzir alguma **mulher virgem, ou honesta**, que não seja casada, per dadas, afagos, ou prometimentos, e a tirar e levar fôra da caza de seu pai, mai, Tutor, Curador, senhor, ou outra pessoa, sob cuja governança ou guarda stiver, ou de qualquer outro lugar, onde andar, ou stiver per licença, mandado, ou consentimento de cada hum dos sobreditos, ou ella assi enganada, e induzida se fôr a certo lugar, donde a assi levar, e fugir com ella, sem fazer outra verdadeira força a ella, ou aos sobreditos, e o **levador fôr Fidalgo, ou pessoa em Dignidade, ou Honra grande, e o pai da moça fôr pessoa plebea**, e de baixa maneira, ou Official, assi como Alfaiate, Capateiro, ou outro semelhante, não igual em condição, nem stado, nem linhagem ao levador, o levador será riscado de nossos livros, e perderá qualquer tença graciosa, ou em sua vida, que de Nós tiver, e será degradado para África até nossa mercê.

E qualquer outro de menor condição, que o sobredito fizer, morra por ello.

E bem assi, haverá lagar a dita pena de morte nas outras pessoas, onde houver igualdade de linhagem.

[...]

E por quanto se muitos chamão **Fidalgos**, e tomão appellidos das linhagens, como lhes apraz, mandamos, que quando tal caso acontecer, e houver duvida em sua Fidalguia, antes que o julguem, nol-o façam saber, para vermos e determinaremos as qualidades entre as pessoas. (BRASIL, 1603, grifos nossos)

O referido diploma legal esteve em vigor em um período marcado pela desproporcionalidade entre delitos e penas e, também, pela diferenciação das penas de acordo com quem cometeu e quem sofreu o delito que está em julgamento – o que pode ser observado nos trechos sinalizados em negrito no texto.

Ou seja, é comum encontrar, nas Ordenações, condenações extremas à tortura e à morte e diferentes penas para o mesmo delito quando cometido por ou contra pessoas de diferentes *status* sociais. Esta última característica está especialmente inscrita no Art. XVIII, cujos trechos fundamentais estão transcritos acima.

Ao passo que o artigo condena à morte aquele que dormir com uma mulher contra a vontade dela, ele prevê uma exceção à regra: se a mulher violada for prostituída ou escravizada, não se aplicará a pena.

O caráter fortemente discriminatório da época em que as Ordenações Filipinas foram redigidas e editadas se inscreve de maneira particular quando em relação às mulheres, dividindo-as entre seres cuja dignidade sexual deve ser respeitada e seres que sequer possuem tal dignidade.

É notável, nesse sentido, a já existência de uma consciência jurídica sobre a noção de consentimento – palavra citada três vezes no referido artigo –, e, a partir dela, a diferenciação entre as mulheres que têm o direito a não consentir e as que não o têm.

Da mesma forma, o artigo faz diferenciações de penas de acordo com a pessoa do acusado. A pena pode ser “degradação à África” ou morte, a depender se quem tirou a moça virgem de casa sem o consentimento de seu pai foi um plebeu ou um fidalgo, assim como dependerá da posição social desse pai.

### Código Criminal do Império de 1830

Na lei penal seguinte, o Código Criminal do Império de 1830 (BRASIL, 1830), o Capítulo II (Dos Crimes Contra a Segurança da Honra), Secção I (Estupro), possuía a seguinte redação:

Art. 219. Deflorar **mulher virgem**, menor de dezasete annos.

Penas – de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta.

**Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.**

[...]

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.

Penas – de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr **prostituta**.

Penas – de prisão por um mez a dous annos.

Art. 223. Quando houver simples offensa pessoal para fim libidinoso, causando dôr, ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal.

Penas – de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, além das em que incorrer o réo pela offensa.

Art. 224. Seduzir **mulher honesta**, menor dezasete annos, e ter com ella copula carnal.

Art. 225. Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas (Brasil, 1803, grifos nossos).

É de se observar que, em relação às Ordenações Filipinas, há uma mudança no entendimento sobre consentimento. Ao passo que anteriormente, nas Ordenações, o casamento posterior ao estupro não poupava o malfeitor da pena estabelecida para o crime, “porque tal consentimento, dado depois do feito, não revelará o forçador de maneira alguma da dita pena”, o Código Criminal do Império de 1830 cessa as penas em caso de se seguir ao crime o casamento entre a vítima e o acusado: “seguido-se o casamento, não terão lugar as penas”; “não haverá as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas”.

Essa mudança é exemplar no sentido de demonstrar que a caminhada discursiva não é linear ou evolutiva. É um jogo, por vezes uma dança, mas sempre uma disputa, e não acontece de forma previsível. Os termos “mulher honesta”, “mulher virgem” e também a

exceção ao crime quando se trata de uma mulher prostituída aparecem com ainda mais força no referido Código, conforme as marcas discursivas sinalizadas em negrito no texto.

### Código Penal de 1890

Saindo do Império e caminhando para a República, sobreveio o Código Penal de 1890 (BRASIL, 1890), editado pelo Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil, General Manoel Deodoro da Fonseca. No Título VIII (Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor), Capítulo I (Da Violencia Carnal), constam os seguintes artigos:

Art. 268. Estuprar **mulher virgem ou não, mas honesta:**

Pena – de prisão cellual por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for **mulher publica ou prostituta:**

Pena – de prisão cellual por seis mezes a dous annos.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja **virgem ou não.**

Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcoticos (Brasil, 1890, grifos nossos).

Observa-se aqui que a palavra estupro é definida de maneira mais clara, como o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. A violência, por sua vez, é entendida para além do emprego de força física.

No referido diploma, a honestidade de uma mulher não está necessariamente condicionada à sua virgindade, mas a definição do delito e da pena ainda contempla muito mais a mulher “honestá”, prevendo ao homem que violentá-la pena de um a seis anos e, ao que estuprar “mulher pública ou prostituta”, pena reduzida de seis meses a dois anos.

### Código Penal de 1940

O atual Código Penal (BRASIL, 1940) em vigor no Brasil data de 7 de dezembro de 1940, quando, no governo de Getúlio Vargas no Estado Novo, foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.848. De lá para cá, ainda que o diploma permaneça este, ele foi alterado por diversas leis visando adaptá-lo às novas realidades sociais e concepções penais.

Aqui, não interessa a revisão em minúcia de qualquer parte do Código, mas a dissertação acerca das disposições e mudanças referentes à violação do corpo das mulheres que sejam particularmente relevantes a este trabalho.

### Lei nº 12.015, de 7 agosto de 2009: Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a dignidade sexual

As alterações impostas pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), ao Código Penal brasileiro são, certamente, divisoras de água em relação à postura da Justiça sobre o estupro. A mudança foi, sobretudo, estrutural. A lei alterou a nomenclatura do Título VI, que desde 1940 era “Dos crimes contra os costumes”, para “Dos crimes contra a dignidade sexual”.

A importância dessa transformação se dá no nível da negação e da asserção. Ela retira a agressão sexual do campo da moral, impregnado por estigmas e violências simbólicas contra as mulheres, e a insere no campo da dignidade sexual, uma das vertentes da dignidade humana – já prevista pelo Art. 1º da Constituição Federal de 1988.

Ao proteger a dignidade sexual, ou seja, a liberdade de escolha sobre com quem e quando serão compartilhados momentos íntimos, o bem jurídico a ser protegido não é mais a moral e os costumes e a proteção do Código Penal se volta finalmente às vítimas.

Com a Lei nº 12.015/2009 (BRASIL, 2009), a diferenciação que era feita entre atentado violento ao pudor e estupro foi extinta. Antes, de acordo com o antigo Art. 213, estupro era definido juridicamente como “constranger **mulher à conjunção carnal** mediante violência ou grave ameaça”, ao passo que o antigo Art. 214 definia atentado violento ao pudor como “constranger **alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique **ato libidinoso** diverso da conjunção carnal”.

A partir da alteração de 2009, o antigo Art. 214 foi revogado e o Art. 213 alterado, dando origem a uma nova concepção penal sobre o estupro: “Art. 213 (Estupro): Constranger **alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a ter **conjunção carnal** ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro **ato libidinoso**”.

As expressões destacadas em negrito atentam para as alterações. O crime de estupro passou a ser entendido como passível de ser cometido contra qualquer pessoa,

homem ou mulher de qualquer tipo, e por meio não somente da conjunção carnal (juridicamente entendida como a penetração do pênis na vagina), mas em atos libidinosos de uma maneira mais ampla, que podem abarcar toques íntimos, sexo oral ou anal e até mesmo um beijo roubado de forma lasciva. Estupro, dessa forma, passa a ser entendido na legislação penal como a violação do corpo e da vontade de outra pessoa de forma muito mais ampla.

No que diz respeito a quem pode ser vítima do crime de estupro, é importante o resgate da redação original do Código Penal em vigência no Brasil (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940). Entendia-se, na redação original, que os então chamados “crimes contra os costumes” somente poderiam ser cometidos contra uma mulher honesta – construção discursiva que, como vimos, materializa-se desde o primórdio jurídico do Brasil nos diplomas legais.

O fato de os termos “crimes contra os costumes” e “mulher honesta” só terem sido definitivamente abolidos do Código Penal em 2009, há 11 anos, ao passo que estiveram em vigor desde o primórdio penal do Brasil, marcado pelas Ordenações Filipinas (1603), é demonstrativo do conservadorismo moral e jurídico que por muito tempo contribuíram para a sistematização da violação do corpo das mulheres.

Por outro lado, são também demonstrativos do caráter fundamentalmente dialógico do discurso que faz com que textos que disciplinaram condutas até 2009 ecoem vozes de tempos anteriores, uma vez que “toda produção de linguagem dialoga com os discursos que a precederam, com aqueles que circulam em sua contemporaneidade e com, em perspectiva, os possíveis vindouros” (GOMES, p. 277, 2019). Ou, nos termos de Brandão,

por causa desse caráter dialógico da linguagem, dizemos que o discurso tem um efeito polifônico. Isto é, porque meu discurso dialoga com outros discursos, outras vozes nele estão presentes, vozes com as quais concordo (e vêm reforçar o que eu digo) ou vozes das quais discordo total ou parcialmente. O discurso é heterogêneo (polifônico) porque é sempre atravessado, habitado por outras vozes (BRANDÃO, s/d, 4-5)

### Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018

A Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018), foi uma das responsáveis por implementar importantes alterações recentes ao Título VI do Código Penal brasileiro. Com a emergência de casos de abuso sexual no transporte público em diversas regiões do Brasil e a ampla divulgação midiática desses casos, surge o Art. 215-A, que versa sobre importunação sexual.

A importunação sexual é definida como “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” e a pena determinada é a reclusão de 1 a 5 anos, se o ato não constituir crime mais grave. Esta última parte indica que este é um crime subsidiário, ou seja, que só se aplica se não houver incidência de um tipo penal mais grave.

Um caso emblemático pode ser citado como exemplo da demanda social que levou à inserção do Art. 215-A ao Título VI pela Lei nº 13.718. Em setembro de 2017, um ano antes, um homem foi preso em flagrante após ejacular na perna de uma mulher dentro de um ônibus em São Paulo. Ao pronunciar sua decisão após audiência de custódia, o juiz do caso pontuou que, ainda que grave, repugnante e violador da dignidade sexual da mulher, o ato se configurava apenas como contravenção penal passível de multa. Dessa maneira, o acusado foi solto e o caso ganhou ainda mais notoriedade midiática pela indignação popular.

É fato que, apesar da emergência recente da questão, o problema não é novo. Uma simples busca no Google ou consulta a mulheres próximas pode levar qualquer um à conclusão de que esse tipo de violação em espaços e transportes públicos é cotidiano. O novo Art. 215-A, que versa sobre importunação sexual, portanto, é um importante passo do direito penal e é coerente à realidade brasileira.

Discursivamente, para além de sinalizar os movimentos dos discursos e as implicações desses movimentos na materialidade das leis, essa alteração também é importante porque sinaliza para a relevância da divulgação midiática desses casos que, ao adentrarem o debate público, também podem modificar a agenda legislativa.

Outra mudança trazida pela Lei nº 13.718/2018 diz respeito ao estupro de vulnerável. Desde 2009, o estupro de vulnerável já era previsto e entendido como a conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com menor de 14 anos ou com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não possui o necessário discernimento para a prática do ato ou não pode oferecer resistência por qualquer outra razão. Isso tudo foi mantido.

Com a Lei nº 13.718/2018, foi acrescentado o parágrafo 5º, que determina que as penas previstas (reclusão de 8 a 15 anos) aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriores ao crime.

Essa alteração é um adendo de esclarecimento fundamental que se fez necessário pela interpretação equivocada do Art. 217-A. Muitos operadores do direito usavam o “consentimento” da vítima ou seu histórico sexual (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de prostituição) para inocentar ou atenuar a pena do acusado.

A partir de 2018, com o disposto no parágrafo 1º, ficou estabelecido em termos incondicionais que as pessoas consideradas vulneráveis são incapazes de apresentar consentimento.

Outra alteração foi a criação do Art. 218-C, que configura como crime o oferecimento, troca, disponibilização, transmissão, venda, distribuição, publicação ou divulgação, por qualquer meio, de fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza à prática. Ou, ainda, cenas de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da pessoa retratada.

O novo artigo ainda traz aumento de pena de 1/3 a 2/3 quando o crime é praticado com finalidade de vingança ou humilhação por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima.

É uma alteração coerente à realidade brasileira e também às transformações tecnológicas pelas quais a sociedade global vêm passando. A criação do Art. 218-C atenta para o fato de que, com as novas tecnologias, surgem também novas formas de violação. E essas condutas também necessitam ser pensadas, elaboradas e disciplinadas legalmente.

A finalidade de vingança ou humilhação por meio da divulgação de conteúdo íntimo de terceiro sem o seu consentimento, por exemplo, é tão comum que recebe o termo “revenge porn”. Ao aumentar a pena nesses casos, os legisladores reconhecem a reincidência dos crimes com essa motivação e a importância do enfrentamento jurídico.

Todos os tipos penais previstos pelo Título VI, Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, também passam a ser crimes de ação penal pública incondicionada. Antes, eram crimes de ação penal pública condicionada à representação, ou seja, para se tornarem ação penal dependiam da vontade da vítima de iniciar e dar continuidade ao processo. Agora, independem da vontade da vítima.

Mulheres vítimas de violência sexual são afetadas por fatores externos como a pressão social, familiar ou mesmo de seu agressor para não representarem a ação penal.

Com a alteração para a incondicionalidade, o Estado tem a tutela para a resolução desses crimes e essa responsabilidade, que na maior parte das vezes é um peso, não recai sobre a vítima, evitando a sua revitimização pelo sistema de Justiça.

Por fim, a lei em questão também estabeleceu novos aumentos de pena em caso de estupro coletivo, praticado por dois ou mais agentes, e em caso de estupro corretivo, que tem como finalidade controlar o comportamento social ou sexual da vítima.

O estupro coletivo, assim como o que foi apontado sobre a importunação sexual, também figurou como parte importante da agenda midiática e do debate público recente. A inserção do estupro corretivo como caso de aumento de pena, por sua vez, é a materialização penal de reivindicação antiga do movimento lésbico no Brasil e no mundo, que trata sobre a particularidade da violação sexual quando motivada pelo desejo de corrigir o desvio da norma da sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais.

## Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018

A Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), representa a alteração mais recente do Título VI, Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, de nosso Código Penal. Ela introduz um novo crime: o registro não autorizado da intimidade sexual. Ou seja, a produção, fotografia, filmagem ou registro, por qualquer meio, de conteúdo de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes. O parágrafo único ainda pontua que na mesma pena incorre quem realiza montagem em materiais audiovisuais para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo.

De fato, como é de se supor após a leitura do tópico anterior, essa alteração poderia, até pela proximidade cronológica, estar inclusa na Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Mas não está, seja por qual motivo for, e foi pertinentemente imposta no final do ano de 2018.

## Considerações finais

Justamente por não ser uma pura teoria, mas uma força viva (IHERING, 2009, p. 23), o direito participa ativamente dos jogos e das disputas discursivas e representa, dessa forma, alguns dos galhos de uma árvore cujo movimento está condicionado à força e à orientação dos ventos.

Ao trazer textos jurídicos que disciplinaram o crime de estupro em diferentes épocas, foi possível visualizar o caráter essencialmente polifônico do discurso. Expressões como “mulher honesta” e “a moral e os costumes” são marcas discursivas particularmente simbólicas por evidenciarem, em sua recorrência, a força das formações discursivas e a interação entre diferentes vozes de diferentes épocas.

O percurso da legislação brasileira, dessa forma, revela alguns dos caminhos trilhados socialmente pelas mulheres em relação à autonomia sobre seus corpos e, principalmente, o deslocamento da posição de objeto de direito (propriedade) para a de sujeito de direito (pessoa).

## Referências

- BRANDÃO, Helena H. N. **Analisando o discurso**. s/d. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Brandao\\_AnalisandoODiscurso.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Brandao_AnalisandoODiscurso.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.
- GOMES, Mayra Rodrigues. As materialidades e seus discursos. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 271-290, 2019.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BRASIL. **Transcrição das Ordenações Filipinas na íntegra**. 1603. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Código Criminal do Império de 1830**. 1830. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 8 maio 2020.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. 1890. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)>. Acesso em: 8 maio 2020.

BRASIL. **Código Penal de 1940**. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.015/2009**. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.718/2018**. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.772/2018**. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2020